



INFORMAÇÃO E MEMÓRIA

perspectivas em movimento

RICARDO M. PIMENTA
LEYDE KLEBIA RODRIGUES DA SILVA
THAYRON RODRIGUES RANGEL

ORGANIZADORES

Informação e Memória

Perspectivas em movimento

Esta publicação está disponível em acesso livre ao abrigo da licença Attribution-ShareAlike 3.0 IGO (CC-BY-SA 3.0 IGO) (<http://creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/igo/>). Ao utilizar o conteúdo da presente publicação, os usuários aceitam os termos de uso do Repositório UNESCO de acesso livre (www.unesco.org/open-access/terms-use-ccbysa-port).

Esta publicação tem a cooperação da UNESCO no âmbito do projeto “Ampliação e Modernização das Ações do IBICT relacionadas às Atividades de Coleta, Armazenamento, Sistematização, Análise, Disseminação e Preservação de Dados e Informações Relativos à Ciência, Tecnologia e Inovação” (Prodoc 914BRZ2005). As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo deste livro não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, tampouco da delimitação de suas fronteiras ou limites. As ideias e opiniões expressas nesta publicação são as dos autores e não refletem obrigatoriamente as da UNESCO nem comprometem a Organização.



CONSELHO EXECUTIVO

- › Gustavo Saldanha (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio)
- › Paulo César Castro (Escola de Comunicação – ECO/UFRJ)

CONSELHO CIENTÍFICO DA COLEÇÃO

- › Cecília Leite (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT)
- › Miguel Ángel Rendón Rojas (Universidade Nacional Autónoma de México - UNAM)
- › Muniz Sodré (Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ)
- › Ivana Bentes (Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ)
- › Naira Christofoleti Silveira (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio)
- › Rafael Capurro (Unesco)

COMITÊ CIENTÍFICO AD HOC

- › Antônio Victor Rodrigues Botão (UFRJ)
- › Adriana Cox Hollós (AN)
- › Bernardina M. J. Freire de Oliveira (UFPB)
- › Henriette F. Gomes (UFBA)
- › João Marcus F. Assis (UNIRIO)

COMITÊ DE NORMALIZAÇÃO

- › Dilza Ramos Bastos
- › Leyde Klebia Rodrigues da Silva
- › Priscila de Assunção Barreto Córbo
- › Rodrigo Piquet Saboia de Mello
- › Thayron Rodrigues Rangel

Informação e Memória

Perspectivas em movimento

Ricardo M. Pimenta

Leyde Klebia Rodrigues da Silva

Thayron Rodrigues Rangel

organizadores



Rio de Janeiro

2021

Capa: Fernanda Estevam

Ilustração: GK Vector (br.freepik.com)

Projeto Gráfico: Paulo César Castro

Normalização e catalogação: Selo Nyota

Diagramação: Juliana Sorrenti, Kethury Santos e Sara Maluf (bolsistas do PET-ECO) / Janaynne Carvalho do Amaral

Essa obra tem o financiamento do Conselho Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Fundação Carlos Chagas de Apoio à Pesquisa Científica do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

Ficha Catalográfica: Priscila Fevrier - CRB 7-6678

143

Informação e Memória: perspectivas em movimento / Ricardo Medeiros Pimenta; Leyde Klebia Rodrigues da Silva; Thayron Rodrigues Rangel (org.). – Rio de Janeiro: IBICT, 2021. – (Coleção PPGCI 50 anos)
298 p.

Inclui Bibliografia.

Disponível em: <https://ridi.ibict.br/>

ISBN 978-65-89167-23-5 (digital)

1. Ciência da Informação. 2. Informação. 3. Memória. I. Pimenta, Ricardo Medeiros. II. Silva, Leyde Klebia Rodrigues da. III. Rangel, Thayron Rodrigues. IV. Título.

CDD 020



Projeto editorial em colaboração com o Programa de Educação Tutorial (PET) da Escola de Comunicação (ECO-UFRJ): Paulo César Castro (tutor) / aluno(a)s: Carolina Torres, Dandara Campello, João Maurício Maturana, Juliana Sorrenti, Kethury Santos, Lianne Henriques, Mariana da Paz, Ludmila Rancan, Moniqui Frazão, Robertha Braga, Sabrina Oliveira e Sara Maluf.



Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação (IBICT/MCTI) em convênio com a Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ).

Rua Lauro Muller, 455 - 4º andar
Botafogo - Rio de Janeiro - RJ
<http://www.ppgci.ufrj.br>

Sumário

- 7** Informação e Memória em interseção
Vera Dodebei
- 13** Apresentação
Ricardo M. Pimenta, Leyde Klebia Rodrigues da Silva e Thayron Rodrigues Rangel

Unidade I

Olhares de *Mnemosyne*: do *philos* ao *logos*

- 17** *Loci, topoi*: raízes retórico-simbólicas dos “lugares de memória” no “lugar da memória na Retórica”
Gustavo Silva Saldanha
- 39** O dia do nome e o nome dos dias: linguagem, informação e memória na obra de Walter Benjamin
Ivan Capeller
- 61** Caosmose informacional: instituição, individuação e complexidade
Pedro Vidal Diaz

Unidade II

Memória na Era Digital

- 77** A memória e o digital: por uma hermenêutica dos rastros
Bruno Bachimont
- 95** O uso da memória armazenada na web: uma perspectiva através do Internet Archive
Illydiany Oliveira
- 111** A memória na Ciência da Informação: em foco a preservação digital
Leyde Klebia Rodrigues da Silva
- 127** O ambiente digital em foco: interseção entre memória e informação
Brenda Rocco e Renan Castro

- 147** A memória transacional na era digital: os impactos das tecnologias para codificação, armazenamento e recuperação do conhecimento organizacional
Larriza Thurler

Unidade III

Regimes de Memória: Informação e documento

- 163** A dualidade do arquivar
Eric Ketelaar
- 187** A Lei de Acesso à Informação e a Comissão Nacional da Verdade do Brasil como constituintes de um regime global de acesso à informação pública
Dayo de Araújo Silva Corbo e Thayron Rodrigues Rangel
- 201** Memória, saberes sujeitados e práticas oblivionistas dos povos indígenas
Rodrigo Piquet Saboia de Mello

Unidade IV

Memória Organizacional e Espaços de Informação

- 221** Centros de documentação como espaços de informação e memória
Márcia T. Cavalcanti
- 237** Catedral de Notre-Dame de Paris: da construção de uma memória social à sua reconstrução
Ilaydiany Cristina Oliveira da Silva, Laís de Medeiros Pires e Murylo Benicio Moraes de Lucena
- 251** Bibliotecas Públicas como lugares de memória e como redes de transformação
Priscila de Assunção Barreto Côrbo
- 269** Memória organizacional, documentos e arquivos: associação para a aprendizagem e disseminação de informação e conhecimento
Érica de Castro Loureiro
- 285** Sobre os autores
- 291** Sobre os organizadores

Informação e Memória em interseção

Vera Dodebei¹

O CONVITE PARA PREFACIAR ESTA COLETÂNEA ME FEZ LEMBRAR DE UMA DAS primeiras comunicações submetidas a eventos científicos em que a palavra memória aparecia em seu título – Memória e Conhecimento: oralidade, visualidade e reprodutibilidade no fluxo da informação – apresentada ao GT-2 Organização do Conhecimento, da ANCIB, no XI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação - ENANCIB, João Pessoa, outubro, 2009.

Nesse encontro em João Pessoa, começamos a discutir a possibilidade de criar um grupo de trabalho sobre Informação e Memória junto à ANCIB, o que ocorreu em 2010, pois muitos pesquisadores e pesquisadoras, a maioria filiada ao referido GT-2, já não se sentia confortável, do ponto de vista teórico, com as contribuições que podiam oferecer, considerando apenas o campo disciplinar da organização do conhecimento.

A questão da interdisciplinaridade nos grupos de trabalho já vinha sendo discutida na ANCIB que tinha como proposta a revisão das temáticas até então em vigor. Segundo Guattari (1992, p.19; p. 22), “todos estão conscientes de que a complexidade dos objetos de pesquisa, no domínio das ciências humanas e do meio-ambiente, exige uma abordagem interdisciplinar [...] e a questão da interdisciplinaridade se desloca do domínio cognitivo para os sociais, políticos”.

Para Guattari, que prefere o termo transdisciplinaridade para designar essa tendência, o conceito “passa, portanto, pela reinvenção permanente da democracia nos diversos estágios do campo social”. Um programa de reurbanização de bairros antigos, diz o filósofo, deveria levar em consideração contratos de pesquisas e experimentação social, estudos sobre a vida social de seus moradores, novas práticas de vizinhanças, cooperação e solidariedade, educação, esportes, atenção às crianças e idosos, sem falar das melhorias quanto à saúde e a cultura, em geral.

1 Professora Titular. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio. Bolsista Pq2 – CNPq.

Os exemplos que Guattari dá sobre a eficácia dos procedimentos que reconhecem a fusão de ideias e seus métodos vindos de várias disciplinas para dinamizar ações sociais, por exemplo, é o que hoje, passados quase 40 anos de sua fala, encontramos nos conceitos de “solidariedade” e de “impacto social” das pesquisas, no âmbito da avaliação dos programas de pós-graduação no Brasil.

Além da forte presença dos conceitos isolados de memória e de informação nos estudos contemporâneos e na vida social, a Era das redes sociais e a chegada do conceito de ‘desinformação’ parece que vêm reforçando essa relação entre a Ciência da Informação e a Memória Social. Ambas, em suas origens, nascem interdisciplinares o que nos favorece, entre outros motivos, uma aproximação mais compromissada entre memória, informação, computação, história, antropologia, arqueologia, filosofia.

Qual seria o impacto causado por uma ‘transdisciplina’ no campo da pesquisa e das práticas sociais? Após 10 anos da criação do GT10 - Informação e Memória vemos o surgimento de novos grupos e linhas de pesquisa junto aos programas de pós-graduação que estudam essa relação, entre áreas bem distintas, porém afins.

Informação e Memória é uma coletânea que nos brinda com 15 textos de pesquisadores e pesquisadoras que buscam o diálogo em suas pesquisas acadêmicas com dois campos mutuamente interessados em produzir uma malha conceitual ou um contexto sobre as relações teóricas e práticas entre informação e memória.

Gustavo Silva Saldanha, em: *Loci Topoi: raízes retórico-simbólicas dos “lugares de memória” no “lugar de memória” na Retórica*, traça um possível diálogo entre retórica e memória articulado pela via da linguagem. O autor toma o conceito “lugares de memória” de Pierre Nora para interrogar se existe uma teoria do lugar de memória no âmbito da retórica. Saldanha atravessa as reflexões de Rafael Capurro e de António Garcia Gutiérrez, entre outras falas aderentes ao tema, e destaca a natureza polifônica do conceito, ao abrir um espaço para que possam surgir outros sentidos a arejar o emprego do binômio “lugares de memória”, utilizado abusivamente, de forma monorreferencial, em trabalhos acadêmicos. Considerando a arte dos lugares e a retórica do tempo; o nascimento do “lugar de memória” na retórica; e, uma arte democrática e do inconsciente, o autor finaliza com a afirmação, a partir dos pressupostos centrais da filosofia da informação, que os denominados “lugares de memória” em Nora, estão relacionados com o “Lugar de Memória”, na Retórica.

Ivan Capeller, em *O dia do nome e o nome dos dias: linguagem, informação e memória na obra de Walter Benjamin*, inicia seu ensaio com a questão “Que espécie de magia se inscreve na linguagem?” Ao longo do discurso, constrói um diálogo com Benjamin sobre a extração bíblica da linguagem como meio da criação, em oposição à visão convencional (adotada pelos teóricos dos campos da informa-

ção e da comunicação) de que a linguagem é apenas um meio de representação. O autor estabelece ainda uma linha temporal e autoral sobre o curso das análises benjaminianas para considerar em que essas podem ser relevantes para a ciência da informação em tempos de web 3.0.

Pedro Vidal Dias, em *a Caosmose informacional*: individualização e complexidade, discute a ‘memória das ciências humanas’ e a aproximação desta ao conteúdo informacional que constituiria a principal fonte da memória coletiva. Arquivos, bibliotecas e museus, afirma, sempre foram as instituições modelares indicadas para salvar o conhecimento registrado pela humanidade. No que se refere à escrita digital, máquina, o autor estabelece um diálogo com Simondon, a partir de textos de Rafael Capurro sobre a informação (vista como técnica), e sobre a memória coletiva defendida por Maurice Halbwachs. Pedro Vidal Dias especifica, ainda, o conceito de ‘caosmose’ (Guattari) ao considerá-lo como atributo informacional: “Caosmose é um processo de subjetivação e percepção dentro do fluxo informacional”.

Bruno Bachimont, em *A memória e o digital*: por uma hermenêutica dos rastros, tenta responder à pergunta: O que é o digital a partir de sua nominalização, sua essência (Aristotélica) e seu rastro memorial? Identificado à codificação, o digital se presta ao cálculo científico, ao de gestão e à manipulação de conteúdos, segundo o autor, tanto no nível individual quanto no institucional. Bachimont abre um amplo espaço de discussão sobre o funcionamento da memória e sua relação com os documentos, esses compreendidos como *aide-mémoire* de acontecimentos. E conclui sua análise apontando o “rastro digital ainda como uma noção paradoxal, visto que os caracteres codificado e arbitrário do digital fazem dele um objeto independente daquilo do qual é rastro”.

Ilydiane Oliveira, em *O uso da memória armazenada na web*: uma perspectiva através do Internet Archive, parte do pressuposto que “a memória coletiva registrada na internet é considerada uma fonte de informação inesgotável e pode ser tida como memória coletiva digital de nossa Era”. A pesquisadora discute o conceito de memória (Halbwachs), o caráter efêmero do digital e empreende pesquisa quantitativa sobre o uso e difusão do IA pela sociedade. Utilizando os indicadores – ‘tendências de busca’ e ‘popularidade’ - Ilydiane constata que a ferramenta *Wayback Machine* é a mais consultada por recuperar páginas web que ainda hoje são acessíveis, e que representam mais de 20 anos de coleta e armazenamento de objetos que podem ser considerados como fragmentos de memórias digitais.

Leyde Klebia Rodrigues da Silva, no ensaio *A memória na Ciência da Informação*: em foco a preservação digital visam “refletir sobre a memória como uma fonte catalizadora e primordial ao processo de preservação digital da informação”. As autoras discutem as principais teorias da memória ao dialogarem com Freud,

Bergson e Proust, incorporando, posteriormente, Halbwachs, Benjamin e Ricoeur. Em seguida, iniciam um percurso de análise sobre os modos como a memória se organiza em Eras ou tempos tecnológicos, da oralidade à digitalidade. A importância da preservação digital da memória coletiva geracional é destacada, bem como a sugestão para que a Ciência da Informação tenha um maior compromisso com a memória social digital.

Renan Marinho de Castro e Brenda Rocco, em *O ambiente digital em foco: interseção entre memória e informação*, exploram a natureza do legado cultural dos seres humanos no exemplo das pinturas rupestres, vistas como registros pré-históricos (ou anteriores à escrita). O que muda na comunicação humana considerando a Era digital? Os autores elegem o documento (Le Goff) e sua vida social como materiais de memória, para discutir os embates entre memória e informação. Ressaltam que “o conceito de documento e de memória dá-nos conta de uma pluralidade de suportes e de processos informacionais”. Afinal, o que é o objeto digital (Yamaoka e Gauthier) senão a unidade do conhecimento fundamental que compõe os repositórios institucionais responsáveis pela preservação da memória?

Larriza Thurler, em *A memória transacional na era digital: os impactos das tecnologias para codificação, armazenamento e recuperação do conhecimento organizacional*, traz ao leitor de seu texto uma interessante revisão de literatura sobre o ‘sistema de memória transacional’ e a internet. As pesquisas referem-se aos sistemas de busca da Google e como esses funcionam a partir do conceito de memória transacional (fatos ou itens de memória transacionados em uma empresa, a partir da formação de grupos). A autora destaca os impactos das TICs na memória dos grupos, no armazenamento e na recuperação da informação, com ênfase nas teorias sobre o esquecimento defendidas por Mayer-Schönberger.

Eric Ketelaar, em *A dualidade do arquivar*, inspira-se na Tela “Ceci n’est pas une Pipe” de René Magritte”, artista surrealista belga (1892-1967) denominada “A traição das imagens”, para discutir os arquivos sob o ponto de vista da “traição” dual - passado/presente; presente/futuro; objeto e contexto; coletivo e individual; correntes e permanentes, entre outras antinomias. Ketelaar observa que a realidade (contexto) não é o arquivo, mas que o arquivo (objeto) permite representações da realidade. Ao discutir essa dualidade no exemplo dos arquivos, o autor organiza seu pensamento a partir de estudos sobre a memória coletiva e social e finaliza com a questão da proteção e preservação do passado.

Dayo de Araújo Silva Côrbo e Thayron Rodrigues Rangel, em *A Lei de Acesso à Informação e a Comissão Nacional da Verdade do Brasil como constituinte de um regime global de acesso à informação Pública*, os autoras reúnem referências sobre os conceitos de regime de acesso à informação (Braman) e de regime de in-

formação (Gonzalez de Gomez) com o intuito de apresentar, descrever e argumentar o teor dessa legislação e sua importância para o acesso às memórias contidas no Arquivo Nacional e em arquivos estaduais e municipais. Essas instituições de memória, entre outras, armazenaram vasta correspondência produzida nos anos em que o Brasil passou por uma ditadura civil-militar, com acesso restrito e, consequentemente, burlando o direito constitucional à informação de cidadãos e cidadãs brasileiros.

Rodrigo Piquet Saboia de Mello, em *Memória, saberes sujeitados e práticas oblivionistas dos povos indígenas* recupera um tema relevante sobre a memória, no que tange à transmissão oral de saberes e a interação das comunidades com a urbe, via ação documental analógica e digital. Segundo Mello, “fazendo um paralelo com o ciclo que o artigo científico realiza, podemos exemplificar o caminho que um dado canto xamânico de um povo ameríndio realiza, desde a prática espiritual propriamente dita, passando pela ação documentária, até chegar ao centro de documentação indígena”. Mello apresenta os conceitos de ‘saberes sujeitados’, ‘decolonialidade’, ‘epistemografia’ (Garcia Gutiérrez) ‘oblivionismo ético documentário’ (Weinrich/Mello), este último significando a importância do esquecimento (Mayer-Schönberger) para a seleção do que realmente armazenar para as gerações futuras.

Marcia T. Cavalcanti, em *Centros de documentação como espaços de informação e memória* relata, sob ponto de vista histórico e memorial, a criação e manutenção de centros de informação nas décadas 1970/80. Com destaque para o ingresso da memória documental no campo da pesquisa, Cavalcanti afirma que “as novas demandas da pesquisa histórica corroboraram a necessidade que passou a surgir de se preservar estes documentos, incluindo aí até mesmo os documentos privados (documentos particulares de indivíduos, famílias, grupos de interesse ou empresa), e também expôs a falta de legislação e de uma política voltada para arquivos e para a preservação da memória nacional”.

Ilaydiany Cristina Oliveira da Silva, Laís de Medeiros Pires e Murylo Benício Moraes de Lucena, em *Catedral de Notre-Dame de Paris: da construção de uma memória social à sua reconstrução* discute o aspecto patrimonial da memória e sua dimensão material a partir da catedral de Notre-Dame em Paris, França, e do caso relacionado ao seu incêndio ocorrido em 15 de abril de 2019.

Os autores resgatam o conceito de instituição-memória no intuito de compreendê-lo em face do valor patrimonial e histórico que a catedral representa para a identidade nacional e para a humanidade. Nesse sentido, o episódio da destruição de parte de seu edifício se apresenta como uma grande perda à memória do mundo e como mote à discussão sobre o valor da preservação dessas instituições e de seu capital para a memória nacional e da humanidade.

Priscila de Assunção Barreto Côrbo, em *Bibliotecas públicas como lugar de memória e como rede de transformação* relata que “a necessidade de registrar e de eternizar o saber de uma sociedade são prerrogativas utilizadas a fim de se evitar o apagamento ou esquecimento de toda memória deixada por gerações passadas.” A partir da obra de Shiyali Ramamrita Ranganathan, apresenta os objetivos das bibliotecas, em especial das públicas, ao analisá-las segundo as cinco leis da biblioteconomia do referido matemático e bibliotecário. Corbo incorpora à discussão as diretrizes dispostas no Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas (1994) e insere a memória nessa discussão, a partir do conceito de ‘lugares de memória’ e de redes de informação (Pierre Nora; Bruno Latour) e atribui às bibliotecas a metáfora do rizoma (Deleuze; Guattari).

Érica de Castro Loureiro, em *Memória organizacional, documentos e arquivos: associação para a aprendizagem e disseminação de informações e conhecimento*, discute o conceito ‘memória organizacional’ a partir de revisão de literatura (Dalkir; Walsh; Spender; Stein). Com base nas teorias da memória coletiva e individual (Halbwachs; Benjamin; Pollack; Ricœur; Nora) e da gestão de arquivos (Jardim), a autora sugere o uso da história oral como técnica e metodologia úteis à complementação de informações armazenadas em arquivos, ao transformar narrativas orais em documentos a partir de suas transcrições (Alberti). E reconhece, então, os desafios que os arquivos sofrem para manterem-se organizados e úteis à população, principalmente em suas fases corrente e intermediária.

Para finalizar, alguns conselhos surgem após a leitura dos artigos aqui compilados. Em relação às tipologias das pesquisas relatadas e aos subtemas apresentados no âmbito da interdisciplina “informação & memória”, constata-se que as experiências acadêmicas têm sido ensaísticas e diagnósticas, abrindo poucos espaços para relatos de práticas sociais criativas como sugere Guattari, no âmbito da transdisciplinaridade.

O amadurecimento teórico, metodológico e empírico deste nosso campo de conhecimento deve caminhar na direção de criarmos novos conceitos e novos usos para os conceitos já existentes, como é o caso atual do conceito de ‘desinformação’. A interseção produtiva entre informação/memória ocorrerá, de fato, quando esses conceitos deixarem de produzir efeitos apenas como uma operação de soma e passarem a ser percebidos como produtos de inúmeras e possíveis interseções.

Com o olhar voltado ao futuro, nos anima ter pesquisadores aliados teoricamente à informação e à memória, o que nos parece ser o diálogo mais promissor ao enfrentamento do que vem por aí!

Rio de Janeiro, 10 de Janeiro de 2020.

Apresentação

Ricardo M. Pimenta, Leyde Klebia Rodrigues
da Silva e Thayron Rodrigues Rangel

ESTE LIVRO É RESULTADO DE UM PERCURSO DE 8 ANOS DO GRUPO DE PESQUISA Memória e Sociedade da Informação (MESO), até há dois anos atrás conhecido como Informação, Memória e Sociedade (IMES). A ideia inicial era a de colocar no formato de livro alguns textos de integrantes e convidados que haviam participado de alguma atividade do grupo de pesquisa. Mais adiante, acabamos contando com participações especiais de pesquisadores que eram, e ainda são, referência para o grupo.

O grupo de pesquisa MESO, à época denominado IMES, formalizou enquanto grupo de pesquisa pela primeira vez os estudos sobre memória e informação no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) no ano de 2013. Até o momento de sua fundação as atividades ligadas aos estudos sociais da memória eram encampadas pelo professor doutor Geraldo Prado, ex-professor do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI/IBICT-UFRJ), por meio da disciplina “Informação e Memória”, hoje ministrada pelo professor doutor Ricardo Pimenta.

Para nós a correlação entre os conceitos de “informação” e “memória” sempre foi clara. A materialidade do documento e das fontes sempre se fez presente ora na condição de suportes da informação, ora como objetos mediadores da memória. A memória, enquanto forma de conhecimento, atua nas ações humanas em esferas políticas e culturais; é por si mesma fenômeno social e campo de luta, tanto na ordem do patrimônio ou do discurso institucional, como na condição informacional e social.

Nosso grupo de pesquisa acolheu diversos pesquisadores de formações distintas. Durante estes últimos anos estudamos em perspectiva ampla as relações plurais existentes entre o processo de produção, circulação e controle da informação na sociedade contemporânea e aquele da memória em sua dimensão cultural, sociotécnica e política. Demos destaque para a questão do acesso, do reconheci-

mento e do uso da informação e da memória enquanto elementos “estruturados e estruturantes” do conhecimento e dos saberes por vezes mediados pelos suportes informacionais e/ou digitais. Sem embargo, os arquivos, bibliotecas, museus e centros culturais, assim como os portais e sítios eletrônicos, públicos ou privados, além de blogs e redes sociais, se tornaram em grande medida nosso campo/objeto de pesquisa.

Não obstante, foi a partir dessa experiência tão rica que passamos a olhar para dentro de nosso coletivo e naquele momento compreendemos ser a hora de constituir um registro, uma materialidade daquilo que discutimos em sala de aula ou em nossos encontros.

Neste livro contamos com o prefácio escrito pela professora doutora Vera Dodebei, uma grande referência para todos nós, e ainda com os capítulos dos antigos alunos de Informação e Memória: Pedro Vidal Diaz, Ilaydiani Cristina Oliveira da Silva, Leyde Klebia Rodrigues da Silva, Renan Marinho de Castro e Brenda Rocco, Larriza Thurler, Dayo Corbo, Thayron Rodrigues Rangel, Rodrigo Piquet Saboia de Mello, Marcia T. Cavalcanti, Priscila de Assunção B. Corbo e Erica de Castro Loureiro. Contamos também com a participação de quatro convidados. Os professores, referência para todos nós em nossos estudos, Eric Ketelaar e Bruno Bachimont; além dos professores à época do PPGCI/IBICT-UFRJ: Gustavo Silva Saldanha e Ivan Capeller.

Entregar este livro à leitura é sobretudo produzir um registro de que os estudos sobre memória na ciência da informação detêm uma rica composição de temas, objetos e questionamentos. É também auxiliar aos discentes, pesquisadores em formação, a expor seus resultados e reflexões. É bem verdade que algumas dessas reflexões já não são de hoje. O projeto do livro durou mais tempo do que imaginávamos. Algumas ocorrências de ordem técnica e estrutural, além da sanitária vivida desde fins de 2019, quase conseguiram prevalecer sobre nosso intento de publicá-lo. Felizmente, ainda hoje, as temáticas aqui desenvolvidas e a qualidade de suas reflexões continuam bem tempestivas.

Agradecemos a todos os autores pela contribuição e paciência em aguardar um tempo acima do esperado pela publicação. Certos de que a leitura será edificante para todos.

Unidade I

OLHARES DE *MNEMOSYNE*: DO *PHILOS* AO *LOGOS*

Locí, topoi: raízes retórico-simbólicas dos “lugares de memória” no “lugar da memória na Retórica”

Gustavo Silva Saldanha¹

1. A retórica da memória na memória da Retórica: preâmbulos

EM SEU ESTUDO SOBRE AS TEORIAS QUE EXPLICAM A ELABORAÇÃO DO “PEQUENO glossário da guerra civil iugoslava” de Denis Stoyanne, a pesquisadora Alice Krieg-Planque (2012) aponta para o desenvolvimento de uma perspectiva de resistência e de formação de uma memória a partir da linguagem (da sua oralidade ao registro do conhecimento). Estamos diante da luta pela sobrevivência física de uma vasta população no contexto dos anos 1990. Estamos, no mesmo contexto, perante a guerra por uma existência simbólica, a luta contra um massacre cultural. No plano da teoria linguística, dentro do cerne dos gêneros do discurso panfletário e do discurso polêmico, ou, ainda, na abrangência da retórica de combate, linguagem e memória parecem, aqui, envoltas no mesmo tecido histórico. Esse enlace é o horizonte central da presente reflexão, o ponto de inflexão onde retórica e memória se articulam historicamente via uma teoria (simbólica) da linguagem.

Em que medida, pois, a Retórica compõe o nascimento da “memória” como conceito, arte e experiência na polis ocidental? No curso da indagação, a partir de uma síntese da teoria, da arte, da política e da pedagogia retórica, procuramos reunir os elementos que integram as margens abertas da conceitualidade da rememoração nas diferentes teorias pós-platônicas da reminiscência sob a via da linguagem. Trata-se de perceber como, por trás de uma “teoria dos lugares de memória” desenvolvida em Pierre Nora (1993), existe (e persiste) uma “teoria do lugar da memória no escopo da Retórica”.

O território sob o qual tecemos nossa reflexão toca diretamente um fundamento epistemológico do campo informacional, ou seja, o pressuposto da invenção de práticas e da reflexão sobre as artes de produção, organização e preservação de continentes e conteúdos segundo uma teoria retórica do conhecimento, como

1 Pesquisador Adjunto – IBICT. Professor Adjunto – UNIRIO.

evidenciado na hipótese filosófico-histórica de Capurro (1992). No mesmo cenário contemporâneo, encontramos em García Gutiérrez (2011, 2003) uma aproximação direta à relação entre os *topoi* e a memória, como projeto de luta pela resistência de um sentido da rememoração na perspectiva de uma reapropriação crítica daquilo que nos identifica enquanto sujeitos históricos. Em outros termos, em uma epistemologia histórica podemos “comprovar” a hipótese sob diferentes abordagens (principalmente quando colocamos em cena a organização dos saberes como uma das unidades centrais de fundamentação do campo informacional, incluindo a questão da memória que advém dessa experiência).

Podemos, pois, igualmente encontrar as afirmações acima no escopo da epistemologia informacional sob outros cenários. Ampla é a margem histórica em tal *episteme* que nos leva a antever a condição retórica dos estudos informacionais no início do século XIX em Gabriel Peignot (1802), quando nos deparamos com uma das primeiras fundamentações gerais do campo a partir da linguagem, no *Dictionnaire Raisonné de Bibliologie* (um discurso propriamente epistemológico, interessado em “dizer uma ciência”, constata-la entre ideias e práticas empíricas). Igualmente encontramos uma estrutura retórica de fundamentação do campo em contextos anteriores, claramente demarcada em Emanuele Tesauro (1670), como evidenciado por Almeida e Crippa (2009) e, em Conrad Gesner, no Quinhentos (ARAÚJO, 2017). Tesauro e Gesner representam marcas espaço-temporais de um contexto histórico estruturalmente influenciado por um “retorno” da Retórica ao Ocidente.

Nos dois casos, a raiz retórica de elaboração de uma plataforma teórico-reflexiva para pensar e operacionalizar os registros do conhecimento tem origem formal em um sustentáculo do *trivium* (como também nas abordagens diretas dos *loci* e dos *topoi*. Nesse sentido, interessados nas artes da linguagem (a estrutura do *trivium*, ou seja, lógica, retórica e gramática) e em uma epistemologia histórica do pensamento informacional, que articula filosofia da cultura com filosofia da linguagem, procuramos adentrar o universo da linguagem para problematizar, aqui, a questão da memória.

No escopo de uma teoria retórica do conhecimento, ou, ainda, uma teoria do conhecimento estruturada na linguagem, identificamos, de antemão, por trás dos limites da *inventio* e da *actio*, elementos da teoria do retor, as bases teóricas dos lugares-comuns (*loci*), bem como uma teoria dos tropos (uma tropologia), noções centrais para a definição de “memória” na Antiguidade e no Helenismo. A via de um conceito singular e intersubjetivo de memória, articulado em Pierre Nora (1993), é aqui apontada como fruto da condicionante “simbólica” da noção e de uma “práxis” da “memória” dentro da matriz retórica clássica e em seus desdobra-

mentos entre primeira e segunda sofística (ou seja, da Grécia Clássica ao Helenismo que se desdobra sobre a Roma de Cícero).

Na passagem do plano simbólico ao plano político, percebemos que, igualmente, a “memória como disputa” está dada como centralidade no pensamento dos retores greco-romanos. Através desta argumentação, consideramos que a “memória” é, do ponto de vista retórico, de Górgias à virada linguística a partir do Oitocentos, uma logo-máquina da liberdade: não só técnica, mas também abordagem teórica para inventar e refletir o homem livre na polis, onde a palavra é uma das principais formas de ação.

Por sua vez, como uma arte da memória, ou uma arte produtora da memória, ou, ainda, uma reflexão sobre a linguagem que constitui as possibilidades da rememoração, a Retórica ganha o lugar epistêmico do apagamento: apesar de sua longa e vigorosa tradição, de seus exaustivos processos de anatomia do discurso desde a Antiguidade, a querela filosófica socrático-platônica a reservou o lugar de anti-conhecimento, negação da verdade, mãe da imitação (o mesmo fazendo com a memória enquanto manifestação intersubjetiva local, como produto social construído pela contingência de cada comunidade de uso de uma dada linguagem). Como contestadora do real, a Retórica é negada. E sua condição se dispersa no arquivo epistemológico, na evidência científica, na definição de verdade.

Esse processo, no entanto, pode ser reconsiderado de diferentes formas. Uma delas é a própria energia que a Retórica imprime para a memória no espaço-tempo do século socrático aos nossos dias – como a revisão de Cassin (2005) demonstra, ou seja, o uso dos recursos da linguagem para construção da filosofia se tornou, na Antiguidade, uma contradição elementar do fazer filosófico: negar o ser como linguagem, mas a partir da linguagem (que possibilita, dentre tantas virtualidades) afirmar o ser e fazê-lo memória, fazê-lo recordado.

Uma das mais importantes teorias platônicas, a da Teoria da Reminiscência, prega, pois, não a lembrança como ato do conhecer, mas o reconhecimento como possibilidade de negar os extratos da memória cotidiana, ritualística, local, contingencial. Assim, o reconhecimento se figura como a potência que atualiza a percepção do real dado, anterior à física que nos esconde a verdade (física essa manipulada e multiplicada pelo uso da linguagem).

Feita a contextualização da problemática da reflexão, faz-se importante delimitar as seguintes pressuposições contidas em uma teoria do conhecimento sustentada pela Retórica que nos acompanham aqui:

- Uma teoria dos lugares-comuns (*loci*): marca central das condições de determinação de fontes íntimas de reconhecimento do espaço-tempo através da

linguagem, de apresentabilidade do real segundo as semelhanças que integram as condições de pertencimento; daqui podemos retirar o próprio método dos lugares-comuns (método de *loci*), baseado na arte mnemônica de determinação de relações espaciais retidas na memória para ordenar e reconhecer um dado conteúdo da memória; estamos naquilo que Foucault (2002) considera como a capacidade retórica de demarcar a espacialidade da representação.

- Uma teoria dos tropos (*topói*): marca central, como percebe Todorov (1977) para a centralidade do pensamento retórico, trata-se da compreensão da natureza polissemântica das palavras; uma palavra pode ter muitos sentidos; “por definição, o homem é capaz de ligar objetos entre si; portanto, por definição, o homem constrói tropos” (TODOROV, 1977, p. 92). Em uma outra forma de apresentação, “Os tropos, em particular, consistem numa simples troca de lugares entre a ideia principal e urna das ideias acessórias (possíveis) de urna palavra.” (TODOROV, 1977, p. 96). Encontramos, pois, na topologia uma teoria da metáfora: fundamento de uma produção dinâmica, cultural e aberta de saberes comuns em um dado contexto discursivo, no bojo de uma comunidade; estamos, conforme Foucault (2002), no núcleo da topologia, no contexto onde, através dos tropos, a linguagem se especializa nos signos verbais.

Nossa reflexão atravessa, pois, um percurso que discute “a arte dos lugares”, abordando a Retórica no tempo histórico de sua formação teórica, bem como o nascimento pontual da arte do retor e a fundamentação da linguagem com construtora do real, para chegarmos ao debate específico sobre um dado “lugar da memória” na Retórica, em uma leitura linguística (ou seja, do contexto de discussão dentro, e nunca fora, do *trivium*) do universo memorial, o que nos leva à ênfase simbólica e política de uma teoria da memória sob a estrutura da linguagem. Tal ênfase nada mais é do que a marca de um dicionário tecido na e para a guerra, como demonstrado no estudo de Krieg-Planque (2012), ou seja, a retórica de combate responde por uma luta política e de resistência simbólica, uma luta linguística pela memória.

2. A arte dos “lugares”: a Retórica no tempo

A Retórica pode ser “reconstituída” a partir de estratos da História e da Filosofia, mas pode igualmente ser encontrada em todas as dinâmicas de afirmação da rememoração, solitária ou coletiva. Quando reconhecemos o estatuto epistemológico dos estudos informacionais como filhos da Retórica, como o fez Capurro (1992), podemos identificar diretamente a tamanha relevância teórica e aplicada que os saberes oriundos desse domínio podem revelar.

Capurro (1992) chamará a atenção para a “virada” de um enfoque cognitivo – ligado aos pressupostos de um paradigma da representação, do emissor-canal-receptor e platônico – para um enfoque pragmático. Segundo o autor, o enfoque cognitivo permanecia diretamente preocupado com a dicotomia moderna do assunto/objeto, ou seja, enfatizava demasiadamente um ponto de vista epistemológico puro interessado na relação entre o homem e o mundo – e não o homem com/no mundo.

A avaliação dos limites deste pensamento cognitivo dentro da epistemologia dos estudos informacionais fará Capurro (1992) discutir outro paradigma em sua releitura filosófico-histórica, o “paradigma hermenêutico”, vinculado à Retórica aristotélica, baseado em uma perspectiva pragmática – a hermenêutica, nos fala o epistemólogo, provê a dimensão pragmática da existência humana no sentido de que vivemos primeiramente dentro de um contexto específico. Esse contexto, por sua vez, terá, da Antiguidade aos dias atuais, uma formação cultural centrada no simbólico e na transformação pela política.

No âmbito da formalização da Retórica, um aspecto fundamental a ser observado é a “necessidade” de uma “liberdade política” como condição para o desenvolvimento das possibilidades do discurso. Isto estará demarcado claramente na questão histórica, a partir da compreensão dos motivos que levaram o nascimento da arte do retor no mundo grego e sua retomada em outros momentos. Este reconhecimento será ainda afirmado por Nietzsche (1999) dois mil anos depois. “Sem democracia, a república que invoca Nietzsche, não há lugar para a persuasão nem, conseqüentemente, para a retórica e só entre os gregos o espaço público que a define foi, como se sabe, possível.” (CUNHA, 1999, p. 9)

Se, por um lado, o “documento” (o discurso registrado, que será objeto de e para a memória) é representante essencial para a apreensão daquilo que se pode chamar de “filologia”; por sua vez, o “discurso” é o objeto privilegiado da retórica – principalmente, a experiência discursiva, ou, ainda, sua ação no mundo dos homens.

Os grandes antigos não se contentavam em caracterizar os sofistas como heraclitanos desesperadamente racionalistas: ao contrário, o empirismo, que poderia ser de fato a doutrina física mais apropriada a uma ciência do homem, já era conduzido por eles, como à sua fonte, a uma instância lógica, e indexado como concernindo, antes de mais nada, ao discursivo. (CASSIN, 2005, p. 16)

Segundo Meyer (1993), o século XIX viria destronar não apenas Descartes, mas um traço da cultura ocidental que parte da filosofia grega. As ideias de “necessida-

de”, “verdade unívoca”, “demonstração” e “formalização”, depois substituídas pelas ideias de “sujeito” e de “consciência de si” foram reposicionadas e/ou rejeitadas. Na visão de Meyer (1993), com Marx, Nietzsche e Freud, temos “muito mais do que o fundamento e garantia desta razão conferidos pelo sujeito: é a própria ideia de uma tal racionalidade, com a sua certeza indubitável, interior, absoluta e a-histórica, que se encontra rejeitada”. Estes, como outros, se debruçaram sobre a Retórica. De um lado, “Nietzsche consagrou-lhe os seus primeiros cursos”; de outro, “Marx analisou-a através da ideologia”; por fim, “Freud reconheceu-a no inconsciente através das metáforas e das metonímias, das condensações e das deslocamentos como operações-chave.” (MEYER, 1993, p. 13)

Este movimento, destacado como uma “conversão” do “conhecimento” à linguagem, foi típico, no Oitocentos, em todas as ciências humanas. Segundo Meyer (1993, p. 14), “chamou-se a isso hermenêutica, ou interpretação do passado e das mensagens plurívocas”. Outra forma de conceituação da abordagem seria a denominação “análise poética ou estética”, o que dá ênfase ao domínio literário e suas figuras. Por fim, também foi comum determinar tudo isto traduzido pela expressão “análise do discurso”, “quando nos apercebemos de que o sentido das nossas conversas foi sempre múltiplo em princípio e que nossa lógica não possuía um rigor natural mas construído.” (MEYER, 1993, p. 14).

Do mesmo modo, a chamada virada ou viragem linguística é a marca, no setimo habermasiano (HABERMAS, 2004), este, por sua vez, herdeiro também de Freud, Marx e Nietzsche, de uma construção absolutamente anti-metafísica do real. Esse posicionamento do Oitocentos, no entanto, tem sua base, segundo o “curso de retórica” nietzschiano, bem como a abordagem cassiniana, na própria Antiguidade Clássica grega, no nascimento da Retórica como técnica e como uma (condenada) teoria do conhecimento. A força da oralidade, como modo de resistência e de sobrevivência na polis, é, ao mesmo tempo, marca central da compreensão do surgimento de uma arte e de uma reflexão sobre a memória a partir da linguagem segundo os pressupostos da Retórica antiga.

3. O nascimento do “lugar da memória” na Retórica

Nora (1993) trata a memória como discurso que sobressai em razão do próprio desaparecimento: a memória é evocada quando já não existe. Assim, abre-se a curiosidade pelos lugares onde a memória se edifica em ruptura com a história. Como exemplo objetivo, podemos mencionar a própria condição do glossário iugoslavo retratado no estudo de Krieg-Planque (2012). Os locais de memória são assim perpetuados por não existir mais ela, a própria memória. Nora (1993) identifica as transformações nos últimos séculos como responsável direta por essa

ruptura com as sociedades-memória: a descolonização, os novos países, o fim das ideologias-memória, o poder da mídia, tudo isso levou à desfragmentação de uma memória-herança.

Na distinção entre memória e histórica, Nora (1993) lembra que a primeira representa uma dinâmica, uma vivência, aberta, dialética, enquanto a história é sempre uma reconstrução em sua plena incompletude. Afetiva, mágica, a memória está relacionada à lembrança vaga, global ou flutuante, particular ou simbólica, diferentemente da exigência da análise crítica da história. A memória, assim, está no “concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto”. (NORA, 1993, p. 9). Em grande medida, a leitura norainiana da memória sugere semelhanças enormes com a definição nietzschiana da linguagem a partir da Retórica, ou seja, a capacidade de construção do real, de resistência e de identidade permitida pela linguagem.

Não é por nenhuma coincidência espaço-temporal que, quando massacrado, quando destruídas todas as suas “instituições”, só resta como modalidade de sobrevivência simbólica de um dado povo a preservação de sua própria língua, dos lugares comuns e das metáforas depositadas dentro desta língua, uma certa “instituição” fundadora dos (inter)sujeitos, uma certa “instituição” mantedora mínima e máxima de sua racionalidade (sua lógica, sua gramática e, sim, sua retórica – aqui, retórica no segundo estrito de argumentação-persuasão).

É em uma luta expressa onde podemos ver a relação contraditória entre memória e história segundo a visão de Nora (1993). Sempre suspeita à história, a memória, absoluta, precisa ser repelida por aquela. A sacralização promovida pela memória demanda a atualidade totalitária da história, interessada não na exaltação do ocorrido, mas em sua destruição. Não é, senão, exatamente esse confronto, entre uma demanda de sentido universal e universalizante, de um lado, e, de outro lado, uma abertura completa de sentido, a grande querela filosófica da linguagem discutida entre Sócrates, Platão e Aristóteles. Em outros termos, na Grécia Clássica observa-se, conforme a reflexão de Cassin (2005), a luta entre “Retórica” (potência discursiva, abertura para diferentes interpretações do mundo concreto) e a “Filosofia” (unidade que promove a reminiscência da verdade). Ou seja: a dicotomia história-memória abordada por Nora (1993) encontra as variações de confrontação na querela filosofia-retórica.

A arte retórica, pois, celebra o(s) discurso(s), os rituais, a possibilidade de distintas identidades se colocarem na polis, o direito de fala. Assim como a memória, a retórica cultua os eventos locais e públicos, as cerimônias de cada grupo, os elogios e as críticas, a abertura ao diálogo. A Retórica constrói e perpetua os “lugares” (aqui, no sentido da linguagem, ou seja, os “lugares comuns”) que permitam a identificação imediata de uma dada cultura, de um dado pertencimento.

A Retórica tece e usa no cotidiano a linguagem repleta de metáforas, acessíveis somente ao micro-universo de fala, que confere sentido aos grupos sociais. *Loci e topoi* funcionam, pois, como técnicas de vivência, de sobrevivência e de liberdade. A linguagem, pois, permite a movimentação de um conjunto de virtualidades que está aquém e além do Estado (aquele que atualiza o discurso de verdade, aquele que estabelece as fronteiras do que pode ser dito, aquele que edifica a “História” “assim como ela deve ser”).

Na transformação Moderna, entre o Estado-Nação e o Estado-Sociedade, o estudo dos lugares, na abordagem de Nora (1993) indica o movimento reflexivo da história – autocrítica do passado. O chamado “tempo dos lugares” é a marca do desaparecimento da intimidade da memória, dando lugar ao olhar de uma história reconstituída. O movimento leva ao retorno aos “símbolos”. Trata-se do encontro com os arquivos, as bibliotecas, os dicionários e os museus. Em outros termos, trata-se do (re)encontro com os “restos”, ou seja, com os “lugares de memória” (NORA, 1993, p. 12). Nesse sentido, “Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões da eternidade.” (NORA, 1993, p. 13)

Assim,

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que **é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais.** É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos de privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. **Sem vigi-lância comemorativa, a história depressa os varreria.** São os bastiões sobre os quais se escora. (NORA, 1993, p. 13, grifo nosso)

Em diferentes contextos, pois, percebemos a aproximação entre memória e arte retórica. A noção tecida e discutida por Nora (1993) remete-nos diretamente, pois, ao desenvolvimento da Retórica em seu aparecimento. As aproximações nos permitem perceber o elo simbólico de desenvolvimento de uma memória como “lugar” (na linguagem), baseada na teoria dos lugares comuns, dos *loci*, dos tropos, ou seja, uma teoria da metáfora (da conjugação daquilo que é mais identitário de um dado grupo social, seus modos de “dizer o mundo”, seus códigos comuns compartilhados). Esta é, no escopo da epistemologia informacional, justamente a posição de García Gutiérrez (2011, 2003). Em suas palavras,

Sería necesario, entonces, capacitar al ciudadano para la navegación promiscua y azarosa entre una compleja diversidad de *topoi* que sacie sus ansias íntimas, e inevitablemente mestizas, de apropiación simbólica. (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2003, p. 23)

Para compreender esse papel simbólico-político da linguagem e refletir sobre o “lugar da memória” na Retórica, retomemos, pois, a Antiguidade e o nascimento do problema da linguagem (na e para a política). No mundo antigo grego, três grandes etapas estão ligadas ao aparecimento da Retórica, a saber, a história da sofística, a crítica socrático-platônica e a concepção aristotélica.

Para Nietzsche (1999), a natureza do povo grego demarca o prazer discursivo. Essa seria uma origem cultural do culto à palavra. Um aspecto político, por sua vez, também está na ordem desse surgimento: a questão jurídica. Segundo Lopes (2006, p. 42), na ausência de advogados, cada cidadão deveria realizar sua própria defesa nos tribunais. E a linguagem era a ferramenta para o desenvolvimento dessa defesa. Essa condição demarca a fundamentalidade da Retórica para o cosmos político da Grécia Antiga, ou seja, sua condição republicana.

[A retórica] é uma **arte essencialmente republicana**: tem de estar habituado a suportar as opiniões e os pontos de vista mais alheios e mesmo sentir um certo prazer na contradição; deve-se escutar de tão bom grado como quando nós próprios falamos, e deve-se como ouvinte apreciar mais ou menos o desempenho da arte. **A formação do homem antigo culminava habitualmente na retórica**: é a mais elevada atividade intelectual do homem politicamente formado – um pensamento que nos é bem estranho! (NIETZSCHE, 1999, p. 27-28, grifo nosso)

Assim, a retórica, como indica Lopes (2006), cultiva uma eticidade que desloca sempre o olhar para o outro – é pensando na alteridade que conseguimos compreender o auditório; que estabelece um papel preponderante para as diferenças, já que reconhece a permanente possibilidade da contradição; que fundamenta um lugar para a fala no desenvolvimento de uma educação para o mundo civil, para a cidade, enfim, para o desenvolvimento do homem da polis, o cidadão-político.

Desta maneira, no contexto urbano em transição e em complexidade, a retórica se apresenta como poética (criação) e arte (técnica) para uma práxis.

A retórica acumula assim a finalidade externa da poiesis e da tekhné com a finalidade interna da práxis, a heteronomia com a autonomia,

a eficácia e a efetividade, que provêm, aos olhos de todos e no foro de cada um, da evidência. (CASSIN, 2005, p. 185, grifo nosso)

A poético-técnica retórica orienta-se, pois, para a compreensão do fenômeno do discurso, registrando a capacidade do sujeito e de sua comunidade de criar maneiras de se comunicar, de se defender, de se apresentar e de se representar no mundo. Trata-se de um modo de construir e de explicitar o *ethos* de um dado grupo social.

Em Aristóteles, a retórica preserva a sua especificidade, sem se colocar como um instrumento da poética nem se confundir com o registro puramente argumentativo da dialética. Aristóteles está atento para o fato de que a retórica é uma arte nas fronteiras da dialética – logos (na medida que cuida da dimensão argumentativa das provas) –, da ética e da política – ethos (na medida em que o orador deve sempre se orientar pelos valores do auditório ao qual ele se dirige de modo a não ferir sua sensibilidade moral) – e, finalmente, da psicologia – pathos (na medida em que o orador deve ser capaz de explorar os afetos do auditório). Diante da grandeza desse projeto, torna-se difícil compreender o sentido da censura nietzschiana à definição aristotélica. (LOPES, 2006, p.50, grifo nosso)

Assim, a Retórica atua com a faculdade de discernir em cada circunstância aquilo que admissível de se crer. A poético-técnica aqui tratada pode considera os meios de persuasão de qualquer coisa dada, não tendo nenhum gênero específico determinado. Três tipos de argumentos são mencionados por Aristóteles: aqueles que tratam do caráter de quem fala, os que situam o ouvinte em determinado estado de ânimo e outros que tratam do próprio discurso pelo que, na verdade, significa ou por aquilo que parece significar. (ARISTÓTELES, § 1355b-1356b, Livro Primeiro, 1977, p. 118-119)

Puesto que los motivos de credibilidad se dan por medio de lo persuasivo, es evidente que sabe manejar estos argumentos el que sabe razonar lógicamente y el que es capaz de observar los caracteres y las virtudes, y en tercer lugar el que puede observar lo que toca a las pasiones, qué es cada una de ellas y qué tal, y de qué cosas se origina y cómo; de manera que la retórica viene a ser como algo que ha crecido junto a la dialéctica y al estudio de las costumbres o caracteres, al cual es justo denominar política. Por esto también se encubre la re-

tórica bajo la figura de la política y también los que hacen valer sus derechos sobre ella, ya por ineducación, ya por jactancia o también por otras causas humanas; pues es, sí, una parte de la dialéctica y semejante a ella, como decíamos al comenzar; pues ninguna de las dos es ciencia cuyo objeto sea cómo es algo determinado, sino como ciertas facultades de procurar razones. (ARISTÓTELES, § 1355b-1356b, Livro Primeiro, 1977, p. 119, grifo nosso)

Com a síntese aristotélica, percebemos que a Retórica é parte da filosofia, está ao lado da dialéctica e permite, desde se processo histórico, compreender os costumes e as características de um dado grupo social, orientando diretamente a noção de política. Para Nietzsche (1999), a posição aristotélica fundamenta essa centralidade filosófica da Retórica, na busca pela universalidade de cada instância contingencial.

A **Retórica de Aristóteles**, pelo contrário, é puramente filosófica e terá uma influência decisiva sobre todas as determinações ulteriores do conceito. **[A retórica é a faculdade de descobrir especulativamente o que é que em cada caso pode ser próprio para persuadir]**, tudo o que é possível em termos de verossímil e persuasivo. Assim, nem uma *epistêmê* nem uma *technê* (arte) mas uma *dynamis* (**faculdade, potência**) que no entanto poderia ser elevada ao nível de uma *technê*, não pelo *peíthen*, mas o que se pode alegar em favor de uma causa: semelhante a um médico que trata um doente incurável. O orador poderia também defender uma causa duvidosa. Todas as definições posteriores atêm-se firmemente a este [persuadir segundo o conveniente] contra a definição siciliana. **Muito importante, o universal ‘em cada caso’ aplicável a todas as disciplinas.** Uma arte puramente formal. Enfim, importância do *theôrêsai* (considerar teoricamente): sobre este ponto, pensou-se poder censurar Aristóteles por ter admitido a *inventio* e não a *elocutio*, a *dispositio*, a *memória*, a *pronuntiatio*. Mas **Aristóteles quer verossimilmente considerar a exposição do discurso como essencial, mas somente como um acidente; porque ele pensa também a retórica nos livros [...].** (NIETZSCHE, 1999, p. 34, grifo nosso)

Percebamos, pois, com Nietzsche (1999) que estamos aqui diante de um pensamento que concebe a “memória”, como parte da Retórica, incluindo a memória “materializada” dos livros, os registros para além da oralidade (e os desdobramentos institucionais abordados pela visão noraiana como “lugares de memória”). Tra-

ta-se de uma visão completa do papel do discurso na construção do sujeito, das instituições e da cidade. Em outras palavras, trata-se da demarcação do lugar da linguagem na cidade, do lugar do cidadão na política, e, em nossa presente reflexão, do lugar da memória na linguagem do cidadão em sua vivência gregária, ou seja, nas cidades. A memória, podemos, enfim, apontar, ocupa lugar central na Retórica e é por essa desenvolvida como uma parte de sua poético-técnica.

4. Do “lugar da memória” na Retórica

Como visto, encontramos a memória como uma parte do desenvolvimento da Retórica, fundamental nos processos de produção e de exposição dos discursos. Em diferentes tentativas de “classificação” da Retórica, perceberemos o “lugar da memória” no desenvolvimento das técnicas discursivas.

No contexto do clássico diálogo sobre o debate da linguagem, o *Fedro*, Sócrates rememora os passos de elaboração do discurso, a saber, o 1. preâmbulo, seguido de: 2. exposição, 3. testemunhos, 4. provas, 5. probabilidades, e, por fim, 6. recapitulação ou peroração. (PLATÃO, 2000, p. 103).

Por sua vez, no século II a.C., Cícero classificará a retórica em invenção, disposição, elocução, memória e maneira de falar. A “invenção” integra o estudo das razões – verossímeis ou verdadeiras – para apoiar a causa; a “disposição” responde pela organização das razões; a “elocução” trata da adequação das palavras e do pensamento aos meios fornecidos pela invenção. A “memória”, por sua vez, vem significar a gravação fiel dos pensamentos no espírito. Por fim, a “maneira de falar” regula o gesto e a voz e equilibra ambos com o assunto e a linguagem. (MEYER, 1993)

Para Curtius (1996) diferentes alterações ocorreram nos processos de ensino da arte do retor. A princípio, em linhas gerais, encontramos cinco partes tradicionais, comuns à maioria das formações retóricas, a saber: *inventio*, *dispositio*, *elocutio*, *memoria*, *actio*. Do mesmo modo, historicamente, três gêneros compõem o horizonte de estudos do discurso, ou seja, o forense (*genus iudiciale*), o deliberativo (*genus deliberativum*) e o laudatório (*genus demonstrativum*).

A tradição urbana e civil coloca o discurso deliberativo como preponderante: ele é base do direito romano. A deliberação, por sua vez, representava a oração política nas assembleias populares, além do uso nas atividades escolares (o método de discussão, por exemplo, em análises literárias). Soma-se a esses, por fim, o discurso panegírico, que, apesar de menos destacado que o deliberativo, recebeu uma grande relevância em diferentes domínios da vida pública. Encontramos o objeto do louvor, sendo o uso presente em eventos como acontecimentos fúnebres, aniversários, saudações, felicitações. Integra-se a esse discurso a descrição de homens, lugares, edifícios, obras de arte. (CURTIUS, 1996). Percebemos, pois, até aqui, como,

no desenvolvimento de uma teoria do conhecimento baseada na Retórica, os elementos que sustentam uma teoria da memória podem ser diretamente encontrados, tanto na técnica, quanto na disciplina, e ainda na reflexão sobre a linguagem que advém da teoria retórica.

Ainda, de acordo com Meyer (1993), o discurso deliberativo relaciona-se com o debate político e visa objetivamente a utilidade, ou seja, a decisão. O judiciário vincula-se ao processo e visa o justo, isto é, o juízo. O epidíctico vincula-se ao elogio fúnebre ou a conversa cotidiana e visa o verossímil, o agradável, o honrável; estamos aqui com o horizonte na adesão. Na construção do discurso e na sua aplicação, o próprio ato linguístico da fala, o *ethos* (aqui sob a noção direta de conjunto de costumes) tem papel central: “a credibilidade daquele que fala e propõe, a sua autoridade, porá ponto final nas dúvidas, teoricamente sem fim, sobre as respostas propostas.” Isto se dá, pois a autoridade está assentada na institucionalização: “o papel social e o ‘lugar’ que o orador ocupa (‘é ou não um especialista da questão?’, pergunta-se o interlocutor) operam em pleno no debate político, na tomada de decisões” (MEYER, 1993, p. 36).

No mito, ou no canto como os aborígenes, a linguagem surge já feita de artifícios retóricos, nomeadamente metáforas. A linguagem que pensamos exprimir um sentido primeiro é apenas o esquecimento de uma figura retórica. **A linguagem constrói-se sobre o esquecimento da retórica.** Exemplo de Perelman: ‘o braço da cadeira’ – a metáfora se tornou o objeto; a analogia foi esquecida e o termo tomou um sentido próprio. (CUNHA, 1999, p. 18, grifo nosso)

Percebamos até aqui, pois, que a manipulação da linguagem no âmbito da anatomia do discurso empreendida pela Retórica nos permite a representação da memória (no escopo de uma teoria dos lugares comuns – *loci* – e no escopo de uma teoria da metáfora – *topoi*) como modo de fabricação do sujeito e de compreensão do espaço. Trata-se de uma visão que aborda a memória como parte da linguagem, com uma atividade do discurso. E especificamente abordando a questão do lugar, reconhece-se aqui o papel de uma teoria dos lugares que nos leva ainda mais a pensar o lugar da memória na Retórica (incluindo uma teoria dos lugares de memória, como na abordagem de Nora (1993)).

Como aponta Curtius (1996), o desenvolvimento do estudo da linguagem pela via da história da Retórica constitui temas ideológicos específicos para dados contextos, respondendo por uma cadeia de construtos já dados, objetivamente, no seio social. Trata-se de um conjunto de tropos com fins práticos, que permitem a ela-

boração do discurso. Existe, pois, retomando Foucault (2002), uma espacialização do tempo espaço a partir de elementos-mundo depositados a partir da linguagem, elementos tais que são fundamentalmente constituídos por metáforas.

Essa condição no demonstra, pois, a longa formação intersubjetiva da luta política, bem como da própria “invenção” do (inter)sujeito na linguagem (incluindo a sua capacidade de tecer e de preservar a memória). Em outros termos, a produção do pensamento e suas possibilidades de retenção encontram nas técnicas e na reflexão retórica o lugar seguro para o desenvolvimento da memória; ou, ainda, a memória é tanto uma técnica como parte teórica elementar de toda a reflexão retórica sobre o *dever* do sujeito histórico em sua condição cidadã. O processo de formação da consciência de tal sujeito é uma transformação permanente da e pela linguagem, dentro da qual a memória se articula, se define e é experienciada.

4. Uma arte democrática, uma arte do “inconsciente”: a memória na Retórica da memória

Como lembra Meyer (1993, p. 11), a Retórica (re)nasce em todas as ocasiões em que dadas ideologias entram em certo declínio. Trata-se do conjunto de contextos históricos onde determinadas certezas são colocadas à prova. Assim, um objeto de deliberação silencioso ganha torna-se o espaço da discussão.

Neste aspecto, **nossa época pode ser comparada ao advento da democracia ateniense e ao renascimento italiano**, dois grandes períodos para a retórica: no primeiro assistimos à derrocada das explicações míticas e da ordem social aristocrática; na segunda à extinção do velho modelo escolástico e teológico que gradualmente cede o lugar à ciência moderna, ao mesmo tempo que o renovamento comercial das cidades italianas anuncia a era burguesa. Nos momentos intermédios e privilegiados em que os esquemas antigos oscilam e os novos ainda mal se esboçam, a livre discussão restabelece os seus direitos, e, de uma maneira geral, a **liberdade**. (MEYER, 1993, p. 11, grifo nosso)

A tese de Meyer (1993) também aparecerá em Curtius (1996), ou seja, o próprio nascimento da Retórica está fundamentado nesse lugar da luta deliberativa, da necessidade de um modo de significar os sujeitos e suas comunidades. Em termos históricos, lembra Curtius (1996, p. 102) a Retórica está marcada pelo signo espaço-temporal do momento em que Atenas se apossa da herança da Jônia, quando surge “na vida pública o discurso e a arte de orar”. É neste contexto que se verifica o ensino, mediante pagamento aos mestres ambulantes de sabedoria (sofistas), da eloquência.

Quando se dá a decadência da Grécia Clássica, com a perda da liberdade, após o período forte da eloquência (ocorrido com Demóstenes – 384-322), a Retórica perde, em razão desses efeitos políticos, a relevância pública e é relegada aos exercícios escolares. Com o novo milênio e as diferentes condições do desenvolvimento político, a partir do século II, concebe-se um novo período de avanço da reflexão sobre o discurso - os retores gregos seguiram para Roma e se dedicaram ao ensino, tendo a oratória um papel estritamente prático. (CURTIUS, 1996).

Como nos lembra Cunha (1999), no contexto anterior à chamada democracia grega, não há a condição da persuasão, uma vez que o mito só carece de recitação, reprodução. Ou seja, não pode haver persuasão “pela simples razão de que todos estão já, por definição, persuadidos de uma estória que conhecem e que é a da sua própria existência”. (CUNHA, 1999, p. 9)

A postura persuasiva só faz sentido quando uma diferenciação exista entre os interlocutores que se distinguem pela sua individualidade privada. Só nessa situação haverá lugar para uma postura em que alguém possa convencer outrem de alguma coisa. Isto é, só num contexto social e cultural onde haja lugar para uma distinção entre público e privado se poderá desenhar uma situação persuasiva e conseqüentemente retórica. (CUNHA, 1999, p. 12, grifo nosso)

Aqui encontramos as distinções primárias entre o público e o privado, noções que sustentarão a ideia de democracia diretamente vinculadas a ideia de discurso (bem como ao direito à memória de um dado grupo social). Parte das revisões contemporâneas sobre as experiências democráticas, como a teoria habermasiana, encontra eco nestas primeiras manifestações da retórica.

Diz Habermas que a **publicidade grega** se define como sendo ‘o conjunto de pessoas privadas fazendo uso público da razão’. Essa razão, se atendermos ao sentido grego do *logos*, é também um *légein*, dizer. A **discursividade pública** é, pois, o privilégio de quem pode fazer uma distinção entre a esfera pública e a esfera privada, isto é, de quem funda a sua cidadania na visibilidade social que o seu domínio lhe assegura. (CUNHA, 1999, p. 12-13, grifo nosso)

A condição do consenso, matéria fundamental da estrutura da democracia, é definida então a partir da diferença entre os membros de uma sociedade. Esta diferença se dá pela apresentação, apreciação e argumentação em torno dos discursos

discordantes. Trata-se de um regime político que só se estabelece porque reconhece o outro como “ser discursivo” e o “eu” como “ser ouvinte”.

Entre os períodos de perturbação da cidadania e os espaço-tempos de experiências democráticas, no entanto, o discurso não “desaparece”. A história do desenvolvimento da Retórica ao longo de mais de dois mil anos demonstra essa movimentação. Podemos, retomando o diálogo com Nora (1993) em uma teoria da memória, reconhecer que nesses contextos de vigência de condições extremas para as expressões públicas, uma dada memória guarda e acumula os vestígios, os testemunhos (incluindo documentos, imagens, sinais) daquilo que um dia teria sido a representação de um dado sujeito e de sua comunidade (seus lugares comuns, suas metáforas, tudo aquilo que definia um grupo enquanto tal).

Do ponto de vista do lugar da memória na Retórica, trata-se de identificar os lugares ditos comuns, em uma teoria dos *loci*, bem como os sentidos de uma linguagem local partilhada (uma teoria dos *topoi*), onde podemos reconhecer as significações de pertencimento do sujeito em seu contexto, em seu mundo simbólico. Assim, quando Nora (1993, p. 21) aborda os “lugares de memória” como parte de domínios complexos, que reúnem a simplicidade e a ambiguidade, na mais abstrata elaboração, podemos perceber que essa condição complexa é dada, no Ocidente, por um processo histórico de construção intersubjetiva (diríamos, à moda nietzschiana, metafórica) do sujeito discursivo, e do lugar do ato de memoriar como possibilidade de conferir-lhe existência no meio social.

Interpretemos, pois, o lugar da memória na linguagem a partir da clássica definição de Pierre Nora.

São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, **material, simbólico e funcional**, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólico. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança. (NORA, 1993, p. 21, grifo nosso)

Do ponto de vista da poético-técnica retórica, da criação à aplicação do discurso na polis, o sujeito tem a memória como um elemento central no desenvolvimento de seu modo de pertencimento. O jogo entre o material, o simbólico e o

funcional podem ser antevistos, de maneira direta, na própria teoria do discurso que emana de dentro da Retórica (entre lugares e metáforas). A performance, o olhar sobre os costumes, as técnicas de apresentação e ordenação das palavras são processos centrais para aquilo que futuramente chamados de (lugar de) memória. Por sua vez, o lugar dessa memória, como construção intersubjetiva, está dado em uma experiência de invenção do sujeito na cidade. O sujeito só o é pela memória. A memória, por sua vez, só pertence ao domínio desse sujeito como construção social. A técnica dessa edificação se chama Retórica.

O desenvolvimento da argumentação de Pierre Nora que estabelece a distinção entre memória e história, por sua vez, em nossa interpretação, amplia nossa visão sobre esse “lugar da memória”.

Mas o que os faz lugares de memória é aquilo pelo que, exatamente, eles escapam da história. Templum: **recorte no indeterminado do profano – espaço ou tempo, espaço e tempo – de um círculo no interior do qual tudo conta, tudo simboliza, tudo significa.** Nesse lugar, o lugar de memória é um lugar duplo; um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade, e recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações. (NORA, 1993, p. 27, grifo nosso)

Os “mais simbólicos territórios” de demarcação da memória (no outro polo da História e da Filosofia) encontram um aspecto de profunda e aberta significação. É nesse sentido que encontramos uma das mais clássicas “naturezas” da Retórica: a metáfora, o deslocamento dos sentidos, o jogo de significados que escapa à lógica e, mesmo, à gramática (no quadro estrutural do *trivium*), mas encontra sentido na pragmática das comunidades. Nesse espaço do significado plural, só existe o sentido na mais íntima possibilidade da linguagem, quando o sujeito e o discurso se posicionam ao mesmo tempo em sua mais explícita conjugação (no entrecruzamento de outras discursividades).

Se seguirmos algumas trilhas parciais de fundamentação do sujeito histórico Ocidental a partir da linhagem grega de pensamento, afirmando a preponderância da Retórica nesse delineamento, assim como o fez Nietzsche (1999), podemos perceber que o lugar do sujeito está exatamente na memória, e essa na Retórica. Quando diante de condições extremas que ferem diretamente sua percepção existencial e sua experiência social, é em um certo “lugar da memória” depositada na linguagem que esse sujeito busca e tende a encontrar o seu (inter)ego, retido na liberdade das metáforas comuns de um dado ritual de rememoração, como demonstrado em

Nora (1993). Esse é, sem dúvida, uma posição nietzschiana: o sujeito é resultado da metaforicidade desenvolvida pela linguagem. A formação de conceito (castração do potencial de deslocamento de sentidos) é o primeiro processo histórico (transposição da memória para a história). Essa também pode ser interpretada, do ponto de vista crítico, como a abordagem dialógica bakhtiniana da linguagem (BAKHTIN, 2006), ou seja, o poder que a linguagem confere à construção do sujeito na luta (de classes) diante da opressão e dos massacres.

Todorov (1977), por uma outra via que não a nietzschiana, nos faz reencontrar o mesmo pressuposto: em sua crítica ao símbolo, o teórico postula a historicidade e o a morte da Retórica. Mesmo reconhecendo os problemas e a derrocada de uma teoria do discurso retórica, Todorov (1977) comprova em seu estudo que mesmo Freud, quando busca as paisagens do inconsciente em uma teoria dos sonhos (em parte, para alguém da linguagem), ou seja, quando procura compreender todas as atividades do inconsciente, sua classificação não é inovadora do ponto de vista histórico. O motivo: os *loci* e os *topoi*, ou seja, a racionalidade tecida por uma teoria do conhecimento baseada na Retórica.

Em outros termos, “o mecanismo simbólico que Freud descreveu nada tem de específico; as operações por ele identificadas (no caso do espírito) são, simplesmente, as de todo o simbolismo linguístico, tal como foram inventariadas particularmente pela tradição retórica” (TODOROV, 1977, p. 275), ou seja, em outros termos, estamos diante de um inconsciente que nada mais é do que a representação de um “velho catálogo de tropos”, ou, ainda, “o sonho fala por tropos” (TODOROV, 1977, p. 276), ou, dito de outra maneira, a metáfora estabelece o sujeito na intersubjetividade social, em sua memória tecida e compartilhada pela e através da linguagem.

O movimento de Todorov (1977) encontra, assim, a visão de Nietzsche de uma anterioridade retórica do sujeito (ou seja, Freud e Nietzsche aqui colocados em diálogo direto). Segundo Cunha (1999, p. 17) a visão nietzschiana tomaria a Retórica como uma espécie de “inconsciente da linguagem”; e a “linguagem”, por sua vez, “resulta da arte retórica” (CUNHA, 1999, p. 12).

Uma mesma causa, nas mesmas circunstâncias, produz efeitos semelhantes. Em todos os tempos e em todos os lugares em que existiram homens, existiu a imaginação, a paixão, ideias acessórias, e, por conseguinte, tropos. **Existiram tropos na língua dos Caldeus, na dos Egípcios, na dos Gregos e na dos Latinos: usam-se hoje até entre os povos mais bárbaros, porque, numa palavra, esses povos são constituídos por homens, tem imaginação e ideias acessórias. [...] Por isso, nós utilizamos os tropos não porque os antigos já os utilizassem, mas**

porque somos homens como eles. (TODOROV, 1977, p. 92, grifo nosso)

O “lugar da memória” na linguagem representa, pois, o jogo histórico de *loci*, de lugares-comuns, e suas metáforas (tropos), todos estes elementos já mapeados nas construções intersubjetivas do sujeito; esta “memória” é, ainda, desde sua condição Retórica, um modo de defesa e de construção do sujeito na cidade, sua forma de luta, sua ferramenta, seu ato. Chegamos, pois, de volta ao “Pequeno glossário da guerra civil iugoslava” de Denis Stoyanne, investigado por Alice Krieg-Planque (2012), o enlace de linguagem e memória, política e simbolismo.

5. Lugares e linguagens da memória: considerações finais

Reboul (2004) nos lembra que entre os modernos o conceito de retórica se transformou em um sinônimo de algo artificial ou falso. No século XIX, Nietzsche (1999) já havia também essa mesma condição, ou seja, “chamamos ‘retóricos’ um autor, um livro, um estilo, quando notamos neles uma aplicação constante de artifícios do discurso – e isso sempre com uma nuance pejorativa.”

No entanto, como vimos, as análises que pressupõem uma crítica histórica das terias do discurso e do simbólico, como visto em Todorov (1977), acabam percebendo não o papel retrospectivo e negativo da Retórica, mas sua plena vivência em teorias (e na vivência ordinária) contemporâneas, na própria definição de modos de compreensão do sujeito e de suas instituições.

Mais do que isso. Quando reconhecemos a construção histórica da linguagem pela via da teoria do conhecimento da Retórica, percebemos como, em diferentes contextos, ontem e hoje, a linguagem se coloca como o primeiro e o último elemento de sobrevivência. É justamente o exemplo da luta na antiga Iugoslávia pela resistência de grupos dizimados, a luta por publicar um glossário, por existenciar fatos contra o discurso autoritário, unívoco, opressor. Uma forma direta de “fazer justiça”, conforme indica Krieg-Planque (2012). Trata-se, do mesmo modo, pela via de Nora (1993), de uma maneira de fazer memória, de evitar o apagamento sumário. Por outro lado, o glossário demonstra que a Retórica não só não desapareceu, como está viva e dinâmica em todo e qualquer lugar onde se procura o mais digno desejo de “dizer o ser”, expressão cassiniana (CASSIN, 2005) adotada para representar a profunda transformação da linguagem na construção do homem grego na Antiguidade, o papel do *logos* (linguagem e racionalidade) na cidade (no espaço-tempo da cidadania).

O estudo da história da Retórica, como o fez Todorov (1977) à busca do simbólico, nos coloca, pois, diante do “lugar da memória” na arte do retor. Esse estudo nos leva à identificação de um conjunto de elementos que estão, no sentido da

técnica e da epistemologia (uma reflexão teórica sobre a linguagem) da Retórica, na estrutura da constituição dos substratos de uma teoria da memória (incluindo, dentro desta, uma teoria dos “lugares de memória”, e integrando as instâncias de definição não apenas da política, mas do próprio sujeito histórico). Abarcando um dos pressupostos centrais da filosofia da informação, ou seja, a estrutura hermenêutico-retórica do pensamento informacional, podemos perceber que os chamados “lugares de memória” estão profundamente relacionados com o “lugar da memória” na Retórica.

6. Agradecimentos

A pesquisa foi desenvolvida a partir do fomento do Conselho Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

7. Referências

- ALMEIDA, Marco Antônio de; CRIPPA, Giulia. **De bacon à internet:** considerações sobre a organização do conhecimento e a constituição da ciência da informação. *Ponto de Acesso*, Salvador, v. 3, n. 22, ago., p. 109-131, 2009.
- ARAÚJO, Andre V. de F. Os 500 anos do pai da Bibliografia: da celebração ao gesto bibliográfico de Conrad Gesner (2016-1516). **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.22, número especial, p.65-95, jul. 2017
- ARISTÓTELES. **Obras**. Madrid: Aguilar, 1977.
- BAKHTIN, M. Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2006.
- CASSIN, B. **O Efeito sofístico**. São Paulo: ed. 34, 2005.
- CAPURRO, R. What is Information Science for? a philosophical reflection In: VAKKARI, P.; CRONIN, B. (Ed.). **Conceptions of Library and Information Science; historical, empirical and theoretical perspectives**. In: INTERNATIONAL CONFERENCE FOR THE CELEBRATION OF 20TH ANNIVERSARY OF THE DEPARTMENT OF INFORMATION STUDIES, UNIVERSITY OF TAMPERE, FINLAND.1991. *Proceedings...* London, Los Angeles: TaylorGraham,1992. p. 82-96.
- CUNHA, T. C. Prefácio. In: NIETZSCHE, F. **Da retórica**. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999. p. 5-23.
- CURTIUS, E. R. **Literatura européia e idade média latina**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências**

humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio. **Epistemología de la Documentación**.

Barcelona: Stonberg Editorial, 2011.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio. Projetar la memoria: del *ordo* nacional a la eapropriación crítica. **Transinformação**, Campinas, 15(1):7-30, jan./abr., 2003.

HABERMAS, Jürgen. **Pensamento pós-metafísico**: ensaios filosóficos. Coimbra: Almedina, 2004.

KRIEG-PLANQUE, Alice. Un dictionnaire de combat : le “petit glossaire de la guerre civile yougoslave” comme mode d’intervention dans un espace public en crise. **Semen**: Revue de sémio-linguistique des textes et discours, v. 34, 2012.

Disponível em: <<https://semen.revues.org/9765#tocfrom2n6>>.

LOPES, R. A. **Elementos de Retórica em Nietzsche**. São Paulo: Loyola, 2006.

MEYER, M. **Questões de retórica**: linguagem, razão e sedução. Lisboa: Edições 70, 1993.

NIETZSCHE, F. **Da retórica**. 2..ed. Lisboa: Vega, 1999.

NORA, Pierre. **Entre história e memória**: a problemática dos lugares. *Proj. História*, São Paulo, v. 10, p. 1-22, dez. 1993.

PEIGNOT, G. **Dictionnaire raisonné de bibliologie**, tomo I. Paris: Chez Villier, 1802.

PLATÃO. **Fedro ou Da Beleza**. Lisboa: Guimarães Editores, 2000.

REBOUL, O. **Introdução à retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

TESAURO, Emanuele. **Il cannochiale Aristotelico**. Berlin: Verlag Gehlen; Zürich: Bad Homburg, 1670.

TODOROV, Tzvetan. **Teorias do símbolo**. São Paulo: Edições 70, 1977.

O dia do nome e o nome dos dias: linguagem, informação e memória na obra de Walter Benjamin

Ivan Capeller

Os kazares sabem ler as cores como notas de música, letras ou números. Quando entram numa mesquita ou numa igreja, ao verem os afrescos ou os ícones, eles soletram, lêem ou cantam o que está pintado e representado, prova de que os antigos pintores praticavam essa arte secreta e contestada. [...] A língua kazar é musical; todos os versos que ouvi pronunciados nesta língua soam bem, mas não pude guardá-los na memória; diz-se que foram escritos por uma princesa kazar. Esta língua possui sete gêneros. Além do masculino, do feminino e do neutro, há um gênero para os eunucos, um para as mulheres sem sexo (aquelas cujo sexo foi roubado por um demônio árabe), um para aqueles que mudam de sexo, os homens que se tornam mulheres ou ao contrário; e também um gênero para os leprosos, que são obrigados a adotarem uma nova maneira de falar para que, assim que abram a boca, revelem a seus interlocutores a sua doença. As meninas têm um sotaque diferente dos meninos, assim como os homens das mulheres. Os meninos aprendem árabe, hebreu ou grego, segundo vivam onde haja gregos, onde judeus se misturem aos kazares, ou então onde morem sarracenos e persas. [...] As meninas, por sua vez, não aprendem hebreu, nem grego, nem árabe, e seu sotaque é diferente e mais puro. Sabe-se que, quando um povo desaparece, são primeiramente as classes nobres e a literatura que desaparecem. Subsistem somente os livros de leis que o povo conhece de cor. Assim acontece com os kazares. Em sua capital, o preço dos sermões em língua kazar é elevado, enquanto os em hebreu, árabe ou grego são baratos ou gratuitos. É curioso constatar que os kazares que se encontram no estrangeiro evitam confessar mutuamente que são kazares e preferem, ao se cruzarem, esconder sua origem, fingindo não falar nem compreender a língua kazar, e entre eles ainda mais do que diante dos estrangeiros. Entre eles, nos serviços públicos e administrativos, apreciam-se de preferência os que conhecem mal o kazar, embora seja a língua oficial. Desse modo, mesmo os

que dominam bem essa língua esforçam-se para falá-la mal e com sotaque estrangeiro, com o que obtêm uma vantagem evidente. Os tradutores, por exemplo, do kazar em hebreu, ou do grego em kazar, que cometem – intencionalmente ou não – erros na língua kazar, são os mais procurados. (Excertos do Dicionário Kazar, de Milorad Pavich).

A FASCINANTE IDEIA DE QUE A LINGUAGEM ESCONDE ALGO DE SECRETO É UMA suspeita inevitável ao pensamento, já que os processos de significação cotidianos estão presentes em nossa comunicação de forma subterrânea, exercendo efeitos potencialmente incontroláveis. Que espécie de magia se inscreve na linguagem? Como atribuir às suas diversas instâncias e matrizes (sonoras, verbais e visuais) seus efeitos e processos específicos a partir das diversas possibilidades de articulação que estas apresentam entre si? E mais: em que medida seus supostos poderes de transformação são apenas metafóricos e em que medida os poderes da metáfora como processo de significação podem ser considerados efetivos?

Os poderes da linguagem serão considerados metafóricos ou não de acordo com o próprio conceito de linguagem que é evocado; pode-se perguntar se o poder da linguagem é um poder metamórfico real que pervade o mundo (considerado como criação humana ou divina) reconfigurando-o incessantemente, ou se o poder da linguagem é apenas uma metáfora do poder em si, representante abstrato dos poderes realmente incrustados em um mundo de mutações materiais, mudo, indiferente e habitado por corpos, falantes ou não, que vivem segundo suas próprias ilusões semióticas. Enquanto a primeira saída do dilema é apanágio de todo o tipo de idealismo místico, filosófico e/ou religioso, a segunda é considerada viável, em termos materialistas, desde que mantenha a necessária distinção lógica entre qualquer signo específico e seus possíveis referentes entendidos como objetos reais ou imaginários para o pensamento. No primeiro caso, a linguagem deve ser entendida como analógica à própria realidade, enquanto, no caso oposto, a linguagem pode ser reduzida a um código instrumental ontologicamente alheio à realidade material, ou mesmo a ela imposto à força.

Ambas as soluções, no entanto, apresentam seus problemas específicos: a concepção mimética tradicional da linguagem dificilmente desvencilha-se de suas próprias tendências animísticas na direção de um pensamento conceitual capaz de prover os fundamentos apropriados a uma teoria da linguagem, sustentando-se fundamentalmente da crença em processos de magia simpática baseados em critérios de semelhança e/ou contiguidade. Tal concepção deve situar-se necessariamente no plano ôntico de entrecruzamento e hibridização espaço-temporal de

um sem número de mensagens, materialmente distintas entre si, enquanto anseia pela fórmula de uma impossível linguagem primordial colada a um suposto primado ontológico da realidade. Por outro lado, a concepção moderna da linguagem descreve a dupla articulação de suas estruturas internas – sintáticas e semânticas – como um meio puramente instrumental de quantificação da informação e de transmissão codificada de sentido. Assim, ao isolar o conceito de Língua do pragmatismo idiossincrático da Fala, entendida como o único fato linguístico empiricamente verificável, a linguística estrutural de Saussure descreve o funcionamento da linguagem verbal em termos exclusivamente sincrônico-estruturais, ao mesmo tempo em que condena a questão de sua historicidade diacrônica a um papel secundário na elaboração dos seus paradigmas conceituais. Por isto, uma teoria materialista da mídia, entendida como o conjunto de meios infotelecomunicacionais produzidos e utilizados pela sociedade industrial contemporânea, deve superar dialeticamente a oposição entre a linguagem concebida como um meio instrumental de estocar e transmitir informação e a linguagem entendida como *medium*, ou seja, como expressão potencial de qualquer entidade comunicante, real ou imaginária.

Para Walter Benjamin, “la chose est medium de la communication et ce qui en elle se communique est justement – d’après ce rapport de médiation – ce « medium » (langage) lui-même » (BENJAMIN, 1971, p. 85). Pensar a linguagem como um meio de autoexpressão em vez de pensá-la como um meio de representar alguma coisa é mais do que uma maneira de evitar e criticar a ideia de que a linguagem é um mero instrumento ou ferramenta de mediação entre entes diversos. É todo o conceito da linguagem como um meio de representação da realidade através de signos que se encontra virado de cabeça para baixo, pois a própria realidade se transforma em *medium* através do qual a linguagem como tal se apresenta, se expressa e transmite a si mesma.

Uma teoria da comunicação (humana ou não), ainda a ser conceitualizada como ciência, provavelmente se beneficiaria muito da concepção benjaminiana, de extração bíblica, da linguagem como *medium* da criação, em oposição à visão convencional, adotada pelos teóricos do campo da informação e da comunicação, de que a linguagem é apenas um meio de representação. Em função de tal necessidade, renova-se o interesse em abordar a teoria da linguagem de Benjamin através do elucidativo prisma enunciado por Terry Eagleton em seu ensaio *Walter Benjamin or Towards a Revolutionary Criticism*: é precisamente no idealismo radical da teoria da linguagem de Benjamin que reside a chave de sua controversa adesão ao materialismo histórico.

Segundo Eagleton,

[...] o messianismo de Benjamin é ao mesmo tempo a prova mais evidente de seu idealismo e uma das fontes mais poderosas de seu pensamento revolucionário [...] A linguística de Benjamin, em todo o seu primitivismo místico e sensualismo ingênuo, é sem dúvida idealista; porém, a crença judaica na unidade expressiva de palavra e corpo, se dada uma guinada dialética, pode tão facilmente reaparecer como a base para uma recolocação materialista do discurso nas práticas sociais a partir das quais, como Benjamin vê astutamente, ideologias semióticas modernas a isolaram estrategicamente. De fato, pode ser que a primeira inclinação de Benjamin em direção ao marxismo tenha ocorrido precisamente por essas razões. (EAGLETON, 2010, p. 132,170-171).

A rejeição de Benjamin às «ideologias semióticas modernas» não está em contradição com sua adesão posterior ao materialismo histórico, antes permitiu-lhe configurar sua forma particular de pensar a linguagem como uma entidade material inscrita na historicidade concreta do mundo. Por isto, sua rigorosa leitura do *Be'reshit* (o livro da Gênese) consegue ser tão próxima das exegeses teológicas tradicionais sem jamais colocar-se fora dos estritos limites da razão:

Lorsque dans la suite nous allons considérer l'essence du langage à la lumière des premiers chapitres de la *Génèse*, nous n'entendons ni poursuivre un projet d'exégèse biblique, ni, dans ce contexte, situer objectivement la Bible, comme vérité révélée, à la base de notre réflexion, mais simplement explorer ce que nous présente la Bible quant à la nature même du langage; et la Bible n'est au départ indispensable à notre projet que parce que nous la suivrons ici dans son principe en présupposant avec elle le langage comme une réalité dernière, inexplicable, mystique, qu'on ne doit considérer que dans son développement. En se donnant elle-même pour une révélation, elle développe nécessairement les faits linguistiques fondamentaux. (BENJAMIN, 1971, p.87).

Entre a poderosa voz da criação divina e o poder humano de nomear o que há no mundo, o texto bíblico desvela todo o processo de criação como uma linguagem primal que se manifesta como *medium* sonoro vibrante, capaz de ressoar e reverberar o próprio Universo em vez de limitar-se a representá-lo através de signos considerados como meros instrumentos para o registro de uma linguagem codificada. O caráter materialista da teoria da linguagem de Benjamin depende, portanto, de uma leitura precisa da narrativa da criação do Gênese como narrativa da emergên-

cia da linguagem enquanto advento universal da existência de tudo o que pode vir a ser. Porém, tal precisão não é necessariamente tributária de uma exegese teologicamente erudita, ligando-se antes ao tipo de precisão poético-analógica presente em traduções como a do poeta Haroldo de Campos, publicada sob o título *A Cena da Origem* e que transcrevemos abaixo na íntegra (CAMPOS, 2000, pp. 45-50):

I 1. No começar § Deus criando §§§ O fogoágua § e a terra 2. E a terra § era lodo § torvo §§ e a treva § sobre o rosto do abismo §§§ E o sopro-Deus §§ revoa § sobre o rosto da água 3. E Deus disse § seja luz §§§§ E foi luz 4. E Deus viu § que a luz § era boa §§§ E Deus dividiu §§ entre a luz § e a treva 5. E Deus chamou à luz § dia §§ e à treva§ chamou noite §§§ E foi tarde e foi manhã § dia um 6. E Deus disse §§ seja uma arcada § no seio da água §§§ E que divida §§ entre água § e água 7. E Deus fez § a arcada §§ e dividiu § entre água § sob-a-arcada §§ e água §§ sobre-a-arcada §§§ E foi assim 8. E Deus chamou § à arcada § céufogoágua §§§ E foi tarde e foi manhã § dia segundo. 9. E Deus disse § que se reúnam as águas § sob o céufogoágua § num sítio uno §§ e que se aviste § o seco §§§ E foi assim 10. E Deus chamou ao seco § terra §§ e às águas reunidas § chamou mar-de-águas §§§ E Deus viu § que era bom 11. E Deus disse § que viceje a terra § de relva § de erva § que gere semente §§ de árvore-de-fruto § que dê fruto § de sua espécie §§ com a semente dentro § por sobre a terra §§§ E foi assim 12. E a terra vicejou § relva § erva que gera semente § de sua espécie §§ e árvore que dá fruto § com a semente dentro § de sua espécie §§§ E Deus viu § que era bom 13. E foi tarde e foi manhã § dia terceiro 14. E Deus disse § sejam luminárias § no arco do céufogoágua §§ para dividir §§ entre o dia § e a noite §§§ E para ser quais sinais § para as estações §§ e para os dias § e os anos 15. E que sejam luminárias § no arco do céufogoágua §§ para iluminar § a terra §§§ E foi assim 16. E Deus fez §§ os dois luzeiros § grandes §§§ O luzeiro maior § para a regência do dia §§ e o luzeiro menor § para a regência da noite§§ e § as estrelas 17. E Deus § os deu § ao arco do céufogoágua§§§ Para iluminar § a terra 18. E para reinar § sobre o dia e sobre a noite §§e para dividir §§ entre a luz § e a treva §§§ E Deus viu § que era bom 19. E foi tarde e foi manhã § dia quarto 20. E Deus disse §§ que as águas esfervilhem §§ seres fervilhantes § alma-da-vida §§§ E aves § voem sobre a terra §§ face à face § do céufogoágua 21. E Deus criou §§ os grandes § monstros do mar §§§ E todas as almas-de-vida rastejantes § que fervilham nas águas § segundo sua espécie § e todas as aves de

pena § segundo sua espécie§§ E Deus viu § que era bom 22. E Deus § os bendisse § dizendo §§§ Frutificai multiplicai § cumulai nas águas § do mar-de-águas §§ e que a ave § multiplique na terra 23. E foi tarde e foi manhã § dia quinto 24. E Deus disse § produza a terra § almas-de-vida§ segundo sua espécie §§ animais-gado e répteis § e animais-feras § segundo sua espécie §§§ E foi assim 25. E Deus fez os animais-feras § segundo sua espécie § e os animais-gado § segundo sua espécie §§ e § todos os répteis do solo § segundo sua espécie§§§ E Deus viu § que era bom 26. E Deus disse §§ façamos o homem § à nossa imagem § conforme-a-nós-em-semelhança §§§ E que eles dominem sobre os peixes do mar § e sobre as aves do céu § e sobre os animais-gado § e sobre toda a terra §§ e sobre todos os répteis § que rastejem sobre a terra 27. E Deus criou o homem § à sua imagem §§ à imagem de Deus § ele o criou §§§ Macho e fêmea § ele os criou 28. E Deus § os bendisse §§ e Deus § lhes disse § frutificai multiplicai § cumulai na terra § e subjugai-a §§§ E dominai § sobre os peixes do mar § e sobre as aves do céu §§ e sobre todo animal § que rasteje sobre a terra 29. E Deus disse § eis que vos dei § toda a erva § que gera semente § sobre a face de toda a terra §§ e toda a árvore § onde o fruto-da-árvore § gera semente §§§ Isto vos caberá § por alimento 30. E para todo animal da terra § e para toda ave do céu § e para tudo § o que rasteja sobre a terra § com alma-de-vida dentro §§ a erva o verde-todo-verdura § por alimento§§§ E foi assim 31. E Deus viu § o seu feito no todo §§ e eis que era § muito bom §§§ E foi tarde e foi manhã § dia sexto II 1. E foram conclusos § o céufogoágua e a terra § e seu todo-plenário 2. E Deus concluiu § no dia sétimo §§ a obra § do seu fazer §§§ E ele descansou § no dia sétimo §§ da obra toda-feita § do seu fazer 3. E Deus bendisse § o dia sétimo §§ e o § santificou §§§ Pois nele descansou § da obra toda-feita §§ que Deus criou § no fazer 4. Esta a gesta do céufogoágua § e da terra § enquanto eram criados §§§ No dia § de os fazer § Ele-O-Nome-Deus § terra e céufogoágua.

Haroldo de Campos traduziu o primeiro capítulo do livro da Gênese (além dos quatro primeiros versículos do segundo capítulo), do hebraico para o português, a partir de uma apreensão sintética do sentido preciso a unir a forma e o conteúdo do texto original. Este sentido é vertido a partir das interrelações fonéticas, sintáticas e semânticas, que é possível estabelecer mesmo entre duas línguas tão distantes no tempo e no espaço. Com isto, Haroldo de Campos realiza plenamente a ideia benjaminiana de que «a versão intralinear do texto sagrado é o modelo ou

ideal de toda tradução » (BENJAMIN, 1971, p.275).

Além de revelar, em toda plenitude, as qualidades propriamente poéticas de um texto literalmente soterrado por camadas sucessivas de interpretações e exegeses de caráter teológico, apologético e doutrinário, e de recuperar o sabor do original até mesmo no que concerne sua pontuação e organização formal (já que a aparentemente inocente reorganização do texto bíblico em parágrafos já constitui em si uma traição aos critérios onto-epistemológicos próprios à mentalidade do seu presumido autor)¹, a tradução de Haroldo de Campos revela a estrutura onto-lógica profunda do pensamento inerente à narrativa bíblica: a criação do mundo é apresentada como um processo de autopresentificação em que o universo assim criado se constitui através da própria linguagem divina postulada enquanto ordenamento universal e princípio basilar da Criação. O mundo organizado é resultado da linguagem de Deus e a linguagem de Deus organiza-se enquanto criação divina, isto é, enquanto mundo organizado.

Se os dois primeiros versículos se referem ao caos pré-linguístico do silêncio abissal anterior à Criação, momento em que « a terra § era lodo § torvo §§ e a treva § sobre o rosto do abismo §§ E o sopro-Deus §§ revoa § sobre o rosto da água »², a estrutura semio-lógica da narrativa bíblica revela-se, a partir do terceiro versículo, como o processo de nomeação divina de uma série de pares sêmicos ontologicamente constitutivos da própria existência do mundo e de todos os entes que o povoam, de tal forma que cada um dos sete dias da criação apresenta-se como o nome de uma determinada oposição semântica fundamental, em uma exposição pontuada pelo refrão « e foi tarde e foi manhã § dia [X] », conforme o seguinte esquema:

[...] e foi tarde e foi manhã § dia um [LUZ/TREVA : DIA/NOITE]
 [...] e foi tarde e foi manhã § dia segundo : [CÉU/ÁGUAS : FOGO/ÁGUA]
 [...] e foi tarde e foi manhã § dia terceiro: [MAR DE ÁGUAS/TERRA FIRME : MOLHADO/SECO]
 [...] e foi tarde e foi manhã § dia quarto: [SOL/LUA-ESTRELAS : SINAL DIURNO/SINAIS NOTURNOS]
 [...] e foi tarde e foi manhã § dia quinto: [CRIATURAS DO MAR/CRIATURAS DO AR : VIDA MARINHA/VIDA TERRESTRE]
 [...] e foi tarde e foi manhã § dia sexto: [ANIMAIS FERAS/ANIMAIS GADO : MACHO/FÊMEA].

1 Sobre o presumido autor do primeiro capítulo do Gênesis, (ALTER; KERMODE, 1990).

2 Acerca do silêncio de Deus na era anterior ao momento da criação, ver a análise de André Neher, em L'Éxil de la Parole, du silence biblique au silence d'Auschwitz (1970).

A nomeação dos dias da semana reflete a própria estrutura onto-semiológica da narrativa bíblica, de tal forma que cada dia é o nome de um determinado campo ôntico balizado pela tensão gerada por seus respectivos pares sêmicos³: campo onto-lógico para o duplo par sêmico Luz/Treva : Dia/Noite (dia um) que estabelece os pilares ônticos da Criação; campo cosmo-lógico para o par sêmico Céu/Águas (dia segundo) que erige os alicerces da Criação; campo geo-lógico do par sêmico Mar de Águas/Terra Firme (dia terceiro) que descreve a Cena da Criação; campo crono-lógico do par sêmico Sol/Lua e Estrelas (dia quarto) que estrutura o seu calendário e possibilita a própria crônica ou memória da Criação; campo bio-lógico do par sêmico Animais Marinhos/Animais Terrestres (dia quinto) que valoriza a vida orgânica como o ponto mais alto da Criação e campo sócio-lógico do duplo par sêmico Feras/Gado: Macho/Fêmea (dia sexto) que postula o Homem como o ente mais importante de toda a Criação.

Santificado pelo Nome de Deus, o sétimo dia – que é o único dia a possuir nome próprio em hebraico (todos os outros dias são identificados ordinalmente de acordo com o texto bíblico) passa a ser o Dia do Nome, ao mesmo tempo coroamento e interrupção do processo de nomeação divina dos dias, isto é, do próprio processo de criação entendido como um processo ligado à ação significativa da palavra de Deus. É desta interrupção no processo criativo de enunciação divina da palavra que se refere a Bíblia ao afirmar que « ele descansou § no dia sétimo §§ da obra toda-feita § do seu fazer».

Benjamin inicia a sua própria análise do livro do Gênesis precisamente neste ponto, ou seja, logo após, a narrativa da Criação propriamente dita, ou narrativa sacerdotal, já que o segundo capítulo do Gênesis apresenta uma segunda versão da narrativa bíblica da Criação que é aquela de fato por ele comentada⁴. Trata-se de uma escolha importante, pois Benjamin expõe sua teoria idealista da linguagem, baseada na ideia do poder divino do nome como «medium» da criação, a partir de uma versão radicalmente materialista deste processo em que Deus, agora denominado IHVH (Iavé ou Jeová) molda o primeiro homem, Adão, a partir dos vapores e eflúvios que emanam da terra (« adamá », em hebraico), para só então « fabricar » a primeira mulher a partir de uma de suas costelas. Para Benjamin, o fundamental aqui, no entanto, é o fato de que, nesta segunda narrativa da Criação, Deus atribui ao Homem seus próprios poderes linguísticos de nomear os entes do mundo para que este os consagre com seus nomes próprios no Pardess, o Jardim do Éden ou Paraíso:

3 Sobre a noção de par sêmico, ver Algirdas Greimas (1975).

4 Ver Harold Bloom (1991).

La deuxième version du récit de la Création, celle qui parle du souffle insufflé à l'homme, enseigne aussi que l'homme a été fait de la terre. Dans tout le récit de la Création, c'est le seul passage où il soit question pour le Créateur d'une matière dans laquelle il exprime son vouloir; partout ailleurs ce vouloir est conçu comme créant sans intermédiaires. Dans ce second récit, la création n'advient point par le verbe (Dieu dit – et cela fut), et à cet homme qui n'a pas été créé à partir du verbe est maintenant accordé le don du langage, qui l'élève au dessus de la nature. (BENJAMIN, 1971, 87).

Porém os poderes de nomeação do homem não são iguais aos poderes da nomeação divina:

En Dieu le nom est créateur parce qu'il est verbe, et le verbe de Dieu est savoir parce qu'il est nom. [...] Le rapport absolu du nom à la connaissance ne se trouve qu'en Dieu; là seulement est le nom parce qu'il est au plus intime de lui-même identique au verbe créateur, le pur « medium » de la connaissance. C'est à dire: Dieu, en leur donnant un nom, a rendu les choses conaissables; mais c'est dans la mesure où il les connaît que l'homme leur donne un nom.

[...] dans l'homme, Dieu a libéré de lui-même le langage que lui avait servi, à lui, comme « medium » de la Création. Dieu se reposa lorsque dans l'homme il eut déposé son pouvoir créateur. Vidé de son actualité, ce pouvoir créateur est devenu connaissance. L'homme est celui qui connaît le langage que Dieu a créé. Dieu a créé l'homme à son image, il a créé celui qui connaît à l'image de celui qui crée. [...] Il n'est aucun langage humain qui ne soit seulement reflet du verbe dans le nom. Le nom n'atteint pas davantage le verbe que la connaissance n'atteint la Création. En comparaison de l'infinité absolument illimitée et créatrice du verbe divin, l'infinité de tout langage humain reste toujours d'essence limitée et analytique. (BENJAMIN, 1971, pp.88-89).

Se a Criação do mundo é o processo de nomeação divina do mundo, sua própria existência está sustentada pelo seu potencial desvelamento através do conhecimento humano. A teoria da linguagem de Benjamin implica não só uma ontologia do Nome, mas também uma epistemologia do seu potencial heurístico, inteiramente distinto quer tratemos de Deus ou do Homem: o Nome de Deus é o « medium » comum a todo Ser, isto é, presente em qualquer ente cognoscível, e sua

capacidade de nomeação é singular e infinita; o Nome do Homem é próprio, isto é, limitado e privativo, e sua capacidade de nomeação dos entes que o rodeiam é uma função do seu maior ou menor conhecimento acerca destes, ou seja, é plural e limitada. Portanto, é a outorga ou dom da linguagem ao homem que reduz gradativamente os poderes de mediação da linguagem à mera condição de símbolo ou signo arbitrário em relação ao(s) seu(s) referente(s). Neste sentido, o livro do Gênesis, em seus capítulos imediatamente seguintes à segunda narrativa da criação, pode ser interpretado com uma espécie de pré-história mítica da linguagem humana: da expulsão de Adão e Eva do Paraíso à destruição da Torre de Babel e além, a humanidade se vê irremediavelmente mergulhada em uma proliferação incessante de códigos, enunciados, argumentos e interpretações – convergentes, divergentes ou mesmo indiferentes – que Benjamin não hesita em classificar como «tagarelice» (BENJAMIN, 1971, p.95).

No entanto, as supostas semelhanças entre a teoria da linguagem de Benjamin e o clichê heideggeriano que tenta pensar a linguagem como «morada do Ser» devem ser desconstruídas se quisermos compreender o verdadeiro alcance epistemológico e político do interesse de Benjamin pelo materialismo histórico. A linguagem humana, para Benjamin, é um sintoma do exílio do Ser. Neste exílio, porém, a relação do homem com os poderes criativos e vitais (portanto igualmente mortíferos e letais) da linguagem não pode ser considerada apenas como uma relação de perda e decadência a partir de um momento original de plenitude de sentido na relação entre as palavras e as coisas.

É por isto que Bouretz (2011) tem toda a razão ao apontar a necessária complementaridade entre o ensaio sobre a linguagem de Benjamin e seu ensaio sobre *A Tarefa do Tradutor*:

[...] la traduction a finalement pour but d'exprimer le rapport le plus intime entre les langues. Il est impossible qu'elle puisse révéler ce rapport caché lui-même, qu'elle puisse le restituer; mais elle peut le représenter en l'actualisant dans son germe ou dans son intensité. Et cette représentation d'un signifié par l'essai, par le germe de sa restitution, est un mode de représentation tout à fait original, qui n'a guère d'équivalent dans le domaine de la vie non-langagière. Car cette dernière connaît, dans des analogies et des signes, d'autres types de référence que l'actualisation intensive, c'est-à-dire anticipatrice, annonciatrice. - Mais le rapport auquel nous pensons, ce rapport très intime entre les langues, est celui d'une convergence originale. Elle consiste en ce que les langues ne sont pas étrangères l'une à l'autre, mais, a priori et abstraction faite

de toutes les relations historiques, sont apparentées l'une à l'autre en ce qu'elles veulent dire. (BENJAMIN, 1971, p.264).

O germe da redenção está potencialmente presente nas manifestações de linguagem mais fossilizadas e/ou desconectadas de seus sentidos supostamente originais; não há aqui nenhuma necessidade de pressupor uma hierarquia entre as línguas que as classificariam de acordo com sua maior ou menor autenticidade ou proximidade ao Ser, assim como também não há aqui nenhuma intenção de isolar conceitualmente o fato social linguístico dos fatores extralinguísticos que o envolvem e parcialmente o determinam – seja através da noção de signo, código, sinal ou de qualquer outro conceito. Pelo contrário: a « abstração feita a todas as relações históricas » aqui evocada não tem o objetivo de isolar as estruturas sincrônicas da língua para melhor compreender o seu funcionamento instrumental, sem levar em conta as modificações diacrônicas mais ou menos imprevisíveis que a afetam incessantemente; antes, pretende demonstrar como as centelhas do Jardim do Éden ou Pardess – o pomar da linguagem em que se situam as árvores da Vida e do Conhecimento e onde Adão nomeou todos os entes do mundo antes do seu exílio – cintilam discretamente em toda mensagem linguisticamente organizada, por mais distante que esta esteja, no tempo e no espaço, do sentido originalmente constituinte dos seus signos.

A este respeito, a tradição acerca da palavra « pardess » como o nome do jardim dos sentidos, é extremamente eloquente, pois PaR.D.eS. também é um acróstico que contém as iniciais dos quatro níveis exegéticos de interpretação do sentido do texto bíblico, ou seja, « pardess » é ao mesmo tempo o nome do Jardim e de sua Perda, nomeando da linguagem tanto aquilo que é capaz de realizar como aquilo que se perde em sua realização; tal perda, porém, nunca é total, já que o jardim dos sentidos é capaz de manter os poderes esquecidos de um signo em suspenso, no domínio virtual das ideias ainda impensadas, como bem o expressa o *midrash* hassídico transmitido por Régine Robin no livro *La Mémoire Saturée* (2003):

Quando o Baal Shem-Tov tinha uma tarefa difícil para realizar ia a certo lugar na floresta, acendia uma fogueira e caía numa prece silenciosa, e o que ele devia fazer se realizava. Quando uma geração mais tarde o Maggid de Meseritz tinha de realizar a mesma tarefa, ia para este mesmo lugar da floresta e dizia: “Nós não sabemos mais acender a fogueira, mas nós ainda sabemos rezar”, e o que ele devia fazer se realizava. Uma geração mais tarde, quando Rabbi Moshe Leib de Sasson devia fazer a mesma tarefa, também ele ia à floresta e dizia: “Nós não sabemos acen-

der o fogo, nós não conhecemos mais todos os mistérios da prece, mas nós ainda conhecemos o lugar exato na floresta onde isso acontecia, e isso deve ser o suficiente”. Mas quando passou mais uma geração e o Rabbi Israel de Rishin devia fazer a mesma tarefa, ele ficou em casa sentado na poltrona e disse: “Nós não sabemos mais acender a fogueira, nós não sabemos mais dizer as preces, nós não sabemos mais o lugar da floresta, mas nós ainda sabemos contar a história”, e a história que ele contava produzia o mesmo efeito que a prática de seus predecessores.

As implicações epistemo-metodológicas e éticas desta forma de pensar a natureza da linguagem são imensas: cada elemento significativo de um texto - cada letra, signo ou sinal emitidos - é capaz de conter (e, potencialmente, de transmitir) várias camadas superpostas de organização do sentido do pensamento em torno de uma ideia. A exegese talmúdica destaca quatro níveis sucessivos de interpretação do texto sagrado, do mais superficial ao mais profundo, na seguinte ordem: nível literal (*pshat*), alegórico (*remez*), exegético (*drash*) e oculto (*sod*). Mais importante do que a escolha de um método apropriado de exegese, porém, é a exigência ética implícita à relação entre linguagem, conhecimento e memória, presente tanto no *midrash* acima citado como, na obra de Benjamin, em sua visionária teoria das constelações exposta no famoso prólogo epistemológico-crítico à *Origem do Drama Barroco Alemão* (BENJAMIN, S/D):

A ideia é da ordem da linguagem, mais precisamente, na essência da palavra, aquele momento em que esta é símbolo. Na percepção empírica, em que as palavras se decompuseram, elas possuem, paralelamente ao seu lado simbólico mais ou menos escondido, um explícito significado profano. Cabe ao filósofo restituir pela representação o primado do caráter simbólico da palavra, no qual a ideia chega ao seu autoconhecimento, que é o oposto de toda comunicação orientada para o exterior. Como a filosofia não pode pretender falar em tom de revelação, isso só pode acontecer por meio de uma rememoração que recupere antes de mais nada a percepção primordial. A anamnese platônica não andarão longe desta forma de rememoração. A diferença é que aqui não se trata de uma presentificação de imagens por via intuitiva; pelo contrário, na contemplação filosófica a ideia enquanto palavra solta-se do recesso mais íntimo da realidade, e essa palavra reclama de novo os seus direitos de nomeação. Mas na origem desta atitude não está, em última análise, Platão, mas Adão, o pai dos homens no papel de pai da filosofia.

O ato adâmico da nomeação está tão longe de ser jogo e arbitrariedade que nele se confirma o estado paradisíaco por excelência, aquele que ainda não tinha de lutar com o significado comunicativo das palavras. Na nomeação, as ideias dão-se destituídas de intenção, a contemplação filosófica é o lugar da sua renovação. Nesta renovação reconstitui-se a percepção original das palavras. E assim a filosofia mostrou ser, e com razão, no decurso da sua história (tantas vezes objeto de troça) uma luta pela representação de algumas palavras, poucas e sempre as mesmas – que o mesmo é dizer, de ideias. (BENJAMIN, 2011, p.25).

Adão é o pai da filosofia porque é o pai dos homens, isto é, a filosofia entendida como o trabalho de rememoração das ideias é a atividade própria ao homem exilado do Pardess, o jardim dos sentidos em que Adão dera às coisas os seus nomes reais. As ideias, porém, não correspondem ou se adequam integralmente ao trabalho realizado pelos conceitos sobre os fenômenos empíricos que orbitam em torno dos potenciais sentidos de um símbolo (ou signo). Atuam, antes, como ímãs ocultos ou atratores estranhos, em torno dos quais se agrupam e se reagrupam as coisas, assim como as estrelas se reúnem em constelações organizadas por um olhar (a ideia) estranho às suas respectivas posições e trajetórias reais no espaço. Presentes à própria constituição do mundo como linguagem, as ideias estão presentes no mundo enquanto linguagem e seu potencial encontra-se contido na mais ínfima letra ou sinal emitidos, pois, ao participarem da constituição da linguagem do mundo, participam constitutivamente da realidade do mundo em seu próprio processo de realização fenomênica:

O conjunto dos conceitos que servem à representação de uma ideia presentifica-a como configuração daqueles. De fato, os fenômenos não estão incorporados nas ideias, não estão contidos nelas. As ideias são antes a sua disposição virtual objetiva, são a sua interpretação objetiva. Se elas não contêm em si os fenômenos por incorporação nem se dissipam em funções, na lei dos fenômenos, na « hipótese », coloca-se então a questão de saber de que modo elas alcançam os fenômenos. A resposta é: na sua representação. Em si, a ideia pertence a um domínio radicalmente diverso daquele que apreende. O critério para definir a sua forma de existência não pode, por isso, ser o de dizer que ela compreende em si aquilo que apreende, por exemplo como o gênero compreende em si as suas espécies. Não é essa a tarefa da ideia. O seu significado pode ser ilustrado por meio de uma analogia. As ideias re-

lacionam-se com as coisas como as constelações com as estrelas. Isto significa desde logo que elas não são nem os conceitos nem as leis das coisas. Não servem para o conhecimento dos fenômenos, e estes de nenhum modo podem servir de critério para a existência das ideias. Pelo contrário, o significado dos fenômenos para as ideias esgota-se nos seus elementos conceituais. Enquanto os fenômenos, pela sua existência, pelas suas afinidades e as suas diferenças, determinam o alcance e o conteúdo dos conceitos que os circunscrevem, a sua relação com as ideias é a inversa, na medida em que é a ideia, enquanto interpretação objetiva dos fenômenos – ou melhor, dos seus elementos – a determinar as formas da sua recíproca interação. As ideias são constelações eternas, e se os elementos se podem conceber como pontos em tais constelações, os fenômenos estão nelas simultaneamente dispersos e salvos. E aqueles elementos, que os conceitos têm por tarefa destacar dos fenômenos, são mais claramente visíveis nos extremos da constelação. A ideia é definível como a configuração daquele nexos em que o único e extremo se encontra com o que lhe é semelhante. Por isso é falso entender as normas mais gerais da língua como conceitos, em vez de as reconhecer como ideias. É errado pretender apresentar o universal como uma média estatística. O universal é a ideia. Já o empírico será tanto mais profundamente apreendido quanto mais claramente for visto como algo de extremo. O conceito procede de algo de extremo. Tal como a mãe só começa a viver plenamente quando o círculo dos seus filhos, sentindo-lhe a proximidade, se fecha à sua volta, assim também as ideias só ganham vida quando os extremos se reúnem à sua volta. As ideias – na formulação de Goethe: os ideais – são as Mães fáusticas. Permanecem obscuras se os fenômenos não se reconhecerem nelas e não se juntarem à sua volta. Cabe aos conceitos agrupar os fenômenos, e a fragmentação que neles se opera por ação do entendimento analítico é tanto mais significativa quanto, num único e mesmo lance, consegue um duplo resultado: a salvação dos fenômenos e a representação das ideias. (BENJAMIN, 2011, pp.22-23).

A longa citação faz-se aqui necessária para demonstrar o radicalismo epistêmico do método benjaminiano, pois sua ontologia idealista ou realismo transcendental iniciais se reconfiguram em um materialismo antropológico em que as ideias passam a ser entendidas como princípios significantes do pensamento humano entendido como ação cognitiva transformadora do mundo. A universalidade da ideia

não corresponde nem à abstração transcendental do conceito, nem à particularidade empírica do fenômeno, mas à onipresença epistemológica da linguagem como « medium » de representação autor-reflexiva do pensamento humano e à dupla exigência ética de salvar os fenômenos e representar as ideias através do trabalho dos conceitos. O problema central a conectar as ideias potencialmente expressas pela linguagem, o trabalho conceitual de produção do conhecimento e a experiência vital da memória estão ligados assim à possibilidade de sua transmissão, ao longo da história, através da frágil materialidade dos seus significantes. A erudição filológica faz-se ainda mais necessária, mas não a serviço de uma pretensa reconstrução histórica fiel do sentido passado das ideias, e sim em prol de uma avaliação crítica do maior ou menor teor de verdade remanescente em dada obra, medido por contraste ou oposição ao seu teor material de signo posto em circulação em determinado momento histórico, e ainda capaz de transmitir-se ao presente para tentar transformar o seu curso mítica, isto é, supostamente, predeterminado.

A distinção metodológica entre teor de verdade (ligado ao conteúdo significante da ideia) e teor material ou coisal (ligado à expressão material do signo) de determinada obra, já presente em seu ensaio de 1922 sobre *As Afinidades Eletivas de Goethe* (BENJAMIN, s/D), permitiu a Benjamin, a partir do final dos anos 1920, a articulação de uma estética materialista avançada em que as demandas artísticas da avant-garde modernista e a presença dos modernos dispositivos técnicos de reprodução e transmissão de imagens e sons podiam ser plenamente pensadas em sua atualidade histórica e em seu potencial heurístico acerca do futuro próximo. Como todos sabem, o cinema e o rádio eram os dispositivos de comunicação de massa paradigmáticos da época de Benjamin, e o fato de que seus curtos, porém densos, textos sobre a *mimesis* e a doutrina das correspondências (BENJAMIN, 1987, pp.108-113) não tenham sido escritos durante o seu período idealista inicial, ao qual pertence seu texto sobre a origem da linguagem, mas apenas alguns anos antes de sua mais comentada peça acerca do « declínio da aura da obra de arte na época de sua reproduzibilidade técnica » (BENJAMIN, 1987, pp.165-196), é uma demonstração cabal da correção das posições de Eagleton acerca da importância da teoria idealista da linguagem de Benjamin para o seu período materialista tardio. Conceitos como o de “destruição da experiência”, “declínio da aura” e “tempo do agora”, claramente ligados à necessidade de pensar a conturbada atualidade política daqueles “tempos sombrios” a partir das novas possibilidades históricas advindas da tecnologia industrial moderna, não deixam, porém, de transparecer, inclusive em sua própria terminologia, a presença profunda, no autor do misterioso *Fragmento Teológico-Político* (BENJAMIN, 1971, pp.149-150), de um pensamento materialista anti-historicista radical, analógico e mimético, afeito às ressonâncias e correspon-

dências ocultas das idéias e às operações mentais e determinações materiais que, ao longo dos séculos, possibilitaram sua transmissão (ou mediação) significativa sob condições sociais específicas de enunciação.

É na transmissão oculta e subterrânea de um pensamento materialista subjacente às entrelinhas do texto bíblico - anterior a qualquer ontologia metafísica, teologia ou filosofia da história capaz de recobrir este mesmo texto com camadas sucessivas de interpretação e exegese doutrinal judaica, muçulmana ou cristã – que reside a unidade fundamental da obra de Walter Benjamin – a verdade ou essência de sua idéia motriz. Seu uso constante de termos e conceitos emprestados à teologia judaica, não só em conexão com a Cabala, conforme foi mais tarde amplamente divulgado por Gershom Scholem (1994, pp.181-211), mas, sobretudo em conexão com a versão kantiana racionalizada e esclarecida de judaísmo formulada por seu mestre Hermann Cohen (BOURETZ, 2011), assim como o seu estilo elíptico e aforismático, pleno de parábolas, alegorias e imagens de forte sabor bíblico, constituem-se em séries de camadas de sentido a ser interpretadas por seus exegetas exatamente como os rabinos do Talmud deviam interpretar a Bíblia, mas, seu sentido último não reside em um movimento de retorno erudito às fontes hebraicas da tradição, como em Scholem, nem em uma ontologia da existência baseada na maior ou menor proximidade ao Ser pela linguagem, como em Heidegger, mas em uma aposta política no futuro da memória como fruto de um encontro do passado e do presente mediados pelos poderes analógico-miméticos da linguagem.

Devido a esta profusão de possibilidades heurísticas, atualmente a obra de Benjamin é o Pardess dos estudiosos da área da comunicação. Mas, em que medida pode ser considerada relevante para as ciências da informação em tempos de Web 3.0?

A princípio, nada é mais distante do sensualismo materialista analógico “quente” da teoria das constelações de Benjamin do que as “frias” plataformas digitais que constituem a *world wide web*, com seus rígidos protocolos e padrões algorítmicos de comutação de sinais binários. As línguas artificiais e *softwares* oriundos da revolução informática parecem consagrar inteiramente os princípios instrumentais sistêmicos comuns à teoria da informação e à semiologia estruturalista que concebem o signo como um diferencial entre dois significantes que funciona como mero meio de veiculação da informação contida na mensagem. Porém, não há dúvida de que os conceitos e fenômenos enunciados pela estética materialista de Benjamin também foram e são reconfigurados atualmente pelas novas dinâmicas socioculturais geradas pela Internet e pela telefonia celular, ampliando e acelerando tendências – como a do declínio progressivo da aura das obras de arte – que já se faziam perceber em estágios anteriores do desenvolvimento técnico e estético dos meios de comunicação de massa e das infotelecomunicações. Além disso, a Inter-

net reaproxima, antropológicamente, o campo cultural da transmissão de mensagens ao campo socioeconômico da troca de mercadorias: a metáfora transforma-se literalmente no meio de transporte cuja ideia já se expressava no sentido original da palavra grega, assim como o sinal digital que realiza comandos e executa tarefas à distância possui um caráter simultaneamente representacional simbólico (de “palavra”) e material (de “coisa”) que nos remete ao intraduzível termo hebraico *davar* e sua dupla valência significante, traduzível tanto por “palavra” ou “discurso” como por “coisa” ou “fato” (NEHER, 1970, pp.99-101).

Por isto, algumas observações preliminares sobre as possíveis reconfigurações do pensamento de Benjamin em função da revolução comunicacional deste início de milênio devem ser ainda feitas, cada uma situada em um nível distinto de especulação teórica - a saber: metodológica, epistemológica e ontológica:

Em termos metodológicos, não há como não fazer referência ao próprio princípio de organização do *Trabalho das Passagens* (BENJAMIN, 1989) quando se pensa a auto referenciação da rede mundial de computadores através da proliferação dos chamados *hyperlinks*. A Bíblia já era referenciada de forma semelhante pelos talmudistas e *links* ocultos para o seu suposto sentido verdadeiro ainda fazem a delícia ou preenchem o tédio de muitos cabalistas obscuros, dentro e fora da Internet. Delírios ocultistas à parte, a questão do *hyperlink* como princípio de indexação e de navegação em um oceano infinito de dados amplifica em escala exponencial o problema da relação entre os fragmentos significantes (de um texto, filme, notícia ou mensagem) e a possibilidade de decifrar a totalidade do seu sentido: « Le nom n'atteint pas davantage le verbe que la connaissance n'atteint la création » (BENJAMIN, 1971, p.89).

Não se poderia afirmar, parafraseando a frase acima, que um nome de arquivo não pode abarcar seus algoritmos assim como o mais potente buscador de arquivos não é capaz de abarcar a Internet como um todo? Porém, se a nomeação é um processo que nunca abarca inteiramente o Ser, assim como o conhecimento (representacional) geralmente falha na geração de uma ação (verbal) apropriada, como articular linguagem, conhecimento e memória no ambiente digital da Internet?

Em termos epistemológicos, se a relação entre linguagem e conhecimento se apresenta, na Internet, sob a forma de uma amplificação inédita e abissal da potencial discrepância entre a capacidade humana de compreender as coisas ao nomeá-las e o conhecimento total acerca delas acumulado pela humanidade – verdadeiro ou não -, a questão da memória, por sua vez, aparece inteiramente reconfigurada pelos novos dispositivos de comunicação e estocagem de informação criados em função do ambiente 24 horas *online* da Rede, como bem o observou Ricardo Pimenta (2013). Atualmente, já há verdadeiros cemitérios de informação, como o

Orkut, que se constituem em um enorme desafio para os pesquisadores de todas as áreas, devido não só à quantidade inimaginável de dados estocados como também devido à crescente dificuldade de acesso aos seus arquivos; no limite, o “lixo informacional” que se acumula dia a dia nos servidores da rede mundial de computadores se transformará em um problema epistêmico-metodológico da mesma dimensão que o gerado pelas pesquisas cosmológicas sobre a misteriosa matéria escura supostamente presente no Universo.

Isto porque a conservação e a transmissão da memória digital apresenta características opostas aos modos analógicos de estocagem e transmissão da informação que Benjamin conhecia: sua própria teoria da linguagem postula a perda progressiva do sentido original de um signo ou nome a partir das modificações algo aleatórias que os processos analógicos, de transdução do material significante e de tradução do conteúdo significado, imprimem à linguagem, transformando-a e diferenciando-a em um movimento “babélico” de dispersão e afastamento do seu centro gerativo imaginário. Para Benjamin, porém, erudição filológica e pensamento materialista devem aliar-se na tarefa de desconstrução deste decaimento do sentido original em função das possibilidades políticas do seu momento presente (GAGNEBIN, 2014): é sempre possível, analogicamente, percorrer a trilha do sentido a contrapelo e descobrir, na tradução de um texto (verbal, sonoro, visual ou híbrido) o ponto em que “linguagem e revelação [...] sob a forma de uma versão intralinear, congregam literalidade e liberdade de forma necessária” (BENJAMIN, 1971, p.275). Com a digitalização crescente dos arquivos, porém, as vantagens instrumentais adquiridas no campo da estocagem e da transmissão de dados - com seu incremento exponencial da capacidade de armazenamento de informação, redução de ruído na geração e transmissão de mensagens e maior velocidade e capilaridade de distribuição da informação - reconfiguram inteiramente as possibilidades de aplicação do método benjaminiano de mapeamento das constelações do sentido: arquivos digitais não sofrem perdas ligadas à qualidade do registro, de cópia a cópia, e a própria ideia de uma busca pelo sentido do original não faz mais sentido.

Por isto, não é mais possível presumir a marca ou traço de um sentido originário a remanescer em todas as suas variantes e réplicas, de cópia a cópia: é precisamente o nome (de arquivo) que não é mais necessariamente rastreável no ambiente digital; é preciso conhecer um nome de arquivo de antemão para que se possa efetivamente encontrá-lo; se este é capaz de irromper do passado, a partir do fundo de um disco rígido, em condições de preservação potencialmente impecáveis, é, por outro lado, a própria memória de sua transmissão que já não nos é mais garantida por sua transcrição numérica desmaterializada. Daí os diversos problemas metodológicos suscitados pela onipresente digitalização da informação, que vão dos cri-

térios de indexação e estocagem de dados a ser adotados até o relativo fracasso dos programas de tradução automatizada em compreender e reproduzir os inúmeros desvios de sentido possíveis à mais banal operação de tradução inter-linguística.

Como articular, enfim, uma *paideia* apropriada a condições de geração, transmissão e difusão do conhecimento em que a ubiquidade da Internet realiza o suposto atributo divino da onipresença? Não deve essa *paideia* apropriar-se das atuais condições de apreensão e transmissão da linguagem, do conhecimento e da memória? Tempo real e simultaneidade, multiplicidade de telas e interfaces, telepresença e modelização ativa (para não falar da obsessão pelos acrônimos e do elogio ao *hacking*) não se nos apresentam como sintomas de uma verdadeira *apocatástasis*⁵ realizada pela onipresença simultânea, constante e permanente, de todos em relação a todos que é o apanágio das redes sociais típicas da web 2.0?

Em termos ontológicos, estas possíveis reconfigurações do ser da linguagem não habitam a beira do possível e os limites do imaginável, naquele magnífico lugar entre ciência e arte que a indústria cultural convencionou chamar de *science fiction*?

Não estaria a web 3.0, também denominada de Internet das coisas, realizando a perspectiva anímica de uma linguagem universal potencialmente inerente à existência de todo e qualquer ente – começando pelos já tradicionais sensores de onda e passando pelas técnicas atuais de biometria até chegar ao estágio dos implantes eletrônicos e digitais que possibilitam transpassar a fronteira biológica do orgânico?

Se a Internet apresenta um desafio epistemológico imenso à perspectiva teórica de Benjamin sobre as relações entre linguagem, conhecimento e memória, não deixa de apresentar também, do ponto de vista ontológico, possibilidades fascinantes: não será possível reler a parábola do *Angelus Novus*, narrada na famosa nona tese *Sobre o Conceito de História* (BENJAMIN, 1987, pp.222-234), como uma profecia acerca destes nossos últimos novos dias? Não daria esse anjo, o anjo da história, o seu nome próprio aos dias atuais?

Se assim for, e se situarmos o materialismo messiânico de Benjamin em sua perspectiva correta, isto é, politicamente comunista e revolucionária, o olhar do anjo da história em direção ao passado deve ser considerado em uma disjunção refratária à visão tradicionalmente melancólica com que é comumente interpretado⁶. Longe de representar apenas a impotência ligada à visão dos escombros catastróficos daquilo que já passou enquanto “uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las” (BENJAMIN, 1987,

5 Para a noção de *apocatástasis* em Benjamin, ver Jeanne Marie Gagnebin (1999, p.99).

6 Acerca da disjunção olhar/visão no *ängelus novus* de Klee/Benjamin, ver Sami Khatib (2016).

226), seu estrabismo acentuado revela a disjunção entre a visão de uma inexorável continuidade a ligar causalmente o passado ao presente e a irrupção momentânea de um olhar paralisante que interrompe o fluxo da história para reconfigurar sua imagem em nova constelação do pensamento, e que poderia ser capaz de ter “entre seus efeitos que quatro luas iluminariam a noite, que o gelo se retiraria dos polos [bingo!], que a água marinha deixaria de ser salgada e que os animais predatórios entrariam a serviço do homem” (BENJAMIN, 1987, 228), como já o previra Charles Fourier.

A força fraca deste potencial messiânico inerente às possíveis reconfigurações dos signos da linguagem em distintas formas de conhecimento é amplificada de maneira exponencial pelas novas condições infotelecomunicacionais da sociedade capitalista contemporânea: por mais ínfima que seja, seu potencial transformador é sempre imprevisível. Em um mundo em que as coisas literalmente emitem sinais complexos entre si sem interferência humana imediata, em que os astrônomos descobrem dezenas de exoplanetas potencialmente habitáveis por ano e em que sinais captados no longínquo espaço sideral são atribuídos a espaçonaves alienígenas por cientistas considerados sérios, não é mais impossível pensar uma teoria da linguagem e da informação que inclua a possibilidade de recepção e decifração ao menos parcial de mensagens extraterrestres produzidas por seres inteligentes, tal como pensado pelo genial romance *A Voz do Mestre*, de Stanislaw Lem.

Não seria esse o possível sentido oculto do versículo 14, do capítulo 1, do livro do Gênesis?

14. E Deus disse § sejam luminárias § no arco do céu fogógua §§ para dividir §§ entre o dia § e a noite §§§ E para ser quais sinais § para as estações §§ e para os dias § e os anos

Referências

- ALTER, Robert; KERMODE, Frank. **Literary Guide to the Bible**. [S. l.]: Harvard University Press, 1990.
- BENJAMIN, Walter. A Doutrina das Semelhanças. In: _____. **Obras Escolhidas: magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.
- BENJAMIN, Walter. A Obra de Arte na Era de sua Reprodutibilidade Técnica. In: _____. **Obras Escolhidas: magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.
- BENJAMIN, Walter. As Afinidades Eletivas de Goethe. In: _____. **Ensaio Reunidos: Escritos sobre Goethe**. São Paulo, Ed. 34, [19--].

- BENJAMIN, Walter. Fragment Théologico-politique. In: _____. **Walter Benjamin I: Mythe et Violence**. Prefácio e tradução de Maurice de Gandillac. Paris: Ed. Denoël, 1971.
- BENJAMIN, Walter. **Origem do Drama Trágico Alemão**. Tradução de João Barrento. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, [19--].
- BENJAMIN, Walter. **Paris, Capitale du XIXÈme Siècle: Le Livre des Passages**. Paris: Les Éditions du Cerf, 1989.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o Conceito da História. In: _____. **Obras Escolhidas: magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.
- BENJAMIN, Walter. Sur le langage en général et sur le langage humain. In: _____. **Walter Benjamin I: Mythe et Violence**. Prefácio e tradução de Maurice de Gandillac. Paris: Ed. Denoël, 1971.
- BENJAMIN, Walter. La Tâche du Traducteur. In: _____. **Walter Benjamin I: Mythe et Violence**. Prefácio e tradução de Maurice de Gandillac. Paris: Ed. Denoël, 1971.
- BLOOM, Harold. **O Livro de J**. New York: Vintage Books, 1991.
- BOURETZ, Pierre. **Testemunhas do Futuro: filosofia e messianismo**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2011.
- CAMPOS, Haroldo de. **Be'reshith: a Cena da Origem**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2000.
- EAGLETON, Terry. **Walter Benjamin, Rumo a uma Crítica Revolucionária**. Fortaleza: Omni Editora, 2010.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e Narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1999.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Limiar, Aura e Rememoração: Ensaio sobre Walter Benjamin**. São Paulo: Editora 34, 2014.
- GREIMAS, Algirdas. O Jogo das Restrições Semióticas. In: _____. **Sobre o Sentido: Ensaio Semióticos**. Petrópolis: Editora Vozes, 1975.
- KHATIB, Sami. Melancholia and destruction: brushing Walter Benjamin's 'Angel of History' against the grain. **Crisis & Critique: Politics and Melancholia**, v. 3, n. 2, 2016.
- LEM, Stanislaw. **His Master's Voice**. [S. l.]: Northwestern University Press, 1999.
- NEHER, André. **L'Éxil de la Parole, du silence biblique au silence d'Auschwitz**. Paris: Éditions du Seuil, 1970.
- PAVICH, Milorad. **O Dicionário Kazar: Romance-Enciclopédia em 100.000 Palavras**. São Paulo: Editora Marco Zero, 1989.
- PIMENTA, Ricardo. O Futuro do passado: desafios entre a informação e a memória na sociedade digital. In: ALBAGLI, Sarita (Org.). **Fronteiras da Ciência**

da Informação. Brasília: IBICT, 2013.

ROBIN, Régine. **La Mémoire Saturée.** Paris: Éd. Stock, 2003.

SCHOLEM, Gershom. Walter Benjamin. In: _____. **O Golem, Benjamin, Buber e outros justos:** Judaica I. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1994.

Caosmose informacional: instituição, individuação e complexidade

Pedro Vidal Diaz

1. Instituição e ordem

OBSERVANDO A ESTRUTURA DA MEMÓRIA DAS CIÊNCIAS HUMANAS E EXATAS, EM como foram geradas e articuladas ao longo da modernidade, vemos o campo da Ciência da Informação em fronteiras que se fundamentam em uma história frequentemente pautada pela reconstituição de processos evolutivos das práticas de saberes ligados às bibliotecas, aos arquivos e aos museus. Lugares institucionais da organização do conhecimento compõem um objeto privilegiado de seus interesses que os obriga a decidir que memórias pretendem organizar para si como base de sua história constituinte, negociando com processos que representam arranjos e regimes de verdade. Giulia Crippa, em um trabalho para o XI ENANCIB (2010, p. 3), pergunta:

Como ‘criticar’ a Ordem da Memória hoje, para que seu conteúdo informacional se tome coletivo? Que memória se constitui, para o futuro, através da seleção, organização e disseminação das memórias produzidas pelas escolhas de organização, portanto de acessibilidade maior ou menor ou, até, pelos acervos imateriais? Há, no processo de transformação da informação, uma fusão parcial com os problemas da comunicação de massa e da mídia. A divisão que se estabelece na distribuição e atribuição de formas de conhecimento diversas reflete as formas de organização da memória do conhecimento de uma época específica, ligada ao desenvolvimento do pensamento científico e às ambições das instituições públicas decorrentes da configuração do Estado Moderno.

As representações do conhecimento também entendidas nos processos de memorização e significação, partem da vivência de diversas situações informacionais, cuja repetição reforça ou refuta aprendizados e bases comuns. Sobre elas são

montados esquemas e quadros de imagens, diagramas constantemente renovados pela adição e mutação de novas experiências, sedimentando de forma dinâmica o conhecimento. Quando, por alguma razão, os esquemas e quadros mostram-se ineficazes na solução de alguma situação, os organismos em desequilíbrio buscam reequilibrar-se por meio de mecanismos tanto convencionados como criativos, no sentido de inovação ao que está fora. “As linguagens e codificações da percepção são os organizadores dos mecanismos de análise e síntese simultânea das situações de vivência individual e coletiva” (CRIPPA, 2010, p. 4).

As direções mais atuais da memória estão, hoje, profundamente ligadas às técnicas de cálculo e de manipulação da informação, através do uso de máquinas e instrumentos cada vez mais complexos. As técnicas e tecnologias moldam nossa relação com a memória, que se transforma no tempo. A noção de memória, tanto individual como coletiva, tende a se identificar com uma visão tecnológica de suporte e interface, tornando comum o hábito de considerar que todo conhecimento está registrado em um dispositivo externo. Assim, é possível considerar a vertente tecnológica como um objeto de produção e registro de memória, tornando-se também importante considerar os princípios e as lógicas externas do sistema do tecnocapital que moldam, em sua própria estrutura, as subjetividades sociais mnemônicas.

2. Individuação informacional

A escolha pela passagem de Simondon junto a Deleuze (1969), neste contexto, se deve à importância dada para a intuição-sensação-percepção-informação enquanto motor do processo inventivo, aquele preocupado com a realização das potências humanas/tecnológicas para além de interesses estritos e utilitários imediatos, como os de mercado, a saber, pela busca de uma contribuição mais criativa e sensível de produção social. Propõe-se uma aprendizagem inteligente permitindo inventar para resolver os problemas que se apresentarão em seu devir, ou seja, estar atento às informações e propriedades que emergem junto às tendências de sistemas em um futuro constituinte ‘em-formação/in-formação’: Este é o processo de individuação.

“O controle morfológico do discurso, manifestado através de mídias, apresenta simultaneamente mecanismos de memória e de definição de limites do social discursado” (BEZERRA; SCHNEIDER; SALDANHA, 2013). A memória consiste em faculdades que dialogam na temporalidade (resgate do passado e atualização da memória virtual para o real/presente) e se atrelam ao tempo e ao sentido do tempo em capacidades de transcender o presente em processos de duração especulativos e produtivos. A tradução e a transposição da realidade pelo conhecimento ocorre

pela prática e pela ideologia da metáfora de um lado, e, por outro, pela representação emblemática, como formas de classificação do universo. “Nesse sentido, a metáfora é a ferramenta que permite considerar e representar as metamorfoses do universo” (CRIPPA; ALMEIDA, 2005). Rafael Capurro em uma entrevista (MANSO, 2014), retoma esse caráter de metáfora temporal da informação em sua origem desde a antiguidade clássica:

R.C. – O termo latino *informatio*, em seu sentido de dar forma a algo, já era utilizado na antiguidade clássica, assim como na filosofia medieval, não apenas na perspectiva de dar forma ao espírito ou ao caráter de um indivíduo, mas também aos costumes e normas de uma sociedade (*informatio morum*). Ambos os sentidos da ética clássica da informação estão baseados em uma epistemologia segundo a qual o conhecimento é um processo de formar os sentidos (*informatio sensus*) e a razão (*informatio intellectus*). Os filósofos e teólogos medievais, como Tomás de Aquino, distinguiam também no nível ontológico entre *creatio*, ou seja, a criação do mundo por um Deus transcendente, e *informatio*, ou seja, o processo de “in-formação” de um substrato já existente (*informatio materiae*). *Informatio* é uma tradução latina sobre problemas considerados pela ontologia e pela epistemologia gregas, em especial por Platão e Aristóteles, mas também pelo neoplatonismo e pela filosofia helenística.

Simondon tenta apropriar o conceito de informação considerando sua ontogênese (como vimos em Rafael Capurro acima) nos termos que precedem e condicionam a formação e circunscrição dos agentes individuados e qualificados como remetente, receptor e código. São movimentos intensivos em processos de individuação que se agrupam em torno de signos ou *atratores estranhos*¹ em um campo problemático de complexidade, envolvendo relações emergentes entre séries de significantes e significados trazidos juntos pela relação de humanos e não-humanos, dinamicamente animando e relativizando o signo – processos agonísticos de morfologia simbólica.

Nas sociedades modernas, após longo tempo, reduz-se o heterogêneo ao homogêneo, tal como ele é, tomado nas redes das múltiplas significações que ora

1 Atrator ou atrator de Lorenz, na física matemática contemporânea e teoria do caos, pode ser definido como o conjunto de comportamentos característicos para o qual evoluiu um sistema dinâmico independentemente do ponto de partida.

recortam as classificações estabelecidas, ora correspondem às mutações profundas que a desordenam.

Uma tal sociologia veria abrir-se diante de si um campo imenso em sua camada expressiva cultural, não mais tentando “reduzir” o individual ao coletivo”, mas tentando saber por que, no meio da trama coletiva da existência, surge e se impõe a individuação. (HALBWACHS, 2004, p. 109).

Que seria desse “eu” se não fizesse parte de uma comunidade afetiva e simbólica, de um “meio efervescente”, do qual se afasta no momento em que ele se “recorda”? A memória individual existe, mas ela está enraizada nos quadros diversos que a simultaneidade ou contingência reaproxima em intensidades de duração e recordação. A rememoração pessoal situa-se na encruzilhada das malhas de afeição e desejo múltiplos dentro das quais estamos engajados. Nada escapa a trama da existência social e é da combinação destes diversos elementos que pode emergir uma forma que chamamos de lembrança ou memória, porque a traduzimos em linguagens de significação, em pragmáticas reificadas, congeladas ou até ‘edipizadas’ no tempo e pela duração.

Ainda assim, a consciência não está jamais fechada sobre si mesma, reduzida, nem solitária. Múltiplas direções nos arrastam como se a lembrança fosse um ponto de referência que nos permitisse ter referências em meio à variação continua dos quadros sociais e da experiência coletiva histórica. Isto explica talvez por que razão, nos períodos de calma ou rigidez momentânea das “estruturas sociais, a lembrança coletiva parece ter menos importância do que dentro dos períodos de tensão ou crise – e lá, às vezes, ela torna-se ‘mito’” (HALBWACHS, 2004, p. 14).

“Se o Mesmo aprisiona o Outro, como ‘outrar’ o Mesmo?” Peter Pálbart (2004, p. 2) vai mirar justamente no caráter subjetivo do ‘tornar-se’ ou, como comparamos aqui, do ‘informar-se’. “Se o formato do homem [sic] é uma camisa de força, uma forma caduca em comparação com as inúmeras forças que o habitam e que estão nele inexploradas, como explorá-las? A criação estética, sem dúvida, é uma das vias, embora não haja invenção estética que não seja ao mesmo tempo uma subversão da Forma-Homem [sic].” (ibid). O peso do fantasma do “Anjo da História” de Walter Benjamin (1985, p. 226) nas contradições do desejo aturde o corpo do ser com fantasmas e nostalgias.

Há um quadro de Klee que se chama *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus

olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso.

Um conceito grego chamado ‘Anamnese’ complementa essa noção de história e progresso, significando a recolha e recoleção do que foi perdido, esquecido, ou apagado, o que nos fez o que somos. Mas anamnese é também um trabalho que transforma seu sujeito, sempre produzindo algo novo, recoletar o velho para produzir o novo: essa é a tarefa de Anamnese. O esquecimento é, assim, potência e abertura ao novo e não apenas um efeito negativo da memória. Peter Palbart em seu texto “Poéticas de Alteridade” (2004, p. 7) afirma:

Os devires, os ‘outramentos’, o mapeamento das forças que habitam e rodeiam, a experimentação estética dessas forças é uma maneira de combater o Mesmo ao qual nos referimos no início, ou seja, uma certa mesmice entrópica que nos sufoca e nos soterra por todos os lados e que os loucos, à sua maneira, podem nos ajudar a colocar em xeque, mas o cinema também, o teatro, a música, ou até a reinvenção cotidiana de nós mesmos.

O simbólico invade e extravasa o “diálogo” no difícil jogo dos significantes desfeitos. Os significados trabalham por conta própria em uma enxurrada de imaginários e os significantes são tomados em combinações surrealistas, liberdades inesperadas. Uma osmose vibracional das significações processuais – o que Peirce irá conceituar como “Semiose” (SANTAELLA, 2004, p.4) – ao designar o caráter processual da produção de significados onde, em um plano mais imanente, pode-se produzir processos constituintes de expressão – o afeto (desejo e sensibilidade) que institui a linguagem em semióticas mistas de glossolalias, dislexias, ecolalias etc.²

2 Glossolalia definição: 1. *rel* suposta capacidade de falar línguas desconhecidas quando em transe religioso (como no milagre do dia de Pentecostes). 2. *psicop* distúrbio de linguagem observado

Uma linguagem “poética” se emancipa assim do sentido comum, subvertendo-o em diferenças intensivas. Essa particular promiscuidade com o inominável procura abrir-se ao que está fora de sua membrana constituinte, ao fluxo intensivo informacional que força outras frequências de comunicação, linguagem, política e memória. A busca hermenêutica de um significante perdido é acompanhando por uma busca poética coletiva na entropia de seu hibridismo intensivo e desterritorializado.

Como o performer confrontado uma vez por indecifráveis gráficos e pontuações, o ativista é similarmente confrontado por essas condições indecifráveis da entidade política sem esperanças para mudança. No final, ambos precisam traduzir um texto que não é um texto ou performer uma pontuação que não é uma pontuação através de um aprofundamento interno neles mesmos, mergulhar em sua fonte autônoma para encontrar novos meios de entender e – uma vez atingidos – encontrar formas de comunicar a outros. (BERARDI, 2011).

A criatividade não descobre apenas a ordem de um desenvolvimento psíquico regular ou a desordem de suas falhas, acidentes e interrupções. Ela vem de uma estratégia da “epifania” (empirista e não transcendental), uma vez que não volta para um estado de normas e de equilíbrio anteriores, mas sim organiza uma matéria sensível e inteligível, uma nova visão do mundo, que o delírio considera como seu propósito. É uma massa móvel de informações ou de signos interpretáveis segundo registros variados e probabilidades múltiplas. “Nos confins do delírio, do sonho e da arte, um mesmo projeto ético e estético comanda rupturas de ordem e procede por enriquecimentos e extensões de saber” (POLACK; SIVADON, 2013, p. 45).

3. Caosmose Informacional

Um cuidado ético do ser e da percepção de seu mundo se expressa como poder constituinte de autocriação de estilos de vidas e possibilidades produtivas. A partir do debate acerca da multiplicidade constituinte do “caos” podemos destrinchar o conceito de Caosmose como um processo de subjetivação e percepção dentro do fluxo informacional. Quando se ouve falar em caos, é comum relacioná-lo a uma desordem generalizada ou mesmo a uma grande confusão. Este tipo de caos está diretamente relacionado ao grande número de possibilidades existentes em um de-

em certos doentes mentais que creem inventar uma linguagem nova. Dislexia: desordem no caminho processual das informações da linguagem. Ecolalias: repetição da linguagem de outrem. Dicionário online disponível em: <https://dicionario.priberam.org/glossolalia> acesso 26/12/18.

terminado sistema. Assim, as possibilidades de interferência em um sistema dado são tantas que o seu controle, visualização ou entendimento tornam-se difíceis ou impossíveis, instalando-se assim, o “caos” (FILHO&ARAÚJO, 2000, p.2).

A palavra “caos” é das mais pronunciadas na atualidade. Tema *cult* de congressos, livros de divulgação científica, artigos de jornal e até programas de TV, fala-se de caos em todos os campos da cultura. Com certeza, não se trata de um mero modismo, mas de uma exigência que a realidade contemporânea vem nos colocando: enfrentar o caos, repensá-lo, reposicionar-se diante dele – mesmo que muitas vezes a insistente evocação dessa palavra vise, pelo contrário, evitar tal enfrentamento e conjurar o pavor que o caos certamente mobiliza. Que mudanças se estariam operando nas subjetividades, hoje, para levá-las a revisar seu conceito de caos e de ordem, assim como da relação entre ambos? (ROLNIK, 1999, p. 206).

A noção de complexidade adquire uma relevância significativa quando pensamos a informação. Considerando um ambiente como fonte de info-estímulo e a mente como um receptor/decodificador, a complexidade pode ser definida como uma função relativa entre a intensidade do fluxo informacional e a elaboração mental receptiva. O caos surge na concatenação entre a mente e o ambiente quando o fluxo informacional é muito rápido para a elaboração consciente (questão referente também ao conceito de “Competência” em informação e educação).

Portanto, a palavra ‘caos’ denota um grau de complexidade que é muito denso, muito intenso e veloz para nosso cérebro decifrar. Deste ponto de vista, a complexidade também é considerada como uma medida de velocidade do receptor em relação à velocidade de transmissão (o ambiente da info-esfera) e onde, muitas vezes, uma pequena perturbação pode ter efeitos imprevisíveis (BERARDI, 2014, p. 172). Quando o grau de indeterminação aumenta e se espalha percebemos um aumento de complexidade.

O caos reina³. O processo de medição e matematização do mundo, que é o

3 O Caos nunca morreu. Bloco intacto e primordial, único monstro digno de adoração, inerte e espontâneo, mais ultravioleta do que qualquer mitologia (como as sombras da Babilônia), a original e indiferenciada unidade-do-ser ainda resplandece, imperturbável como as flâmulas negras frenética e perpetuamente embriagada dos Assassinos. O caos é anterior a todos os princípios de ordem e entropia, não é nem um deus nem uma larva, seus desejos primais englobam e definem todas as coreografias possíveis, todos os éteres e flogísticos sem sentido algum: suas máscaras, como nuvens, são cristalizações da sua própria ausência de rosto. Tudo na natureza, inclusive a consciência, é perfeitamente real: não há absolutamente nada com o que se preocupar. As cor-

núcleo da metodologia moderna científica, é um ato de redução e minimização do ambiente e da realidade para poder se medir algo em controle objetificado e ‘epistêmico’. No plano de fundo sempre haverá sistemas complexos demais para podermos calcular em sistemas fechados. De fato, a palavra em latim para a razão se refere à medida (*ratio*). A medição não pode ser cumprida sem uma redução que corta uma extensão de relevância fora do fluxo infinito de referências e sinais do mundo. O problema da relevância é crucial na passagem do caos para a ordem, e, portanto, ao processo civilizatório.

A sensibilidade pode ser referenciada como o que Foucault define como *episteme* (1997, p. 87) a formação da percepção social que torna possível a projeção comum do mundo, e, portanto, da disciplina social. Acelerado pelo poder de tecnologias, o meio ambiente comum excede a medida humana. O semiocapitalismo penetra profundamente nos circuitos neurais da cultura social graças à permeabilidade da sensibilidade (infotécnica) de que viemos tratando. “A razão humana está exausta” (BERARDI, 2014, p. 32). O observador está sobrecarregado pela infinitude complexa dos fenômenos, sensibilizando e envolvendo o inorgânico em novas fronteiras de ser e existir.

O que é essencial precisar, na apreensão prática do delírio, do sonho e da paixão, é que a petrificação ontológica, o congelamento existencial da heterogênesse dos entes que aí se manifesta segundo estilos particulares está sempre latente nas outras modalidades de subjetivação. É como uma parada na imagem que ao mesmo tempo revela sua posição de base na polifonia dos componentes caósmicos e intensifica sua potência relativa. Ela não constitui então um grau zero da subjetivação, um ponto negativo, neutro, passivo, deficitário, mas um grau extremo de intensificação. É passando por esse fio terra caótico, essa oscilação perigosa, que outra coisa se torna possível, que bifurcações ontológicas e a emergência de coeficientes de criatividade processual podem emer-

rentes da Lei não foram apenas quebradas, elas nunca existiram. Demônios nunca vigiaram as estrelas, o Império nunca começou, Eros nunca deixou a barba crescer. Não. Ouça, foi isso que aconteceu: eles mentiram, venderam-lhe idéias de bem e mal, infundiram-lhe a desconfiança de seu próprio corpo e a vergonha pela sua condição de profeta do caos, inventaram palavras de nojo para seu amor molecular, hipnotizaram-no com a falta de atenção, entediaram-no com a civilização e todas as suas emoções mesquinhas. Não há transformação, revolução, luta, caminho. Você já é o monarca de sua própria pele – sua liberdade inviolável espera ser completa apenas pelo amor de outros monarcas: uma política de sonho, urgente como o azul do céu. (BEY, 1985, p. 1).

gir (...). É isso que faz com que a narratividade delirante, enquanto potência discursiva voltada para a cristalização de um Universo de referência ou de uma substância não-discursiva, constitua o paradigma da construção e da reconstrução dos mundos míticos, místicos, estéticos, até mesmo científicos. A existência de estases caósmicas não é absolutamente privilégio da psicopatologia. Encontrar-se-ia sua presença no interior de uma filosofia como a de Pascal ou mesmo de autores os mais racionalistas. (GUATTARI, 1992, p. 104).

A ciência, que compõe uma das três caóides (arte, filosofia e ciência – processos humanos de apreensão e expressão do mundo), não pode ser produtora de conhecimento sem que estabeleça limites de investigação e navegação. O que está dentro do limite estabelecido se chama relevante e o que está fora é irrelevante. Similarmente, a mente política não pode decidir sem que imponha limites. Somente o que é relevante do ponto de vista do conhecimento é elaborado pela mente racional: governos racionais pressupõem a extrapolação de informações relevantes dentro do fluxo infinito informacional.

“O que é relevante e o que não é” é um problema de racionalidade epistemológica a partir do fluxo informacional disponível – “caos epistêmico” (BRASSIER, 2001, p. 192). Essa é a principal fronteira para uma descolonização dos saberes em uma luta por um Sul-epistemológico, em que outras racionalidades, povos, linguagens, tecnologias e modos de vida possam contribuir com saídas à herança e memória extrativista, elitista e escravocrata.

Os políticos podem não detectar sinais e signos da situação constituinte presente simplesmente porque a linguagem da política apenas expressa uma racionalidade lenta. Essa cultura moderna e científica pode controlar uma realidade por meio da limitação, exclusão e taxação a mitologias irracionais e outras formas de racionalidade, longe do espaço social de decisão. Maquiavel distingue a esfera da ‘Fortuna’ da esfera da ‘Vontade’ onde o príncipe é a persona masculina que submete a Fortuna (Feminina) à Vontade (Masculina) política e racional. A fortuna seria o caos se escondendo nas dobras da experiência humana e se o príncipe quiser governar, ele teria que filtrar e cortar uma linha estreita de eventos da infinitude que é a fortuna”. A infinitude sombria de um caos irreduzível está na borda da ordem estabelecida. O caos é barulho, a ordem é ritmo.

“Nós encontraremos maneiras de escapar ao pânico que deriva do descobrimento de nossa nudez em frente à morte após 10.000 anos construindo proteção? Nós encontraremos uma nova dimensão de autonomia? Difícil falar!” (PETERSON, 1994, p. 7). A neuroplasticidade é a habilidade do cérebro de reformular as relações

entre os ritmos de receptor com o ritmo do transmissor: o universo caótico manda sinais que são filtrados e compassados pelas grades da civilização, em abrigos de ordem semiótica. Ficamos cegos e impressionados pelo excesso de luz e pela proliferação infinita do estímulo visual. A ilusão da mente pode trabalhar e produzir efeitos quando a infosfera é tão fina e quando o infofluxo é tão devagar que a consciência política pode cortar e separar um pequeno espaço de eventos sociais relevantes, tentando proteger este espaço (o espaço civilizado) do oceano envolvente de matéria não-governável. É por isso que o reino da civilização está em crise hoje em dia: a aceleração dos fluxos midiáticos que estimulam o cérebro coletivo está quebrando o enquadramento dos ritmos que herdamos da Era Moderna.

Não oporemos aqui, como na metapsicologia freudiana, duas pulsões antagonistas de vida e de morte, de complexidade e de caos. A intencionalidade objetal mais original se recorta da caosmose. E o caos não é uma pura indiferenciação; possui uma trama ontológica específica. Está povoado de entidades virtuais e de modalidades de alteridade que não têm nada de universal. Não é então o Ser em geral que irrompe, na experiência caósmica da psicose, ou na relação prática? O que se pode manter com ela, um acontecimento datado, assinalado, marcando um destino, infletindo significações anteriormente estratificadas. Após um tal processo de desqualificação e de homogeneização ontológica, nada mais será como antes. Mas o acontecimento é inseparável da textura do ser que emergiu. É o que atesta a aura psicótica ao associar um sentimento de catástrofe de fim de mundo (François Tosquelles) e o sentimento perturbador de uma redenção iminente de todos os possíveis ou, em outros termos, o vaivém desnorteador entre uma complexidade proliferante de sentido e uma total vacuidade, um abandono irremediável da caosmose existencial. (GUATTARI, 1992, p. 103).

O caos ressurgue quando o fluxo de informação digital esta fluindo rápido demais para o ritmo da Teoria Mecânica e da vontade política. Enquanto o fluxo eletrônico invade nossas telas de atenção, a cerca de proteção da relevância de que falamos anteriormente é rompida, porque não podemos mais discriminar o que é relevante e o que não é. O significado passa portanto a ser definido “como uma redução da realidade em uma concatenação finita de enunciados” (BERARDI, 2014, p. 173).

As máquinas técnico-linguísticas, obrigações corporativas financeiras e toda a maquinaria capilar do poder semio-capitalista estão formatando e enquadrando o

campo do possível, de qual mundo é possível⁴, incorporando e codificando padrões cognitivos e behavioristas comuns em comportamentos ‘tendências’, estruturas de moralidades e estratégias sociais.

Quanto mais um sistema cresce em complexidade mais se inclina à disrupção. Ao mesmo tempo, quanto mais um sistema se torna complexo, menos ele é suscetível ao controle voluntário e, portanto, à ação e mudança consciente e intencional. Arguimos que essa esfera do campo social está se transformando em uma inteligência viral, de enxame, como indica Berardi em um “Efeito Swarm” (2014, p. 165). Quando a máquina era externa, o Estado para regular usava o reforço da lei, como agências de repressão mobilizadas para forçar organismos e sujeitos conscientes a submeterem-se ao ritmo sem rebelião. Agora a dominação política é internalizada e indistinguível da máquina técnico-informacional em si. Na esfera cognitiva a máquina é informação: não mais que um dispositivo externo, mas um sistema de automatismos cognitivos em necessidades internas, data-marketing, na “internet das coisas” ou até na hiper-especulação algorítmica e financeira que dinamizam fluxos de mercados.

Franco Berardi relembra: “esqueçam o referente, diziam os simbolistas, e os futuristas adicionavam: nada preexiste à atividade semiótica do inventor, o destruidor-construtor, o artista” (2014, p. 131). Apenas o futuro existe, criado pela aniquilação do passado. O futurismo exaltado pelas máquinas como objetos externos são visíveis na paisagem da cidade, mas depois do ‘bug’ do milênio, a máquina entrou dentro de nós: “a info-máquina contemporânea intersecta com o sistema nervoso social, a bio-máquina interage com o organismo genético, afetivo e orgânico do humano” (BERARDI, 2014, p. 132).

As biotecnologias e as tecnologias digitais transformaram a máquina externa de ferro e aço em máquinas elétricas e midiáticas, internalizadas e recombinantes. A máquina bio-info não é mais separada do corpo e da mente, e sim, acoplada nos aprimoramentos linguísticos e cognitivos, promovendo a mutação do cérebro humano e a habilidade linguística de produzir e comunicar. Cem anos após a publicação do Manifesto Futurista a velocidade em si fora internalizada: “a colonização da mente e da percepção está baseada na aceleração interna da percepção do tempo de cada indivíduo” (BERARDI, 2014, p. 132).

4 Lema do Fórum Mundial Social de “Outro mundo é possível!” onde buscam a partir das redes construir outros tipos de globalização, mais justas e humanas, em encontros realizados em primeira versão em 2001, depois em 2005 (Auge dos Governos populares Latino-americanos em sua experiência de autonomia contra a ALCA e o FMI, por exemplo) e sua versão ‘líquida’ em 2016, com a ascensão dos “Comunistas liberais de Porto Davos” como George Soros e Bill Gates, evidenciados por Zizek em 2006: <http://inthesetimes.com/article/2574>.

4. Considerações Finais

A questão, portanto, é: em quais sentidos podemos pensar quando falamos em “captura” ou “agenciamento” desse processo cada vez mais veloz e estruturante da informação e da memória? Informação essa que funciona como chave e ponte, que abre e ao mesmo tempo se fecha e estrutura, em ‘canais’ fixos e molares, as subjetividades dos corpos navegantes e desejanter. O excitamento ilusório do capitalismo se exerce através de um simulacro de autovalorização do ego, amarrando e conjurando o passado, presente e futuro em uma ideologia empreendedora de liberação mas que apenas vampiriza a invenção biopotente de ritmos dissonantes. Trata-se de descrever e analisar processos que relacionam a dialética das idéias e a estética das intensidades, tal é o processo da individuação.

A individuação, portanto, entra em um novo ciclo de uma autoescrita ontológica e maquinaica. As redes digitais estratificadas pelas grandes determinações molares fazem uso de máquinas digitais de escrita não só para registrar e divulgar informações comerciais, mas também para alimentar máquinas que nos escrevem em ‘scripts’ de algoritmos de conhecimento e controle. Quando a escrita no ambiente da rede digital se torna ‘executável’ e ‘computável’, assume a forma de matéria-prima para os mecanismos de comando e controle cibernéticos com base em traços de movimentos e hábitos pessoais.

Dinâmicas, conflitos e sobreposições potentes de extratos culturais, de formas e de estilos de vida de uma multiplicidade de hipóteses e de projetos sobre o futuro aumentam a complexidade da existência. Uma microfísica de potências e descolonização afetiva e temporal contribuiria para se pensar em processos de aprendizagem e transferência técnico-social mais democráticos (nano-políticas)? Realmente, não se trata apenas da inserção de tecnologia enquanto produto final na vida das pessoas, mas de como essa tecnologia é criada, gestada, e como se dá a resolução dos problemas em sua forma embrionária, considerando variáveis micro e macroscópicas. Mais profundamente, como esses problemas podem ser trabalhados na formação cognitiva e inventiva das pessoas, sendo autônomas em criar coletivamente novos ciclos de valoração e linguagem em organizações produtivas da vida e da memória.

Está em nossa prática diária de vida a tensão entre saber e não saber, lembrar e esquecer. A vida e o viver são o caminho no qual a diferença e a união são resolvidas no atualizar do devir, na realidade em si mesma, uma entropia informacional e constituinte – em movimentos de caosmose. A vida, porém, é diferente da verdade. Nunca poderemos saber de toda a verdade mas podemos almejar todo um amor, uma afeição incondicional ao contrário da esperança condicional. Uma memória mais criadora e livre dos ritmos impositivos que sequestram futuros e passados. A

verdade é salva justamente por um sentido mais profundo do que a própria verdade. Não precisamos estar continuamente mais informados sobre o mundo, e sim, aprender a criar mundos: descolonizar o tempo, o conhecimento e o afeto criador.

Esqueçam ideias formatadas representadas (molares), foquem em redes de intensidades múltiplas (moleculares), sempre em processos de formação, como um software interconectado, livre para acessar o corpo sem órgãos: a memória intensiva, cósmica, constituinte e criadora do ser e de mundos. A percepção dos processos de caosose informacional nos abrem acessos às complexidades constituintes e por vezes paradoxais. A tarefa da arte da memória não é apenas dar um relato à sociedade para organizar sua diversidade, mas também valorizar as emergências onde a criação é possível, reimaginando conflitos e outras histórias possíveis.

5. Referências

- BENJAMIN, Walter. . **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BERARDI, Franco. **AND phenomenology of the end: cognition and sensibility in the transition from conjunctive to connective mode of social communication**. Helsinki, Ed.: N-1, Aalto University, 2014.
- BEZERRA, A; SCHNEIDER, M; SALDANHA, G. Ascensão e queda da utopia tecnoliberal: a dialética da liberdade sociotécnica., 14, **Anais...** Florianópolis: ENANCIB, 2013.
- BRASSIER, Ray. **Alien theory: the decline of materialism in the name of matter**. 2001. Tese (Doutorado em Filosofia) – Departamento de Filosofia, Universidade de Warwick, Coventry.
- CRIPPA, Giulia; ALMEDIA, Marco. A ciência da informação e a crítica ao modelo científico: uma revisão histórica. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO , 6, 2005. **Anais...** Florianópolis: ENANCIB, 2005.
- CRIPPA, Giulia. Entre ciência e humanidades: o problema da ordem da memória da/para a ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL de PESQUISA em CIÊNCIA da INFORMAÇÃO, N.11, 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ENANCIB, 2010.
- DELEUZE, Gilles. **Diferença e Repetição**. Paris, PUF, 1969. Tradução por Luiz B. L. Orlandi e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2006.
- FILHO, Fernando; ARAUJO, Jorge Paulo. Caos, incerteza e teoria era pós-keynesiana. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 21, p. 163-182, 2000.
- FOUCAULT, Michael. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- GUATTARI, Félix. **CAOSMOSE: um novo paradigma estético**. Rio de Janeiro:

Editora 34, 1992.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

MANSO, Bruno. O importante é observar a pluralidade de teorias da informação como algo positivo e característico de nossa época: Entrevista com o professor Rafael Capurro. : **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 24, n. 3, p. 175-183, set./dez. 2014. Disponível em: www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/download/22308/12414 Acesso em: 12/03/2016.

PÁLBART, Peter. Poéticas da Alteridade. **Revista BORDA-PUCSP**, n. 0, (2004/2011), 2004. Disponível em: revistas.pucsp.br/index.php/bordas/article/download/7734/5663 Acesso em: 23/12/18

PETERSON, James. **Dreams of Chaos, Visions of Order**: Understand in the American Avant-garde Cinema. Wayne State University Press, 1994.

POLACK, Jean; SIVADON, Danielle. **A íntima utopia**: trabalho analítico e processos psicóticos. São Paulo: N-1 edições, 2013.

ROLNIK, Suely. Novas diguras do caos mutações da subjetividade contemporânea. In.: **Caos e m Filosofia e nas Ciências**. SANTAELLA, Lucia; VIEIRA, Jorge Albuquerque. São Paulo: FAPESP, 1999. p. 206-221.

SANTAELLA, Lúcia. **Comunicação e semiótica**. São Paulo: Hacker. 2004.

Unidade II

MEMÓRIA NA ERA DIGITAL

A memória e o digital: por uma hermenêutica dos rastros¹

Bruno Bachimont²

1. Introdução – O digital: uma nominalização problemática

O DIGITAL TORNOU-SE UM SUBSTANTIVO DEPOIS DE TER SIDO USADO COMO ADJE-
tivo para qualificar as ferramentas técnicas e uma abordagem particular para de-
senvolvê-las. Mas, por uma metonímia indicativa de seu sucesso, assim como nas
revoluções técnicas precedentes, onde falou-se do eletrônico como substantivo de-
pois de seu amplo uso como adjetivo, o digital vê o sucesso das técnicas epônimas
lhe conferirem essa nominalização/substantivação que marca sua vitória. Se alguns
lamentam, temendo uma hipóstase³ que consideraria o digital somente como um
determinismo que impõe a sua própria organização aos diferentes domínios e usos
da prática, deve-se também ver o anúncio de um programa de trabalho que exige
que se reflita sobre as consequências da digitalização e que se compreenda o digital
a partir das diferentes práticas reconfiguradas por essas ferramentas.

Dois perigos precisam ser evitados: não só as figuras clássicas, mesmo que já
desgastadas, do determinismo tecnológico, com tecnófilos que vêem no digital uma
etapa suplementar de progresso, técnico mas também social e civilizatório, como
também a fobia tecnológica que, ao contrário, vê no digital uma nova forma de
barbárie, desconstruindo os usos e valores que nossa história tinha pacientemente
elaborado apesar ou a partir de suas vicissitudes. Entre a promessa de progresso e re-
gressão bárbara, é bem difícil pensar nas questões que nos coloca “o digital”. Mas se

1 O termo original em francês *trace* pode ser traduzido como pegada (marca de passos), como restos (no sentido de pouca quantidade como traços de glúten nos alimentos), como traços (no sentido de marcar, física ou psicologicamente) ou, o termo que adotamos aqui, rastro, no sentido de vestígio, de indício, de pista de uma presença. Esta tradução é bastante usada campos da história, da memória e do patrimônio, e se alicerçou no trabalho bilingue “Memória e Novos Patrimônios” (TARDY; DODEBEL, 2015). N.T.

2 Tradução de Andrea Doyle.

3 O termo *hypostase* em francês indica, ao mesmo tempo, a noção metafísica de substância ou individualidade e, em gramática, a substituição de uma categoria gramatical por outra. Aqui, o termo parece abraçar este duplo sentido. N.T.

quisermos nos emancipar destas figuras caricaturais, convém evitar suas declinações epistemológicas: segundo a primeira, o digital seria uma realidade técnico-científica essencial e que bastaria refletir sobre ela mesma. A compreensão do digital por si só permitiria que se deduzisse simplesmente as consequências tecnológicas, evidentemente, mas também as consequências sociais, cognitivas, jurídicas, etc.

De acordo com a segunda, o digital não seria nada em si: é preciso considerá-lo a partir dos domínios sociais e práticos que se reconfiguram por meio das novas ferramentas digitais das quais eles se apropriam. Compreender o digital só poderia ser imaginado por meio do estudo das manifestações que ele reveste nestes domínios, digital sendo somente o nome comum dado a estas diferentes manifestações. Para além da simples homonímia que essas manifestações do digital poderiam produzir, o obstáculo está no fato do digital não ser nada além de um princípio negativo, uma perturbação que não seria pesquisada por ela mesma mas a partir das realidades modificadas e atrapalhadas por ela.

2. Pensar o digital: para além do hilemorfismo

O digital seria então como a matéria aristotélica: puro princípio negativo de contingência e inacabado. A matéria aristotélica não é um princípio a ser conhecido, mas aquilo que precisa ser ultrapassado para que se reconheça a inteligibilidade da forma. A matéria não tem consistência própria, não tem lógica intrínseca: foi preciso esperar a revolução do século XIV (JONAS, 2013), com Duns Scot (BOULNOIS, 1999) e Guilherme de Ockham (KÖNIG-PRALON, 2004), para que a matéria virasse uma entidade positiva, e assim digna de ser conhecida, o componente essencial da realidade e do mundo. O que está em jogo é considerável: se o indivíduo é um composto de matéria e de forma, a forma sendo o que lhe dá sua generalidade inteligível, o indivíduo não pode ser conhecido como tal, só sendo possível constatar a sua contingência e singularidade, sua incompletude ontológica que remete à sua inconsistência epistemológica (BÉRUBÉ, 1964). Este hilemorfismo se encontra em diversas concepções do digital, especialmente nas ciências sociais, da informação e da comunicação, onde a ferramenta digital não precisa ser conhecida por si só, um princípio negativo fonte de contingência, mas deve ser ultrapassada para se reconhecer o que é inteligível a partir dela: o mundo social, o mundo midiático, a comunicação, o poder, etc.

Ultrapassar uma concepção hilemórfica do digital, onde este último não passa de um obstáculo epistêmico, é um desafio considerável: o obstáculo epistemológico (no sentido Bachelardiano) a ser superado se quisermos ultrapassar os truismos confortáveis mais estereis das ciências sociais. Mas se quisermos igualmente evitar o digital como devoção tecnológica, ou seja, deixar para trás essas duas barreiras à reflexão e ao pensamento, o desafio é trabalhar para determinar o que é próprio

ao digital, sua consistência intrínseca, o fato dos objetos, ferramentas e dispositivos digitais exercerem uma resistência a nossos discursos e práticas habituais. Onde há resistência há consistência e existência. É a resistência do digital que se deve experimentar, não para provar que podemos esquecê-lo (hilemorfismo) ou que podemos esquecer o resto (determinismo tecnológico), mas para compreendermos o que está acontecendo conosco junto com o digital.

3. O rastro do digital

Se existe uma questão na qual o digital não consegue se fazer esquecer, e também não consegue deixar esquecer que ele não é tudo, é a questão da memória. Nossas culturas humanas, habitualmente definidas por esta noção de memória como identidade cultural herdada e transmitida, assumida e reivindicada, se constituem por meio de múltiplas ferramentas e suportes de inscrição. Inscrição do gesto, mas também da palavra (LEROI-GOURHAN, 1964), as técnicas são suportes de memória e de transmissão, permitindo o legado do que se faz e do que se diz. O digital possibilita uma convergência inédita entre os registros do gesto e da palavra: ao permitir uma concepção do conteúdo como um código que se manipula e se transforma, o digital faz desse conteúdo uma instrução, um modo de fazer: não só uma impressão ou uma restituição, mas também uma fabricação como se vê nos Fablabs⁴, por exemplo. O digital permite, na verdade, que se aborde todo gesto como cálculo⁵ e que se codifique todo conteúdo como um fluxo binário. O digital é, logo, o nome que se deve dar a esta convergência e esta universalidade de codificação. Mas, mesmo que tenha direito ao seu substantivo autônomo, o digital nem sempre se chamou assim: esta apelação se impôs quando se impôs o universalismo da codificação. Podemos, na verdade, distinguir várias fases no desenvolvimento do cálculo até o digital contemporâneo:

- O digital como cálculo científico: o código feito de 0 e 1 permite que se resolva digitalmente cálculos científicos, especialmente físicos. É a primeira idade, em que se avalia as trajetórias das bombas, simula sistemas físicos cujas leis conhecemos e cujos comportamentos foram modelados.
- O digital como cálculo de gestão: os 0 e 1 não codificam só os números mas todos os símbolos. Podemos então utilizar as possibilidades algorítmicas so-

4 Laboratórios equipados com computadores para o desenvolvimento de invenções de todos os tipos. Veja mais em: <https://www.fablabs.io/> Acesso em: janeiro 2019. N.T.

5 O termo *calcul* em francês significa cálculo e também é a tradução para computação (no sentido de computar, calcular). O computador, em francês, é chamado de *ordinateur* (ordenador). N.T.

bre dados codificados e símbolos alfabéticos. Iniciada nos anos 1960, é a era da informática de gestão.

- O digital como manipulação de conteúdos: aprendemos, especialmente graças aos engenheiros de telecomunicações, a codificar todo tipo de conteúdos (sons, imagens, vídeos, etc.) para transmiti-los e manipulá-los. Todo conteúdo se torna, então, digitalizável: é a terceira idade, a nossa, onde o digital ganha seu nome.

Mas essa pequena história deve ser confrontada com a das redes de comunicação e com a dos robôs industriais, já que o digital qualifica igualmente o conteúdo de nossas mensagens e o comportamento de nossos robôs. Para além destas constatações bem conhecidas, o digital ganha uma importância inédita na medida em que esta convergência permite não só que se codifique os conteúdos, mas também de codificar as ações sociais. Assim, o digital não codifica somente o fazer e o dizer, mas também o agir (social). É uma nova convergência que se manifesta, especialmente, na revolução dita de dados, onde o digital permite imaginar novos olhares sobre o social (BACHIMONT, 2014).

Esse código age como um suporte de memória e uma programação da ação: registrando o fato e comandando a decisão, o digital muda as regulações habituais de nossas ações. Em particular aquelas ligadas à gestão da memória, tanto no nível individual quanto institucional. Se a memória, como argumentaremos mais à frente, é, sem dúvida e antes de mais nada, um exercício, ela também funciona com a ajuda de suportes: eles permitem a memorização ao submeter à interpretação o registro ou a consignação⁶ de fatos passados.

A memória trabalha com rastros, construídos ou involuntários, que registram, na permanência do suporte, o evento ido e efêmero. Tecnologia do rastro, o digital traz a dinâmica do cálculo e a autonomia da máquina. Isso não deixa de modificar a economia da memória, como queremos examinar aqui.

4. Memória e documento

4.1. Documento: entre o movimento e o evento

Como nos lembramos? Independentemente da dimensão neurocognitiva desta questão, podemos observar que a humanidade se equipou de ferramentas técni-

⁶ Consignação é um termo de origem latina que originalmente significava 'registro, documento redigido e reconhecido, verificação, confirmação'. Com diversas acepções, consignação pode significar anotação, encomenda, artigo confiado a terceiros para venda, ato benzer com o sinal da cruz (religião), depósito judicial (jurídico), entre outras. Aqui, o termo parece sintetizar as noções de registro, de depósito, de guarda e de confirmação. N.T.

cas para auxiliar o ato de memória e de lembrança, particularmente a escrita e as diferentes inscrições ou documentos que ela permite que se elabore. O documento, sabemos, é a memória do evento. Mas ele pode assumir três formas diferentes mas complementares (BACHIMONT 2017) e coerentes quanto à sua significação e ao seu papel: a prova (arquivos), as obras (as bibliotecas), as fontes de informação (centros de documentação).

O objetivo é, efetivamente, se lembrar que o evento aconteceu: quando e o que aconteceu. O documento deve funcionar ao mesmo tempo como prova (que algo aconteceu) e como informação (o que aconteceu). A função probatória repousa geralmente no fato que o evento produziu um documento: efeito causal, o documento é a prova de sua causa, ele funciona como seu rastro ou seu indício no sentido peirciano. É, por exemplo, o princípio do documento administrativo e de arquivo. Mas, mesmo produzido como prova do espírito e não como prova de um evento, o documento continua a ser a prova de uma expressão cultural, permitindo que ela seja descoberta e estudada. Enfim, o documento pode ser uma fonte de informação que permite guiar uma ação. É este papel que ele tem na documentação e na busca da informação: se ele não é a prova de um evento histórico ou a obra de um espírito, é demandado dele que forneça um saber verdadeiro, uma informação exata, sendo prova do que ele afirma. Conhecemos a definição de Suzanne Briet em seu tratado *“O que é a documentação”* (2016, p. 1): “um documento é uma prova em apoio a um fato, (...) todo indício concreto ou simbólico, conservado ou registrado, com a finalidade de representar, reconstituir ou provar um fenômeno físico ou intelectual”.

Mas como passamos do real ao documento, seja para provar, exprimir ou informar? Temos um modelo em dois níveis. Primeiramente, o real se traduz e se manifesta por um fluxo, um movimento permanente, correspondendo ao fato que coisas acontecem ou se desenrolam: o movimento é o que acontece. Mas como tal, o movimento é um fluxo que nos envolve sem que possamos discernir o que acontece. Para nós, que estamos dentro do movimento, nada acontece já que tudo está acontecendo. Ter domínio sobre o fluxo é perceber que algo acontece, que um evento está se desenrolando. Do movimento ao evento, existe o olhar que dá sentido ao movimento, que percebe que algo começa, se desenrola e termina: a coisa acontece. Trata-se de uma interpretação: a consignação do movimento em evento, o que lhe dá sentido e inteligibilidade. Esta consignação tem a forma de uma expressão e de uma inscrição: o documento é a consignação do evento. Ao ler o documento, podemos em seguida nos reapropriar do conteúdo do evento e assim, o sentido do movimento. O documento é, logo, o lugar da consignação e da reapropriação.

A consignação funciona como uma seleção, esquecendo uns para melhor lembrar outros. A consignação é o que permite que se encontre o que faz sentido no movimento e que se compreenda o que acontece. Mas a reapropriação, além dessa função, tem também o papel de permitir a lembrança do que passou. Se lembrar do passado não significa repetir o passado no presente, isso não tem nenhum sentido. Por um lado, repetir o passado impede que se viva o presente como mostrou Borges (2000) em “Funes, o memorioso”. Por outro lado, o passado só pode ser lembrado como passado se ele tiver justamente essa característica própria, ou seja, ser passado, ido. Ele só pode aparecer como passado se for apreendido por um presente que marque sua distinção e sua separação. Se lembrar é saber que aquilo com que nos relacionamos não existe mais. Senão é um ato de imaginação, de reflexão, de pensamento, mas não um ato de memória ou de lembrança. A reapropriação tem, logo, a função de restituir essa distância e o conteúdo do evento consignado. A reapropriação é, assim, este ato paradoxal de reviver na sua consciência presente o conteúdo de um acontecimento que não existe mais e que se apreende desta forma. A lembrança, vivida na consciência presente, pode ter um impacto sobre a minha vida presente, suscitar emoções (tristeza, alegria, dor, etc.), reflexões novas, mas não faz reviver o evento passado: é uma vida presente, mais ou menos intensa, de um passado ido.

Mas se o documento cumpre essas funções, como ele faz para assistir a função de rememoração e de lembrança? Precisamos, agora, considerar a questão da memória propriamente dita.

4.2. Memória estática e memória dinâmica

A memória pode ser abordada de múltiplas maneiras. No contexto que nos interessa aqui, o da tradição documental como memória de um evento, há duas concepções principais (BACHIMONT, 2010b) que se opõem, mas precisam ser recompostas. Segundo a primeira, uma concepção estática, a memória só pode se exercer pela reativação dos rastros disponíveis que são depositários do passado por terem sido produzidos por ele. Por exemplo, os rastros arqueológicos permitem que o pesquisador reconstrua a cultura e as civilizações anteriores; os rastros mnésicos do nosso cérebro permitem reativar a memória de vivências antigas; os documentos, administrativos e jurídicos em especial, permitem reencontrar eventos dos quais eles são o rastro e a prova de sua eficiência. Podemos nos lembrar porque temos lembranças: a integridade dos rastros se torna o elemento central da memória bem-sucedida e feliz. O desafio essencial é, então, garantir a integridade material desses rastros, confirmando, assim, a autenticidade das lembranças e a fidelidade da memória reconstruída a partir deles.

Já de acordo com uma segunda concepção, dinâmica, os rastros, quaisquer que sejam suas naturezas, estão submetidos à transformação e à corrupção. Para além de sua transformação inevitável, um rastro não traz nele mesmo o rastro daquilo que ele é rastro: é preciso lê-lo como tal para encontrar nele o evento ou a causa da qual ele parece ser o vestígio ou a prova. O rastro repousa em uma leitura, uma interpretação que faz dele uma lembrança e um meio de reencontrar o passado ido, o evento antigo sendo a fonte do sentido do que aconteceu e do que se deve compreender e reter. Temos lembranças porque nos lembramos.

Segundo nossa tradição documentária mais recente, a experiência que podemos ter do digital, o modelo dinâmico parece ser o complemento indispensável de toda a preservação documentária. Com efeito, se considerarmos os arquivos digitais, é preciso usá-los sempre para, por um lado, fazê-los evoluir e conservar sua lisibilidade técnica (ter as ferramentas de leitura apropriadas), e por outro lado, compreender seu conteúdo. Um arquivo que perdemos o hábito de ler se torna ilegível e hermeneuticamente ininteligível. É porque utilizamos e lemos que preservamos, assegurando uma permanência no tempo como lembrança e memória documental. Da mesma forma, em durações longas, são os conteúdos que mantivemos vivos na tradição da leitura que têm sucesso na transmissão ao longo das épocas: as línguas antigas que nós continuamos a praticar (latim, grego, hebraico, árabe literal, etc), a música escrita ou não escrita que continuamos a tocar, mesmo sem que ela tenha sido gravada anteriormente, etc.

Ou seja, a memória é um exercício, uma prática, que se apoia em uma tradição e que é preciso manter viva para que seus rastros conservem seu status documental e memorial.

5. O digital como rastro

A partir do momento em que nos munimos de uma concepção da memória e do documento como a consignação de um evento, podemos tentar abordar o que o digital faz em diferentes instâncias.

5.1. O digital como codificação

O digital é, inicialmente, um princípio de codificação, mais precisamente de discretização e de manipulação (BACHIMONT, 2007, 2010a): símbolos vazios de sentido, em número finito, discretos porque distinguíveis sem ambiguidade e de maneira mecânica, são manipulados por regras igualmente vazias de sentido, que uma simples máquina pode mecanicamente aplicar. O fato do código digital (binário em prática, em teoria é suficiente termos um alfabeto formal) ser vazio de sentido implica na compreensão de que a ligação entre o código e o aquilo que

é codificado é arbitrária e convencional: o código binário não traz informação sobre o que está anexado àquilo que foi codificado. Um mesmo código binário pode ser lido como uma imagem ou um som: é uma questão de formato. É esta característica que faz com que um programa possa ser lido (por um programador, por exemplo) e executado (por uma máquina). Mas ler não é executar e executar não é ler. Além disso, a manipulação, fundamento do digital, exige que os símbolos sejam inscritos de maneira permanente, acessíveis à manipulação. É preciso ter necessariamente uma gravação, uma fixação, um suporte, que vai permitir a escrita e o apagamento. A sua expressão e necessidade mais simples é a fita de memória da máquina de Turing, na prática, todas as superfícies de escrita. Podemos que dizer que, a partir do momento em que se calcula, se inscreve e se registra. Por outro lado, esta permanência do registro é sempre desafiada pela possibilidade de apagamento ou de reescrita. Mas o cálculo deixa sempre rastros, mesmo que eles não sejam registros de todas as etapas, apenas o efeito das manipulações efetuadas.

Compreendido assim, o digital não é, logo, um suporte adequado para se inscrever documentos cujo caráter probatório queremos conservar. O digital não é, inicialmente, um rastro que remete àquilo que ele rastreia. Apesar disso, vários usos e comentários se baseiam na apreensão do digital como rastro de um evento. Para melhor compreendermos do que se trata, convém voltarmos à noção de rastro e vislumbrar, na sequência, de que maneira podemos falar de rastro digital.

5.2. O rastro como encontro de duas causalidades independentes

O rastro é uma noção proteiforme que possui múltiplos significados: presença furtiva de substância (traços de um produto em outro), rastro de uma presença (pegadas), forma traçada, etc. Assim, é difícil dar conta de tal noção.

Contudo, como não somos lexicógrafos para ter que dar conta dos usos atestados, podemos aproveitar da liberdade que nos possibilita nossa ambição conceitual que não é descritiva. Assim, nos arriscamos a uma proposição: o rastro é o encontro de uma causalidade local e de um contexto causal de ordem diferente que o engloba, o local se manifestando como heterogêneo em um contexto homogêneo. O rastro é, logo, a manifestação do inesperado, do intruso, do excluído, do involuntário, ou até mesmo do escondido. O rastro é aquilo que vai ser pesquisado pelo investigador, pelo caçador, pelo pesquisador para reencontrar a trama do que aconteceu realmente por trás da realidade mostrada e afirmada.

O rastro remete, desta forma, a um trabalho de seleção, às vezes arbitrário, cuja pertinência só se mostra *a posteriori*, quando o trabalho de enquête se termina e que o agenciamento dos rastros faz sentido, se articula e se configura em uma nar-

rativa⁷ pertinente: a causalidade, fonte do rastro, se conta em coerência com aquela da situação global na qual ele se manifestou.

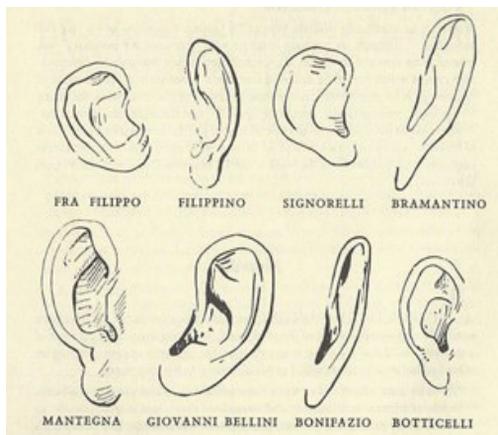
Tomemos alguns exemplos para explicitar esta definição. Na floresta, o caçador procura os rastros da caça: ele percebe, assim, a manifestação causal da caça no contexto vegetal ambiente. Assim, um galho, segundo a causalidade vegetal, cresce, tem folhas, perde as folhas e apodrece, mas não se quebra sozinho. Se isso acontece, é porque uma causalidade diferente se expressou: a de um animal que passou por ali. Da mesma forma, um produto contém os ingredientes da fórmula que o compõe. Assim, falaremos de rastros ou traços para prevenir elementos imprevistos ou indesejados: por exemplo, tal produto alimentício indica a presença eventual (os rastros) de leite ou de nozes, especialmente para prevenir o consumidor contra reações alérgicas. Neste caso, o produto só deve conter aquilo que pertence à sua própria gênese e produção causal, e não elementos heterogêneos à sua fórmula, oriundos causalmente da reutilização de embalagens que serviram a outros produtos. Enfim, um usuário pode usar uma rede social ou um site online para realizar um ato de compra ou de comunicação: a lógica causal de sua ação é social ou econômica. Contudo, ele deixa rastros digitais, ou seja, eventos que pertencem a uma causalidade diferente, a dos protocolos de rede digitais. Reciprocamente, um técnico de informática que olhe os *logs* de um servidor, examina a coerência informática desses *logs* percebendo, assim como o caçador na floresta digital, os rastros de uma causalidade não-informática, a de um usuário.

Este paradigma do rastro se encontra igualmente na história da arte: Ginzburg (2010) conta, como historiador da arte, que Giovanni Morelli (1818-1891) fez sensação ao publicar, entre 1874 e 1876, sob o pseudônimo russo, Yvan Lermolieff, uma série de artigos que estabeleciam que bom número de telas expostas em museus italianos eram falsas. Para chegar a tais conclusões, ela tinha desenvolvido um método particular de estudo e de análise dos quadros: quando um falsário se empenhava em pintar uma tela à moda de um mestre, ou simplesmente, quando um epígono de uma escola de pintura, membro de um atelier, realizava uma pintura de acordo com os cânones de sua escola ou atelier, ele se dedicava a reproduzir ou aplicar os princípios estéticos fundadores. Deste ponto de vista, as realizações destes pintores se tornavam rapidamente indiscerníveis entre elas e análogas ao modelo que eles queriam seguir (o mestre do atelier ou da escola). Entretanto, sua individualidade se exprimia por meio de detalhes que o modelo seguido deixava mais ou

7 O termo original em francês, *récit*, pode ser traduzido como relato ou narrativa. Adotamos a segunda com base na referência, citada pelo autor, da obra de Paul Ricoeur “*Temps et récit*”, traduzida para o português como “Tempo e Narrativa”. N.T.

menos livres na execução; detalhes que, não obstante, diziam respeito a elementos difíceis de pintar como mãos, orelhas, etc., onde a dexteridade demandada trairia a individualidade do autor, e assim, mostraria sua diferença com relação ao mestre seguido ou imitado. Esses objetos deveriam ser, logo, particularmente estudados já que, por um lado quando um pintor conseguia desenvolver uma técnica para reproduzi-los, ele aplicava sistematicamente de um quadro a outro, e por outro, esses detalhes não eram ensinados nos ateliers, cada um podendo dar livre curso ao seu gênio artístico. Era assim que Morelli consignava, em suas obras, uma catalogação sistemática desses detalhes picturais em função de seus autores (por exemplo, abaixo, seu *Pintores Italianos* de 1892).

Figura 1: Representações de orelhas por Giovanni Morelli, 1982.



Fonte: Wikimedia Commons. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Morelli_Hands_and_Ears.jpg>. Acesso 2 jul. 2021.

Este modo de reflexão evidentemente se aproxima, como sublinha Ginzburg, do investigador como Sherlock Holmes, do caçador, e principalmente, do médico que deve, a partir dos sintomas manifestados, descobrir um processo etiológico, causal, responsável por essas manifestações. Ou seja, a lógica manifestada nos fenômenos deve permitir descobrir aquela, escondida, das causas responsáveis, e logo, na perspectiva médica, a desordem fisiológica. Inclusive, tanto Morelli quanto Conan Doyle eram médicos.

Nos três casos, pistas talvez infinitesimais permitem captar uma realidade mais profunda, de outra forma inatingível. Pistas: mais precisamente sintomas (no caso de Freud), indícios (no caso de Sherlock Holmes), signos pictóricos (no caso de Morelli) (GINZBURG, 2003, p.150).

Nessa perspectiva, o documento como rastro do evento se compreende como o que permite reencontrar o evento em um contexto presente, atual, que não está mais informado pela causalidade do evento: ele está passado e ido. Para reencontrar a ordem esquecida e escondida do evento, é preciso manifestar uma presença, insólita no contexto presente, inexplicável como tal a não ser como a manifestação de uma causa, aqui não escondida mas esquecida e passada, escondida porque passada. O vestígio, o rastro, o documento têm essa vocação de manifestação de uma presença, por um lado, e, ao mesmo tempo, de revelação de uma ordem causal esquecida e passada, o evento que produziu esses objetos (vestígio, rastro, documento).

5.3. Rastro e digital

Como definir então a noção de “rastros digitais” sem despençar diante do caráter contraditório desta expressão: o digital sendo arbitrário em sua codificação não pode, de fato, manifestar nem revelar nada por ele mesmo a não ser por uma interpretação, uma convenção de leitura, que vem dar sentido ao código binário.

Mas é preciso prestar atenção em um ponto fundamental próprio do digital: seu caráter abstrato e ideal que faz com que somente o encontremos naquilo que ele não é, por uma lógica de concretização, material e semântica, que permite se reconectar com ordens causais múltiplas e diversificadas. De fato, o código binário, os 0 e 1 especialmente, não são nada além de abstrações. Eles não existem como tais, a não ser por meio de realizações materiais como os furos e as dobras dos suportes óticos, as tensões magnéticas dos discos rígidos, os transistores eletrônicos, etc. Ou seja, o fato de ser um 0 ou um 1 é uma ficção, uma idealização que permite considerar que *diferentes* objetos materiais, ligando físicas diferentes e incomensuráveis, são no entanto a realização de um *mesmo* código, de um mesmo conteúdo informacional. É isso que confere essa propriedade formidável ao digital: ser giróvago, sem domicílio fixo: sua individuação digital não depende de sua individuação física, ele é virtual no sentido de ser independente de um suporte material (mas ele tem sempre um, o digital é ideal mas não é imaterial, já que ele é a classe de equivalência entre objetos materiais do ponto de vista informacional). Além disso, o digital é *anônimo*, já que os 0 e os 1 podem se manipular fisicamente, mecanicamente, maquinaalmente, sem precisar levar em consideração o que eles representam para nós (textos, fotos, vídeos, etc.). Ao contrário, é precisamente porque eles não representam nada que a máquina pode manipular esses 0 e 1. É preciso dessemantizar os símbolos, fazer deles puros tipos sintáticos e manipulatórios (um “zero”, um “um”), para que o cálculo seja possível. É somente em um segundo momento que esses tipos são traduzidos e interpretados para que se obtenha uma manifestação perceptível, na tela ou através de ondas sonoras.

Se o digital é uma idealidade que deve se materializar para existir e se interpretar via um formato para se manifestar, é porque não estamos mais no *arbitrário da codificação* mas na *lógica de um dispositivo*. O dispositivo estabelece uma coerência, advinda de uma concepção técnica, entre os diferentes elementos que permitem materializar, manipular e interpretar o código. Ora, se raciocinarmos em termos de dispositivo, a noção de rastro se torna novamente pertinente e utilizável no contexto digital. Ele seria a manifestação de uma ordem escondida ou heterogênea à lógica do dispositivo. Isso fará com que a lógica do cálculo (não como pura manipulação, mas em função dos formatos utilizados, da sequência de ações, do ambiente de funcionamento) possa desvelar o que não é puramente ela, mas o indício ou o rastro de outras coisas.

Como podemos, então, definir o rastro digital? Seria o rastro produzido em um dispositivo digital de um evento passado. Mobilizamos então duas noções: o rastro documental como rastro do evento, escondido porque passado, que o rastro manifesta ao agitar a ordem presente; o fato de que o evento assim rastreado acontece via um dispositivo digital e que o vestígio é digital, mas é o vestígio de um evento que não é somente digital. Assim, tomemos o exemplo de alguém que telefona ou faz uma compra: o dispositivo digital permite estabelecer a comunicação ou realizar a transação, são eventos tornados possíveis pelo dispositivo. Mas o dispositivo também é um dispositivo de gravação: a comunicação, assim como a transação, deixa rastros. Ora, a natureza do rastro, mesmo que codificada, responde a uma lógica de dispositivo que permite retrair o rastro ao evento, a ligação ou a transação. Esta ligação causal do ponto de vista do dispositivo não deixa de ser frágil do ponto de vista da codificação: nada é mais fácil do que falsificá-la, imitá-la ou adulterá-la visto que *in fine* são códigos arbitrários. Mas, boa notícia para o investigador, e má notícia para os falsários: a falsificação deve, ela mesma, acontecer por meio de um dispositivo, que também deixa rastros. Deste ponto de vista, a falsificação introduz incoerências, causalidades heterogêneas no contexto normal do dispositivo, o que permite recomeçar o trabalho de enquete.

Dito de outra forma, o digital induz uma situação paradoxal: todos os rastros são falsificáveis, mas toda ação digital deixa rastros, inclusive a falsificação. A fragilidade inerente à arbitrariedade da codificação deve ser considerada no contexto dos dispositivos que possuem sua coerência própria e produzem rastros de eventos dos quais eles são o suporte ou o instrumento.

Deste ponto de vista, o digital não é, logo, tão estranho assim à noção de rastro. Se ele é um princípio de manipulação, logo ele responde a um dispositivo que determina essas manipulações. E se o rastro como tal não tem sentido em relação a uma codificação, porque ela é arbitrária por definição, ela desenvolve um sentido em relação a um dispositivo e à lógica própria dele.

Resumindo nossa proposta, falamos de rastro digital assim como de um rastro documental, onde o documento é a memória do evento. O rastro digital é o rastro produzido por um dispositivo digital que produziu ou instrumentalizou o evento. Mesmo o digital sendo uma codificação arbitrária, o rastro pode, ainda assim, manifestar o evento porque o digital só existe via um dispositivo que ultrapassa o arbitrário da codificação para mobilizar uma lógica instrumental, uma concepção técnica que introduz limitações que o arbitrário não pode anular.

O rastro se torna a prova do evento. Mas o digital permite por princípio a manipulação: o rastro pode então se manipular e se transformar. Por outro lado, essa manipulação falsificação, só pode acontecer via um dispositivo: com efeito, o falsário não quer somente manipular o código, ele quer que sua interpretação documental seja modificada. Ele mobiliza, assim, a lógica do dispositivo e endossa suas limitações. Ao fazê-lo, sua ação falsária se torna rastreável e exposta. Isso exige, evidentemente, competências técnicas particulares, que não são somente algorítmicas, mas principalmente técnicas no sentido que a pessoa precisa compreender e dominar os dispositivos e suas lógicas: os protocolos de redes, os formatos de gravação nos suportes, a arquitetura dos serviços, etc. Se o código informático como ciência do cálculo não deixa rastros, a engenharia os produz constantemente em seu esforço de traduzir o cálculo em dispositivos técnicos mobilizados em nossa vida cotidiana.

6. Memória e digital: a hermenêutica de um novo meio

Como já foi lembrado, o rastro remete tradicionalmente ao paradigma indiciário e à pesquisa, histórica ou policial (GINZBURG, 2003, TOUARD, 2007). A pesquisa é um exercício complexo: ela se baseia na seleção de indícios, que ela retoma em um relato que os articula uns aos outros, dando conta de sua heterogeneidade por meio de uma trama narrativa. Com efeito, como já dissemos, os indícios ou rastros são presenças do heterogêneo no homogêneo: como dar conta então, daquilo que não tem nada a ver? Paul Ricoeur (1985) nos explica: a narrativa é essa síntese do heterogêneo, é o que permite, em uma síntese do tempo contado, passar do movimento ao evento.

Já que o digital pode nos ensinar sobre o que aconteceu, de que forma ele pode funcionar como rastro e ser um suporte da memória? Como o rastro digital permite que se faça uma narrativa? Que inteligibilidade narrativa o rastro pode produzir?

Se já estabelecemos que o rastro digital pode alimentar o trabalho de pesquisa para voltar ao evento, o rastro digital dá um caráter singular à pesquisa por causa da sua massificação. De fato, o rastro digital não é um fato isolado, a testemunha particular de um evento singular. Os dispositivos digitais, instrumentalizando nos-

so ambiente e se tornando um meio técnico, são mobilizados para a maior parte de nossas ações, tanto que o rastro produzido é, agora, a gravação de nossa vida.

Os dispositivos produzem milhares de rastros: o trabalho de pesquisa deve inicialmente ser um trabalho sobre a massa de dados. As novas ciências de dados têm por objetivo precisamente dar a essas massas de dados uma certa inteligibilidade. Dizemos frequentemente, as ciências de dados se tornaram um novo pilar da pesquisa científica: fundada inicialmente na experimentação (medidas) e a teorização (formalização), a ciência dessas últimas décadas mobilizou os recursos do cálculo/da computação para, por um lado, fazer simulações (modelização e simulação) e, do outro, correlações (ciências de dados).

Mobilizando um aparelho matemático, restituições e apresentações de composições desses dados são submetidas a uma interpretação que continua indispensável para fornecer o sentido que até então faltava.

Tanto os dispositivos digitais quanto o trabalho próprio das ciências de dados modificam o trabalho do rastro como memória de um evento. Se retomarmos os momentos-chave do processo que permite guardar o movimento como evento, podemos perceber que as etapas de consignação e reapropriação são amplamente reconfiguradas.

Com efeito, os dispositivos digitais são, antes de tudo, dispositivos de manipulação e de gravação: para manipular é preciso codificar e poder ter acesso ao código. Ou seja, toda manipulação exige uma gravação. Consequentemente, quando falamos de dispositivo digital, não falamos de outra coisa a não ser um dispositivo de gravação. De todo jeito, a gravação é uma consignação do movimento, mas não uma interpretação. A formatação e a seleção inerentes à gravação aportam uma dimensão construtiva à consignação, mas que não se enquadra na interpretação de um movimento que seria retido em função da sua maneira de fazer sentido para o observador. O rastro digital é um rastro do movimento, mas não do evento. Se o rastro gravado pode ter uma certa objetividade, já que produzido pelo dispositivo sem a interpretação mediadora humana, este perde, por isso mesmo, sua inteligibilidade: somente com os rastros não se pode saber o que aconteceu, mas apenas que o tempo passou e que o movimento resultante produziu rastros.

É preciso que, depois da seleção própria à gravação, haja um tratamento que possibilite a interpretação dos dados. Sua massa exige um tratamento automático: seu caráter formal faz desse tratamento um cálculo matemático. Os rastros se tornam, então, dados, que são preparados, configurados, formatados, para além de sua formatação inicial, para se adaptarem a estes cálculos. Mas os resultados produzidos devem ser remetidos a representações inteligíveis ou interpretáveis, que façam sentido com relação aos dispositivos nos quais eles são originados e às ações

da vida das quais esses dispositivos são os instrumentos. Mas como dar sentido a estes dados, tratamentos, resultados?

A dificuldade é que devemos ultrapassar uma tripla dessincronização, um triplo arbitrário que separa os dados das realidades das quais eles são rastros. De fato, à gravação inicial, impõe-se uma formatação necessária ao cálculo, mas sem pertinência obrigatória com os dados iniciais. Em seguida, segundo arbitrário, aplica-se tratamentos cujo alicerce teórico é totalmente independente da lógica própria dos dados (teorias estáticas, técnicas de aprendizagem, que são totalmente agnósticas sobre a natureza dos dados tratados). Enfim, terceiro arbitrário, a apresentação dos resultados se efetua por meio de representações, interfaces, espacializações de dados que são lidos e interpretados de acordo com interpretações semióticas independentes desses dados e dos tratamentos efetuados. Esta tripla heterogeneidade deve, conseqüentemente, ser retomada por uma síntese que devolve a inteligibilidade a essas informações, fazendo com que estes rastros funcionem como rastros de eventos ou fatos e serem encontrados. É preciso notar que este arbitrário é próprio das ciências de dados e se distingue da prática científica clássica. Na verdade, de acordo com esta última, a seleção dos fenômenos se faz por instrumentos de medida de uma ordem ‘fenomenotécnica’ (BACHELARD, 1934), ou seja, de teorias materializadas, e são em seguida analisadas e interpretadas por essas mesmas teorias: o que permite investigar o real e analisar as respostas vem de um mesmo corpus teórico. Existe uma continuidade de um com relação ao outro. Nas ciências de dados não é assim: a produção de dados é da ordem de uma prática, frequentemente sem teoria, que dá lugar a análises fundadas em ferramentas matemáticas agnósticas sobre a natureza dos dados. A epistemologia dos dados não tem nada a ver com a epistemologia clássica da medida (BACHIMONT, 2014; 2015).

Esta síntese é frequentemente de ordem narrativa que, tal como a investigação de Sherlock Holmes, restitui o sentido aos diferentes indícios e rastros por meio de uma coerência global que não pode ser a do evento manifestado ou do fenômeno revelado. Narrativa não significa ficção: na mesma linha da história como “romance real” de Veyne (1971), a análise dos rastros digitais compensa a dispersão dos rastros e sua massa pela sua contração e síntese sob a forma de uma narrativa. A dificuldade inerente é, então, saber de onde vem a informação adquirida: da trama narrativa que impõe seu sentido aos dados explorados, ou dos resultados obtidos. O que podemos aprender com esses rastros digitais além daquilo que já sabemos, nossos conhecimentos prévios sendo a única inteligibilidade que podemos conferir a esses tratamentos cuja complexidade nos escapa e cuja a massa nos transborda?

É aí que uma questão precisa ser construída. Tradicionalmente, a arte da interpretação consiste em dar conta dos pontos obscuros de um texto ou discurso.

Schleiermacher fez dessa obscuridade o princípio essencial de toda interpretação: só compreendemos a partir da constatação que não compreendemos nada, que tudo é obscuro. É disso que se trata aqui: por detrás do controle computacional dos dados, precisamos confessar que não compreendemos muita coisa, a não ser o que conseguimos reconhecer de nossos conhecimentos presentes; para ultrapassar esta obscuridade que resiste ou esses preconceitos sempre reconduzidos, precisamos nos dedicar a construir uma hermenêutica do dado.

7. Conclusão

O digital se manifesta, por nós, como um novo meio técnico, no sentido em que nos transpomos no mundo, trocamos entre nós por meio de dispositivos digitais. O digital é o que está à nossa volta e entre nós. A partir de agora, nossas ações, os fatos do mundo, os eventos que o constituem, passam cada vez mais por esses dispositivos. Esses últimos, em sua qualidade digital, calculam, computam e manipulam, quer dizer, gravam. Essas gravações são, assim, rastros, digitais, do que aconteceu. Estes rastros consignam, nas gravações, o movimento do real. Mas, contrariamente aos documentos, que se constituem como uma interpretação e uma consignação do que faz evento no movimento, o rastro é uma seleção técnica e sistemática do movimento, sem interpretação do que faz o evento, assim como o indício e o vestígio, que investigadores, arqueólogos, historiadores perseguem para encontrar o evento no rastro do movimento.

Mesmo assim, o rastro digital ainda é uma noção paradoxal visto que o caráter codificado e arbitrário do digital fazem dele um objeto que é independente daquilo do qual ele é rastro: sua interpretação como tal repousa em uma convenção arbitrária de leitura (o formato que permite ver os 0 e os 1 dos textos ou das fotos, por exemplo). Mas um tal digital só existe de maneira ideal: é sempre, na prática, mobilizado nos dispositivos técnicos concretos com sua lógica própria que se impõe ao arbitrário do cálculo. É essa lógica do dispositivo que permite separar o evento do rastro gravado.

Mas essa lógica não é suficiente: o digital como meio implica em uma massificação dos rastros que só pode ser ultrapassada pela mediação computacional, mas que introduz, assim, um descompasso entre a origem dos dados e os resultados produzidos. A inteligibilidade dos dados ainda é um desafio, para além das obscuridades introduzidas por esses cálculos que não têm (ou não fazem) sentido. Ultrapassar a obscuridade é a missão tradicional da hermenêutica que descobre, assim, nos dados digitais, um canteiro de obras impensado. Essa hermenêutica deve trabalhar pelo prisma de dois princípios: a lógica dos dispositivos, por um lado, cuja tecnicidade permite rastrear a gênese técnica dos dados, e a lógica das

situações por outro, que permite dar precisão ao que os dados falam de nós. Uma narração, não como retórica de substituição ou de acompanhamento, mas como um princípio de inteligibilidade e de descoberta, que se confronta e se expõe ao rigor dos dispositivos e da realidade das situações.

8. Referências bibliográficas

Bachelard, G. (1934). *Le nouvel esprit scientifique*. Paris: Presses universitaires de France.

Bachimont, B. (2007). *Ingénierie des connaissances et des contenus : le numérique entre ontologies et documents*. Paris: Hermès.

Bachimont, B. (2010a). *Le sens de la technique : le numérique et le calcul*. Paris: Encres Marines / Les Belles Lettres.

Bachimont, B. (2010b). *La présence de l'archive : réinventer et justifier*. *Intellectica*, 53-54, 281-309.

Bachimont, B. (2014). *Le nominalisme et la culture: questions posées par les enjeux du numérique*. In B. Stiegler (Ed.), *Digital Studies, organologie des savoirs et technologies de la connaissance* (pp. 63-78). Paris: FYP Editions.

Bachimont, B. (2015). *Le numérique comme milieu : enjeux épistémologiques et phénoménologiques*. *Principes pour une science des données*. *Interfaces numériques*, 4(3), 385-402.

Bachimont, B. (2017). *Patrimoine et numérique : Technique et politique de la mémoire*. Bry sur marne: Ina-Editions.

Bérubé, C. (1964). *La connaissance de l'individuel au Moyen-Âge*. Paris: Presses universitaires de France.

BORGES, Jorge Luis. *Funes, o memorioso*. In: BORGES, Jorge Luis. *Obras completas*. São Paulo: Globo, 2000. v. 1- Ficções, p. 539-546.

Boulnois, O. (1999). *Être et représentation : Une généalogie de la métaphysique moderne à l'époque de Duns Scot*. Paris: Presses universitaires de France.

BRIET, Suzanne. *O que é a documentação*. Trad. por Maria de Nazareth Rocha. Furtado. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2016.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologias e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Jonas, H. (2013). *Essais philosophiques: Du credo ancien à l'homme technologique*. Paris: Vrin.

König-Pralon, C. (2005). *Avènement de l'aristotélisme en terre chrétienne : L'essence et la matière : entre Thomas d'Aquin et Guillaume d'Ockham*. Paris: Vrin.

Leroi-Gourhan, A. (1964). *Le geste et la parole (Vol. t. 1 : Technique et Langage)*.

Paris: Albin Michel.

Morelli, G. (1994 [1892]). De la peinture italienne: Editions de la lagune.

Ricoeur, P. (1985). Temps et récit : le temps raconté (tome 3). Paris: Seuil.

Thouard, D. (Ed.) (2007). L'interprétation des indices : Enquête sur le paradigme indiciaire de Carlo Ginzburg. Villeneuve d'Ascq: Presses universitaire du Septentrion.

Veyne, P. (1971). Comment on écrit l'histoire. Paris: Seuil.

O uso da memória armazenada na web: uma perspectiva através do Internet Archive

Ilaydiany Oliveira

1. Introdução

ESTE CAPÍTULO OBJETIVA DESTACAR QUE A MEMÓRIA DA SOCIEDADE É FORMADA por fatos, lembranças vividas e aspectos relevantes que são armazenados na memória, de modo a compreender o futuro por meio do passado registrado. E que em meio a Era da Sociedade da Informação, a qual vivenciamos na atualidade, observa-se a importância de voltar os olhares à memória coletiva registrada na internet, visto que esta é considerada uma fonte de informação inesgotável e pode ser tida como a memória coletiva digital da nossa era.

A memória pode ser entendida como a possibilidade de conservar fatos históricos e perpetuá-los por meio da difusão dos mesmos em qualquer suporte. Já a memória coletiva pode ser entendida como a memória de um grupo de pessoas que tendem a compartilhar e disseminar para as suas demais gerações essas mesmas memórias, como forma de registro da história desse grupo, possibilitando assim a identidade coletiva dos mesmos.

Nesse aspecto, verifica-se que diante dos recursos oriundos pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICS) e, mais enfaticamente, pela internet e web, observa-se que a forma de registro da memória coletiva apresenta-se em um suporte informacional diferenciado, definido pela utilização de sites capazes de armazenar informações, fatos e lembranças em páginas web que podem ser compartilhadas por meio da utilização de *hiperlinks*.

A construção dessa memória coletiva digital tem sido realizada, em grande proporção, pela própria sociedade que cada vez mais tem possuído a competência informacional de registrar - através de sites, blogs e redes sociais -, informações de diversos contextos e características, tais como textos, vídeos, músicas e imagens, promovendo a disseminação das mesmas, assim como de fatos, acontecimentos e lembranças que cercam a sociedade e que retratam a história que está sendo vivenciada pela humanidade.

Porém, uma das principais características das informações digitais é a sua efemeridade, visto que estas podem ser simplesmente deletadas, pois os sites e páginas web podem ser desativados perante a falta de acesso por parte dos usuários ou até mesmo excluída pelos seus inventores, mediante a perda de interesse em alimentar seu site com novas informações. Nesse tocante, verifica-se a fragilidade que se apresenta a memória coletiva armazenada no meio digital, bem como a necessidade de tratar, organizar e armazenar e disseminar essas informações que compõem o arcabouço histórico da nossa civilização.

A relevância de armazenar e resguardar a memória digital da sociedade fez surgir em meados de 1996 o projeto *Internet Archive*, que busca manter um acervo histórico capaz de registrar, conservar e tornar disponíveis diversas informações digitais geradas pelos indivíduos, como páginas web, softwares, filmes, fotos, livros e gravações de áudio. Este projeto despertou nos meios sociais e científicos a necessidade de difundir a relevância do resguardo da memória coletiva que está sendo gerada pela sociedade, de modo a construir um acervo histórico capaz de representar a memória da sociedade para as demais gerações futuras do mundo.

Diante da importância desse projeto para o registro da memória social, assim como o fato do mesmo ter completado 20 anos de existência, despertou-se o interesse em analisar se a sociedade tem utilizado as memórias armazenadas pelo projeto *Internet Archive* como fonte de pesquisas para obtenção de informações capazes de elucidar a memória coletiva, seja por meio do acesso ao site ou por meio da divulgação do projeto através do uso de *hiperlinks* em outras páginas web, e dessa forma será possível verificar a relevância social desse projeto mediante a sociedade que é representada por este suporte informacional.

Nessa perspectiva, apresenta-se um estudo baseado em uma revisão bibliográfica por meio de publicações científicas com a prerrogativa de elaborar uma abordagem quantitativa capaz de caracterizar o estudo como exploratório. O levantamento bibliográfico busca representar a relevância do projeto *Internet Archive* para o meio social e verificar como o mesmo contribui para o armazenamento da memória coletiva. Também são utilizadas ferramentas, como o *Google Trends* e *Alexa.com* com o objetivo de fazer uma abordagem quantitativa acerca do uso e difusão do site pela sociedade, e assim retratar se o *Internet Archive* tem despertado o interesse acerca da memória que é representada por este projeto.

É oportuno destacar a relevância de iniciativas como a do projeto *Internet Archive*, como forma de resguardar a memória coletiva por meio de plataformas digitais, capazes de tornar acessível a memória gerada pela humanidade ao longo das eras, e assim permitir que ela possa ser recuperada e transmitida às demais gerações como forma de favorecer a construção da história da humanidade frente

as mudanças tecnológicas que contribuem para a construção da atual Sociedade da Informação.

2. A memória no contexto social

Desde os primórdios da vida humana na Terra observa-se a necessidade dos indivíduos em comunicar-se entre si, como forma de estabelecer informações necessárias para a permanência da sua existência, propagação da sua espécie e registro de sua vida. Essa comunicação representa uma parte da história vivenciada pelos indivíduos e que é perpetuada entre os seres por meio da interação social.

A história também pode ser conceituada como o conjunto de fatos e acontecimentos, podendo esta ser considerada como história coletiva, quando se refere a um povo, ou história individual, quando se refere as informações de representatividade para apenas um indivíduo. Dessa forma, a história pode ser entendida como a representação de conhecimentos relacionados a fatos e acontecimentos do passado e que circundam o meio social ou individual, podendo relacionar-se a um povo, local, período ou um indivíduo específico.

LeGoff (2013) ressalta que a ciência histórica reúne documentos escritos e faz deles testemunhos do passado, mas que diante das limitações desse mesmo passado, também é possível depreender que a história, inicialmente, foi formada pela oralidade e que por meio desta, era possível construir a realidade histórica da época.

Diante dessa premissa se faz necessário refletir acerca da diferença existente entre história e memória, visto que ambas representam o tempo histórico. Nessa perspectiva, cabe ressaltar Halbwachs (1990) quando o mesmo afirma que a história é a representatividade dos fatos que mais se destacam na memória dos homens. Essa mesma história é encontrada nos livros, ensinada e perpetuada por meio da educação escolar, porém cabe ressaltar que os fatos retratados na história são selecionados, comparados e classificados de acordo com a necessidade dos homens em registrar seu passado.

Halbwachs (1990) ainda destaca que a história só principia quando a memória social começa a se decompor, ou seja, no momento em que um povo percebe que as lembranças dos fatos vividos já estão distantes e os detalhes sobre eles já não são tão claros, daí surge a necessidade de reunir diversas testemunhas que conservam alguma lembrança e registrar as memórias recordadas, visto que o único meio de preservar essas lembranças é fixá-las em algum suporte, seja através da escrita ou da narrativa verbal, pois os escritores permanecem, enquanto as palavras e pensamentos morrem.

Essas memórias que circundam o indivíduo são constituídas de lembranças e carregadas de sentimentos e representatividade ao serem envolvidas em um con-

texto importante para este indivíduo. Convencionalmente, as memórias possibilitam agregar informações relevantes a fatos importantes que marcaram sua vida, de modo a favorecer o entendimento sobre determinados fenômenos, assim como possibilitar que os mesmos tenham referências acerca de comportamentos e atitudes capazes de contribuir com sua permanência no meio social no qual estão inseridos, bem como determinar fatores preponderantes para a sua permanência no mundo.

De acordo com Le Goff (2013, p. 387) memória é a “propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.”

Já na concepção de Crippa (2010, p. 8) A memória pode ser conceituada como sendo “a capacidade de preservar determinadas informações, essencial para a elaboração da experiência individual e do conhecimento, de natureza científica, filosófica ou técnica”.

Tendo como base nesses conceitos é possível depreender que a memória é capaz de armazenar informações que podem ser recuperadas sempre que necessário, porém é relevante ressaltar que a memória do indivíduo não é capaz de deter com riqueza todas as informações e todos os detalhes que abarcam um fato, assim como não é capaz de narrar a mesma história toda vez que for contada, visto que a memória humana é passível de falhas, temporalidade e esquecimento.

Nessa abordagem, cabe distinguir a memória de curto prazo e a memória de longo prazo, que na perspectiva de Lévy (1993) pode ser diferenciada a partir da noção de que a memória de curto prazo, ou memória de trabalho, refere-se ao fato de absorver informações sobre aquilo que foi observado ao decorrer de um curto período de tempo e pode estar associada as sensações, costumes ou emoções, sendo perpetuada caso haja mecanismos de repetição. Em contrapartida, a memória a longo prazo é a capacidade de armazenar informações de tempos mais longos e elucidar fatos que ocorreram no passado distante.

É através da memória a longo prazo que se constrói a história da humanidade, perpetuada por meio da memória coletiva que é capaz de reunir informações e transferir as mesmas para as gerações que se seguem, possibilitando assim uma identidade social. Essa memória coletiva é então entendida como a representação da história do passado de um determinado grupo e que por meio desta é possível compreender diversos aspectos sociais, culturais, políticos, ambientais, entre outros.

Nesse contexto, Kessel ([200-?], p.4) ressalta que:

Memória coletiva tem assim uma importante função de contribuir para o sentimento de pertinência a um grupo de passado comum, que com-

partilha memórias. Ela garante o sentimento de identidade do indivíduo calcado numa memória compartilhada não só no campo histórico, do real, mas, sobretudo, no campo simbólico. [...] É interessante ainda apontar que a memória é um objeto de luta pelo poder travada entre classes, grupos e indivíduos. Decidir sobre o que deve ser lembrando e também sobre o que deve ser esquecido integra os mecanismos de controle de um grupo sobre o outro.

Assim, a memória coletiva representa um grupo, pois é através dela que se tem a formação ideológica dos indivíduos que compõem essa sociedade, possibilitando que eles próprios identifiquem e reúnam características em comum, fato este que determina um grau de ligação e pertencimento entre eles.

Nesse entendimento, Durkheim (1975, p. 95) reforça essa ideia ao afirmar que:

Há em toda a sociedade certo número de ideias e de sentimentos comuns que as gerações transmitem umas às outras e que asseguram, ao mesmo tempo, a unidade e a continuidade da vida coletiva. São as lendas populares, as tradições religiosas, as crenças, as linguagens, etc. (DÜRKHEIM, 1975, p. 95).

Nessa mesma linha de pensamento, Halbwachs (1990) ressalta que é através da construção da memória coletiva que o indivíduo possui o sentimento de pertencimento e que isto o permite não se sentir sozinho, pois na medida em que compartilha fatos, acontecimentos e sentimentos com outros indivíduos, o mesmo tende a ser inserido dentro de um grupo.

Dentro desse contexto, Halbwachs (1990) ainda elenca que além da memória coletiva, existe a memória individual e que elas se diferem no seguinte entendimento: enquanto a memória individual relaciona-se com as lembranças pessoais, intrínsecas de cada indivíduo, e referenciam às questões de individualidade; a memória coletiva retrata os fatos, acontecimentos e/ou lembranças de um determinado grupo, enfocando as suas especificidades. Porém, ambas possuem o mesmo objetivo, evitar o esquecimento através da arte da memória.

A arte da memória é conceituada por Yates (2007, p. 18) como “uma técnica que permite ao orador aprimorar sua memória, o que o capacita a tecer longos discursos de cor, com uma precisão impecável”. Assim, a arte da memória é atribuída a mnemotécnicas, ou seja, técnicas que proporcionam o estímulo da memória com o pressuposto desta armazenar o maior número de informações possíveis.

Diante da importância em resguardar a memória, seja ela individual ou coletiva, nota-se a importância de criar meios e suportes para o armazenamento e guarda da mesma, com a prerrogativa de que a memória é a ferramenta capaz de assegurar a construção da história de um povo, possibilitando que os mesmos construam suas ideologias, crenças, cultura e diversos outros elementos necessários para a formação da identidade de um povo.

Entretanto, é relevante destacar que diante dessa importância, a arte da memória quando tratada no âmbito que envolve a Era da Sociedade da Informação - em que as informações fluem em velocidades até então inimagináveis -, possui a necessidade de buscar meios alternativos oferecidos pelas TICs como mecanismo de contribuir com a guarda, tratamento, organização e disseminação das informações, principalmente aquelas que se referem à memória coletiva. E diante dessa relevância, esse tema será tratado mais enfaticamente adiante.

3.0 Internet Archive como ferramenta da memória social

Na atualidade, a memória individual e coletiva é gerada e disseminada em alta velocidade, visto as facilidades oriundas da web. Diante dos avanços tecnológicos é possível que mais indivíduos registrem suas memórias, fatos, acontecimentos e sentimentos por meio da postagem de fotos, imagens, músicas, vídeos e textos a serem divulgados em sites, blogs e redes sociais. Construindo assim uma memória artificial, que pode ser compreendida de acordo Almeida (1999) como sendo uma extensão da memória natural humana que é capaz de armazenar e disseminar um número relevante de informações, e, conseqüentemente, proporcionar a construção da identidade social e cultural dos indivíduos que compõem, por sua vez, a história da humanidade.

Dessa forma, Silva (2013, p. 118) ressalta que “ao retratar esse contexto conceitual dentro do aspecto da atualidade, verifica-se que o paradigma de memória tem sofrido intensas mudanças, visto que a inserção das TICs proporcionaram a Era digital, e com ela uma nova forma de registrar informações e, por sua vez, a memória.”

Cunha, (2009, p. 43) converge dessas ideias quando afirma que “o homem tem desenvolvido instrumentos para ampliar a capacidade de armazenamento e processamento da memória humana. As tecnologias da informação promoveram um processo de atomização do conhecimento na medida em que estes se serviram de suportes artificiais”.

Diante da relevância desse contexto tecnológico que envolve a memória, verifica-se a necessidade de analisar as informações que estão sendo registradas e que tem formado a memória social.

Nessa perspectiva, Oliveira (2010, p. [3]) afirma que:

[...] a questão da memória social vem emergindo como muito importante na cibercultura, com a multiplicação de projetos sobre memórias locais, museus virtuais e mídias locativas. Hoje em dia, cada vez mais as pessoas percebem a importância de terem suas próprias histórias como tema e como essa construção de vínculos importante para a própria auto-estima. Daí a divulgação, ou pelo menos tentativas, de retratos históricos individuais e coletivos, sistematizados ou em moldes simples, sem tratamento científico.

Diante da falta de um tratamento e controle da memória que se expande vertiginosamente pela sociedade através das TICs, verifica-se que a memória armazenada por meio dos mecanismos virtuais e digitais tem despertado há algum tempo o interesse de instituições em proporcionar um tratamento, armazenamento e disseminação dessa memória para gerações futuras, com o propósito maior de construir uma memória coletiva repleta de representatividade da sociedade humana.

Mediante a esse cenário informacional McLuhan (2011) realizou estudos acerca da relação da memória com a mídia e foi capaz de depreender que em uma cultura como a nossa, voltada para a cibercultura, na qual os indivíduos têm o hábito de disseminar todas as informações como meio de controlá-las, devemos lembrar que o meio é a mensagem. Ou seja, o meio é um elemento importante da comunicação, visto que qualquer transformação do meio é mais determinante do que uma alteração do conteúdo.

E nesse cenário se desperta a necessidade de delimitar o meio informacional que estas memórias estão sendo disponibilizadas à sociedade, de modo a preservar o conteúdo registrado. Diante dessa perspectiva, surge em meados de 1996 o projeto *Internet Archive* como mecanismo de uma memória artificial capaz de armazenar as informações que estão sendo disponibilizadas no âmbito virtual.

O *Internet Archive* é uma biblioteca digital única que combina tecnologia moderna com a antiga prática de arquivamento para fornecer um recurso internacional acessível ao público de imenso valor, com o objetivo de armazenar enormes coleções de informações digitais importantes. (THELWALL; VAUGHAN, 2004).

O projeto foi idealizado pelo engenheiro de computador Brewster Kahle e possui financiamento de fontes americanas, mas permanece com acesso aberto e é livremente disponível para qualquer pessoa com acesso à Internet através do site <https://archive.org/index.php>. (INTERNET ARCHIVE¹).

1 Documento online, não datado e não paginado.

Inicialmente, o projeto arquivava a própria Internet por meio do armazenamento dos sites, hoje com um pouco mais de 20 anos de funcionamento, o mesmo armazena: 279 bilhões de páginas da web; 11 milhões de livros e textos; 4 milhões de gravações de áudio (incluindo 160 mil concertos ao vivo); 3 milhões de vídeos (incluindo 1 milhão de programas de televisão); 1 milhão de imagens; e 100.000 programas de software.

A partir desses dados, pode-se inferir que o *Internet Archive* é um enorme depósito da memória coletiva da humanidade, capaz de representar boa parte das informações humanas disponibilizadas na Internet e contribuir com a guarda dessas informações mediante a efemeridade dos documentos digitais existentes na atualidade.

É oportuno destacar que apesar do projeto ter um número significativo de documentos informacionais, seu projeto emblemático é um arquivo histórico da web desde 1996, intitulado *Wayback Machine*, oriundo da parceria do Alexa.com e do *Internet Archive* e que possui o objetivo de arquivar páginas web ao longo do tempo, dando garantia de acesso às informações existentes nessas páginas, independente delas sofrerem mudanças, atualizações ou desativações.

A necessidade de armazenamento dessas páginas é perceptível diante do fato do elevado índice de publicações em sites que contam fatos históricos e acontecimentos que constituem a memória coletiva da sociedade, possibilitando a construção da história por meio do seu resgate documental virtual e digital.

Além do elevado número de páginas web armazenadas, também ressalta-se a imensa biblioteca digital existente no *Internet Archive* que desde 2005 conta com uma média de 1.000 livros digitalizados por dia em 28 locais ao redor do mundo, estando estes disponíveis para download e empréstimo através do site *Open Library* (<https://openlibrary.org/>), fato este que leva este projeto a ser comparado a Biblioteca de Alexandria. (WIKIPÉDIA, 2017).

Outra iniciativa do projeto como forma de resguardo da memória da humanidade é o acordo entre o *Internet Archive* e a NASA que fez surgir o *Space Act* que objetiva levar o acesso público as imagens, vídeos e coleções de áudio da NASA em um único recurso pesquisável. A equipe de imagens da NASA trabalha em estreita colaboração com todos os centros da NASA para continuar a acrescentar à coleção cada vez maior de imagens da NASA que hoje já conta com mais de 100 mil itens online (WIKIPÉDIA, 2017).

Todo esse aparato tecnológico envolvido no projeto do *Internet Archive* permite que haja o registro da memória coletiva digital de forma eficiente e eficaz, possibilitando a recuperação de informações, fatos e lembranças da sociedade que estão armazenadas no âmbito web.

Assim, verifica-se que diante da preocupação acerca da efemeridade dos documentos e das informações digitais disponibilizados na web, há a possibilidade

para tal ser minimizada através da efetividade do *Internet Archive*, visto que este projeto é capaz de propiciar a organização, tratamento e recuperação do arcabouço histórico que envolve a memória da civilização e que está sendo disponibilizada, intensamente, através dos recursos da web.

4. Uma perspectiva acerca do uso da memória armazenada no Internet Archive

Diante da verificação da importância do *Internet Archive* para a construção da memória artificial da sociedade, além do fato do projeto ter completado 20 anos de existência, despertou-se o interesse em verificar como está sendo o processo de uso e difusão deste projeto no meio social, como forma de identificar se o mesmo tem despertado o interesse na sociedade acerca da memória que é armazenada por este recurso.

4.1 Metodologia

Para a realização desta pesquisa definiu-se a utilização de dois indicadores: tendência de buscas e popularidade. No tocante a tendência de buscas, procurou-se identificar se as pessoas estão buscando informações acerca do projeto *Internet Archive* na web. Para tanto, utilizou-se a ferramenta *Google Trends* (<https://trends.google.com/trends/>) e empregaram-se dois termos associados ao site em questão, “*Internet Archive*” e “*Wayback Machine*” para verificar como os mesmos estão sendo pesquisados na web. A justificativa pela escolha dos termos deve-se ao fato destes representarem as formas mais comuns de como o projeto é conhecido a nível mundial.

É relevante destacar que foram realizadas buscas pelos dois termos tendo como base o período de 2004 até 2016, sendo que o objetivo do estudo é verificar a incidência de buscas nos últimos 20 anos, porém a delimitação teve que partir de 2004, devido ao fato da base de dados do *Google Trends* não possuir informações anteriores a esse período.

Já para verificar as informações acerca da popularidade do site - o índice e características de uso do site -, foi escolhida a ferramenta *Alexa* (<http://www.alexa.com/>), que permite a formação de uma listagem dos países que mais acessam o site aqui analisado, identificam os termos mais pesquisados dentro do site, apontam quais as páginas mais acessadas e mensuram a quantidade de links existentes na web que redirecionam para o site que é objeto deste estudo.

4.2. Resultados

a) Tendência de busca:

Quando analisada a tendência de busca por termos que remetem ao projeto aqui analisado, foi possível estabelecer um quadro comparativo por meio de um ranking que lista os 10 países que mais pesquisam pelos termos que remetem ao projeto *Internet Archive*, conforme é apresentado a seguir.

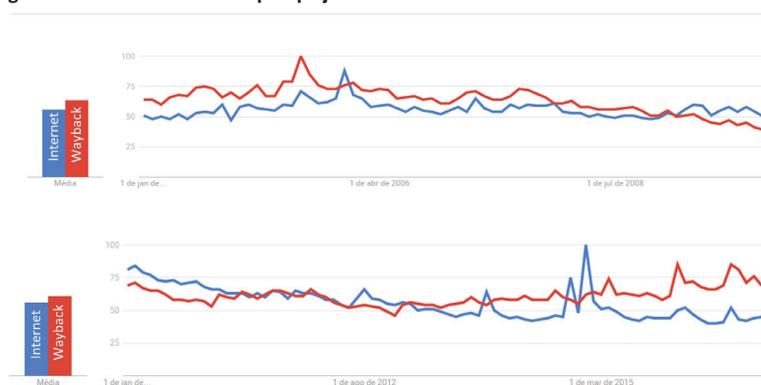
Tabela 1 – Países que buscam por termos relacionados ao Projeto Internet Archive.

Rank	Internet Archive	Wayback Machine
1	Estados Unidos	Estados Unidos
2	Japão	Canadá
3	Canadá	Nova Zelândia
4	Argélia	Noruega
5	Irlanda	Austrália
6	Marrocos	Finlândia
7	Nova Zelândia	Reino Unido
8	Reino Unido	Irlanda
9	Finlândia	Dinamarca
10	Suécia	Suécia

Fonte: Dados da pesquisa.

A partir dos dados coletados é possível depreender que os países, Estados Unidos, Japão e Canadá são aqueles que mais buscam informações sobre o projeto *Internet Archive* através da web e este fato nos faz refletir acerca da necessidade dos mesmos em coletarem informações que envolvem a memória documental que está sendo armazenada por este projeto. Assim como constatar que estes países já despertaram seus olhares para a importância do projeto e que por isto, fazem uso constate das informações que são disponibilizadas, fato que contribui diretamente com a construção e divulgação da memória coletiva digital por parte da sociedade que integra estes países.

No tocante a incidência de uso dos termos na web observa-se através da Figura 1 que os anos de 2005, 2006 e 2015 foram os períodos em que houve uma maior busca pelos termos na web, ou seja, foram os anos que uma maior quantidade de pessoas buscou informações sobre o projeto do *Internet Archive*.

Figura 1 – Incidência de buscas pelo projeto *Internet Archive* durante os anos de 2004 a 2016.

Fonte: Dados da pesquisa.

b) Popularidade:

Ao aplicar o indicador popularidade, foi possível identificar os países que acessam diretamente o site do projeto e fazem uso de suas informações. Nessa perspectiva, observa-se que o *ranking* de países que acessam o site *Internet Archive* apresenta-se na Figura 2 a seguir:

Figura 2 – Ranking dos países que mais acessam site do *Internet Archive*.

 United States	22.8%
 India	9.1%
 Japan	5.6%
 United Kingdom	4.1%
 Germany	3.6%
 France	3.0%
 Egypt	2.5%
 China	2.5%
 Italy	2.4%
 Canada	2.4%
 Spain	2.2%
 Pakistan	2.1%
 Iran	1.9%
 Saudi Arabia	1.8%
 Brazil	1.7%
 Australia	1.5%
 Algeria	1.3%
 Indonesia	1.2%
 Turkey	1.1%
 South Korea	1.0%
 Russia	1.0%
 Mexico	1.0%
 Sudan	0.9%
 Netherlands	0.9%
 Poland	0.8%
 Nigeria	0.8%
 South Africa	0.8%
 Morocco	0.7%
 Argentina	0.6%
 Belgium	0.6%
 Austria	0.5%
 Philippines	0.5%
 Romania	0.5%

Fonte: Dados da pesquisa.

Através dos dados obtidos por meio do indicador popularidade, pôde-se constatar a eficácia deste estudo, pois se identificou que os países que buscam informações na web acerca do projeto também são, em sua maioria, os mesmos que acessam o site do projeto com uma maior incidência.

Evidencia-se o uso do site do projeto por uma quantidade considerada de países do mundo e a alta relevância social que este projeto tem alcançado ao decorrer dos últimos 20 anos de sua funcionalidade, assim como a importância despertada por diversos povos acerca da memória que é armazenada nele.

Já quando comparado os termos que são mais pesquisados no site (Tabela 2) e os hiperlinks das páginas que são mais acessadas (Tabela 3), pôde-se constatar que as visitas realizadas no site do projeto são em sua grande maioria em busca do *Wayback Machine*, a ferramenta do *Internet Archive* que possibilita a recuperação e visualização das versões arquivadas de páginas da web, tal como eram no passado.

Tabela 2 - Quais palavras-chave usadas na pesquisa enviam tráfego para este site.

Palavras buscadas	Percentual do tráfego de pesquisa
Wayback machine	29.09%
Archive	3.14%
Webarchive	2.64%
Waybackmachine	2.50%
Way back machine	2.24%

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 3 - Quais páginas do site archive.org são mais visitadas.

Páginas do site	Percentual de visitantes
archive.org	71.12%
web.archive.org	34.39%
us.archive.org	12.68%
web-beta.archive.org	1.75%
wayback.archive.org	0.72%
blog.archive.org	0.18%

Fonte: Dados da pesquisa.

A partir desses dados, pode-se refletir que a maior parte das pessoas que têm acessado o *Internet Archive* tem procurado pela memória armazenada nas páginas web. Tal fato pode ser analisado mediante o entendimento de que essas pesquisas tenham sido feitas, em sua maioria, por pesquisadores que buscam por meio deste projeto informações para pesquisas em desenvolvimento. Essa análise foi feita a partir da premissa de que diante da grande gama informacional existente no site do projeto, assim como os diversos tipos de materiais que registram a memória da sociedade, tais como livros, vídeos, áudios e imagens, estimava-se que a maior tendência de buscas pela sociedade seria por esses tipos de materiais, pois a busca por páginas web não é uma característica comum de busca informacional da população, mas sim da comunidade científica e acadêmica que buscam por meio desse registro histórico compreender fatos que circundam a compreensão científica.

Quanto à credibilidade das informações que são disponibilizadas pelo projeto, pôde-se constatar que o mesmo possui bastante relevância e confiabilidade no âmbito web, visto que diversos sites de outras instituições possuem *hiperlinks* em suas páginas que remetem as páginas do *Internet Archive*, pois obteve-se um total de 96.387 *hiperlinks* disponíveis na web que redirecionam para a página do projeto.

Nessa vertente, através dos dados coletados e analisados neste estudo é possível depreender a importância que o *Internet Archive* tem alcançado diante de instituições e da sociedade no tocante a difusão da memória para as demais gerações futuras.

5. Considerações

Através deste estudo foi possível destacar que a memória que circunda a sociedade é formada por fatos, lembranças vivenciadas e sentimentos que juntos constroem a identidade cultural e ideológica da sociedade. E que esta memória é de suma importância para a construção histórica de um povo, permitindo que os mesmos estabeleçam as informações importantes para a sua existência, continuidade da sua espécie e registro histórico de sua vida no planeta.

Mediante as mudanças que circundam a Era da Sociedade da Informação, constatou-se que através de mecanismos advindos das TICs à sociedade se depara com uma nova forma de registro da memória, caracterizada pela construção da memória individual e coletiva através do uso de sites, imagens, músicas, vídeos, entre outros. Nesse cenário, há a necessidade de buscar mecanismos de armazenamento, tratamento e difusão dessa memória que vem sendo construída pelo suporte digital.

Nesse aspecto, o projeto *Internet Archive* vem se destacando quanto à quantidade de documentos, originados no formato digital, que vem sendo armazenando em suas bases de dados, permitindo que a memória da sociedade seja resguardada para as próximas gerações futuras.

Diante dessa relevância, o estudo aqui aplicado pôde constatar que o *Internet Archive* possui um número expressivo de documentos digitais em sua base de dados, os quais foram sendo armazenados ao decorrer dos últimos 20 anos, e que possibilitam a construção da memória coletiva da sociedade. Porém, pôde-se destacar que o projeto ainda não é utilizado por um número significativo da sociedade e este fato deve estar associado à falta de percepção das pessoas acerca da importância e da quantidade e diversidade dos documentos que estão sendo armazenadas por este projeto.

Quando analisado os países que mais têm buscado informações sobre o projeto e acessado a página do *Internet Archive*, verificou-se que os Estados Unidos é o país que mais utiliza esse recurso, e isto talvez se deva ao fato do projeto ter sido criado em São Francisco, Califórnia, Estados Unidos e que por isso seja mais difundido no país. Também se observa que várias páginas na web possuem *hyperlinks* que remetem ao site do projeto e este fato nos faz refletir acerca da credibilidade que o site tem conquistado ao longo dos anos ao redor do mundo.

No tocante a página que é mais acessada no site do *Internet Archive* destaca-se, enfaticamente, a que oferece os serviços do *Wayback Machine*, fato que retrata a grande procura pela memória arquivada em páginas web ao decorrer dos anos. Acredita-se que isto ocorra devido ao número elevado de pesquisadores que utilizam essa ferramenta para a coleta de dados que retratem algum acontecimento científico ou histórico.

Nesse tocante, infere-se que há a necessidade de uma maior divulgação mundial acerca dos materiais, documentos e informações que são armazenados pelo *Internet Archive* com a prerrogativa de disseminar esse suporte da memória artificial humana, possibilitando que a sociedade tenha um maior acesso à sua memória coletiva que é retratada por meio desse projeto, de suma importância social, que ao longo dos seus 20 anos de existência têm possibilitado que a memória coletiva e individual da humanidade esteja sendo resguardada para as demais gerações futuras.

6. Referências

- ALMEIDA, Milton José de. **Cinema: arte da memória**. São Paulo: Autores Associados, 1999.
- BJÖRNEBORN, Lennart. **Small-world structures across an academie web space: a library and information science approach**. PHD dissertation. Copenhagen, DK: Department of Informations Studies, Royal School of Library and Information Science, 2004.
- CRIPPA, Giulia. Memória: geografias culturais entre história e ciência da informação. In: MARANON, Eduardo Ismael Murguia. **Memória: um lugar de diálogo para arquivos, bibliotecas e museus**. São Carlos: Compacta, 2010. p. 79-111.
- CUNHA, Jacqueline Araújo. **Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações: uma estratégia de preservação da memória**. 2009. 169 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência da Informação, Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2009.
- DURKHEIM, Emile. **A ciência social e a ação**. São Paulo: Difel, 1975.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 1990.
- INTERNET ARCHIVE. Disponível em: <https://archive.org/about/>. Acesso em: 31 mar. 2017.
- KESSEL, Zilda. **Memória e memória coletiva**. 200-?. Disponível em: http://www.museudapessoa.net/public/editor/mem%C3%B3ria_e_mem%C3%B3ria_coletiva.pdf. Acesso em: 28 mar. 2017.
- LE GOFF, Jacques. **História & memória**. 7. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2013.
- LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.
- MCLUHAN, Marshall. **Understanding media: the extensions of man**. [Edited by W. Terrence Gordon – Critical Ed. Berkeley, CA: Gingko Press, 2011. p. 62-70; 84-90.
- OLIVEIRA, J. F. C. A memória social na era das novas tecnologias. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, v. 10, 2010.

- SILVA, Ilaydiany Oliveira. A memória social registrada no facebook. **Revista Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jan/jun. 2016, p. 115-125.
- THELWALL, Mike; VAUGHAN, Liwen. A Fair History of the Web?: Examining Country Balance in the Internet Archive. **Library and Information Science Research**, 2004. p. 1-12.
- WIKIPÉDIA. Internet Archive. 2017. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Internet_Archive. Acesso em: 31 mar. 2017,
- YATES, Frances A. As três fontes latinas da arte clássica da memória
In: _____. **A arte da memória**. Campinas, SP: Unicamp, 2007. p. 17-45.

A memória na Ciência da Informação: em foco a preservação digital

Leyde Klebia Rodrigues da Silva

1. Introdução

A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO É UMA ÁREA DO CONHECIMENTO QUE, POR ESSÊNCIA, realiza investigações sobre o funcionamento dos processos de apropriação, organização, disseminação e preservação da informação que, muitas vezes, é alcançada por uma parte dos segmentos da sociedade contemporânea. Há, assim, uma necessidade de assumir seu compromisso e responsabilidade ético-social de agente da informação, tanto em relação aos que produzem conhecimento no campo científico quanto aos que facilitam a disseminação desse conhecimento para indivíduos que dele necessitam, independentemente dos espaços sociais onde vivem e dos papéis que desempenham nas escolas, nas universidades, nas bibliotecas, nos arquivos, nos museus, nos centros de informação, nas Organizações não governamentais (ONGs), nos museus etc (FREIRE, 2001).

Mas, esse compromisso gera uma situação problemática: Como fazer com que esse conhecimento organizado e disponível a todos os públicos seja preservado para que outras gerações tenham acesso a ele?

Na sociedade contemporânea, quando se pensa nos suportes de registro digital, “a referência à memória é constante como elemento quantitativo essencial para o armazenamento e a recuperação das informações” (CRIPPA, 2007, p. 121).

A literatura que vem analisando os processos de produção da memória em nossa contemporaneidade afirma que ela vem se colocando como um importante produtor de significados. É, portanto, a capacidade de preservar determinadas informações, essencial para a elaboração da experiência individual e do conhecimento de natureza científica, filosófica ou técnica.

Nesse sentido, a proposta deste artigo é refletir sobre a memória como uma fonte catalizadora e primordial no processo de preservação digital da informação, a qual interessa à Ciência da Informação. Em um primeiro momento faremos uma discussão acerca da emblemática teoria do conceito de memória, depois sobre a

importância da preservação nas diferentes culturas (oral, escrita e digital) e por fim uma reflexão sobre o papel da CI na preservação de memórias.

2. “Tirando a pele da memória”: discutindo teorias

Corroborando com o pensamento de Fontanelli (2005, p. 17) afirmamos que “o estudo da memória é antigo”. Já no fim do século XIX, surgiram trabalhos sobre o tema em vários campos de reflexão, em virtude das alterações nas relações humanas advindas da urbanização, que tentava dissipar as lembranças individuais e designar um presente absoluto, rompendo com o passado. A Autora ainda cita os trabalhos de Henri Bergson, de Sigmund Freud e de Marcel Proust como os primeiros indícios acerca dessa problemática.

De acordo com ela, o conceito de memória, em linhas gerais, segue os referenciais do pensamento da Idade Média. Contudo, foi no século XX que os trabalhos realizados por Maurice Halbwachs e Walter Benjamin, desde os anos 1920, começaram a se preocupar com a memória enquanto um bem coletivo, tão caro a toda a sociedade, pois “os seres humanos possuem e preservam, das mais variadas formas, memórias e lembranças que permitem o processo de reconstrução do passado e lhes dão a possibilidade de perceber a própria existência e se reconhecer como indivíduos” (WORCMAN, 1999 *apud* FONTANELLI, 2005, p. 17).

Numa primeira corrente mais subjetivista, temos o filósofo e diplomata francês: Henri Bergson, conhecido principalmente pela obra “*Matéria e Memória*”. Alguns críticos, afirmam que “a evolução criadora e as duas fontes da moral e da religião” são o ponto chave de sua obra. Para Bergson (1990), pensar a memória como agente possível na criação de subjetividades é preciso para que se observem as funções do corpo e suas potencialidades em relação às imagens que lhe são exteriores, pois “os objetos que cercam meu corpo refletem a ação possível de meu corpo sobre eles”.

Segundo ele, com o corpo construímos subjetivamente os objetos e as relações com o mundo. Nesse sentido, imagem, então, é também memória porque é das imagens que extraímos os fatos/acontecimentos que configuram nossa forma de relação em sociedade ou com outros objetos, portanto nossa ação sobre as coisas identificando-as como imagem/lembrança ou remidiatizando-as como imagem-ação.

Seguindo essa linha de pensamento, Paul Ricoeur (2007) afirma que nós representamos um acontecimento do passado, ou que temos dele uma imagem, que pode ser visual ou auditiva, entendendo que a linguagem faz da memória uma província da imaginação. E essa, por sua vez, considerada em si mesma é situada na parte inferior da escala dos modos de conhecimento das coisas externas ao corpo humano. Assim,

O que constitui o mundo material [...] são objetos, ou, se preferirem, imagens, cujas partes agem e reagem todas através de movimentos umas sobre as outras. E o que constitui nossa percepção pura é, no seio mesmo dessas imagens, nossa ação nascente que se desenha. [...]. A partir daí toda diferença é abolida entre a percepção e a lembrança, já que o passado é por essência o que não atua mais, e que ao se desconhecer esse caráter do passado se é incapaz de distingui-lo realmente do presente, ou seja, do atuante (BERGSON, 1990, p. 72).

Nesse sentido, a memória, praticamente inseparável da percepção, que intercala o passado no presente e condensa também, em uma única intuição, momentos múltiplos da duração, e assim, por sua dupla operação, faz com que de fato percebamos a matéria em nós, enquanto de direito a percebemos nela.

Utilizando-se das palavras de Bergson (1990, p. 113) “meu presente é aquilo que me interessa, o que vive para mim e, para dizer tudo, o que me impele à ação, enquanto meu passado é essencialmente impotente”. De acordo com o autor, o passado não pode ser apreendido por nós como passado a menos que sigamos e adotemos o movimento pelo qual ele se manifesta em imagem presente, emergindo das trevas para a luz do dia.

Se a matéria, enquanto extensão no espaço, deve ser definida como um presente que não cessa de recomeçar, nosso presente, inversamente, é a própria materialidade de nossa existência, ou seja, um conjunto de sensações e de movimentos. Compreendemos que “a questão é precisamente saber se o passado deixou de existir, ou se ele simplesmente deixou de ser útil” (BERGSON, 1990, p. 123).

Diante do exposto, Bergson (1990) mostra que o corpo é “sempre voltado para a ação” e que tem por função limitar a vida do espírito. Ou seja, em relação à representação, nosso corpo é um instrumento de seleção. Não cria representações e não as guarda em sua fisiologia.

Portanto, a memória, ou melhor, o espírito, é algo diverso da matéria, em outras palavras, “a mesma observação psicológica que nos revelou a distinção da matéria e do espírito nos faz ver sua união”, isso porque se pode indicar que a percepção, embora faça parte mais das coisas que de nós, tem sempre o auxílio da memória, ou antes, do espírito.

Partindo para uma corrente mais interacionista, Michel Pollak (1992) vai dizer que a memória é sempre conflituosa, porque é seletiva, resultado de enquadramentos, esquecimentos e silêncios. Entendendo, pois, que a noção de que a memória coletiva é fruto da disputa social que emerge dos processos de seleção e instituição do que é e do que não é patrimônio, a “memória oficial” pode passar por instabili-

dades e receber conceituações contraditórias quanto a sua interpretação, gerando conflitos em torno da memória (CANDAU, 2011). Esse autor afirma que a memória é, acima de tudo, uma reconstrução continuamente atualizada do passado, mais do que uma reconstituição fiel do mesmo.

Halbwachs (2006) idealizador e defensor da noção de memória coletiva, inicia seu discurso argumentando que para a memória se tornar ativa é preciso estabelecer traços, fazendo o papel de um elo. O autor compreende a memória coletiva como algo partilhado, transmitido e construído pelo grupo ou sociedade. Sendo assim, “se nossa memória é formada por inúmeras pessoas que formam grupos sociais e, que são nossas referências pessoais, as narrativas criadas para dar conta de uma fantasia imaginária também são fruto desta memória coletiva” (HALBWACHS, 2006, p. 25). O autor afirma que todos nós possuímos memórias coletivas e individuais que se interrelacionam, porém não se misturam.

Ao discorrer sobre os tipos de memória (interior, pessoal e autobiográfica) ele se apoia na segunda (exterior, social e histórica), pois, de acordo com seus estudos, a história da nossa vida se insere na história em geral. Sendo assim, a memória histórica pode ser comparada a um cemitério, onde o espaço é medido, e é preciso, a cada instante, achar lugar para novas sepulturas. De modo genérico, a memória é algo em permanente processo de transformação; aglutina-se, retira-se; confrontam-se lembranças de acordo com as transformações do indivíduo e de seu meio social (HALBWACHS, 2006).

De acordo com Maurice Halbwachs (2006), não há este tipo de memória sem que se desenvolva num quadro espacial. Nesse sentido, a memória é então o passado se encontrando no presente, e o espaço é fundamental para isto, pois as recordações serão sempre vivas ao deparar-se com ele, e para compreender o universo mental de um povo é preciso mergulhar no seu mundo, viver sua vida, no tempo e no espaço.

Halbwachs (2006) novamente nos auxilia com relação à construção da memória ao dizer que,

a sucessão de lembranças, mesmo daquelas que são mais pessoais, explica-se sempre pelas mudanças que se produzem em nossas relações com os diversos meios coletivos, isto é, em definitivo, pelas transformações desses meios, cada um tomado à parte e em seu conjunto. (HALBWACHS, 2006, p. 51).

O que significa que a relação com o grupo é fundamental para a perpetuação da memória. A falta de convívio e de troca é um dos elementos que pode levar ao esquecimento.

Nesse ponto, individual e coletivo se interrelacionam. Paul Ricoeur (2007) toma emprestado do filósofo Henri Bergson (1990) a ‘coisa’ lembrada, pois ela é simplesmente identificada a um acontecimento singular, que se repete a cada leitura do texto memorizado, onde lembramos daquilo que fizemos, experimentamos ou aprendemos em determinada circunstância particular. Para o autor, as “coisas” aprendidas ou adquiridas, assim como os acontecimentos de que trata a história documentária, assumem proposicionalmente o que lhes confere o estatuto de fato. E esses fatos, que podem ser chamados de adquiridos, caracterizam aquele “sendo do passado” comum de nossas lembranças.

Considerando essas premissas, assim como Candau (2011) acreditamos que a memória é a força geradora de identidade, pois memória e identidade se entrecruzam indissociáveis, se reforçam mutuamente desde o momento de sua emergência até sua inevitável dissolução. Não há busca identitária sem memória e, inversamente, a busca memorial é sempre acompanhada de um sentimento de identidade, pelo menos individualmente.

Nesse sentido, a preservação da memória se configura como um dos grandes temas em destaque nos últimos anos, e a preocupação com a conservação de registros de memória, nos diferentes contextos e suportes, justifica a reflexão sobre o perigo de esquecer ou perder tais registros que se configuram como fator determinante para a construção identitária do indivíduo e que relatam fatos históricos marcantes de uma determinada sociedade.

3. Da cultura oral à digital: como a memória pode ser preservada?

Os registros nos diversos suportes, desde as pinturas nas cavernas aos atuais DVDs só poderão ser utilizados pela humanidade se forem preservados e devidamente conservados. A importância da criação da imprensa por Gutenberg se deu pelo fato de a mesma ter se tornado mais fácil e até mesmo palpável à produção da humanidade. Contudo, esse contato só se torna possível e viável porque há tempos existe a preocupação com a organização da produção humana no que tange à produção intelectual, artística e mesmo cotidiana (FONTANELLI, 2005).

A relação da memória com as técnicas (ou suportes) é antiga. Ferreira e Amaral (2004, p. 138) afirmam:

A memória não pode existir sem o suporte técnico, como algo puramente cerebral; o passado não pode sobreviver sem os suportes técnicos que nos inscrevem numa determinada cultura, tradição. Posto que a memória não é possível sem artifícios como a linguagem, a escrita, falar de memória é falar de esquecimento.

Paul Ricoeur (2007), ao refletir sobre o “Esquecimento”, adjetiva-o enquanto “o emblema de quão vulnerável é nossa condição histórica”. O autor nos apresenta o esquecimento como uma existência inconsciente do recordar-se, que pode reaparecer com a força da impressão original e que atesta nossa persistência na existência. Ele acredita que há esquecimento onde houve marca, por isso se relaciona com a memória e a fidelidade ao passado, sendo seu polo oposto. Nesse sentido,

o esquecimento propõe uma nova significação dada à ideia de profundidade que a fenomenologia da memória tende a identificar como distância, como o afastamento, segundo uma fórmula horizontal da profundidade; o esquecimento propõe, no plano existencial, uma espécie de perspectivação a que metáfora da profundidade vertical tenta exprimir” (RICOEUR, 2007, p. 424).

Para exemplificar essa reflexão de Ricoeur (2007) sobre o esquecimento, o filme “*Uma cidade sem passado*” potencializa as discussões atuais em torno das memórias silenciadas ou esquecidas. Além disso, também mostra como a memória sobre o passado consiste em algo para ser rememorado ou esquecido visto que, na época em que se passa o filme, os alemães viviam um momento de vergonha pelos acontecimentos provocados pelo regime nazista.

Podemos assim dizer que o esquecido não é só o inimigo da memória e da história, também pode ser uma figura positiva do esquecido, o “esquecido de reserva”, que constitui um recurso irreduzível e “reversível” a qualquer balanço de fiabilidade com o passado, por meio da memória ou da história. O esquecimento, enquanto apagamento, só pode ser alcançado pelo signo da lembrança do próprio esquecimento (RICOEUR, 2007).

Com relação às sociedades consideradas orais, que antecedem a invenção da escrita e nas quais todo o saber era transmitido oralmente aos indivíduos por meio de narrações, ritos e mitos, a memória e a tradição eram inscritas e preservadas nas mentes dos integrantes do grupo e repassadas por gerações (MONTEIRO; CARELLI, 2007).

Nesse sentido, Monteiro e Carelli (2007, p. 7) percebem que “o esquecimento, nas sociedades orais, estava sempre presente, uma vez que tudo o que não fosse reiterado e repetido, constantemente, estaria condenado ao esquecimento”. E que, para preservar a memória, ritos e mitos eram repetidos quase intocados, pelas rodas das gerações. “Nada era transmitido sem que fosse observado, escutado, repetido, imitado e atuado pelas próprias pessoas ou pela comunidade como um todo” (MONTEIRO; CARELLI, 2007, p. 7).

Com o advento da escrita, um segundo momento surgiu, no qual “acontecimentos e as descobertas marcantes de nossa história passaram a ser registrados em documentos, a fim de se preservar nossa memória, desde as pinturas rupestres (imagens) até os signos e as letras” (AQUINO *et al.*, 2010, p. 13). Esse momento da cultura da escrita, “o saber torna-se disponível, estocado, consultável, comparável, deixando de ser apenas aquilo que é útil no dia-a-dia para ser um objeto suscetível de análise e exame” (MONTEIRO; CARELLI, 2007, p. 7).

Ainda com a escrita e, sobretudo, com a imprensa, a quantidade de informações registradas aumentou consideravelmente, favorecendo a criação de arquivos, bibliotecas, museus e outras unidades de informação.

Junto com o registro da informação foi possível reformular teorias, ideias e princípios, em vários campos do saber, que intensificaram o processo de expansão das tecnologias (AQUINO *et al.*, 2010). Esse último momento da evolução, o digital, supõe um olhar mais cuidadoso das áreas de Ciência da Informação, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia em relação aos suportes informáticos produzidos e usados nesse novo paradigma informacional. A cultura digital, materializada em disquetes, CD's, cartão de memória, pendrive, mp3 players, iPOD, palms e outros dispositivos de memória, conjuntamente com os meios tradicionais, em suporte de papel (livros, periódicos, entre outros), precisa ser catalogada e armazenada nas bibliotecas, centros de informação, laboratórios etc., de maneira sistemática, de modo a permitir o acesso e a transmissão de informação, possibilitando a construção de novos conhecimentos.

A autora Fontanelli (2005, p. 23) utiliza-se da tão conhecida frase “devemos aprender com o passado” para ilustrar a importância da preservação da memória coletiva e da apropriação desta pelo historiador [profissional da informação] que, ao analisar e escrever sobre os acontecimentos, se torna o divulgador daquela memória que, mesmo sendo uma representação, possui valor e, com certeza, auxiliará as pessoas em suas atitudes futuras.

Para Medeiros (2005) a importância de conservar um objeto que consideramos parte de um patrimônio está no fato deste se constituir registro material da cultura, da expressão artística, do pensar e sentir de uma comunidade em determinada época e lugar, um registro de sua história, dos saberes, das técnicas e instrumentos que utilizava.

Lisboa (2011) afirma que:

Na memória biológica do ser humano, a lembrança é fruto do exercício da imaginação, do uso da oralidade, da audição e da visão. No meio digital, para revisitarmos o passado, entramos em contato com dados

e informações sob o filtro da percepção humana, que resguarda suas características e seus limites. (LISBOA, 2011, p. 866).

Pensando nisso, voltamos aos dias atuais e refletimos: Será possível “encontrar alguém que nunca tenha recorrido à internet e os buscadores como o Google, para “lembrar” de alguma informação?” (LISBOA, 2011, p. 873).

A preservação engloba, de maneira mais ampla, todas as ações que beneficiam a manutenção do bem cultural. Todavia, as tecnologias digitais têm transformado a maneira de lembrar e isso está evidente. Essa nova maneira não substitui a forma convencional e natural de relembra o passado, apenas acrescenta a essa “memória natural” as ferramentas tecnológicas, que se pode considerar como “memória artificial” (BERWANGER, 2010), as quais contribuem para a ampliação da capacidade de lembrança.

A preocupação com a preservação dos saberes cresceu com o advento e constante crescimento do Ciberespaço (cultura digital), um meio virtual de disponibilização de informações e conhecimentos caracterizados pelo seu caráter desterritorializado (MONTEIRO; CARELLI, 2007).

A importância de se preservar um bem, esteja ele presente na cultura oral, escrita ou digital, tem o mesmo significado de preservação, pois essas, independente da forma como a informação esteja representada, guardam bens significativos para uma cidade, um país ou toda a humanidade.

4. O papel da Ciência da Informação na preservação de memórias: em foco o digital

A tecnologia modificou comportamentos sociais e, por consequência, transformou áreas como a biblioteconomia e a documentação e fez emergir um novo campo conhecido por Ciência da Informação.

Alguns autores afirmam que a “Ciência da Informação no mundo, desde sua criação, vivencia uma crise de identidade e suas fronteiras com outras disciplinas não estão claramente delimitadas” (COUZINET; SILVA; MENEZES, 2007, online). Piniheiro (2005) afirma que a informação que interessa à Ciência da Informação pode estar presente no diálogo entre cientistas, na comunicação informal, na inovação para a indústria, na patente, na fotografia ou no objeto, no registro magnético de uma base de dados, na biblioteca virtual ou repositório. González de Gómez (2002, p. 25) também diz que “múltiplos são os domínios a que remete hoje o termo ‘informação’: da cognição dos textos, dos artefatos culturais, da infraestrutura”. Se a informação não está restrita a um único suporte ou a um determinado grupo, então é ético que seja disseminada, democratizada e preservada para os diversos grupos na sociedade contemporânea.

Nesse contexto, as tecnologias da informação e comunicação permitem várias possibilidades de pesquisa na área de CI, incluindo a memória e, por conseguinte, o esquecimento. Sendo assim, é preciso pensar em políticas de preservação para a informação, pensar em “possibilidades de armazenar e preservar a informação, do meio físico para o virtual (digitalização), e de pensar e criar medidas para preservar a informação existente apenas no meio virtual” (SILVA, 2010, p. 54).

Ao discutir sobre a memória na Ciência da Informação, Oliveira e Rodrigues (2011) afirmam que:

Os locais nos quais os cientistas da informação exercem suas práticas – arquivos, bibliotecas e museus – considerados ‘lugares de memória’, bem como a memória das instituições, resultam em apropriações dos conceitos de memória social e memória coletiva e no emprego de múltiplas extensões, tais como: instituições de memória, centros de memória, arquivos de memória e entidade de memória. Ainda referindo-nos às extensões, são constantes as referências a uma dinâmica da memória possibilitada pela informação registrada: construção, reconstrução, formação, manutenção, recuperação, preservação, conservação, valorização, incorporação, interação, exclusão e destruição da memória. (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2011, p. 323).

De acordo com Costa (2010), o registro da produção cultural de um povo é a possibilidade mais poderosa para oferecer informações sobre seu desenvolvimento, rever o passado e poder reinventar o futuro através da descoberta de atos e novos conhecimentos.

Objetivos da Ciência da Informação como: “construção de arquivos, notação de dados, organização de eventos e celebrações são atividades da memória que cumprem papéis sociais fundamentais na sociedade em que vivemos” (ARAÚJO; SANTOS, 2007, p. 99).

4.1. Em foco a Preservação Digital

Nas concepções mais atuais de preservação entende-se que esta fundamentalmente deve atrelar-se ao acesso. Dentre os vários campos em que atuam os profissionais da informação, nos últimos anos, a preservação digital é um dos campos que vem se tornando um instrumento de fundamental importância para a preservação e disseminação da informação de forma universal, pois visa reduzir custos, tempo e distância, fazendo com que os usuários se interconectem cada vez mais com novas tecnologias que estão surgindo, lhes dando condições para acessarem a informação desejada do lugar onde estiverem numa fração de segundos.

O tema da preservação digital é, ao mesmo tempo, um tema novo, vasto e complexo. O mundo digital, esta era na qual estamos inseridos, passa por vários nomes, incluindo: ciberespaço, infraestrutura de informação global, era da informação, (super) rodovias da informação, interespaço, sociedade sem papel. Todos são apoiados por redes de comunicação (a Internet, por exemplo).

Na década de 90, a *internet* surgiu e se popularizou, e vem crescendo a cada dia. Sua importância se dá principalmente no que concerne ao seu poder de disseminação de informações, possibilitando que, em questão de instantes, textos, imagens, áudios etc. possam ser acessados por quaisquer pessoas conectadas à *internet* em qualquer parte do mundo.

Então, onde está o problema? De acordo com Lopes, Cardoso e Moreira (2002), a *internet* se apresenta como um espaço de constante mudança, onde o que está agora disponível na *web*, em questão de dias ou meses pode não estar mais. Seguindo esta lógica, um estudo ou dado de singular importância correrá o risco de se perder. Desta forma, os documentos digitais disponíveis na *internet* se impõem como um desafio para a preservação da memória produzida nos dias atuais em prol das gerações futuras.

Mas como seria possível a salvaguarda dos documentos digitais quando a *internet* se impõe de forma tão inconstante? De acordo com Mannerheim (2000) torna-se necessário ter conhecimento técnico sobre os mecanismos que constroem a *internet*, pois,

A *web* é um método para ligar um conjunto de fragmentos de informações localizadas em diferentes locais na internet como se fosse um documento indexado único utilizando técnicas de hipertexto e multimídia. Isso implica dizer que, em certa medida, é impossível preservar publicações em sua totalidade, uma vez que contêm links para outros recursos, todos interligados (MANNERHEIM, 2000, online).

Ou seja, para que uma página seja formada na *web* são utilizados diversos dispositivos, entre eles textos, arquivos multimídias etc. Na maioria das vezes, estes arquivos estão espalhados pela *internet*, armazenados em servidores diferentes sendo interligados pelos *links* e hipertextos, por exemplo. Logo, o que dificulta a preservação destas informações é que caso haja algum problema no servidor de hospedagem de algum destes *links*, a informação poderá ficar indisponível até o reparo do problema ou até mesmo se perder para sempre.

Diante do problema exposto, organizações de vários países começaram a desenvolver projetos voltados para o arquivamento da *web*, sendo o método de captura o mais utilizado.

Entre os projetos que realizam o arquivamento da *internet*, citaremos o *Internet Archive* desenvolvido pelos Estados Unidos e o *UK Web Archive* desenvolvido no Reino Unido.

O *Internet Archive* é uma organização sem fins lucrativos fundada em São Francisco, (EUA), em 1996. Trata-se de uma biblioteca virtual que surgiu com o objetivo de preservar materiais em formato digital através de captura e arquivamento dos mesmos, visando à sua disponibilização permanente ao público. Na descrição encontrada na página do projeto na *internet* (INTERNET ARCHIVE, 2015, online), “o *Internet Archive* está trabalhando para evitar que as informações contidas na *internet* e que possuem grande significado histórico sejam perdidas”.

O *Internet Archive* captura da *web* textos, áudios, imagens, *software* e páginas da *web* para formar seu acervo. Outra característica do *Internet Archive* é que a captura dos materiais na *internet* é feita em escala mundial e não somente aquilo que é publicado nos Estados Unidos.

O método utilizado pelo *Internet Archive* é exaustivo. Este método realiza a varredura de todos os tipos de materiais na *web*, buscando preservar o que está disponível na *internet* em sua totalidade. Ou seja, sem fazer juízo sobre as páginas que devem salvar.

Outro projeto que vem sendo desenvolvido é o *UK Web Archives* que surgiu em 2004 e é gerido pela Biblioteca Britânica em parceria com a Biblioteca Nacional do País de Gales.

O objetivo deste projeto é “coletar, tornar acessível e preservar os recursos da *web* de importância acadêmica e cultural a partir do Reino Unido” (WEBBER, 2004, online). De forma geral, o objetivo é o mesmo que o *Internet Archive*: preservar o conteúdo disponível na *web* para a posteridade, com a diferença de que o *UK Web Archive* captura apenas os materiais disponíveis no domínio do Reino Unido.

Outra diferença é que o *UK Web Archive* realiza o arquivamento seletivo da *web*; logo, a coleção é formada através das indicações de especialistas (bibliotecários), que avaliam a relevância das informações contidas nestes *sites*, *blogs* etc., para a memória do Reino Unido. Entre os assuntos abordados pelos *sites* e que são prioridade para o arquivamento pelo *UK Web Archive* constam abordagens políticas, culturais, sociais e econômicas.

Outra questão que devemos citar, mas que não será aprofundada neste trabalho, diz respeito ao depósito legal e aos direitos autorais dos materiais disponíveis na *web*, visto que para que estes fossem e sejam arquivados, devem ser respeitados os direitos dos responsáveis pelas publicações. No caso dos países dos projetos *Internet Archive* (EUA) e o *UK Web Archive* (Reino Unido), esses países modificaram

suas leis, acrescentando os materiais digitais, facilitando o arquivamento e preservação dos mesmos.

No Brasil, desde 2002, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT vem citando a preservação digital como um dos temas mais importantes da sua missão. Com o apoio da FINEP, em janeiro de 2013 o Instituto aderiu ao Programa LOCKSS da Stanford University. Ainda neste ano, a equipe do IBICT iniciou atividades de capacitação via Internet, além de produzir material técnico necessário para o gerenciamento das opções de inserção, coleta e monitoramento dos dados armazenados no LOCKSS (REDE CARINIANA, 2014).

Nesse contexto surgiu a Rede Cariniana, pensada a partir da necessidade de se criar no IBICT uma rede de serviços de preservação digital de documentos eletrônicos brasileiros, com o objetivo de garantir seu acesso contínuo a longo prazo.

O projeto de implantação da Rede foi elaborado baseando-se em uma infraestrutura descentralizada, utilizando recursos de computação distribuída. Uma rede de preservação digital distribuída precisa da participação das instituições detentoras desses documentos e de sua infraestrutura, em um ambiente padronizado e de segurança, que garanta o acesso permanente e o armazenamento monitorado dos documentos digitais.

A Rede estruturou inicialmente o serviço de armazenamento dos periódicos eletrônicos das instituições parceiras do projeto, que utilizam a plataforma OJS/SEER. O serviço foi estendido a instituições com publicações de acesso livre e, por conseguinte, vem ampliando os serviços da Rede, incluindo a preservação de publicações eletrônicas no software DSpace, tais como livros, teses e dissertações em formato eletrônico. As atividades estão sendo orientadas à formação de recursos humanos e para facilitar a automatização dos processos de identificação, digitalização, armazenamento, validação e conversão para novos formatos digitais (REDE CARINIANA, 2014).

Nesse sentido, assim como o IBICT, o desenvolvimento de uma rede de serviços de preservação digital promove o compartilhamento de estudos e pesquisas, além da integração de conteúdos da memória institucional digital de forma consorciada e federada.

A discussão acerca da preservação de documentos digitais teve início quase que instantaneamente ao surgimento da *internet*, e ainda hoje, possuímos mais perguntas do que respostas para esta questão. A única certeza que temos é a de que a vontade de preservar a memória digital está evoluindo bastante e ainda nos trará muitas novidades no que se refere a técnicas e procedimentos para este fim. Mesmo quando as informações eram armazenadas em suportes físicos, não foi garantida a preservação em sua totalidade. No que se refere à *web*, já sabemos que milhares de

informações foram perdidas, mas através de atividades como o *Internet Archive*, o *UK Web Archive* e a Rede Cariniana poderemos diminuir o impacto, deixando ao menos um material vasto para conhecimento das gerações futuras.

5. Considerações finais

A obsolescência tecnológica não se manifesta somente no que se refere aos suportes físicos. No domínio digital, todo o tipo de material tem obrigatoriamente de respeitar as regras de um determinado formato. Isto permite que as aplicações de software sejam capazes de abrir e interpretar adequadamente a informação armazenada. À medida que o software vai evoluindo, também os formatos por ele produzidos vão sofrendo alterações.

O verdadeiro desafio está na criação de ambientes organizacionais apropriados para a ação. Estratégias cooperativas adotadas a partir de avançadas práticas de preservação não são suficientes para administrar a complexidade e os custos da tecnologia digital. Os bibliotecários e os arquivistas, assim como os demais profissionais envolvidos, devem fazer mais do que simplesmente dividir 'o bolo' da preservação.

As bibliotecas digitais nacionais que estão em construção devem ser pensadas a partir dos conceitos que orientam a preservação. Além disso, novas formas de geração e manutenção cooperativa de arquivos digitais devem ser desenvolvidas.

A aceitação da divisão de responsabilidade e de investimentos financeiros garantirá o acesso ao que é essencialmente único: coleções eletrônicas. A totalidade das bibliotecas digitais nacionais pode vir a se transformar em algo de alta qualidade e extraordinário valor para a universidade, para o Estado ou outra instituição, e cada participante passará a assumir o compromisso de, permanentemente, contribuir com a preservação.

Concluindo, buscamos aqui refletir sobre alguns dos pontos iniciais dessa emblemática memória e sobre a Ciência da Informação. Ainda que superficialmente, procuramos trazer uma contribuição para a discussão teórica sobre o conceito de memória, a importância da preservação digital e o papel da CI nessa relação.

Acreditamos que os trabalhos a partir da memória, aqui abordados, auxiliam na construção de identidades pessoais, de grupos e de nações, afirmam o direito à cidadania e advertem para determinados fatos ocorridos que não foram benéficos e poderão ser evitados no futuro.

Tradicionalmente os profissionais da informação trabalham com a informação, independentemente do suporte. Precisamos abrir esse escopo teórico-prático, pois fazê-lo nos possibilitará novos espaços interdisciplinares dentro da ciência da informação.

Assim como Costa (2010), entendemos que uma das mais cruéis formas de se apagar a autoestima de um povo é deixar que sua cultura se perca, seja esquecida. Nesse contexto, precisamos avançar no sentido de definir políticas, estratégias e técnicas que invistam em capacitação de recursos humanos e que reconheçam a importância da preservação digital para a construção e preservação da memória como fator primordial para a construção de identidades, a compreensão da sociedade, e como gerador de realidades e modificador de estruturas.

6. Referências

- AQUINO, Mirian de Albuquerque *et al.* O hipertexto como objeto multimídia na (in)formação de aprendentes. **Inf. & Soc.**, João Pessoa, v. 20, n. 2, p. 13-24, maio/ago. 2010. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/4064/4352>. Acesso em: 20 dez. 2012.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento; SANTOS, Myrian Sepúl Veda dos. História, memória e esquecimento: implicações políticas. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 79, p. 95-111, dez. 2007. Disponível em: www.ces.uc.pt/rcs/includes/download.php?id=972. Acesso em: 25 dez. 2012.
- BERGSON, Henri. **Matéria e Memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins e Fontes, 1990.
- BERWANGER, Marcos. **A Memória Coletiva e o Ciberespaço na Ara do Conhecimento**. 2010. Disponível em: <http://www.webartigos.com/articles/32096/1/A-Memoria-Coletiva-e-o-Ciberespaço-na-Era-do-Conhecimento/pagina1.html#ixzz1StPbNIND>. Acesso em: 22 jul. 2011.
- CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.
- COSTA, Hildete Santos Pita. Os gestores da informação, a educação plural e os acervos culturais afro-brasileiros. **Revista África e Africanidades**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 9, maio 2010. Disponível em: http://www.africaeaficanidades.com/documentos/Os_gestores_da_informacao.pdf. Acesso em: 8 nov. 2012.
- COUZINET, Viviane; SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. A Ciência da Informação na França e no Brasil. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 6, 2007. Disponível em: http://www.dgz.org.br/dez07/Art_03.htm. Acesso em: 27 dez. 2011.
- CRIPPA, Giulia. Os “lugares da memória”: dispositivos ideológicos, esquemas tópicos e sistemas classificatórios. In: LARA, Marilda Lopes Ginez de; FUJINO, Asa; NORONHA, Daisy Pires. **Informação e Contemporaneidade**: perspectivas. Recife: NÉCTAR, 2007. p. 119-136.
- FERREIRA, Jonatas; AMARAL, Aécio. Memória eletrônica e desterritorialização. **Política & Sociedade**, v. 4, p.137-166, abr. 2004.

- FONTANELLI, Silvana Aparecida. **Centro de Memória e Ciência da Informação**: uma interação necessária. 2005. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso de Biblioteconomia) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2005.
- FREIRE, Isa Maria. **A Responsabilidade Social da Ciência da Informação e/ou o olhar da consciência possível sobre o campo científico**. 2001. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - IBICT, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2001.
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Dos estudos sociais da informação aos estudos do social desde o ponto de vista da informação. *In*: AQUINO, Mirian de Albuquerque (org.). **O Campo da Ciência da Informação**: gênese, conexões e especificidade. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2002. cap. 2, p. 25-45.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006. Tradução de: La mémoire collective.
- INTERNET ARCHIVE. 2015. Disponível em: <https://archive.org/about/>. Acesso em: 31 jul. 2015.
- LISBOA, Pablo Fabião. Memória e arquivos digitais: outras maneiras de lembrar e esquecer. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE MEMÓRIA E ESQUECIMENTO, 5., 2011, Pelotas. **Anais eletrônicos [...]** Pelotas: UFPEL, 2011. p. 748-759. Disponível em: http://www.pablolisboa.com/ARTIGO-memoriae-arquivos-digitais_PABLOlisboa_V-SIMP-UFPEL-2011-PDF. Acesso em: 20 jan. 2013.
- LOPES, Pedro Faria; CARDOSO, Gustavo; MOREIRA, Maria Vasconcelos. Preservação de publicações eletrônicas na internet: os arquivos imperfeitos. **Revista da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas**, [S.l.], n. 2, 2002. Disponível em: <http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/issue/view/28>. Acesso em: 01 jul. 2015.
- MANNERHEIM, Johan. Le World Wide Web et la préservation de notre patrimoine numérique: de nouvelles missions pour les bibliothèques. *In*: CONFERÊNCIA IFLA INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 66., 2000, Israel. **Anais eletrônicos [...]** Israel. Disponível em: <http://www.ifla.org/IV/ifla66/papers/158-157f.htm>. Acesso em: 31 jul. 2015.
- MEDEIROS, Gilca Flores de. **Por que preservar, conservar e restaurar?** 2005. Disponível em: http://www.conservacao-restauracao.com.br/por_que_preservar.pdf. Acesso em: 15 dez. 2012.
- MONTEIRO, Silvana Drumond; CARELLI, Ana Esmeralda. Ciberespaço, memória e esquecimento. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM

- CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. **Anais eletrônicos [...]** Salvador: UFBA/ANCIB, 2007. Disponível em: <http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT1--104.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2012.
- OLIVEIRA, Eliane Braga de; RODRIGUES, Georgete Medleg. O conceito de memória na Ciência da Informação: análise das teses e dissertações dos programas de pós-graduação no Brasil. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 311–328, mar. 2011. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/416/298>. Acesso em: 25 set. 2012.
- PINHEIRO, Lêna Vânia Ribeiro. Processo evolutivo e tendências contemporâneas da Ciência da Informação. **Informação e Sociedade: estudos**. João Pessoa, v. 15, n. 1, p. 13-48, jan./jun. 2005.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215. 1992.
- REDE CARINIANA. 2014. Disponível em: <http://cariniana.ibict.br/index.php/inicio>. Acesso em: 03 dez. 2015.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução Alain François et al. Campinas: Unicamp, 2007. Tradução de: La memoire, l'histoire, l'oubli.
- SILVA, Leyde Klébia Rodrigues da. **Fontes de Informação na Web: uso e apropriação da informação como possibilidade de disseminação e memória do Movimento Negro no Estado da Paraíba**. 2010. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Biblioteconomia) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.
- WEBBER, Jason. **About this blog**. UK web archive blog. 2004. Disponível em: <http://britishlibrary.typepad.co.uk/webarchive/about-this-blog.html>. Acesso em: 02 jul. 2015.

O ambiente digital em foco: interseção entre memória e informação

Brenda Rocco e Renan Castro

1. Os documentos em ambiente digital e a memória

AO ANALISAR A HISTÓRIA DA HUMANIDADE, PERCEBE-SE QUE, DESDE SEUS PRIMÓRDIOS, ela expôs a sua necessidade de deixar registradas para a posteridade as suas vivências, experiências e descobertas, seja para uso próprio ou de terceiros. Embora essas considerações sejam ainda controversas, alguns estudiosos, por exemplo, citam a arte rupestre como um caso de registros pré-históricos dos seres humanos da época para fins de comunicação. De qualquer forma, ao observarmos a arte rupestre, seja pintura ou gravura, é possível identificar, de fato, alguns animais, símbolos e até mesmo imagens que parecem reproduzir rituais.

Controvérsias à parte, atualmente, já se admite que a comunicação entre os seres humanos pode ocorrer de diferentes maneiras, como por meio da oralidade, da gesticulação, de movimentos corporais, de sinais luminosos e sonoros (linguísticos ou não), de recursos imagéticos e, mais recentemente, por meio de aparatos digitais. Para Rondinelli (2011, p. 26), “em geral, tais registros são entendidos como documentos, ou, mais recentemente, como informação”.

Diferentes campos das Ciências Sociais (Antropologia, Sociologia, História, Arquivologia, Biblioteconomia...) apresentam, entre os seus objetos de análise, o documento, trabalhando com conceituações bastante variadas sobre o assunto. As pesquisas e os estudos acerca desse tema abordam questões sobre democracia, informação, tecnologias, comunicação, transmissão, memória, preservação, cultura, tratamento técnico e materialidade (ou não) do documento, entre outros. As diferentes definições de documentos não contraditórias: elas apenas sinalizam e acentuam distintos aspectos dos documentos, propiciando uma ampla e rica possibilidade de estudo do assunto, pelo público em geral, e de pesquisas acadêmicas, no caso dos professores e pesquisadores.

Com frequência, “documento” é entendido como “toda informação registrada”. Essa definição, no entanto, não é suficiente para conceituar tal objeto que apre-

senta algumas características e utilizações bem específicas. É consensual entre os estudiosos da temática, no entanto, que sua origem etimológica remonta ao verbo *docere*, com o significado de ensinar ou instruir.

Os registros documentais visam manter as informações disponíveis para que sirvam de orientação às ações futuras, de testemunhos, de artefatos, além de resguardar determinados direitos. Como a própria história da humanidade, o documento sofreu variações em seu significado ao longo do tempo: ora ele era ligado ao ensino de valores morais, à ciência, à religião, ora era relacionado ao Estado ou aos direitos relativos à cidadania, ora atrelado ao resguardo da memória do indivíduo ou de uma sociedade.

Nesse contexto, o conceito de documento adotado será o que se vincula ao sentido testemunhal, que possibilita o “resgate” e manutenção da memória (pronta), ou que apoia o desenvolvimento da memória (processo). Le Goff propõe um entendimento que vai ao encontro da definição de documento que queremos assumir.

O termo latino *documentum*, derivado de *docere* “ensinar”, evoluiu para o significado de “prova” e é amplamente usado no vocabulário legislativo. É no século XVII que se difunde, na linguagem jurídica francesa, a expressão *titres et documents*, e o **sentido moderno de testemunho histórico data apenas do início do século XIX**. (LE GOFF, 1996, p. 95, grifo nosso).

A aproximação da definição de documento aos testemunhos e às provas está relacionada à sua gênese, como a necessidade de registrar informações para a posterioridade. Uma demonstração dessa relação está no apontamento de Briet (1951, p. 7), que define o “documento” como “[...] todo índice concreto ou simbólico, conservado ou registrado com a finalidade de representar, reconstruir ou demonstrar um fenômeno físico ou intelectual”. Michael Buckland, por sua vez, apresenta uma definição intrigante ao entender que os documentos “[...] são objetos materiais projetados como evidência e processados ou enquadrados – para não dizer enjaulados – como tal” (BUCKLAND apud GITELMAN, 2014, p.2).

Os registros documentais presenciam atos ou fatos e têm em seu engendramento um dualismo. A saber: (i) funcionar como uma mostra, visto que eles registram os atos/ fatos e (ii) ter sempre disponível para posteridade tais acontecimentos. No entanto, sem os devidos cuidados, os documentos podem sofrer algum tipo de comprometimento, o que gera outra situação: o fato de não conseguir mostrar e disponibilizar esses atos/ fatos, visto que, de nada adiantará ter os registros, se esses não estiverem disponíveis, legíveis e acessíveis quando deles alguém precisar.

É imprescindível salientar que, apesar do documento ter, em si, a potencialidade de provar, mostrar e revelar, isso não ocorre naturalmente e automaticamente. Os registros informacionais podem acontecer naturalmente. Mas, se não pensarmos na sua manutenção e na sua preservação, a existência desses registros poderá ser tão efêmera quanto o próprio tempo. A fim de serem (re) utilizados quantas vezes forem necessárias, tais registros devem ser mantidos adequadamente. Para isso é preciso, inclusive, apontar, por meio de identificação, o que está sendo mantido, ou seja, quais informações estão sendo preservadas. Caso contrário, os documentos podem ser vítimas de perda, apagamento, adulteração, corrupção, destruição etc.

As inovações tecnológicas ocorridas nas últimas décadas, destacando-se o desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (doravante TICs), ocasionaram mudanças relevantes na sociedade contemporânea. Entre tais mudanças, evidencia-se a forma de produção, tramitação e armazenamento das informações, que passaram a ocorrer em meio digital. As TICs são caracterizadas, então, por um conjunto de recursos tecnológicos que revolucionaram as formas de comunicação e informação dos indivíduos e/ou organizações, como afirma Dollar (1994):

Poucas pessoas negariam que a tecnologia da informação está provocando uma revolução da informação tão profunda e difusa quanto a revolução industrial, a descoberta da impressão e dos tipos móveis ou o desenvolvimento da escrita (DOLLAR, 1994, p. 4).

Até a década de 1970, elas se mantiveram quase exclusivamente nas mãos de especialistas, devido à complexidade dos computadores e seu alto custo. Naquela época, surgiram os Centros de Processamento de Dados (os CPDs), que geralmente encontravam-se fora das instituições.

Na década seguinte, dois grandes acontecimentos provocaram mudanças significativas nesse contexto: a disseminação dos computadores pessoais (ou PCs) e a implementação das tecnologias de rede local e mundial, principalmente a Internet. Em décadas mais recentes – dos anos 90 aos dias atuais – continuam a surgir avanços tecnológicos, como a implementação de sistemas de gerenciamento de documentos, aparatos tecnológicos mais potentes e cada vez menores, entre outros.

Essa sociedade “microeletrônica” cada vez mais avança na produção, tramitação e armazenamento de informação em ambiente digital. A sociedade, o Estado e os indivíduos estão cada vez mais “reféns” de tecnologias, sendo essas, parafraseando McLuhan (1994), “extensões da memória”, uma vez que tais tecnologias “viabilizaram” nossa ânsia de lembrar e de compartilhar tudo.

Dessa forma, surgem várias formas de registros documentais em ambientes digitais que passam a ser chamados de mídias (ou redes) sociais, como o *Facebook*, *Twitter*, *Instagram*. Existem também as *homepages*, e *blogs* e os sites de organizações e movimentos civis e sindicais, em que são apresentadas informações de suas atividades, bem como protestos, convocações, entre outros; e as *homepages*, *blogs* e sites de instituições governamentais, em que são registradas e disponibilizadas informações do Estado.

Há também centenas de milhares de sistemas, bases de dados, bancos de dados, repositórios digitais, nos quais se encontram diversos tipos de informações. Ademais, em época de tecnologias e *cibercultura*, salienta-se também como vivenciamos um período marcado pela “comunicação em massa” das redes sociais na internet, que facilitam as mobilizações civis. Os casos supracitados são apenas algumas das principais formas de registros das informações na atualidade.

Frente a essa gama de registros, é inevitável pensar em como tudo isso pode atingir o que denominamos memória (ou, mais especificamente no caso desse artigo, a memória cultural) e em como lidamos com tais registros. De forma ingênua, acreditamos que o ambiente digital é um “mar de rosas”, em que tudo ocorre de forma transparente e neutra. Como agir, então, ao percebermos, com um olhar mais crítico, que as relações de poder também são projetadas nesse ambiente? Quais artefatos informacionais ainda são mantidos por uma elite e por quem detém o poder nesse ambiente?

Nesse sentido, pensar na manutenção e na preservação das informações, vislumbrando esse ambiente digital, o que também inclui a sua estrutura, é fundamental, visto que:

[...] enquanto a lógica das redes e as arquiteturas da informação entrelaçaram-se progressivamente com cada um dos sistemas que mantêm nossas sociedades em funcionamento, sua “invisibilidade” reduz nossa consciência de sua importância estratégica, das dimensões políticas e econômicas, das decisões tomadas em torno dela e até do seu impacto sobre o planeta. (VICENTE, 2014, p. 288).

As TICs já se incorporaram ao nosso cotidiano, sem que nem percebamos o quanto estamos “refêns” de seu uso: fotografias digitais, uso de GPS para chegarmos a algum lugar, cartão eletrônico para pagarmos a passagem de um ônibus, sistemas para controle de estoques, nossas relações com as pessoas que muitas vezes são via tecnologia, através dos *smartphones*, Skype ou Facebook, por exemplo.

Essa perspectiva vem ao encontro do que pensam alguns teóricos da memória, que não a analisam mais como um objeto estável e estagnado, mas sim de acordo

com a forma com a qual ela agora é refletida. Ou seja, a memória se dá a partir das interações entre os seres humanos e não humanos, bem como a partir das práticas que legitimam tais interações.

2. Memória, documentação e ambiente digital

Em termos conceituais, a memória pode ser classificada, de acordo com a sua finalidade ou utilidade, de três formas distintas: como a (i) memória da espécie, inscrita geneticamente e que garante a replicação da espécie; como a (ii) memória representada pelo sistema de defesa imunológica, a qual protege o organismo contra as ameaças externas; e como a (iii) memória individual, que nos permite imitar certos comportamentos aprendidos, quando se apresenta uma situação a que estes comportamentos estão associados. Alguns autores tratam a memória individual como memória cultural, em razão dos seres humanos, durante toda sua vida, adquirirem informações e a armazenarem para utilização das gerações futuras.

Voltemo-nos para a terceira acepção de memória, a memória individual. Ela depende de vestígios e de artefatos comportamentais e situacionais (história) para existir e resistir, ligando-a, assim, aos registros documentais.

Garde-Hansen (2011) afirma, inclusive, que, se ambos os conceitos forem separados temporariamente para serem analisados, o passado pode ser articulado com a história, a qual pode ser tratada como a escrita do passado, ou seja, os nossos vestígios e os nossos artefatos descreveriam o nosso passado, uma vez que a memória seria considerada como a lembrança pessoal, coletiva, cultural e social do passado. Entretanto, tal lembrança do passado depende de um “*click*”, oriundo dos vestígios ou artefatos dos acontecimentos.

Le Goff (1996), por sua vez, salienta o quão é relevante e crucial o conceito de memória, já que “tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos, que dominaram e dominam as sociedades históricas.” O autor não se detém à memória especificamente, mas aponta a importância do conceito de esquecimento, ao afirmar que “os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.” (LE GOFF, 1996). Por tabela, a memória constituiria, então, um fator de identificação humana.

Reconhecemos nessa memória o que nos distingue e o que nos aproxima. Através dela remontamos a história e os seus acontecimentos mais marcantes. A identidade cultural define o que cada um é e o que diferencia um indivíduo do outro. Quando relatamos nossa história, falamos de um “saber” sobre nós mesmos. Transmitimos aquilo que sabemos sobre os acontecimentos, afetos, sensações e sofrimentos que marcaram nossa vida. Assim, estamos buscando em nossa memória

todas as informações que compõem nossa história. Para que exista “nossa história”, o ser humano deve reconhecer-se nela como protagonista permanente. Por isso, diz-se que há coisas que não podem mudar e outras que devem mudar para construir uma identidade. Em outras palavras, a história é um movimento de mudança permanente e todas essas mudanças estão registradas na memória e transcritas em seus suportes.

De acordo com Le Goff (1996), a memória é a propriedade de conservar certas informações e se refere a um conjunto de funções psíquicas que permite ao indivíduo atualizar impressões ou informações passadas, ou reinterpretadas como passadas, possibilitando conservar certas informações. O mesmo autor, ainda preocupado com a memória coletiva, defende que:

[...] a amnésia é não só uma perturbação no indivíduo, que envolve perturbações mais ou menos graves da presença da personalidade, mas também a falta ou a perda, voluntária ou involuntária, da memória coletiva nos povos e nas nações, que pode determinar perturbações graves de identidade coletiva. (LE GOFF, 1996).

Por outro lado, também podemos pensar em memória no campo da cultura contemporânea, ou seja, na sua associação com os meios digitais e com a internet. Nesse ponto, a memória pode ser discutida a partir de dois aspectos distintos: a questão da preservação dos conteúdos produzidos com os (ou nos) meios digitais e a questão da temporalidade cultivada nas redes sociais.

No tocante à preservação dos conteúdos digitais, pode-se chamar a atenção para os produtos culturais criados com os meios diretamente relacionados a essas memórias e a forma como elas são produzidas: os meios digitais. Uma ilustração desse tipo de conteúdo é a *net art*¹. Nesse caso, trata-se da preservação da memória de um bem cultural, que pode ter sua existência vinculada ao contexto, como resalta Lovejoy (2004, p. 223, tradução nossa):

Uma característica da internet é que o contexto está diretamente relacionado ao conteúdo. O dinamismo da web traz elementos informacionais por meio de diferentes fontes, as quais são combinadas apenas quando o internauta ativa a tela. [...] Através de meios de transferência e transmissão, o contexto pode tornar-se o próprio conteúdo.

1 *Net Art* são formas artísticas produzidas, distribuídas e legitimadas na internet, que introduzem e problematizam questões peculiares da rede.

Nesse sentido, podemos considerar que esse tipo de conteúdo, a *net art*, ganha uma particularidade em relação a outras formas de arte em função de que em ambientes *on-line* o contexto não só influencia na recepção do conteúdo como também modela essa recepção. Logo, corresponde a um conteúdo bastante relacionado a uma fruição do trânsito. Ou seja, tais conteúdos só são passíveis de acesso enquanto estão em fluxo, reproduzidos ou transmitidos por intermédio de computadores e suas interfaces diversas, como ocorre com a internet, por exemplo. Do ponto de vista da preservação, essas mesmas condições de acesso e reprodução/transmissão dificultam a possibilidade de manutenção desse conteúdo como um todo, uma vez que o contexto que modela a sua recepção é irrecuperável.

Por outro lado, é quase inegável o quanto a temporalidade nas redes sociais é algo frágil. Há vários casos de serviços ou redes sociais hospedadas na World Wide Web² (doravante *web*) que deixaram de existir com o passar dos anos. Foi o que ocorreu com o Geocities, por exemplo. O Geocities era um serviço de hospedagem gratuito, fundado em julho de 1995 pela Internet Beverly Hills, e chegou a ser um dos lugares mais populares e frequentados da *web*. Em 1999, foi comprado pela Yahoo, uma empresa norte-americana de serviços de internet. Passados alguns anos, no entanto, ter uma página pessoal na Geocities passou a significar muito pouco diante da proliferação de perfis nas redes sociais. Logo, o serviço caiu em desuso e, em 2009, a Yahoo anunciou o fim do serviço (LIALINA; ESPENSCHIED, 2009).

O que ocorreu com o Orkut também serve de ilustração para essa discussão da temporalidade nas redes sociais. Orkut era uma mídia social filiada ao Google, criada em 2004 com o objetivo de ajudar seus membros a conhecer pessoas e manter relacionamentos. Seu nome é originado no projetista chefe, Orkut Büyükkökten, um engenheiro turco do Google. Com o tempo, o Orkut implementou algumas ferramentas novas, como sugestões de amigos na página inicial, chat, temas etc. No entanto, sua popularidade começou a ser ameaçada pelo crescimento de uma outra rede social, o Facebook³, e também teve o encerramento do serviço anunciado. Em junho de 2014, a Google anunciou o fim do Orkut após 10 anos de internet.

2 World Wide Web significa rede de alcance mundial, em português. O *www* é um sistema em hipermídia, o qual é a reunião de várias mídias interligadas por sistemas eletrônicos de comunicação e executadas na Internet, em que é possível acessar qualquer site para consulta na Internet

3 O Facebook é uma rede social lançada em 4 de fevereiro de 2004, operado e de propriedade privada da Facebook Inc. Trata-se de uma rede social que permite conversar com amigos e compartilhar mensagens, links, vídeos e fotografias. A ferramenta criada em 2004 pelos americanos Mark Zuckerberg, Dustin Moskovitz, Chris Hughes e pelo brasileiro Eduardo Saverin também permite que se receba as novidades das páginas comerciais das quais se gosta, como veículos de comunicação ou empresas.

Tanto no caso do Geocities quanto do Orkut fica claro como a temporalidade é algo muito tênue nas redes sociais. A extinção de uma rede social pode significar o fim da memória ali mantida. O que ocorreria se o Google também anunciasse o fim do YouTube⁴? Se o Facebook sáísse do ar e apagasse todas as fotos e fatos preservados nos perfis pessoais de seus usuários nos últimos dez anos? Embora isso não esteja na iminência de acontecer, não é incomum ouvirmos que todo tipo de arquivo deve ser guardado de várias formas e não apenas “salvo” num ambiente digital, como é o caso das redes sociais. Essa preocupação é bastante pertinente.

Conforme defende Beiguelman (2014) “às redes não têm tempo. Nelas há o domínio de um regime de urgência constante. A publicação mais recente é provavelmente mais importante que a publicação anterior. O que conta é o agora e esse agora é de uma intensidade cada vez maior”. Daí a dificuldade em encontrar um comentário postado há 30 dias no Facebook, uma foto curtida em 2011 ou um compartilhamento de vídeo feito em 2008.

Embora os dados postados na rede social possam ser rastreados pelas autoridades policiais em caso de determinação ou autorização do poder judiciário, isso não quer dizer que podemos, através do Facebook, lembrar o que queremos (e quando quisermos) sobre nós próprios, evidenciando o quanto a temporalidade e o acesso são, de fato, frágeis nas redes sociais. Assim, o Facebook, por exemplo, não nos possibilita acessar a nossa memória, mesmo sendo o repositório de grande parte de fotos e fatos da nossa história pessoal e das imagens e dos acontecimentos recentes mais marcantes da sociedade brasileira e do mundo, como as manifestações populares, ocorridas no Brasil, em 2013, a Copa do Mundo da FIFA⁵ de 2014, os Jogos Olímpicos de 2016, ambos realizados no Brasil, o *impeachment* da presidenta do Brasil Dilma Rousseff e a eleição de Donald J. Trump à presidência dos Estados Unidos da América.

2.1. Um fetiche pelo digital

Ao identificarmos o objeto informação como elo entre as áreas do conhecimento, nos convencemos, sobretudo se voltarmos o foco dos processos informacionais para o conceito de documento, de que as áreas podem ser analisadas sob um mesmo pano de fundo. O conceito de documento e de memória dá-nos conta de uma pluralidade de suportes e de processos informacionais. Dessa forma, po-

4 O YouTube é um site que permite que os seus usuários carreguem e compartilhem vídeos em formato digital. Foi fundado em fevereiro de 2005 por Chad Hurley, Steve Chen e Jawed Karim, proprietários do PayPal, um famoso site da internet ligado ao gerenciamento de transferência de fundos.

5 Fédération Internationale de Football Association (Federação Internacional de Futebol).

demos considerar que os estudos contemporâneos acerca da memória e da informação, no contexto do documento digital, conduzem o debate para um arcabouço teórico-conceitual reconhecidamente peculiar, conforme defende Frohmann:

Os documentos digitais são significativamente diferentes de todos esses, de muitas maneiras. Eles são casos paradigmáticos de um novo tipo de documentação. Através de sua imersão tecnológica, sua levíssima fisicalidade eletrônica, quase sem peso, empresta-lhes grande velocidade, força e energia. Nosso mundo digital se junta aos documentos digitais, que são produzidos por máquinas, alimentados em outras máquinas e que automaticamente produzem efeitos que configuram nossas vidas. Documentos digitais, comparados a documentos tradicionais, são processáveis em grau e escala únicos na história (FROHMANN apud GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2009 p.125).

Autoras e autores como González de Gómez (2009), ao se dedicarem a uma abordagem do processo do digital, realizam uma análise concreta do objeto de relação que propomos. Ela afirma que, em geral, a informação é materializada não apenas por meios institucionais, mas também por meios tecnológicos. Existem muitos estudos sobre os efeitos das tecnologias da informação no trato informacional, por exemplo. Mas a análise da autora atesta que a Ciência da Informação dedica-se – ou deveria atentar-se mais – também à análise do fenômeno do digital. Comprova que o campo tem seu arcabouço teórico-conceitual profundamente impactado pela informação contemporânea, motivado pela explosão da produção informacional que potencializa a expansão do conhecimento. Para nós, quando ela cita que “Eles [documentos digitais] são casos paradigmáticos de um novo tipo de documentação” mostra que surge um “novo” universo epistemológico a ser estudado - inserido ou potencializado - que visa dar conta dos documentos digitais pontualmente. Tal argumento sugere ou problematiza que a área concede não somente uma nomenclatura própria, mas uma temática de reflexão delineada para dar conta de tal questão.

Quando González de Gómez (2009) destaca, na fala de Frohmann, que “nosso mundo digital junta-se aos documentos digitais, que são produzidos por máquinas, alimentados em outras máquinas e que automaticamente produzem efeitos que configuram nossas vidas”, ela sugere, indiretamente, um marco conceitual. A autora entende que essa perspectiva é perfeitamente compatível com as propostas de uma nova relação da área com as TICs, tendo em vista que a CI surge exatamente nesse processo de nova configuração da ação humana ante o conhecimento, registrado agora em bits e bytes.

Embora esse processo siga atribuindo maior responsabilidade e importância à Ciência da Informação, por enriquecer seu arcabouço teórico, González de Gómez (2009) atenta para mais um desafio que esse universo coloca à área. Com a disseminação desenfreada de conteúdos informacionais, são colocados à prova os métodos de mensuração da produção do conhecimento, bem como o objetivo de atingir o indivíduo, sobretudo se considerarmos a destinação dessa informação digital.

A documentação digital desafia o cenário tradicional da disseminação da informação, o de sujeitos autônomos comunicando-se ou troca de “informações” uns com os outros – porque a intencionalidade, característica essencial do cenário tradicional, está ausente na geração de um vasto conjunto de enunciados digitais. Sua produção e processamento ocorrem fora da consciência (FROHMANN apud GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2009, p.125-126).

Aqui se deve considerar a ideia da imaterialidade desses recursos informacionais. Com a informação desgarrada de seus repositórios históricos tradicionais, como bibliotecas e arquivos, o digital inevitavelmente confere uma descontextualização severa da informação que antes exigia uma proximidade, por exemplo, com lugares de memória. Esse fator exacerba se considerarmos que uma área surja para configurar esse processo tal como ele está, ou seja, corroborando o uso da informação apenas em seu gene digital, distanciada dos processos informacionais complexos, os quais se dedicam desde a gênese do suporte. Nessa perspectiva, González de Gómez (2009), afirma:

Na medida em que o digital vira atributo de uma pluralidade de modos do fazer e do viver, e de seus produtos e resultados, vários conceitos buscarão descrever e dar uma denominação generalizante a esses processos de contornos e extensão incalculáveis. Trata-se de macro-conceitos. Ao mesmo tempo em que são descritivos, são fornecedores de um domínio de legitimidade à expansão das TICs e seus efeitos de digitalização. Será demandado um novo horizonte ontológico para as questões de informação, a qual não poderia já ser igualada a um objeto discreto (coisa ou artefato), nem meramente encapsulada num subsistema funcional das organizações (um serviço, um agregado de informação). (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2009 p.126).

Embora a área devotada ao estudo do objeto informação ainda esteja ruminando os efeitos das tecnologias em seu fazer teórico-prático, é essencial incorporar a ideia da ‘ontologia do imaterial’ no processo de desmaterialização do nosso objeto. Mesmo que não seja apenas restrito a ele, é fundamental ter no radar da Ciência da Informação esse movimento fora de seus limites epistemológicos, para, quem sabe, estimular-se a problematização dessa questão internamente. Esse processo poderia contribuir duplamente, entre áreas que, apesar de distintas, têm uma interseção efetiva ainda não observada, como defende González de Gómez (2009):

O estatuto ontológico do informacional-digital é transladado das entidades (documento, signos e inscrições digitais) e mesmo dos grandes sistemas tecnológicos, a um modo do ser social, a formação digital, ancorada no espaço e no tempo e suscetível de mudanças agenciadas pelos atores sociais e suas práticas. Trata-se de forma de vida extensa, mas finita, perpassada pela *dynamis* digital, mas que se desenvolve a par de outras atuais ou possíveis formações sociais, com outras atribuições e categorizações ontológicas. Isso não mudaria, aliás, ainda que a digitalização seja factualmente dominante ou predominante. Nessa direção, achamos interessante indagar algumas outras transformações concomitantes. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2009 p.130).

A autora esboça um caminho que permite compreender a chave do ‘ontológico do informacional-digital’ e esse caminho perpassa as questões sociais as quais esse processo acaba por reger. Ela aponta ainda para o sentido do uso desse fenômeno voltado à educação, como concretude da *dynamis* social adquirida no bojo desse processo, encontrando assim um possível ponto de convergência, que reúne as reflexões das áreas que podem ser identificadas como resultado de ‘novos jogos de linguagem’, oriundos de processos das recentes linguagens digitais.

3. A produção digital da memória e sua (re) invenção

A questão tecnológica impôs-se através de sua sedução pela facilidade não apenas no âmbito do trabalho profissional, mas também por sua utilização social enquanto instrumento de sociabilidade. A tarefa de produção de dados nesses dois níveis mostrou-se simples, de baixo custo e veloz, sendo, por conseguinte, amplamente disseminada. Se ao trabalho agregou-se valor e eficiência, foi na vida social que transformou os indivíduos em eloquentes produtores de informação sobre si, alargando o escopo de atuação das tecnologias digitais, o que vai ao encontro do que afirma Beiguelman (2014).

A internet não esquece, mas a cultura digital não nos deixa lembrar. Produzimos e publicamos em escalas de petabytes em serviços que podem desaparecer a qualquer momento. Nossos equipamentos deixam de funcionar na velocidade de um clique e uma estranha nostalgia de um passado não vivido invade o circuito de consumo pop. Como lidar com memórias tão instáveis, que se esgotam juntamente com a duração dos equipamentos e cujas tipologias não correspondem aos modelos de catalogação das coleções de museus e arquivos? Que memória estamos construindo nas redes, onde o presente mais que imediato parece ser o tempo essencial? Isso explicaria a coqueluche retrô e o delírio futurista que assolam a vida cultural sob a rubrica do design de experiência? (BEIGUELMAN, 2014, p.12).

Nos dias atuais, grande parte da memória individual é gerada por meios digitais e nela permanece. Em grande parte essa constatação deve-se ao uso da tecnologia enquanto instrumento de sociabilidade, com a utilização de dispositivos capazes de realizar a interação ser humano-máquina no âmbito da produção da memória. Um exemplo disso está no registro fotográfico de uma viagem de férias por um smartphone. Conectado à internet, esse dispositivo é capaz de gerar um dado digital, disseminá-lo e armazená-lo. Dessa forma, serve ao seu proprietário como produtor de memória, instrumento de sociabilidade por sua interação com as redes sociais, e como meio de memória, já que muito provavelmente aquele registro existirá apenas em dados binários. Assim, a memória humana ficará vazia, delegando ao dispositivo a função de guardá-la, preservá-la e recuperá-la.

Em nível particular, esse processo pode ser entendido sob o contexto da cibernética, no qual as ciências exatas, sobretudo a computação, especializaram-se em produzir sistemas informáticos capazes de cada vez mais estarem alinhados aos indivíduos a ponto de serem concebidos até mesmo como extensão artificial da memória humana. Assim, para Bowker (2008), a máquina atualmente reproduz o indivíduo, preocupando-se com a complexidade de seu comportamento. Esta pode ser considerada a maior contribuição da cibernética na complexa engenharia de automatização das funções informacionais e memoriais.

Decerto, esse movimento não esteve restrito aos usos sociais particulares nem se iniciou neles. Mas, teve seu debute nas áreas informacionais, mormente aquelas de disseminação de conteúdos culturais e de produção de conhecimento. Uma ilustração disso é a prática de digitalização em acervos informacionais. Esse processo já é conhecido e disseminado em bibliotecas digitais com seus ebooks e conteúdos acessíveis “na tela”. Para a universalização dessa prática, o que se apresenta neste

momento é o modo de lidar com esses conteúdos, os quais, agora em novo ambiente, necessitam ser alocados adequadamente.

4. Os repositórios de dados e a preservabilidade da informação digital

Os locais de guarda e armazenamento de informação são historicamente conhecidos como lugares de memória, acesso à informação e ao conhecimento. As bibliotecas, os arquivos e os museus cumpriram esse papel ao longo da história. Porém, sua função diante da evolução social cumpria-se perfeitamente, ao basear-se no suporte tradicional da informação. Considerando o papel como o principal suporte para a informação registrada, o problema de sua estocagem era solucionado através da constituição de locais nos quais pudessem estar depositados, acessíveis em estantes, prateleiras ou armários. Com o advento das TICs, a função desses locais, até então oficiais para guarda da informação, foi colocada à prova.

Com a geração de dados binários, sejam natos digitais ou decorrentes de processos de conversão como a digitalização, cada vez mais presente em substituição ao não digital, esses locais precisaram rever suas infraestruturas e se questionar sobre a capacidade de lidar com essa nova problemática. A informação, agora binária, exige uma nova forma de se tornar guardada, acessível e preservada. Nesse contexto, vemos a explosão dos *hardwares* de armazenamento que possibilitaram ancorar grandes volumes de informação digital em pequenos espaços de armazenamento e dos *softwares* para executar a leitura dessas informações e os procedimentos de preservação. Quando o volume desses dados assume grandiosidade ímpar, surgem reflexões sobre a importância da volatilidade desse suporte e sobre as grandes infraestruturas de redes de dados, como vemos abaixo:

Onde, exatamente, se produz o digital? Em que espaços ganha forma esse tecido da realidade que durante muito tempo pensamos ser imaterial, mas que foi se tornando onipresente à medida que os terminais que nos conectam a ele se multiplicaram e se tornaram cada vez mais discretos? A pergunta é importante porque, enquanto a lógica das redes e as arquiteturas da informação se entrelaçaram progressivamente com cada um dos sistemas que mantêm nossas sociedades em funcionamento, sua “invisibilidade” reduz nossa consciência de sua importância estratégica, das dimensões políticas e econômicas das decisões tomadas em torno dela e até do seu impacto sobre o planeta. É por isso que é cada vez mais importante pensar sobre as infra estruturas que definem essa cultura da informação, e não apenas sobre os seus efeitos (VICENTE, 2014, p. 288).

A constituição de repositórios digitais passa necessariamente por infraestruturas de redes de dados mais ou menos complexas. Como todos os dados que se utilizam de um servidor de internet, para estarem visíveis, precisam estar armazenados, digitalmente, em algum ponto da rede - ou em mais de um. A diferença reside no volume dos dados que se tem armazenado e daqueles que se deseja tornar acessíveis.

Passando por simples servidores locais de redes, chegando até satélites na órbita terrestre e mesmo cabos submarinos no fundo dos oceanos, a questão é que não nos damos conta da gigantesca rede interligada, em diversos locais, que torna possível a acessibilidade da informação. Quando produzimos um dado digital e colocamo-nos numa rede social ou em um serviço de armazenamento “na nuvem”, muitas vezes temos, ao alcance dos nossos cliques, informações armazenadas em outro continente.

Essa engenharia pode ser entendida pelo exemplo apresentado por Vicente (2014) em sua abordagem do caso da cidade americana de Quincy. Segundo o autor, pode-se verificar como as questões de infraestrutura são fundamentais para compreender essa sociedade em redes e como os dados em bits e bytes trafegam ao redor do planeta como se estivessem nos interiores dos hard disks dos nossos próprios computadores. Essa ilustração é riquíssima para nos trazer a percepção de que esse cenário das infraestruturas de redes pode transformar a realidade, como transformou uma cidade agrária num centro “nodal” da internet mundial, conforme nos mostra Vicente (2014).

Mas, nos últimos anos, Quincy se transformou em um dos pontos nodais da internet. Uma após outra, empresas como Yahoo!, Dell e Microsoft escolheram esse povoado para instalar seus centros de processamento de dados, as grandes plantas industriais de armazenagem e distribuição daquilo que nos acostumamos a chamar de “Nuvem”. A Nuvem – os serviços que conservam nossas fotos, vídeos e mensagens de e-mail, que nos permitem acessar qualquer música ou filme usando nosso tablet ou smartphone com conexão 3G – é uma das metáforas mais falaciosas já forjadas pelo marketing, porque por trás dela não há nada de leve nem etéreo, mas sim grandes instalações não muito diferentes das da era industrial (VICENTE, 2014, p. 289).

Para o autor, essa constatação presente no caso de Quincy prova não apenas a volatilidade em que estamos baseando nossas experiências informacionais e sociais, já que relegam a esses repositórios grande parte do conhecimento produzido

pela humanidade, mas principalmente o ponto nevrálgico do que se convencionou chamar de nuvem. A nuvem entendida pelo autor como falácia, pode ser considerada uma contrapartida no sentido de atribuir maior segurança aos dados hospedados na rede. Esse recurso permitiu que nossos dados digitais passassem a estar menos vulneráveis em nossos computadores pessoais ou formas mais antigas de backup de dados, como mídias externas (hds, cds, pendrives, etc). Tal recurso de criação de gigantescos repositórios de dados possibilitou uma retroalimentação ao volume crescente da produção de novos dados digitais, uma vez que na “nuvem” (ou em Quincy!) nossos dados poderão estar menos vulneráveis do que em nosso pendrive guardado na gaveta.

De fato, as grandes infraestruturas de rede não estão restritas aos faraônicos centros de hospedagem de servidores de dados das empresas globais. Existe ainda o complemento para essas redes, as vias que permitem que esses dados transitem. Essas vias, em muitos casos, são construídas sob o mar e atendem pelo nome de cabos submarinos. Esses cabos são também uma parte física de uma rede tida por muitos como virtual. Eles são os canais por onde a informação trafega para dar subsídio à existência da “nuvem”. Os cabos subaquáticos interligam os continentes, os países entre si e outras engrenagens menores, como os *backbones*⁶ nacionais, e interligam em terra firme os servidores. Nesse emaranhado de infraestrutura reside a virtualidade da rede, a segurança dos dados e a interligação entre grandes repositórios e servidores que conferem a instantaneidade e confiabilidade dos dados.

Esse panorama nos é útil para vislumbrar o quão complexo e diferente está sendo o universo no qual as áreas informacionais tradicionais e seus profissionais estão tendo que se habituar. Essa revolução precisa, mais do que comprovadamente, ser acompanhada de perto por toda sua complexidade e novidade, por não termos condições de estarmos alheios a esse processo de revolução informacional-digital. Constatá-la é estar ciente de que cada informação produzida em nível social ou profissional não existirá por acaso. Ao contrário, sua gene binária confere-lhe

6 Segundo a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), *backbone* é uma via que concentra o tráfego de redes locais e o leva até redes de hierarquia superior. Assim como as redes telefônicas, em que a ligação do usuário chega a uma mesa e depois é levada até uma central, em redes de computadores existe a figura do *backbone*. Ou seja, seu computador faz parte de uma rede local, que está conectada à rede do provedor, que por sua vez se interliga a redes metropolitanas e a uma rede de âmbito nacional. Uma rede do tipo *backbone* é a que concentra o tráfego de níveis inferiores e o transporta a níveis superiores, a fim de que a informação chegue ao destino final. Como os primeiros desenhos de rede eram lineares e se conectavam a uma espécie de espinha dorsal, essa infraestrutura ficou conhecida como *backbone*, que, em inglês, significa coluna vertebral.

uma fluidez estupenda, que não se furta da existência de uma fisicalidade a qual se apresenta como a grande revolução deste tempo.

Embora toda a infraestrutura e logística supracitadas apresentem o quanto a preservação digital é complexa, mais complexo ainda é pensar os outros aspectos que a envolvem. Ao se pensar e implementar a preservação digital, não basta apenas refletir sobre as técnicas e as tecnologias a serem utilizadas, mas também sobre os aspectos políticos e sociais. Devem-se definir políticas e estratégias que englobam desde as informações institucionais às informações pessoais e coletivas, que são produzidas e armazenadas em ambientes digitais, levando ainda em consideração o âmbito social em que tais informações estão inseridas. Esse processo parte, a nosso ver, de uma apropriação profunda da tecnologia do digital que deve obter sua latência na assimilação da base dessa transformação representada pelos objetos digitais. Eles ocupam uma posição crucial na Ciência da Informação, criando novos debates em torno da preservação digital e da gestão da informação no âmbito da computação, por exemplo.

Com essa importância crescente e sua gravitação em áreas diversas, é crucial delimitar semanticamente a abordagem que se deve conferir ao conceito enquanto foco de análise da nossa área. Por sua natureza, o termo pode receber vários sinônimos: arquivo de computador (filme), documento digital, artefato digital, recurso digital e material digital. Para Yamaoka e Gauthier (2013) às diferentes nomenclaturas são convergentes no sentido de referir-se à entidade ‘informação’ em sua ausência de fisicalidade.

Assim, os autores consideram como definição geral que o objeto digital é um objeto, sobretudo, de informação, de qualquer tipo e formato, expressa sob a forma digital.

Os objetos digitais são marcados por um conjunto limitado de atributos que lhes conferem um perfil distinto e funcional. Os atributos dos objetos digitais que os diferem de objetos físicos são quatro: 1) a adaptabilidade que é uma característica intrínseca dos objetos digitais e pode ser alcançada suprimindo, adicionando, modificando elementos ou fazendo a atualização regular e contínua de itens ou campos; 2) a interatividade que é sua principal qualidade, através da qual o agente humano pode ativar funções incorporadas no objeto; 3) aberto e reprogramável pela possibilidade de ser modificado por outro objeto digital; e 4) distribuídos por raramente estarem limitados a uma única fonte, portanto, as fronteiras originalmente não existentes são criadas e mantidas tecnologicamente (KALLINIKOS; AALTONEN; MARTON, 2010 apud YAMAOKA; GAUTHIER, 2013, p. 85-86).

Por sua complexidade, Yamaoka e Gauthier (2013) consideram que o objeto digital possui três propriedades herdadas das classes física, lógica e conceitual. Quanto à sua fisicalidade, os autores defendem que são uma inscrição de sinais em uma mídia, ou seja, constituem-se por dados gravados num suporte físico, o qual pode estar localizado localmente ou em outro espaço geográfico. Como lógico, entende-se sua capacidade de, mesmo decodificado e recodificado em relação à linguagem humana, ser perfeitamente compreensível a um *software* que reconhecerá os bits e bytes neles impressos. Em sua classe conceitual, equipara-se à informação tradicional, permitindo ser lido e compreendido pela ação humana, configurando-se como dado passível da geração de conhecimento tal qual um documento tradicional. Desse modo, é um objeto “do mundo real”, reconhecido como uma unidade significativa de informação, tal como um livro, um contrato, um mapa ou uma fotografia (YAMAOKA; GAUTHIER, 2013, p. 83).

Dessa forma, consideramos partir desse ponto, aquele no qual não mais apenas a informação seria nosso alvo de estudo, mas sim toda a complexidade desta entidade revigorada pela transformação imposta pela linguagem binária. A partir daqui, devemos considerar como objetos digitais aquilo que pertence ao eixo comum das reflexões tradicionais, contemporâneas, extemporâneas e futuras das áreas que se dedicam a essa entidade. Essa interseção revela-se para exibir que informação, memória e cultura podem estar ganhando uma nova roupagem esboçada pelos novos produtos das TICs.

5. Considerações finais

Conforme podemos verificar, a análise da interseção existente entre a memória e a informação permite-nos considerar o quanto a chegada das TICs aos meios digitais impactou a relação do indivíduo com o documento, esse elemento informacional que possibilita a recuperação e manutenção da memória ou que apoia o seu desenvolvimento. Por definição, o documento e a memória relacionam-se a uma pluralidade de suportes e de processos informacionais. Estudos contemporâneos acerca da memória e da informação, no contexto do documento digital, por sua vez, contribuem para a construção de um arcabouço teórico-conceitual imprescindível à compreensão do documento digital enquanto elemento de produção da memória.

Nessa perspectiva, fica evidente o quanto uma discussão acerca da relação entre documento e memória no contexto dos ambientes digitais deve trazer à tona questões relativas ao acesso e à recuperação das informações guardadas, revelando o quanto esse acesso/recuperação pode ser limitado e até inexistente, comprometendo a preservação da memória. É necessário concentrar forças para refletir sobre

as relações entre o ambiente digital e a memória, para que esta seja tão bem preservada quanto a sua importância para o indivíduo em particular e para a sociedade como um todo.

É consenso, atualmente, que grande parte da memória individual é gerada por meios digitais e nela permanece. Tal constatação deve-se ao uso da tecnologia como instrumento de sociabilidade, com a utilização de dispositivos capazes de realizar a interação ser humano-máquina no âmbito da produção da memória. No dia a dia, tem-se o exemplo do registro fotográfico de uma viagem por um smartphone que, conectado à internet, é capaz de gerar um dado digital, disseminá-lo e armazená-lo, servindo como produtor de memória, instrumento de sociabilidade e como meio de memória.

Por fim, há ferramentas que podem ser consideradas uma contrapartida no sentido de atribuir maior segurança a dados hospedados na rede, protegendo o acesso e a manutenção do que será futuramente a nossa memória. Uma delas é a nuvem, um recurso que permite que dados digitais passem a estar menos vulneráveis em computadores pessoais ou formas mais antigas de backup de dados, sem o risco de comprometer a memória que está sendo construída.

6. Referências

- BEIGUELMAN, Giselle. Reinventar a memória é preciso. In: BEIGUELMAN, Giselle; MAGALHÃES, Ana Gonçalves. **Futuros possíveis**: arte, museus e arquivos digitais. São Paulo: Peirópolis; EdUSP, 2014. p. 12-33.
- BRIET, Suzanne. **Qu'est-ce que la documentation?** Paris: Édit, 1951. 48 p.
- BOWKER, Geoffrey C. Chapter 2: the empty archive: cybernetics and the 1960s. In: _____. **Memory practices in the sciences**. Cambridge: MIT Press, 2008. p. 75-105.
- DODEBEI, Vera. Ensaio sobre memória e informação. **Morpheus**, v. 9, n.15, [ed. Especial] 2016. Disponível em: < <http://www.seer.unirio.br/index.php/morpheus/article/view/5475/4929>>. Acesso em: 1 jan 2016.
- DODEBEI, Vera; GEIGER, Amir; MONTEIRO, Elizabeth Cristina da Costa; SILVA, Sabrina Dínola Gama. Rastros memoriais da arte-tecnologia. In: CONFERÊNCIA SOBRE TECNOLOGIA, CULTURA E MEMÓRIA (CTCM 2013). **Anais...** Recife: Editora da UFPE, 2013.
- GARDE-HANSEN, Joanne. **Media and memory**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2011. p. 1-30.
- GITELMAN, Lisa. **Paper Knowledge**: toward a media history of documents. Durham: Duke University Press Books, 2014.
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. A reinvenção contemporânea da informação: entre o material e o imaterial. **Pesq. Brasil. Ci. Inf.**, Brasília, v. 2, n.1, p.115-134, jan./dez. 2009.
- HUYSSSEN, Andreas. Resistência à memória: usos e

abusos do esquecimento público. _____. In: CULTURAS do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória. Rio de Janeiro: Contraponto; Museu de Arte do Rio, 2014. p. 155-176.

LE GOFF, J. Memória. In: _____. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996. p. 423-484.

LIALINA, O; ESPENSCHIED, D. **One terabyte of kilobyte age**: digging though the Geocities. Torrent, 2009.

LOVEJOY, M. **Digital Currents**: art in the electronic age. 3 ed. New York: Routledge, 2004. MCLUHAN, Marshall. **Understanding media**: the extensions of man. [Edited by W. Terrence Gordon – Critical Ed.] Berkeley, CA: Gingko Press, 2011. p. 62-70; 84-90.

PIMENTA, Ricardo M. O futuro do passado: desafios entre a informação e a memória na sociedade digital. In: ALBAGLI, Sarita (Org.) **Fronteiras da Ciência da Informação**. Brasília, DF: IBICT, 2013. p. 146-171. Disponível em: <http://www.liinc.ufrj.br/pt/attachments/319_Fronteiras%20da%20Ci%C3%Aancia%20da%20Informa%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 1 jan. 2016.

READING, A. Memobilia: Mobile Phones Making New Memory Forms. In: READING, A.; HOSKINS, A.; GARDE-HANSEN, J. (Ed.). **Save As... Digital Memories**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009, p. 81-95.

REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA. **Você sabe o que é um backbone?** Brasília; Rio de Janeiro; Campinas. Disponível em: <<https://www.rnp.br/destaques/voce-sabe-que-e-backbone>>. Acesso em: 21 fev. 2017.

RONDINELLI, Rosely Cury. **O conceito de documento arquivístico frente a realidade digital**: uma revisão necessária. 2011. 270 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)- Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/Universidade Federal Fluminense.

VICENTE, José Luis de. Armazenamento do eu: sobre a produção social de dados. In: BEIGUELMAN, Gisele; MAGALHÃES, Ana Gonçalves. **Futuros possíveis**: arte, museus e arquivos digitais. São Paulo: Petrópolis: EdUSP, 2014. p. 288-301.

YAMAOKA, Eloi Juniti; GAUTHIER, Fernando Ostuni. Objetos digitais: em busca da precisão conceitual. **Inf. Inf.**, Londrina, v.18, n. 2, p.77-97, maio/ago. 2013.

YATES, Frances, A. **A arte da memória**. Campinas, SP: Unicamp, 2007.

A memória transacional na era digital: os impactos das tecnologias para codificação, armazenamento e recuperação do conhecimento organizacional

Larriza Thurler

1. Introdução

NA SUA PUBLICAÇÃO PÓSTUMA *A MEMÓRIA COLETIVA*, DE 1950, O SOCIOLOGO FRANCÊS Maurice Halbwachs traz a ideia de que a memória é uma construção coletiva a partir de experiências comuns de um grupo de referência. Esse coletivo de pessoas seria “um grupo do qual o indivíduo já fez parte e com o qual estabeleceu uma comunidade de pensamentos, identificou-se e con-fundiu seu passado” (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993, p.288). Os laços afetivos permitiriam, portanto, reconhecimento e reconstrução de acontecimentos e vivências. Essa dinâmica pode ser observada em um nível mais amplo, como em determinadas nações ou culturas (daí sua importância em processos históricos) e também em grupos menores, como familiares e profissionais em uma organização. É esse último que nos interessa discutir, tendo em vista que a memória, entendida como um processo de codificação, armazenamento e recuperação de informações, é um recurso fundamental para a gestão do conhecimento, método gerencial que visa contribuir para o aumento do desempenho organizacional.

Tomemos como exemplos duas situações. Na primeira, a gerência deve fazer o planejamento financeiro da área e recorre a colegas de gestão dos projetos para recuperar as informações específicas sobre experiências passadas que possam servir de referência. Em outra, um membro do professorado vai realizar um simpósio e pede a seus colegas sugestões para nomes de palestrantes que possam complementar as suas indicações. Essa memória distribuída e compartilhada, que tem um processo de construção coletiva, foi chamada por Daniel M. Wegner *et al.* (1985) de sistema de memória transacional (*transactive memory system*), e expandiria a capacidade de memória do grupo como um todo.

A maior digitalização das informações, o potencial acesso aos dados armazenados nas nuvens e as interações instantâneas entre um maior número de pessoas

impactaram o modo como nos relacionamos com os fatos passados. Esse contexto gerou uma nova “ecologia digital da memória”, mediada agora por bases de dados públicas ou privadas e algoritmos, e que teria como características a externalização e a objetificação da memória humana (SCHWARZ, 2014). Nessa perspectiva, as tecnologias desempenham um papel fundamental, não somente para arquivar informações, como também para moldar o modo como lidamos com elas em todas as suas temporalidades. Se um aplicativo como o Waze armazena o caminho diário da casa para o trabalho, optamos por delegar a tarefa de nos conduzir à máquina. Ela irá avaliar as condições do tráfego no momento, a partir de *inputs* de motoristas em tempo real, comparar as possíveis rotas e selecionar a mais rápida. Não é mais preciso ter conhecimento sobre o trajeto, mas sim sobre quem ou o quê detém esse conhecimento e como acessá-lo.

O conhecimento sobre o que as demais pessoas sabem costumava ser construído nas interações presenciais, a partir do mapeamento das experiências e especialidades de cada um. No entanto, novas personagens, como *big data*, sofisticados mecanismos de busca, sites de redes sociais, algoritmos, *chatbots* etc. alteraram o modo como o sistema de memória transacional é desenvolvido. Partindo dessas premissas, este estudo pretende explorar perspectivas e alguns possíveis impactos das tecnologias na construção da memória, especificamente no sistema de memória transacional.

Abordaremos essa temática em quatro partes. Na primeira, apresentaremos o conceito de sistema de memória transacional (*transactive memory system* - TMS) a partir de uma revisão de literatura, com foco em organizações e seus efeitos no desempenho organizacional. Na sequência, relacionaremos o sistema de memória transacional ao desempenho organizacional, elencando benefícios desse sistema tanto para os indivíduos quanto para a organização. Depois, analisaremos alguns impactos das tecnologias de informação e comunicação na memória, com foco no armazenamento, localização e recuperação da informação, e na noção de tempo. Por fim, articularemos as reflexões apresentadas com o intuito de colaborar com uma atualização do sistema de memória transacional na era digital.

2. Sistema de memória transacional: uma revisão de literatura

No artigo em que apresentaram o conceito de sistema de memória transacional, Daniel Wegner, Toni Giuliano e Paula Hertel (1985) examinaram a interdependência cognitiva em relações íntimas e focaram no processo de pensamento no nível de uma díade. Os autores e a autora propõem que pessoas que têm um relacionamento mais próximo podem depender da outra para adquirir, lembrar e gerar conhecimento. O grupo optou pelo uso da palavra memória por considera-

rem memória, de maneira ampla, o “armazenamento individual de conhecimento e os processos pelos quais esse conhecimento é construído, organizado e acessado” (*Ibid.*, p.256), envolvendo os estágios de codificação, armazenamento e recuperação e considerando se tratar de uma construção coletiva.

Ao estudar memória transacional, estavam interessados em entender “como o conhecimento entra na díade, é organizado nela, e fica disponível para uso subsequente por ela” (*op.cit.*). Sendo assim, um sistema de memória transacional teria dois elementos: “(1) um estoque organizado de conhecimento contido nos sistemas de memória individuais dos membros do grupo e (2) um conjunto de processos transacionais de conhecimentos relevantes que acontece entre os membros do grupo” (*op.cit.*). A estrutura de memória transacional seria ainda organizada por meio de dois processos: a diferenciação e a integração. O primeiro seria o entendimento de que há certas áreas de domínio de um e outras do outro, e os indivíduos sabem a localização da informação; já o segundo seria o compartilhamento de um conhecimento único, para além do compartilhamento básico que acontece entre pessoas desconhecidas em uma cultura (*Ibid.*, p.263).

Posteriormente, os autores e a autora ampliaram o conceito de memória transacional para grupos maiores e não tão íntimos, com aplicações sendo estudadas em temas como comportamento na área da saúde, psicologia cognitiva na educação e gestão organizacional (WEGNER, 1986, p.199). Mais recentemente, investigam como sistemas de buscas, como o Google, funcionam como sistema de memória transacional, como veremos mais adiante. Este artigo terá como foco o contexto organizacional.

Por meio de um estudo longitudinal, Paul Jackson e Jane Klobas (2008) observaram como o sistema funciona em um nível organizacional, ressaltando que em organizações há características específicas e complexidades que irão construir esse sistema. Para a dupla, um sistema de memória transacional organizacional ocorreria quando o conhecimento do que outras pessoas na organização sabem é acessível e atualizado e a recuperação da informação é feita de diversas maneiras, como grupos formais, grupos informais, papéis definidos, sistemas de informação, pessoas, etc. A partir de um estudo de caso em uma organização distribuída geograficamente, com trabalho remoto a dupla avaliou as características da manutenção dos diretórios de conhecimento, da alocação e manutenção do conhecimento e da sua recuperação e observaram que processos de um sistema de memória transacional constituiriam modos específicos para aprendizagem organizacional.

O próprio fato de se conhecer a estrutura de uma organização também é um exercício de se estruturar um sistema de memória transacional (WEGNER, 1986). Assim como em um grupo menor, as estruturas das memórias transacionais va-

riam nas organizações: há as diferenciadas, que implicam a existência de diferentes estoques de memórias sobre um conhecimento específico, e, idealmente, todas as pessoas deveriam saber onde encontrá-los; e há as integradas, com duplicação ou sobreposição de memórias, e, idealmente, as equipes estariam cientes disso pois sabem onde estão as informações. Os processos mais eficientes vão depender dos objetivos da organização. Uma equipe de vendas, por exemplo, deve ter uma estrutura integrada, com cada integrante com conhecimento sobre o produto a ser vendido (*Ibid.*, p.205).

Para que um sistema de memória transacional seja eficiente, Wegner (1995) aponta que ele deve ter os seguintes processos operando de maneira efetiva, com base na metáfora de um computador: atualização do diretório (saber quem sabe o quê no grupo), atribuição da informação (destinar itens da memória a membros do grupo) e coordenação da recuperação (planejar como encontrar informações de modo a se beneficiar de quem sabe o quê)..

2.1. Sistema de memória transacional e desempenho organizacional

O sistema de memória transacional pode trazer benefícios tanto para os indivíduos quanto para o grupo, contribuindo para um melhor desempenho organizacional. Quando ele é existente em uma organização, a *expertise* de um indivíduo tende a ser ampliada, por meio da interação com outros e acesso a mais domínios do conhecimento. O conhecimento do grupo fica menos suscetível a ser perdido ou dependente da disponibilidade de um indivíduo. Além disso, segundo Caroline Haythornthwhite (2008), saber que há alguém com quem contar em momento de necessidade forma uma rede de segurança que traz coesão e promove a manutenção do grupo. Ela afirma que todas as comunidades constroem memória transacional sobre as capacidades de seus membros em relação aos objetivos do grupo. Assim, sabe-se não apenas quem é a pessoa que traz informações para a comunidade ou quem é capaz de explicar um tema novo, como também a quem buscar para apoio material, social ou emocional.

Stephen Borgatti e Rob Cross (2003) destacaram a importância das relações sociais nos processos de memória transacional para que o grupo se beneficie da *expertise* distribuída em uma organização. Em um estudo qualitativo, eles avaliaram que (a) conhecer o que a pessoa sabe, (b) valorizar o conhecimento dela e (c) ser capaz de ter acesso em tempo conveniente ao que a pessoa sabe são características que impactam a busca de uma determinada informação e, portanto, de um maior compartilhamento do conhecimento na organização.

Para Richard Moreland e Larissa Myaskovsky, os impactos positivos do sistema de memória transacional na performance de uma equipe são claros. Quando co-

legas de trabalho sabem mais sobre si, delegam as tarefas para as pessoas que irão desempenhá-las melhor. É também possível antecipar o comportamento da outra pessoa em vez de reagir a ele, além dos problemas poderem ser resolvidos de maneira mais rápida e fácil pois cada especialista está mais acessível. Em 1995, Liang *et al.* realizaram o primeiro experimento com grupos em laboratório que avaliou os efeitos positivos do sistema de memória transacional no treinamento em grupo e, conseqüentemente, na performance da equipe. A partir de então, muitos outros foram realizados com os mesmos resultados (LEWIS; HERNDON, 2011, p.1254).

Os benefícios citados vão ao encontro daqueles esperados com práticas de gestão do conhecimento. Karl Wiig, um dos primeiros a usar o termo “gestão do conhecimento”, explica o valor desse método gerencial como recurso estratégico empresarial:

A premissa central por trás da gestão do conhecimento é que os fatores que levam ao desempenho superior – criatividade organizacional, eficácia operacional e qualidade dos produtos e serviços – são melhorados quando conhecimentos são disponibilizados e usados com competência onde e quando necessário. (1993, p. xii)

Vale ressaltar, entretanto, que apesar da maioria dos estudos apresentarem benefícios, alguns sugerem que determinados sistemas de memória transacional podem ser prejudiciais à equipe. A colaboração repetitiva entre membros da equipe, que auxilia a formar um sistema de memória transacional, pode por exemplo gerar desgaste criativo, impedir a geração de novas ideias, reduzir a troca de informações, enrijecer a percepção e o conhecimento sobre os processos e rotinas do grupo (LEWIS; HERNDON, 2011, p.1255).

Entender como um sistema de memória transacional pode ser construído de modo a trazer benefícios para a organização e como as tecnologias podem auxiliar essa construção é de fundamental importância para se pensar em práticas eficientes de gestão do conhecimento. A seguir, avaliaremos os efeitos das tecnologias.

3. Impactos das TICs na memória

Em díades ou grupos menores, o sistema de memória transacional é prioritariamente construído a partir de vivências em conjunto ou percepções sociais a partir de trocas presenciais. Quando consideramos o sistema de memória transacional para além das díades, envolvendo um grupo maior de pessoas, muitas vezes distribuídas geograficamente, e sendo o conhecimento envolvido nesse sistema o conhecimento sobre o trabalho que desempenham, é natural que esses sistemas

tenham alguma tecnologia para auxiliar na manutenção, estoque e recuperação da informação. Assim, nem sempre é necessário conhecer pessoalmente quem sabe o quê, mas ter acesso a um sistema que reúna o conhecimento explícito de especialistas e promova sua constante atualização. Janet Fulk e Connie Yuan (2013) classificam o primeiro método como “conectivo”, porque requer uma conexão pessoa-pessoa, e o segundo como “comunal”, porque envolve bases de dados ou memórias externas comunais.

O que nos interessa pensar neste ensaio são os métodos comunais e mais especificamente os impactos de novos elementos tecnológicos, como *big data*, sofisticados mecanismos de busca, sites de redes sociais, algoritmos, *chatbots* etc. que potencializaram a quantidade de informação e as trocas entre pessoas. Este cenário nos desperta para algumas questões: Como a nossa relação com o tempo é impactada? Qual o efeito no modo como produzimos e armazenamos a informação? Como o esforço para se acessar ou se lembrar de uma informação é afetado? Partiremos de alguns estudos já realizados para propor reflexões sobre a temática.

3.1. Impactos no armazenamento da informação

Nunca produzimos, consumimos, armazenamos e trocamos tanto conteúdo digital. Existem atualmente 2,6 bilhões de usuários mensais ativos no Facebook¹, mais de dois bilhões no WhatsApp² e diariamente são feitas 5,5 bilhões de buscas no Google³, só para mencionar algumas das empresas para as quais são entregues *terabytes* de dados por segundo. Um dos fatores determinantes para esse grande volume de dados foi o barateamento dos custos de armazenamento da informação, cujos efeitos são sentidos em vários campos da sociedade, incluindo as empresas. “Em 2009, em quinze dos dezessete principais setores econômicos dos EUA, as empresas armazenaram (...) mais do que a soma da informação armazenada na Biblioteca do Congresso dos EUA, o maior arquivo de conhecimento impresso do mundo” (VICENTE, 2014, p.292).

Transpor a informação para a nuvem está a dois polegares de distância, sendo mais barato guardar do que esquecer: “Armazenar informações tornou-se fantásti-

1 Dados referentes ao primeiro trimestre de 2020. Disponíveis em <https://www.statista.com/statistics/264810/number-of-monthly-active-facebook-users-worldwide/>. Acesso em 30/7/20.

2 Dados de 2020. Disponíveis no site da empresa em <https://www.whatsapp.com/about/>. Acesso em 30/7/20.

3 QUANTAS buscas são feitas no Google por segundo? **Alt Marketing Propaganda**, 2019. Disponível em <https://alt.pro.br/2019/06/19/quantas-buscas-google-por-dia/#:~:text=E%20quantas%20buscas%20s%C3%A3o%20realizadas,63.000%20buscas%20realizadas%20por%20segundo>. Acesso em 30/7/20.

camente conveniente, mas é mais do que conveniência que nos induz a preservar. A verdade é que a economia do armazenamento tornou o esquecer brutalmente caro” (MAYER-SCHÖNBERGER, 2009, p.68). É preciso um esforço para deletar na web; o *default* é o registro permanente, seja na mensagem enviada no WhatsApp, no histórico do navegador, nas edições de um post no Facebook, nos e-mails do Gmail. O esquecimento tornou-se um direito a ser pedido na justiça. Os rastros digitais que deixamos na web, por meio do uso de buscadores, sites de redes sociais, compras online, ou a simples navegação dão às empresas um incrível poder informacional. “Muito possivelmente, um rastro mais abrangente das nossas ações será coletado como nunca antes, e retido na memória digital” (*Ibid.*, p.15).

Por um lado, alerta Viktor Mayer-Schönberger, isso pode ser bom para indivíduos e para a sociedade: uma memória mais abrangente nos ajuda a lembrar momentos de alegrias; nos lembra de eventos e promessas; auxilia as empresas a operarem de modo mais eficiente com armazenamento da informação de modo mais acessível e durável, além de prever as demandas e preferências de consumidores; evita que sociedades cometam erros pela segunda vez. Entretanto, pode levar a consequências terríveis, como erosão da privacidade individual, vigilância constante e controle da informação nas mãos de grandes corporações que têm na venda das informações pessoais o cerne do seu modelo de negócios.

“O Facebook pode não estar liberando de maneira alguma a memória pessoal, mas sim escravizando-a dentro de um coletivo corporativo a fim de fortalecer ideologias permanentes por meio de sua esfera pública e atividades comerciais” (GARDE-HANSEN, 2009, p.136). Trata-se, argumenta Joanne Garde-Hansen, de uma reciclagem do arquivo centralizado e organizado apresentado por Jacques Derrida em “Archive Fever”. Na etimologia da palavra arquivo, a palavra grega *arkhé* designa ao mesmo tempo começo e comando, remetendo simultaneamente ao princípio da natureza ou história, onde as coisas começam, e ao princípio da lei, onde seres humanos e divindades comandam (*Ibid.*, p. 137). Para ter uma presença online, é preciso concordar com as regras das empresas de tecnologia, quer elas agradem ou não.

3.2. Impactos na localização e na recuperação da informação

Betsy Sparrow, Jenny Liu e Daniel Wegner (2011) realizaram um experimento para avaliar as consequências cognitivas de estarmos constantemente conectados e termos acesso online a bases de dados ou ferramentas de busca como o Google. A hipótese é que a internet se tornou um sistema de memória externo que pode ser acessado a qualquer momento, sendo uma fonte de memória transacional. A partir de entrevistas, os resultados sugerem que estão sendo desenvolvidos sistemas interconectados entre humanos e tecnologias. Os experimentos revelaram que as pessoas

compartilham informações online facilmente porque rapidamente pensam nos computadores quando acham que precisam de conhecimento; que as pessoas tendem a esquecer informações que acham que estão disponíveis externamente e a lembrar mais daquelas que acham que não estarão disponíveis; e as pessoas têm mais facilidade para lembrar onde a informação está do que a informação em si (2011, p. 778).

Com o fácil acesso à produção de outras pessoas e a uma vasta rede de recursos multimídia e objetos de memória pessoais, a “memória está ficando menos um processo de rememoração e mais uma destreza topológica, a habilidade de localizar e identificar traços da cultura que identificam o lugar do *self* em relação aos outros” (VAN DIJCK, 2007, p.50). A metáfora do computador como cérebro para armazenamento e recuperação está ultrapassada. Para José Van Dijck, o “computador dá apoio à inclinação inerente da memória de armazenar e revisar, de download e upload, de lembrar e projetar ou inventar” (*loc. cit.*). Além disso, continua ele, o potencial multimídia e multimodal da digitalização redefine os modos sensoriais pelos quais capturamos e armazenamos as memórias. As novas tecnologias influenciam, ainda, o modo como nos imaginamos e nos inscrevemos na cultura, revigorando os próprios conceitos de memória e experiência e de individualidade e coletividade.

Nesse sentido, sites de redes sociais, por exemplo, podem facilitar a localização da informação e também a sua atualização. Em artigo no qual avaliaram as redes sociais corporativas (*Enterprise Social Networks*), Fulk e Yuan afirmam que como os comentários nesses meios expressam opiniões mais pessoais e usam linguagem informal, comparado a um sistema de especialistas convencional, as informações costumam ser mais atualizadas. Além disso, visualizações das conexões permitem que se encontrem especialistas com mais facilidade. O fato de o conteúdo estar visível a todas as pessoas com ferramentas de interatividade possibilita uma maior interação entre elas (2013, p.24).

Ori Schwarz destaca ainda uma dimensão referente à memória objetivada que molda a ecologia de memória contemporânea: ela está sujeita agora à lógica da base de dados, que tem uma sequência não temporal e uma estrutura não narrativa. Isso cria o que o autor nomeou de “pluralidade de afinidades espaciais”, ou seja, na tentativa de resgatar um único item do passado em uma busca, vêm com ele itens associados que compartilham uma palavra, um número, data de criação, dentre tantas outras afinidades virtuais. Itens “vizinhos” na classificação multifacetada dos arquivos digitais podem aparecer de modo não inesperado e não intencional (mais próximo à evocação passiva da memória) quando se busca intencionalmente as memórias pessoais nos arquivos digitais (uma espécie de *anamnese*, porém em uma memória externa). Esses artefatos de memória digital não são somente ferramentas

para recordação, mas são agentes de memória e uma estrutura arquitetônica que molda e regula tais encontros acidentais com os vizinhos. Assim como as chances de encontrarmos uma pessoa dependerem de onde vivemos ou costumamos ir, as chances de encontrarmos objetos do passado dependem das estruturas materiais e informacionais. A metáfora da propriedade, da posse da informação tornou-se ultrapassada e a da vizinhança seria mais adequada (SCHWARZ, 2014, p.30).

Com o armazenamento muitas vezes fragmentado em diversas plataformas, a recuperação da informação pode, entretanto, ser dificultada. “Os registros de nossa vida estão aí, em fragmentos espalhados por centros de processamento de dados de todo o mundo; recuperá-los, reuni-los e torná-los nossos, contudo, é algo que pode acabar ficando fora do nosso alcance” (VICENTE, 2014, p.301). Além disso, diante da avalanche frenética de atualizações de um *feed* vertical, presente em diversas mídias sociais, que empurra para os abismos mais profundos as informações antigas, a recuperação da informação pode ser uma tarefa hercúlea. A estrutura tecnológica do Facebook, por exemplo, só permite o uso de *tags* para organização da informação. “Ordenar e indexar, que são elementos centrais para preservar dados e organizar a temporalidade, não são bem desenvolvidos na plataforma (...) o que convida usuários a fazer o *upload* constante de novos materiais em vez de se engajarem com posts antigos” (KAUN; STIERNSTEDT, 2014, p.1160). Outros aplicativos, como o WhatsApp, não permitem sequer o uso de *hashtags*.

3.3. Impactos na noção do tempo

A noção de duração proposta por Bergson, crítica à concepção moderna do tempo e entendida como nunca fixa, em contínua mudança e sempre incompleta, abre espaço para contextualizar o tempo como múltiplo e híbrido, adequado para analisar redes sociais com multiplicidade de camadas de tempo (KAUN; STIERNSTEDT, 2014, p.1156). As noções de arquivo, fluxo e narrativa nas mídias sociais levaram Anne Kaun e Friedrich Stiernstedt a criar o conceito de “tempo da mídia social”.

As pessoas não apenas passam tempo no Facebook, que pode agora ser monitorado com a ajuda de um aplicativo, como o Facebook também organiza o tempo de seus usuários em termos de gerir os contatos sociais, lembrando-lhes dos aniversários e eventos, e servindo como um repositório arquivístico, provendo acesso a memórias passadas. (2014, p.1155)

O imediatismo e as constantes novidades das redes sociais fazem com que o usuário fique mais tempo nelas. Aplicativos como Snapchat, cujo conteúdo é apagado em 24 horas, convocam as pessoas a estarem constantemente abrindo

seu *feed* de notícias por “medo de ficar de fora” (*Fear of Missing Out – FoMO*), que é “uma apreensão difusa de que outros possam estar tendo experiências gratificantes das quais se está ausente” (PRZYBYLSKI *et al.*, 2013, p.1841). Em redes sociais como o Facebook, por exemplo, a atualização do *feed* de notícias não segue uma ordem cronológica, sendo decidida por algoritmos. Inicialmente, o algoritmo EdgeRank seguia as variáveis de afinidade, relevância e tempo; hoje, estão implicados mais de 100 mil fatores em jogo (PEREIRA, 2015, p.542). Sua lógica, portanto, é a da base de dados, e não a das narrativas das mídias mais antigas. “Bases de dados, em si, não contam histórias; elas não têm um começo ou fim; de fato, elas não têm nenhum desenvolvimento, temático, formal ou de outra forma que organizaria seus elementos em uma sequência” (MANOVICH, 2001, p.218 *apud* GARD-HANSEN, 2009, p.141). A interface criada pela equipe de designers do Facebook, no entanto, passa a ideia de que seja algo para se contar histórias, com começos e fins, desenvolvimento e organização (*Ibid.*, p.142). O desejo é o de conexão constante.

A tese da conectividade sugere que a memória digital é remodelada na forma de redes de computador em um estado de conectividade pública constante e inaugura uma nova temporalidade de “presente contínuo” ou “presente-passado imediato” (SCHWARZ, 2014, p.4). A digitalização da informação em bases de dados pessoais, institucionais e conectadas, afirma Schwarz, faz com que o passado entre em colapso com o presente. “Quanto mais memória armazenamos em bancos de dados, mais o passado é sugado para a órbita do presente, pronto para ser recuperado na tela” (HUYSEN, 1995, p.253 *apud* SCHWARZ, 2014, p.4). As empresas aproveitam-se da “comercialização em massa da nostalgia” e da “obsessiva auto musealização” (HUYSEN, 2000, p.14) para lançar aplicativos como TimeHop ou funções como “Neste Dia” do Facebook, que permitem relembrar⁴ o que foi postado nas redes sociais naquele exato dia.

4. Sistema de memória transacional na era digital

Tomando McLuhan como referência, os objetos digitais da memória seriam cada vez mais extensões tecnológicas da mesma, entendidas como dispositivos artificiais que estendem e potencializam as capacidades mnemônicas e também propõem um novo modelo gramático de padrões de organização e disponibilização de informações (PEREIRA, 2011). Nesse sentido, qual seria o modelo do sistema de memória transacional na era digital, com os dois elementos que compõem esse sis-

4 O “Neste Dia” do Facebook permite ainda editar que pessoas ou quais datas não devem ser lembradas.

tema – o estoque de conhecimento e os processos transacionais entre os membros do grupo – tendo atingido um nível extremo de volume?

Segundo Pereira (2011), McLuhan propõe como forma de lidar com o excesso informacional “uma nova linguagem, uma nova memória, que se marcasse mais pela capacidade de rearranjar continuamente as informações, em uma dinâmica fluida e de permanentes mudanças, do que em uma estrutura estática, mero dispositivo de recuperação cega e automática” (*Ibid.*, p. 169). Pereira sugere que a memória para esse contexto seria a *transmnese*, uma “memória ligada a uma dimensão criativa, que parece estar presente em toda forma de comunicação complexa” (*Ibid.*, p. 66).

A *transmnese*, como modo de organizar e disponibilizar informações, seguiria uma perspectiva não classificatória *stricto sensu*, mas sim por afinidades, proximidades, nexos afetivos, podendo manifestar-se em qualquer sistema semiótico complexo (cérebro humano, computador ou sociedade). Cada pessoa pode, portanto, “através de recursos multimidiáticos ir construindo o seu próprio conjunto de referências personalizadas a partir das quais as informações estarão se associando de uma forma única que permitirá que o usuário as acesse por meios rápidos e eficientes, e de modo original” (*Ibid.*, p. 170).

Frente a essas reflexões e tendo como inspirações os conceitos apresentados ao longo deste ensaio, sugerimos algumas colaborações para se atualizar o sistema de memória transacional. Na era digital, entrariam em cena os elementos:

- 1) um estoque hipermediático e personalizado de conhecimento contido nos sistemas de memória individuais dos membros do grupo e nas memórias externas de bases de dados (públicas e privadas), expandindo exponencialmente a capacidade da memória transacional;
- 2) um conjunto de processos transacionais de conhecimentos relevantes que acontece entre os membros do grupo, de maneira intencional ou por “pluralidade de afinidades espaciais” (SCHWARZ, 2014), com a agência de elementos humanos e não humanos (LATOURE, 2005) como algoritmos/robôs/*chatbots*. É por meio dessa recombinação de códigos e linguagens, em múltiplas camadas de temporalidades, que acontece a *transmnese* (PEREIRA, 2011).

A estrutura de memória transacional seria, ainda, organizada por meio da diferenciação (conhecimentos distribuídos) e da integração (sobreposição de conhecimento). No entanto, em ambos os processos as tarefas de codificação, armazenamento e recuperação são confiadas aos elementos não humanos. Há uma sensação coletiva de que tudo pode ser transferido para a rede, armazenado e encontrado nela.

5. Conclusões

As tecnologias digitais impactaram a nossa relação com o tempo e com a memória. No mundo hiperconectado e com excesso informacional, novos agentes – algoritmos, robôs, *chatbots*, sistemas sofisticados de buscas, sites de redes sociais, *big data* – vão influenciar não apenas a produção, o armazenamento e a recuperação da informação, como também a sua ressignificação.

No contexto organizacional, sistemas de memória transacional tornam-se cada vez mais relevantes para lidar com a constante atualização do conhecimento e com a expansão da capacidade da memória a um nível exponencial. Apresentamos alguns estudos que mostram que esses sistemas que propiciam uma memória distribuída e compartilhada e, portanto, com uma capacidade expandida, podem contribuir para o desempenho organizacional. As tecnologias podem auxiliar a expansão da capacidade da memória e das interações, com resultados positivos na performance da equipe. É, portanto, justificável investigar como esses sistemas são construídos e como são impactados pelas tecnologias.

Por se tratar de um fenômeno ainda em transformação, reflexões sobre os impactos das tecnologias contribuem também para pensarmos os desafios atuais e futuros do sistema de memória transacional na era digital. Diante da infinidade de informações constantemente atualizadas, como incentivar o contato com informações antigas, porém ainda relevantes? Como driblar o desejo de conexão permanente para se desconectar, ter contatos presenciais e deixar a serendipidade trazer *insights* criativos? Como motivar o uso de redes corporativas em vez de sites de redes sociais, cujo conteúdo é de propriedade de grandes corporações? Para essas e outras questões ainda não temos respostas, nem nos buscadores e *chatbots* mais sofisticados.

6. Referências

- BORGATTI, Stephen P.; CROSS, Rob. A relational view of information seeking and learning in social networks. **Management Science**, v. 49, n. 4, p. 432-445, 2003.
- FULK, Janet; YUAN, Y. Connie. Location, motivation, and social capitalization via enterprise social networking. **Journal of Computer-Mediated Communication**, v. 19, n. 1, p. 20-37, 2013.
- GARDE-HANSEN, Joanne. MyMemories?: Personal Digital Archive Fever and Facebook. In: **Save As... Digital Memories**. London: Palgrave Macmillan, 2009. p. 135–150.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

- HAYTHORNTHTHWAITE, Caroline A. Learning relations and networks in web-based communities. **International Journal of Web Based Communities**, v. 4, n. 2, p. 140, 2008.
- HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2000.
- JACKSON, Paul; KLOBAS, Jane. Transactive memory systems in organizations: Implications for knowledge directories. **Decision Support Systems**, v. 44, n. 2, p. 409-424, 2008.
- KAUN, Anne; STIERNSTEDT, Fredrik. Facebook time: Technological and institutional affordances for media memories. **New Media & Society**, v. 16, n. 7, p. 1154-1168, 2014.
- LATOURE, Bruno. **Reassembling the social: An introduction to actor-network-theory**. New York: Oxford University Press, 2005.
- LEWIS, Kyle; HERNDON, Benjamin. Transactive memory systems: Current issues and future research directions. **Organization Science**, v. 22, n. 5, p. 1254-1265, 2011.
- MAYER-SCHÖNBERGER, Viktor. **Delete: The Virtue of Forgetting in the Digital Age**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2009.
- MORELAND, Richard L.; MYASKOVSKY, Larissa. Exploring the Performance Benefits of Group Training: Transactive Memory or Improved Communication? **Organizational Behavior and Human Decision Processes**, v. 82, n. 1, p. 117-133, 2000.
- PEREIRA, Vinícius Andrade. **Estendendo McLuhan: da Aldeia à Teia Global - Comunicação, Memória e Tecnologia**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2011.
- PEREIRA, Vinícius Andrade. Como antecipar os efeitos de uma tecnologia? Um modelo exploratório inspirado na nova ciência de McLuhan e aplicado ao Facebook. **Intexto**, n. 34, p. 535-552, 2015.
- PRZYBYLSKI, Andrew K. *et al.* Motivational, emotional, and behavioral correlates of fear of missing out. **Computers in Human Behavior**, v. 29, n. 4, p. 1841-1848, 2013.
- SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. Halbwichs: memória coletiva e experiência. **Psicologia USP**, v. 4, n. 1-2, p. 285-298, 1993.
- SCHWARZ, Ori. The past next door: Neighbourly relations with digital memory-artefacts. **Memory Studies**, v. 7, n. 1, p. 7-21, 2014.
- SPARROW, Betsy; LIU, Jenny; WEGNER, Daniel M. Google effects on memory: Cognitive consequences of having information at our fingertips. **Science**, p. 1207745, 2011.
- VAN DIJCK, José. **Mediated memories in the digital age**. Stanford University

Press, 2007.

VICENTE, José Luis. Armazenando o eu: sobre a produção social de dados.

In: BEIGUELMAN, Giselle; MAGALHÃES, Ana Gonçalves. (Eds.). **Futuros possíveis: arte, museus e arquivos digitais**. São Paulo: Ed Peirópolis, p. 288–301, 2014.

WEGNER, Daniel M. Transactive Memory: A Contemporary Analysis of the Group Mind. *In*: MULLEN, B.; GOETHALS, G. R. (Eds.). **Theories of Group Behavior**. New York: Springer-Verlag, 1986. p. 185–208.

WEGNER, Daniel M. A Computer Network Model of Human Transactive Memory. **Social Cognition**, v. 13, n. 3, p. 319–339, 1995.

WEGNER, Daniel M.; HERTEL, P. T.; GIULIANO, T. Cognitive Interdependence in Close Relationships. *In*: W.J.ICKES (Ed.). **Compatible and incompatible relationships**. New York, New York, USA: Springer-Verlag, 1985. p. 253–276.

WIIG, Karl M. **Knowledge Management Foundations: Thinking about Thinking - how People and Organizations Represent, Create, and Use Knowledge**. Arlington, TX: Schema Press, 1993.

Unidade III

REGIMES DE MEMÓRIA: INFORMAÇÃO E DOCUMENTO

A dualidade do arquivar¹

Eric Ketelaar²

Em última instância, a sociedade – e todos nós – deve manter tanto os documentos legais quanto os recursos culturais como substitutos para a memória, pelos quais o passado pode ser protegido, líderes encarregados de realizar a governança do povo ou de fornecer bens e serviços podem ser responsabilizados, e os direitos e a identidade dos diversos grupos dentro da sociedade podem ser protegidos. Se concentrar nesses propósitos arquivísticos em meio a um ambiente tecnológico que passa por várias mudanças requer criatividade e inspiração. (JIMERSON, 2011, p. 326).

CECI N'EST PAS UNE ARCHIVE É O TÍTULO DO ENSAIO DE JORGE BLASCO GALLARDO (2010) que introduz a representação e apropriação do arquivo por artistas. Falarei sobre os arquivos na arte depois, mas, primeiramente, quero me debruçar sobre o trocadilho de René Magritte adaptado por Gallardo. Magritte mostrou com a sua pintura de um cachimbo acompanhada da legenda *Ceci n'est pas une pipe* que o homem só pode lidar com a realidade usando a linguagem verbal e os signos visuais. Do mesmo modo, *Ceci n'est pas une archive* propõe que a realidade não é o arquivo, mas que o arquivo permite a representação da realidade. Em outras palavras, o arquivo é como uma interface entre o eu e a realidade, ou, conforme observa Gallardo (2010, *on-line*), “archivar [...] es la manera en que nos relacionamos con el mundo”³. Ele acrescenta que “Al vivir archivamos y nos archivamos”⁴. De fato, a dualidade do arquivo que quero discutir hoje à noite é que arquivando nós somos arquivados, nós construímos o arquivo e somos construídos pelo arquivo. Ou, pegando emprestado a dualidade de estrutura de Giddens (1984): as proprie-

1 Tradução e adaptação de uma palestra dada na Conferência em Palau de la Virreina, Barcelona, em 8 de junho de 2017. Título original: *The duality of archiving*.

2 Tradução de Janayne Carvalho do Amaral.

3 Arquivar... é a maneira como nos relacionamos com o mundo.

4 Vivendo nós arquivamos e somos arquivados.

dades estruturais (ou estruturantes) do arquivar (ação comunicativa) são produzidas e reproduzidas no que as pessoas fazem, elas são os agentes e o resultado das atividades dos atores.

Para examinar as consequências dessa dualidade para as comunidades, primeiramente apresentarei brevemente a relação entre identidades, comunidades e memória. Em seguida tenho, é claro, que responder a questão: *O que é um arquivo?* Tendo respondido com alguma minúcia, voltarei para a construção do arquivo, em primeiro lugar pela seleção, mas também pelo processamento e mediação de arquivistas e outros “archivers⁵”. Eles são atores humanos e não humanos, incluindo tecnologias de arquivamento, que são o assunto da penúltima seção da minha conferência, antes de terminá-la com algumas conclusões.

1. Comunidades

A identidade coletiva é baseada nos processos eletivos da memória, então, um dado grupo se reconhece através da memória de um passado comum (BOOTH, 2006). Discuti isso com certa profundidade em *Sharing: Collected Memories in Communities of Records*. um artigo de 2005 cuja versão traduzida ao espanhol foi apresentada neste seminário.⁶ O passado comum da comunidade é construído. Em primeiro lugar porque a maioria das comunidades são uma construção social. De acordo com o filósofo Avishai Margalit (2002, p. 69),

As comunidades naturais da memória são famílias, clãs, tribos, comunidades religiosas e nações. É claro que não há nada sobre a memória compartilhada, e nada natural sobre os grupos que são candidatos naturais para serem comunidades da memória [...] Todos são, no jargão de hoje, construções sociais.

Em segundo lugar, o passado comum compartilhado pela comunidade da memória é construído porque em muitos casos os membros da comunidade não terão

5 Segundo o autor, “archivers” é um neologismo que ele propôs em “Looking through the record into the rose garden”, Arkhiyyon. Reader in archives studies and documentation. Israel Archives Association [Festschrift Paul Alsberg] 10-11 (1999): XXVII-XLII.

6 KETELAAR, E. Compartilhar: Memórias Recopiladas em Comunidades de Registros. In: RAWSON, K. J. ; SCHWARTZ, J. M.; COOK, T. ; KETELAAR, E. Arquivar. Barcelona: Ayuntamiento de Barcelona. Instituto de Cultura, La Virreina Centre de la Imatge, 2017. p. 53-80. Ver também KETELAAR, E. Archives, memories and identities. In: BROWN, C. (Ed.). Archives and recordkeeping: Theory into practice. London: Facet, 2014. P. 131-70, e o número especial Memory, Identity and the Archival Paradigm, na Archival Science, v. 13, 2013, p. 85-272.

uma memória direta – poderia ser mais adequado falar sobre reflexão retrospectiva, como propõe a romancista Eva Hoffmann (HOFFMANN, 2005). Gostaria de fazer uma distinção entre indivíduos que se lembram – as testemunhas – e membros da comunidade que comemoram, em reflexão retrospectiva, seus ancestrais.

Em terceiro lugar, o passado é um país estrangeiro, visto à distância do presente. Essas visões do passado mudam com o tempo porque são contingentes (e contestados por) às normas e ao poder da sociedade. Muitos comunitários e pessoas engajadas em projetos comunitários parecem acreditar que eles podem “congelar” o passado, enquanto eles apenas podem registrar uma visão particular dele, dentro dos quadros sociais em que vivem. O passado da comunidade e suas memórias são mediadas por ferramentas culturais: “textos” de qualquer tipo, escritos, orais ou físicos. Um artefato, um prédio, um monument, até mesmo um perfume pode server como um texto de memória, sendo que os textos corporais são executados em comemorações e rituais.⁷ Permitam-me que eu aborde agora os arquivos como textos de memória.

2. O que é um arquivo?

Arquivistas definem arquivo (archive) como um “Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte.” (ARQUIVO NACIONAL, 2005).

Contudo, novos conceitos de “arquivo” foram adotados durante os últimos 25 anos por antropólogos, psicólogos, filósofos, teóricos culturais e literários e artistas⁸. Os historiadores também começaram a refletir sobre seu envolvimento com o arquivo, como exemplo, cito Arlette Farge (*O sabor do arquivo*, 2009), Antoinette Burton (*Archive Stories: Facts, Fictions, and the Writing of History*, 2005) e Carolyn Steedman (*Dust*, 2002). Dificilmente se reflete sobre a atuação do arquivista, sendo

7 Ver MUECKE, S. *Textual spaces: Aboriginality and cultural studies*. Kensington: New South Wales University Press, 1992; TAYLOR, D. *The archive and the repertoire: Performing cultural memory in the Americas*. Durham and London: Duke University Press, 2003; CONNERTON, P. *How societies remember*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989); MARKUS, T. A.; CAMERON, D. *The words between the spaces. Buildings and language*. London e New York: Routledge, 2002; van Dijck, J. *Mediated memories in the digital age*. Califórnia, EUA: Stanford University Press, 2007; CHEN, A. Perfume and vinegar: Olfactory knowledge, remembrance, and recordkeeping. *American Archivist*, v. 79, 2016, p. 103-120; BEMBIBRE, C.; STRLIČ, M. Smell of heritage: a framework for the identification, analysis and archival of historic odours. *Heritage Science* (2017) 5:2.

8 Este parágrafo e o próximo resume parte do meu texto *Archival turns and returns*. *Studies of the archive*. In: GILLILAND, A. J.; McKEMMISH, S.; LAU, A. J. (Ed.). *Research in the archival multiverse*. Clayton: Monash University Press, 2016. p. 228-268.

geralmente descrito apenas o encontro do arquivo, sem fazer qualquer menção ao arquivista. Muitas “viradas arquivísticas” levaram ao uso do arquivo (singular) e dos arquivos (plural) como uma lente metodológica para analisar entidades e processos “como arquivo (s)”. Nesta perspectiva, ao invés de considerar o arquivo (s) ontologicamente “como ele é”, algo é considerado metaforicamente “como arquivo”. O uso do arquivo como metáfora não é algo recente. Milhares de jornais desde o século XVIII, bem como modernos sites têm a palavra “arquivo (s)” em seu título porque eles são um depósito de conhecimento como um arquivo. Hoje, parece que qualquer coisa pode ser considerada “como arquivo (s)”, tais como marcadores de página e dentes bovinos, cavernas, florestas, geleiras, pântanos, dunas de areia, moluscos e musgos, o genoma humano, o YouTube e outras centenas de coisas. Muitas vezes não está claro se uma mera analogia, real equivalência ou uma ficção é pretendida: “como se fosse um arquivo”.

Documentos arquivísticos, como Yeo (2008, p. 131) afirmou, são “objetos de fronteira” que “abrange muitos tipos de comunidades de prática; qualquer objeto pode ser reivindicado por duas ou mais comunidades”. Assim, qualquer coisa pode ser tratada metaforicamente “como arquivo”. A questão importante não é “O que é um arquivo”, mas como essa comunidade em específico percebe e entende um arquivo? (BASTIAN, 2016)

Além disso, queremos distinguir arquivos de outros textos de memória e destacar a contribuição única dos arquivos na construção da memória e da identidade.⁹ Proponho responder a essa pergunta tomando como guia *The idea of uniqueness* (1994), um clássico ensaio de autoria do historiador e arquivista James O’Toole. Ele revisou quatro aspectos da singularidade de um documento arquivístico, sendo eles: o documento físico em si é único, a informação que ele contém é única e também o processo que o documento arquivístico produziu é único, ou ainda, em quarto lugar, a singularidade é derivada da maneira como itens individuais foram reunidos em arquivo, ou seja, o documento no contexto de outros documentos.

Conforme O’Toole (1994, p. 658), “Se vamos identificar singularidade em algum documento arquivístico, devemos ser precisos sobre qual das quatro características distintas nós queremos e porque, pois em cada determinado caso, um tipo específico de singularidade é importante.”

Na minha opinião, os quatro últimos parâmetros são os mais importantes para diferenciar as qualidades específicas dos arquivos em relação a outras ferramentas

9 Este parágrafo e os próximos dois resume as páginas 146-148 do meu texto *Archives, memories and identities*. In: BROWN, C. (Ed.). *Archives and recordkeeping. Theory into practice*. Facet Publishing, London, 2014, p. 131-170.

da memória. Arquivos são únicos por causa do seu “envelope contextual” (CRAIG, 2002, p. 287) e “laço arquivístico” (DURANTI, 2015, p. 28-29) constituídos pela singularidade dos processos e funções dos documentos arquivísticos produzidos no contexto de outros documentos criados pela mesma atividade ao longo do tempo. Arquivos são únicos não apenas porque as informações contidas neles são únicas, mas porque raramente o documento como artefato tem uma singularidade intrínseca. O documento como artefato está próximo do significado simbólico de um documento. Em outro ensaio, O’Toole explorou a natureza simbólica dos documentos arquivísticos. Sua principal questão era “Quando a verdadeira significância e significado do document arquivístico deriva menos do que aparece em seu texto superficial e mais de sua posição simbólica para algo mais?” (O’TOOLE, 1993, p. 238) A maioria dos documentos arquivísticos venerados como artefatos – da Carta Magna à Declaração de Independência dos Estados Unidos, e eu posso acrescentar a Constituição de Cádiz de 1812¹⁰ – não são mais guardados por serem fontes únicas de informação, mas por causa do seu significado simbólico. Ressaltando a singularidade dos arquivos nesses termos contextuais, não necessariamente se descarta a prática de aceitar um ponto de vista diferente de “textos de memória arquivística”. Por exemplo, para Flinn (2011, p. 161, grifo do autor), “o valor de um documento arquivístico não é melhor compreendido como algo inato a ele, mas pela relevância dada a ele por aqueles que, incluindo o arquivista, criaram, selecionaram, moldaram e o usaram *como um arquivo*.”

Concordo que os documentos – como outros artefatos culturais – não possuem um valor inerente discernível em si. O valor de um document arquivístico ou arquivo está “no olho do observador”. O criador, o usuário e o arquivista constroem igualmente histórias que estabelecem quem eles são e quem não são, onde se encaixam e não se encaixam, a quem pertencem ou não (KETELAAR, 2015). Em outras palavras, identidades pessoais e comunitárias são construídas por pessoas que encontram significado e conferem significado para um arquivo ou document arquivístico – essa é a dualidade do arquivo. Esses significados auxiliam na estruturação e reestruturação da relação entre o eu e o mundo e, conseqüentemente, na formação de suas identidades. Conforme escreveu Jorge Blasco Gallardo (2010, *on-*

10 KETELAAR, E. Los archivos inmersos en el futuro. Actas do seminario internacional o futuro da memoria: o patrimonio arquivístico dixital. Actas del seminario internacional el futuro de la memoria: el patrimonio archivístico digital. 2011, Xunta de Galicia, Santiago de Compostela. p. 411-430. Tradución español-galego: Os arquivos inmersos no futuro, ibidem. p. 21-40. Uma versão em inglês foi publicada como KETELAAR, E. Cultivating archives. *Archival Science*, v. 12, p. 19-33, 2012. On the creator as ‘Archiving I’: DOUGLAS, J... The archiving I: A closer look, *Archivaria*, v. 79, p. 53-89, 2015.

-line), “archivar es la manera en que nos relacionamos con el mundo y con nuestros semejantes.”¹¹ No entanto, a visão construtivista do valor e do significado dos arquivos não deve esmaecer a linha entre ver algo “como arquivo” e o arquivo “como ele é”.¹² Esse último tem qualidades específicas discutidas por O’Toole, a primeira é metafórica.

Em um número crescente de disciplinas o arquivo é: “uma metáfora forte para qualquer corpus de esquecimentos seletivos e de coleções – e igualmente importante para as seduções e anseio que tais buscas primárias e intocadas acarretam” (STOLER, 2002, p. 106).

Na arte isso levou ao romanceamento do arquivo em referência à memória, história e recordação pessoal.¹³ O bem-sucedido projeto “Culturas de archive”¹⁴, com curadoria de Jorge Blasco Gallardo, que começou no ano de 2000, aqui em Barcelona, na Fundació Antoni Tàpies, mostrou vários exemplos de como os artistas buscam, o que Hal Forter (2004, p. 4) chama de “impulso arquivístico” “para disponibilizar a informação histórica, muitas vezes perdida ou descolada, mas fisicamente presente [...] Às vezes, as amostras de arquivo empurram as complicações pós-modernistas da originalidade e da autoria para um extremo.”

11 “Arquivar é a forma como nos relacionamos com o mundo e com os nossos semelhantes.”

12 Peguei emprestada essa distinção de TAYLOR, D. *The archive and the repertoire. Performing cultural memory in the Americas*. Durham/London: Duke University Press, 2003. p. 3.

13 SPIEKER, S. (Ed.). *The big archive: Art from bureaucracy*. Cambridge Mass./London: MIT Press, 2008; RIEGER, M. Anarchie im Archiv. Vom Künstler als Sammler. In: EBELING, K.; GÜNZEL, S. (Ed.). *Archivologie. Theorien des Archivs in Wissenschaft, Medien und Künsten*. Berlin: Kulturverlag Kadmos, 2009. p. 253-269; SCHAFFNER, I.; WINZEN, M. (Ed.). *Deep storage: Collecting, storing, and archiving in art*. Munich/New York: Prestel, 1998. Ver também ENWEZOR, O. *Archive fever – Uses of the document in contemporary aArt*. New York: International Center of Photography, 2008; van Alphen, E. Archival obsessions and obsessive archives. In: HOLLY, M. A.; SMITH, M. *What is research in the visual arts? Obsession, archive, encounter*. Williamstown Mass.: Sterling and Francine Clark Art Institute, 2008. p. 65-84; van Alphen, E. Visual archives and the Holocaust: Christian Boltanski, Ydessa Hendeles and Peter Forgacs. In: Braembussche, A. v. D.; KIMMERLE, H.; NOTE, N. (Ed.). *Intercultural aesthetics: A worldview perspective*. S.l.: Springer, 2009. p. 137-155; GUASCH, A. M. *Arte y archivo, 1920-2010: genealogías, tipologías y discontinuidades*. Ediciones AKAL, 2011; BREAKELL, S. Archival practices and the practice of archives in the visual arts, *Archives and Records*, v. 36, n. 1, p. 1-5, 2015. [Introdução para um número especial sobre Arquivos e Arte]; VAUGHAN, S. Reflecting on practice: artists’ experiences in the archives. In: FOSCARINI, F. et al. (Ed.). *Engaging with records and archives: Histories and theories*. London: Facet Publishing, 2016. p. 211-231. Ver também o número especial de Arte e Arquivos (Editora Carmen María Jaramillo) da *Revista de Artes Visuales Errata# Jaramillo* e m: <https://issuu.com/revistaerrata/docs/revista_de_arte_visuales_errata_1_issuu>. Acesso em: 17 fev. 2018.

14 Disponível em: <<http://www.amateurarchivist.net/amateur/cda%20dossier%202011.pdf>>, <https://issuu.com/jorgeblasogallardo/docs/artelekublasco_eng>. Acesso em: 17 fev. 2018.

“Os artistas podem lembrar e incentivar os arquivistas a pensar de maneira diferente” (VAUGHAN, 2016, p. 29). Gallardo (2010, *on-line*, tradução nossa) diz que a apropriação pelos artistas “dava a possibilidade de subverter o que a exposição esteve ligada durante séculos e, vice-versa, o que o arquivo tinha de absoluto controle de nossas idéias, identidades e corpos.”

Alguns artistas de arquivo brincam com a categoria da coleção, variando seus materiais de acordo com o que Foster (2004) chama de lógica quase arquivística, apresentando-os em uma arquitetura quase arquivística. O artista multimídia Antonio Muntadas (nascido em Barcelona há 75 anos) criou o *The File Room*, que não é apenas uma instalação exibida em vários lugares, mas também um arquivo vivo de casos de censura.¹⁵

O artista americano Arnold Dreyblatt segue com seu o “T-project”, um movimento de documentos arquivísticos e seus significados dentro e fora das organizações, usando um arquivo duplicado de mais de 4.000 documentos que ele criou a partir de arquivos estaduais na Europa e na América do Norte.¹⁶ Esses “T-documents” também são usados nos projetos de leitura de Dreyblatt, que simulam o ambiente em que os documentos arquivísticos são criados, armazenados e usados. Para cada projeto de leitura, centenas de pessoas são convidadas para participar de um “sistema de instalação arquivística” funcional, porém temporal. Esses arquivos, instalações e performances metafóricas envolvem o espectador / leitor/usuário como um membro da “audiência criativa” (CASTELLS, 2009).

Somente quando o arquivo – seja ele um arquivo metafórico ou um arquivo “como ele é” – é usado, ele pode se tornar parte da memória cultural viva e vivida. Isso significa, nas palavras de Jacques Derrida (2010), “invenção”: por um lado, descobrir o que já existe e, por outro lado, inventar, constituir alguém ou algo – outra dualidade. O latim *invenio* tem esse duplo significado: encontrar, descobrir, inventar, perceber. Nessa invenção, o arquivo recebe novos significados que ajudam na estruturação e reestruturação da relação entre o eu e o mundo.

3. Arquivamento e Arquivização

Quando um usuário aborda o arquivo “como ele é”, ele ou ela se torna participante de uma cadeia de “archivers”. “Archivers não são apenas *archiveros*, mas

15 Disponível em: <<http://www.thefileroom.org/>>. Guasch (2011, p. 186-190). Acesso em: 17 fev. 2019.

16 Disponível em: <<http://www.dreyblatt.net/>>; UTHEMANN, E. W. (Ed.). *Arnold Dreyblatt. Aus den Archiven/From the archives*. Heidelberg: Kehrer Verlag, 2003; DREYBLATT, A.; WALLEN, J. Hands on the document: Arnold Dreyblatt's T-Archive. In: NEEF, S.; van Dijk, J.; KETELAAR, E. *Sign here! Handwriting in the age of new media* Amsterdam: Amsterdam University Press, 2006. p 134-149; Guasch (2011, p. 254-256).

também autores, balconistas, agentes de documentos arquivísticos, antiquários, gerentes de documentos arquivísticos, curadores, construtores de sites, genealogistas e outros usuários. Cada um age de acordo com as suas práticas culturais de criação, classificação, arquivo, organização etc. e, mais importante, avaliação, seleção e destruição de arquivos. Cada arquivista participa da produção e mediação recursiva do arquivo, envolvendo definição, seleção, organização, interpretação, representação e apresentação. Em outras palavras: a produção do arquivo (ou formação de arquivo) ao longo do *continuum* acontece por meio de interações de uma série de arquivadores. Até mesmo esconder ou destruir arquivos é, paradoxalmente, uma mediação do arquivo, como fica claro, por exemplo, na Espanha, com o “pacto del olvido”; na Guatemala com as implicações dos arquivos policiais escondidos; e na Alemanha Oriental onde o puro o conhecimento – ou melhor, a suposição – de que a Stasi estava mantendo documentos arquivísticos do comportamento de pessoas afetadas, são exemplos da dualidade do arquivo. Não apenas os arquivos da opressão, mas “todos os arquivos exercem poder”, como Joan Schwartz disse em sua conferência *Archives, Power, Truth*, aqui em La Virreina, em 9 de março de 2017. Segundo Schwartz, esse poder “deve ser interrogado, desmascarado, desafiado e aberto para um intenso escrutínio e diálogo transparente em nome da compreensão histórica, dos direitos cívicos, da justiça social e da responsabilidade política.”

Como Joan Schwartz esclareceu, não apoiamos mais a alegação positivista – eu a denominaria de “ilusão arquivística” – de que um mapa, uma fotografia ou qualquer outro documento arquivístico não pode dizer nada além da verdade. Documentos arquivísticos não contêm verdade, eles contêm histórias que podem ser ou não a verdade do que aconteceu ou uma apenas uma pós-verdade. Os *tweets* pós-verdade do presidente Donald Trump são verdadeiros documentos arquivísticos e por meio deles pode-se descobrir o que era verdade ou não.

A realidade que registramos e a maneira como registramos são induzidas por fatores socioculturais. Cada um influencia o outro. Na visão moderna ou pós-moderna, os arquivos não são mais estáticos. O arquivo é um processo dinâmico, mesmo quando está aparentemente congelado no tempo. Os documentos de arquivo são criados, usados e reutilizados em um *continuum*, desde sua primeira captura, no que os arquivistas chamam de “sistema de manutenção de documentos arquivísticos” [*recordkeeping system*], para sua administração em um arquivo e para pluralização em todo o mundo (UPWARD, 2013). Este é um processo recursivo: um documento arquivístico é recriado (e recebe outro significado) em todo o *continuum*. Um documento pode existir em vários estados ou versões: o rascunho, a cópia fiel, a cópia enviada ao destinatário, a versão publicada, o documento final mais uma vez tirado do arquivo, anotado e usado em uma transação subsequente etc.

Os arquivos “não têm um único passado, mas uma sequência ininterrupta de tempos passados que retrocedem a partir do momento presente” (AMES, 1975, p. 6 apud CREWS; SMIS, 1991, p. 160). Em todos os estágios dessa sequência, do passado ao presente, o que é documentado/arquivado, o que é deixado de fora, como a informação é registrada e mediada, é influenciada pelo que chamei de “arquivização, um neologismo que eu mesmo inventei e que significa a escolha consciente ou inconsciente (determinada por fatores sociais e culturais) para considerar se algo merece ser arquivado.” (KETELAAR, 2001, p. 133). Esses fatores, por sua vez, são controlados por diferentes poderes da sociedade, tais como instituições do Estado, Empresas, Igrejas e pela Imprensa, bem como por ideologias e normas socializadas baseadas em classe, gênero, raça etc. Os arquivos “são produzidos a partir de expectativas e convenções culturalmente incorporadas.” (BLOUIN; ROSENBERG, 2001, p. 120). Por exemplo, documentos arquivísticos de escravos não incluíam nascimentos, não por descuido, nem para mantê-los secretos ou por razões ideológicas, mas simplesmente porque o documento arquivístico só fazia sentido quando se tinha certeza de que a criança permaneceria viva. (TROUILLOT, 1995).

No Novo Mundo, as potências colonizadoras tinham diferentes definições culturais de interesses econômicos básicos, como tributar a terra (os ingleses), ou tributar as pessoas (os espanhóis), ou trocar bens (os holandeses). Esses fatores de arquivização causaram a criação de diferentes tipos de documentos arquivísticos: os ingleses mantiveram mapas de pesquisas, os espanhóis os censos, os holandeses os dados comerciais (SEED, 1995). Esses diferentes tipos de documentos arquivísticos reforçam o olhar colonial limitado que se concentra em qualquer terra, pessoas ou bens. Pois, como escreve James Scott em *Seeing Like a State* (1998, p. 82-83), “não há praticamente outros fatos para o Estado do que aqueles contidos em documentos”. A ordenação arquivística, categorizando e rotulando, conforme afirma Gallardo (2010, *on-line*), “criou maneiras de pensar durante séculos e têm modelado maneiras de representar a realidade, olhando para a realidade e, muitas vezes, construindo e projetando a própria realidade”. Isso confirma a dualidade do arquivar. Para ilustrar mais uma vez a dualidade do arquivo (moldado por pessoas e formando pessoas – *Vivendo arquivamos e somos arquivados*), cito os arquivos coloniais das Índias Holandesas. Nesses arquivos, a antropóloga Ann Stoler (2002, 2005) estava à procura de informações sobre as relações entre as crianças brancas e suas enfermeiras indígenas. Ela encontrou em numerosos relatórios – classificados como secretos – dados relativos à situação política nas Índias Holandesas. Na época, funcionários do governo acreditavam que a ordem colonial estava ameaçada pelo que eles chamavam de “perigo” de contato entre crianças brancas e suas babás.

Assim, os *archivers* (que eram funcionários públicos) rotularam e moldaram os conteúdos e o contexto dos documentos arquivísticos, ao mesmo tempo em que rotularam e moldaram a relação entre as crianças e suas babás. Para entender o arquivo, é preciso decodificar seus vários aspectos, o que requer, na expressão forçada por Stoler, a leitura “ao longo do grão arquivístico”, aceitando até documentos arquivísticos de ordem antiética, proibida, ilegal, má ou irracional.

4. O arquivo selecionado¹⁷

Arquivamento implica avaliação. Este termo é frequentemente entendido como a base para a seleção, ou seja, identificação de materiais a serem preservados devido ao seu valor duradouro. No entanto, a avaliação é mais abrangente porque ela – fazendo um julgamento de valor – acontece em todos os estágios do processo para apoiar decisões como: quais rastreamentos são documentados, quais documentos tornam-se documentos arquivísticos por captura em um sistema de documentos arquivísticos que ultrapassa as fronteiras funcionais da organização e do eu, a fim de fornecer memórias coletivas, e quais documentos arquivísticos são selecionados e considerados dignos de transferência para Arquivos (com A em letra maiúscula). Por exemplo, em 1982, o UK Public Record Office (agora The National Archives – TNA) recusou-se a assumir o recém-descoberto “Migrated Archives”, sendo cerca de 20.000 documentos arquivísticos removidos das colônias britânicas após a independência (BANTON, 2017). O Public Record Office sustentou que eles não eram documentos arquivísticos públicos do Reino Unido e se recusou a transferi-los e torná-los acessíveis. Esse julgamento de valor fez com que o documento arquivístico “permanecesse no limbo” (BADGER, 2012)¹⁸. Os documentos arquivísticos não foram destruídos posteriormente devido à uma inércia administrativa que, a propósito, garantiu a sobrevivência de documentos ao longo das últimas centenas de anos (PRESCOTT, 2008).

No mundo digital, é preciso decidir o modo de preservação antes mesmo de os documentos serem criados. A migração ou conversão de um documento digital cria um documento arquivístico novo e diferente e substitui o documento arquivís-

17 Este e o próximo parágrafo baseiam-se em um documento apresentado na Conferência FARMER *Activation and impact: the societal role of records and record-keepers*, Dundee, 5-6 de Abril de 2016. Uma versão ampliada com o título *The archivist: Threat or treat?* foi entregue em uma conferência. *The production of the archive* foi organizado pelo Institute of Historical Research, The National Archives e a Royal Historical Society (Londres, 29 de janeiro de 2016).

18 Em 2007 e em 2009 a TNA declarou que esses arquivos poderiam ser destruídos ou devolvidos às ex-colônias, uma vez que qualquer material significativo seria uma cópia do material já armazenado na TNA.

tico migrado ou convertido. É de fato uma forma de avaliação: devemos escolher o que perder. (ROTHENBERG, 2000).

A avaliação no sentido mais estrito (“determinação do valor arquivístico de documentos ou arquivos, com vista à fixação do seu destino final: conservação permanente ou eliminação”) é uma daquelas intervenções que determinam o significado do arquivo, porque o arquivo após a avaliação não é o mesmo.

A avaliação foi considerada “a obra de arte da destruição” (LAMB, 1962). Desde os anos 1980, os arquivistas têm debatido como realizar essa arte. Os termos desse debate sobre a seleção de arquivos geralmente foram as necessidades e preocupações dos arquivistas. Houve exceções, por exemplo, na Espanha, onde arquitetos, antropólogos, geógrafos, historiadores e outros especialistas estão envolvidos na avaliação (FUGUERAS, 2003, p. 117). Quando eu era Arquivista Nacional da Holanda, começamos – depois de acalorados debates sobre avaliação com historiadores e ativistas – a submeter todos os projetos (LAMB, 1962) para uma revisão por especialistas nomeados pela Sociedade Histórica Real Holandesa. O procedimento foi mudando aos poucos com o tempo. Agora, historiadores holandeses, sociólogos, cientistas políticos e outros profissionais estão trabalhando no Arquivo Nacional da Holanda para identificação dos “pontos quentes” da história recente: eventos e questões que levaram a uma interação intensa ou intensiva entre o governo e cidadão, que deve ser documentada em documentos arquivísticos.

Além disso, cada grupo de trabalho encarregado de redigir um cronograma deve incluir uma pessoa de fora com experiência em relação ao relacionamento entre cidadão e governo e a importância dos documentos arquivísticos públicos para esse relacionamento. Todo cronograma preliminar é disponibilizado para o público e os comentários do público são bem-vindos. O envolvimento de não arquivistas na avaliação pode ir ainda mais longe quando um modelo participativo de manutenção de documentos arquivísticos (*recordkeeping*) permite que as pessoas registradas nos documentos e as comunidades participem da criação e do processamento de arquivos.¹⁹ Tal arquivo de participação, como Isto Huvila argumentou, concentra-se na participação no arquivo não limitado a uma conversa *sobre* um documento arquivístico, mas, ao invés disso, usa o documento arquivístico “como uma conversa e uma arena para a participação” (HUVILA, p. 27). Isso certamen-

19 SHILTON, K.; SRINIVASAN, R. Participatory appraisal and arrangement for multicultural archival collections. *Archivaria*, v. 63, p. 87-101, 2007.; HUVILA, I. Participatory archive: towards decentralised curation, radical user orientation, and broader contextualisation of records management, *Archival Science*, 8, p. 15-36, 2008.; IACOVINO, L. Shaping and reshaping cultural identity and memory: maximising human rights through a participatory archive. *Archives and Manuscripts*, v. 43, n. 1, p. 29-41, 2014.

te abriria o processo de avaliação, mas não necessariamente levaria a um arquivo menos construído do que aquele pelo qual apenas o arquivista é responsável. Porque “A própria existência de um arquivo passou a ser vista como constitutiva da reivindicação de identidade de uma comunidade”, John Tagg nos lembra que as perguntas “o que deve estar no arquivo, quem deve julgá-lo e quem deve ter acesso a ele tornaram-se questões de importância social e política urgente.” (TAGG, 2012, p. 33).²⁰ Qualquer resultado de avaliação é construído porque seu valor não é intrínseco, mas atribuído, construído

5. Processando o passado²¹

Não apenas na avaliação, mas em todo processamento de materiais arquivísticos “os arquivistas presidem sobre o que, em última instância, forma o arquivo.” (BLOUIN; ROSENBERG, 2011, p. 143). Arquivistas, como Joan Schwartz (2017), disseram que há três meses, “Os arquivistas continuamente reformulam, reinterpretam e reinventam o arquivo. Isso representa um enorme poder sobre a memória e a identidade.” De fato, o documento arquivístico histórico é criado pela mediação do arquivista, através de organização e descrição, fornecendo acesso e serviço de referência, preservação e digitalização (BARTLETT, 2005). Deixe-me discutir cada uma dessas práticas de mediação arquivística.

O processamento de arquivos começa com a operação aparentemente neutra de embalagem e reembalagem, muitas vezes removendo os documentos de seus recipientes originais e colocando-os em caixas de arquivo sem ácido, reformatando o “material” da sala de munições, cave ou sótão (LANE; HILL, 2011). O arquivo não pode mais ser lido em seu estado original. Ler o arquivo envolve, *inter alia*, o que Peter Horsman denominou de leitura física: decifrando os pequenos buracos nos documentos, as dobras ou a fita cor-de-rosa e a encadernação, pois revelam a história do arquivo (HORSMAN; KETELAAR, 2015). Infelizmente, muitas desse vestígios são removidos por procedimentos corriqueiros de limpeza.

O processo de arranjo arquivístico deve, na medida do possível, respeitar a ordem original e o contexto em que os documentos foram criados e utilizados para o seu propósito principal. O mesmo se aplica à descrição, ou seja: criar uma representação de um documento. No entanto, o processo de arranjo é mais do que identificar e restaurar mecanicamente a ordem original, e a representação de um

20 Ver também VUKLIČ, V.; GILLILAND, A. Archival activism: emerging forms, local applications. In: FILEJ, B. (Ed.). Archives in the service of people – People in the service of archives, Maribor, Alma Mater Europaea, 2006. p. 14-25.

21 BLOUIN, F. X.; ROSENBERG, W. *Processing the past: Contesting authority in history and the archives*. New York: Oxford University Press, 2011.

documento é mais do que apenas registrar a uma reflexão sobre ele. Ambos são atos interpretativos e criativos, tornando uma descoberta uma declaração política (YAKEL, 2009)²², que efetivamente molda o arquivo (DOUGLAS, 2016). “Esses processos”, segundo Meehan (2016, p. 26-55), “não são neutros ou objetivos; ao contrário, eles estão situados em contextos socioculturais, profissionais, institucionais e individuais específicos”. Toda representação é parcial “porque reflete uma visão de mundo particular e é construída para atender a propósitos específicos”. (DUFF; HARRIS, 2002, p. 275). O problema é que muitos arquivistas não percebem isso e que a maioria dos usuários, como Yakel (2000, p. 152) observou,

[...] desconhecem a função de arquivo invisível e da responsabilidade por trás dos dados que estão usando, especialmente em um ambiente de rede. Assim, eles podem ver o papel do arquivista como essencialmente preservando os dados ou, talvez, gerenciando a informação, mas não como tendo nada a ver com a criação do conhecimento.²³

Isso está mudando com o advento do Archives 2.0, uma abordagem na qual os arquivistas usam a tecnologia para se tornar mais centrada no usuário, solicitando a contribuições dos usuários e a sua participação nas descrições, comentários e reutilização de coleções (THEIMER, 2011, p. 338). Nos Archives 2.0, existem vários “arquivadores”, mas eles compartilham a autoridade – tradicionalmente conferida ao arquivista e à instituição arquivística – que dota o arquivo com confiabilidade, confiabilidade e autenticidade? A autoridade, como escreve Elisabeth Yakel (2011, p. 78), “é uma questão importante que é central e é desafiada pelos Arquivos 2.0.” Ela prevê que os arquivos se desenvolvam em “uma estrutura social caracterizada por uma abordagem compartilhada de governança, autoridade e preocupação com a sustentabilidade das comunidades”, formada em torno dos documentos arquivísticos (YAKEL, 2011, p. 95).²⁴ Isso também pode melhorar a “autonomia arquivística”, um conceito recentemente proposto por estudiosos australianos. Eles definem autonomia arquivística “como a capacidade de indivíduos e comunidades para participar da memória social, com sua própria voz, tornando-se agentes participativos na manutenção de documentos arquivísticos [*recordkeeping*] e arquivamento”. (EVANS et al., 2015, p. 347).

22 RANDALL, J. C. *Archives power: Memory, accountability, and social justice*. Chicago: Society of American Archivists, 2009. p. 309-314.

23 Ver também BLOUIN; ROSENBERG. *Processing the past*, p. 147-150.

24 Ver também KETELAAR, E. *Archives as spaces of memory*. *Journal of the Society of Archivists*, v. 29, p. 9-27, 2008.

Eu tenho explicado como o arquivo é construído através de avaliação e do seu processo de arranjo e descrição. Outra forma de mediação é fornecer acesso e serviço de referência aos usuários.²⁵ Ambos são limitados por normas legais, políticas, culturais e profissionais. Os arquivistas não podem alterar as regras de acesso legais, mas têm uma certa margem de margem na aplicação das regras. Um estudo realizado em 2007 sobre restrições de acesso a arquivos nacionais na Europa constatou que, ao possibilitar o acesso a material restrito, alguns Arquivos diferenciam pesquisadores. Por exemplo, em Liechtenstein, na Noruega, na Finlândia, na Polônia, na Alemanha e na Hungria, o diretor dos arquivos pode permitir o acesso com condições especiais apenas a pesquisadores profissionais ou cientistas, e não a membros do público em geral (VALGE; KIBAL, 2007). A qualidade do serviço de referência determina em grande parte o que o usuário recupera do arquivo, e essa qualidade pode diferir entre as instituições, mesmo entre os arquivistas de referência de uma mesma instituição. Existem ainda instituições arquivísticas em que o acesso aos recursos de pesquisa é restrito ou é concedido somente se o usuário cumprir determinadas condições, incluindo o pagamento de uma taxa. Os Princípios de Acesso aos Arquivos promulgados pelo International Council on Archives em 2012, afirmam que

“O direito igualitário de acesso aos documentos de arquivo não se refere somente a mesmo tratamento, mas inclui também o direito de beneficiar-se igualmente dos arquivos.”²⁶ No entanto, a Declaração, ao recomendar a minimização das restrições operacionais ao acesso, reconhece que tais restrições existem.

Assim como nas outras funções de arquivamento, o Archives 2.0 está mudando nossas noções de acesso. Os templos arquivísticos, guardados pelo poder do arcontismo, estão sendo substituídos por espaços virtuais de memória mantidos por comunidades de “arquivistas”. O acesso aos arquivos é fornecido através do acesso à Internet e, portanto, regido pelas regras (ou melhor, a ausência de regras) da Internet, e suas práticas de busca e recuperação. Os documentos arquivísticos são baixados da Internet para serem copiados, usados, reformatados, abreviados, photoshopados etc., resultando em um arquivo (re) construído.

A reconstrução do arquivo também acontece através da preservação e digitalização. Esses parecem ser meros processos técnicos, mas envolvem avaliação e mediação. Não apenas avaliar quais documentos são restaurados ou digitalizados e quais não. Arquivadores também devem tomar decisões sobre mediação, sobre

25 Ver Jimerson, *Archives Power*, p. 314-319.

26 Disponível em: <<https://www.ica.org/sites/default/files/Principios%20pub%20eletronica.pdf>>. Acesso em : 28 abr. 2019.

as tecnologias a serem usadas. Qualquer restauração de um documento muda sua “aparência” atual e corre o risco de eliminar vestígios de material do passado (REKRUT, 2003).

Ao digitalizar um documento, os arquivistas têm que decidir sobre a tecnologia e configurações de captura de imagem, manipulação de imagens com software de edição, exportação de imagens para impressoras, sites, etc.²⁷ A digitalização cria várias camadas de mediação entre o original e o usuário ou visualizador da representação digital. As decisões tomadas em cada uma dessas camadas devem ser documentadas para que possamos responder a perguntas como: “Quais são os efeitos de dissociar um texto do seu suporte físico? O que significa para um trabalho, um texto ou um livro ser digital e como os usuários podem entender os diversos tipos de ofertas digitais disponíveis?” (DEEGAN; SUTHERLAND, 2016, p. 145).

6. Tecnologias de Arquivamento²⁸

Mencionar a digitalização leva-me às tecnologias de arquivamento em geral. Tecnologias usadas em um conjunto de atores humanos e não humanos: os arquivadores humanos que introduzi antes e os atores não humanos. Um ator é, de acordo com Bruno Latour (2005, p. 71), “qualquer coisa que modifique um estado de coisas fazendo a diferença”. Os documentos arquivísticos são atores porque podem realizar algo, fazer diferença no status antes e depois. François Cooren (2004, p. 374-376), pesquisador de estudos da comunicação e sociologia das organizações, coloca que “textos, como relatórios, contratos, memorandos, sinais ou ordens de serviço realizam algo”. Na etnografia de Latour (2002, p. 70) no Conselho de Estado francês, o antropólogo segue o arquivo, “que traça e organiza todas as atividades do Conselho”. Arquivistas usam “tecnologias intelectuais” (outro termo usado por Latour [2005, p.76]) como papel, tinta, processadores de texto, smartphones e *tablets*. Cada uma das muitas tecnologias de arquivamento confirmam a suposição de Derrida (1996, p. 17) de que “a mutação na tecnologia muda não apenas o processo de arquivamento, mas o que é arquivável – isto é, o conteúdo do que deve

27 REKRUT, A. *Reconnecting mind and matter: materiality in archival theory and practice*. Master's thesis University of Winnipeg, 2009. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1993/3161>>. Ver também JEURGENS, C. The scent of the digital archive. dilemmas with archive digitisation. In: *bmgm - Low Countries Historical Review*, 128-124, p. 30-54, 2013. Disponível em: <<http://www.bmgm-lchr.nl/index.php/bmgm/article/view/9348>>; and MAK, B. *How the page matters*, University of Toronto Press, Toronto, 2011; MAK, B. Archaeology of a digitization. In: *Journal of the Association for information science and technology*, v. 65, n. 8, p. 1515-1526, 2014; GALEY, A. *The Shakespearean Archive*. Cambridge University Press, 2014, p. 86.

28 Este parágrafo reitera parte do meu discurso *Archiving Technologies* no ICA Congress 2016, Seoul, , Comma 2016 (1-2), p. 25-34.

ser arquivado é alterado pela tecnologia”. Por exemplo, em mensagens de texto, de salas de bate-papo e do *Twitter*, a forma e o conteúdo da mensagens são diferentes de uma mensagem enviada por e-mail ou de uma mensagem transmitida em uma carta manuscrita ou datilografada: a diferença se deve à tecnologia em uma interação complexa com normas sociais e culturais que regem o uso de smartphones e *tablets*. O conhecimento de que uma mensagem de texto, de bate-papo ou um *tweet* chega em segundos e pode influenciar imediatamente uma situação e provocar uma resposta direta – influencia a tomada de decisão e, portanto, o conteúdo do que deve ser arquivado.

O smartphone, o *tablet* e outros artefatos tecnológicos têm que ser “considerados como participantes equivalentes em uma rede de agências humanas e não humanas que (temporariamente) se alinham para alcançar efeitos particulares” (ORLIKOWSKI; SCOTT, 2008, p. 456). Máquinas e outros artefatos “não são uma mera infraestrutura da prática; elas ajudam a constituir a prática em si e também são moldadas pela maneira como as pessoas as utilizam.” (HUMPHRIES; SMITH, 2014, p. 486). As mensagens de texto via telefone foram projetadas para comunicação entre provedor e usuário, mas os usuários moldaram-na como uma ferramenta para comunicação *peer-to-peer*. O telefone da Graham Bell foi projetado como uma ferramenta de comunicação unidirecional para os deficientes auditivos, mas os usuários o transformaram em um dispositivo para comunicação bidirecional.

As práticas são um composto de objetos e pessoas, como é mostrado em pesquisas sobre o entrelaçamento entre pessoas e hardware de computador, sistemas de contabilidade, tomografias, calculadoras, tecnologias de comunicação integradas e, de fato, sistemas de manutenção de documentos arquivísticos (*record-keeping*). Essa pesquisa confirma a dualidade da tecnologia, proposta por Wanda Orlikowski (2002): a tecnologia é fisicamente construída por atores que trabalham em um determinado contexto social e socialmente construída pelos atores através dos diferentes significados que atribuem a ela e das várias características que enfatizam e usam.

Essas tecnologias também participam da produção narrativa, são “objetos falantes”. Suas vozes devem ser ouvidas quando se recaptura uma prática social do passado imediato ou ainda mais distante. Essa visão é apoiada por estudos recentes. Por exemplo, Matthew Kirschenbaum e colaboradores estudaram os desafios colocados pelos arquivos digitais criados por escritores contemporâneos de ficção, poesia e teatro.²⁹ Um deles são os arquivos pessoais de Salman Rushdie depositados

29 KIRSCHENBAUM, M.; FARR, E. L.; KRAUS, K. M.; NELSON, N.; PETERS, C. S.; REDWINE, G.; RE-SIDE, D. Digital materiality: Preserving access to computers as complete environments. In: *Pro-*

nas bibliotecas da Universidade de Emory (Atlanta/Geórgia), que incluem documentos arquivísticos em papel, material digital, quatro computadores pessoais e um disco rígido externo. Para entender esses arquivos, é preciso levar em conta a materialidade digital, referindo-se à “singularidade de instâncias individuais de objetos de dados e hardware, juntamente com uma percepção de como as possibilidades de determinados sistemas, ambientes e tecnologias podem impactar processo criativo.” (KIRSCHENBAUM et al., 2011, p. 110). Os autores argumentam que os arquivistas e estudiosos da literatura devem estar “atentos às condições materiais da computação e à maneira como essas condições materiais, muitas vezes socialmente determinadas como puramente tecnológicas, contribuem para a experiência do usuário final”. Portanto,

Para arquivistas e outros que trabalham para preservar materiais que nasceram digitais, há um forte argumento para preservar a integridade do hardware original e das mídias de armazenamento acessadas com uma coleção, por mais genéricas ou não dignas de nota que possam aparecer. (KIRSCHENBAUM et al., 2011, p. 111).

É claro que, em um ambiente digital, a noção tradicional da fisicalidade de um documento é substituída por um novo sentido de materialidade. O documento é “de alguma forma” “em algum lugar” criado e mantido por hardware e software que possuem sua própria materialidade. Os documentos arquivísticos digitais fofores e a arqueologia midiática juntam-se agora à diplomática, à paleografia e outras ciências auxiliares.³⁰ A teoria arquivística, metodologia e prática têm que

ceedings IPRES 2009, the Sixth International Conference on Preservation of Digital Objects: <http://escholarship.org/uc/item/7d3465vg>. O Australian Science Archives Project relatado na conferência ‘Working with knowledge’ (Canberra, 1998) experiências comparáveis com os arquivos dos cientistas. Disponível em: <<http://www.asap.unimelb.edu.au/asa/stama/conf/WWKpapers.htm>>. See MCCARTHY, Gavan, Finding a future for digital cultural heritage resources using contextual information frameworks. In: CAMERON, Fiona; KENDERDINE, Sarah (Ed.), *Theorizing digital cultural heritage. A critical discourse*. MIT Press, Cambridge Mass. and London, 2007. p. 245-260.

30 KIRSCHENBAUM, M.G.; OVENDEN, R.; REDWINE, G. *Digital forensics and born-digital content in cultural heritage collections*. Washington, DC: Council on Library and Information Resources, 2010. Disponível em: <<https://www.clir.org/pubs/reports/pub149/pub149.pdf>>; DURANTI, L.; ENDICOTT-POPOVSKY, B. Digital records forensics: A new science and academic program for forensic readiness. *Journal of Digital Forensics, Security and Law*, v. 5, n. 2, p. 45-62, 2010. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/9b0d/4752f2212a02541bf863a49bc2c2944e4ea2.pdf>>; PARIKKA, J. *What is media archaeology*, Polity, Cambridge and Malden Ma, 2012; GUERCIO, Maria, ‘Auxiliary sciences...’ In: DURANTI, L.; FRANKS, P.C. (Ed.). *Encyclopedia of archival science*.

lidar com fenômenos que se parecem com fatos e eventos tradicionais, até mesmo carregam rótulos tradicionais, mas que são conceitualmente totalmente diferentes. São os documentos arquivísticos do computador de Salman Rushdie (os pesquisadores agora podem experimentar o Macintosh Performa 5400 do autor e os textos que ele compôs com ele)?³¹ Qual é a proveniência dessas “ecologias complicadas de documentos de fontes primárias que abrangem estados analógicos e digitais heterogêneos”? (KIRSCHENBAUM et al., 2011, p. 110). O que significa acesso e uso quando os documentos arquivísticos residem na nuvem ou em um serviço de backup de terceiros? “Seremos capazes de sentir a conexão humana através de arquivos digitais? Nós nos importaremos?” (YEE, 2011, p. 31-36).

7. Conclusão

A conexão humana é o que constitui a dualidade do arquivo. “Archivar, cómo archivamos o somos archivados construye nuestras vidas, tienen consecuencias sobre nuestra realidad, construye nuestra mirada”as Jorge Blasco Gallardo (2013) escreveu em *Ceci n'est pas une archive*.³²

Isso significa que a realidade não está no arquivo, que a vida não está no arquivo, que o passado não está no arquivo, mas que o arquivo possibilita a representação da realidade, da vida, do passado. Essa representação precisa da assinatura do arquivista. Como Derrida (2002, p. 64) disse no seminário “Refiguring the Archive”:

Não há arquivo sem a assinatura dos arquivistas. Por ‘assinatura dos arquivistas’, não me refiro à assinatura individual da pessoa responsável, mas a assinatura do aparato, das pessoas e da instituição que produz o arquivo. A assinatura é uma linguagem. O arquivista não apenas compreende ou recebe os documentos. Ele os organiza e os produz de certo modo, e nesta produção implica a linguagem por parte do arquivista.

Se tornássemos literalmente visíveis a assinatura e a visão de mundo do arquivista, seus vieses e preconceitos se tornariam transparentes (DUFF; HARRIS, p. 77-78; JIMERSON, p. 311). Entender a linguagem por parte do arquivista – e entender as

London: Rowman & Littlefield, 2015. p. 124-126.; ROGERS, C. Digital records forensics. *ibidem*, p. 166-170.

31 Disponível em: <http://www.emory.edu/EMORY_MAGAZINE/2010/winter/authors.html> Acesso em: 17 fev. 2018.

32 “Arquivar, como archivamos ou somos archivados contrói as nossas vidas, tem consequências em nossa realidade e constrói nossa aparência.”

limitações do arquivo construído – é também um primeiro passo para reconhecer a agência do arquivista.

A primeira lealdade do arquivista é com o arquivo. Ninguém mais se importa com o arquivo como um fim, o que é diferente de usar arquivos como um meio, como a maioria, ou se não todos os outros arquivadores fazem. Ninguém mais é o advogado que garante a integridade do arquivo.

Os arquivos são únicos por causa de sua proveniência, mas eles são construções. Então são memórias, identidades e comunidades que são imaginadas, construídas, mantidas e transferidas dentro de estruturas sociais. Nesses processos, os arquivos desempenham um papel crítico, como princípios básicos a partir dos quais nascem outros princípios, sobretudo quando estão em conjunto com outros artefatos considerados para serem “como arquivos” (MILLAR, 2006). No entanto, o (s) arquivo (s) “real” tem uma qualidade única e é vocação do arquivista defender essa singularidade beneficiando muitos, se não a maioria dos processos de “criação de significado”, levando à identificação e categorização; auto-compreensão e localização social; e uniformidade, conectividade e coletividade. Essas identidades estão enraizadas em memórias e essas memórias precisam de inscrição e de espaço. Tanto a inscrição como o espaço serão cada vez mais “localizados” “na nuvem” e mantidos (sob custódia distribuída) por indivíduos, comunidades e instituições de memória. Juntos, eles são atores em uma ecologia que abrange arquivos/documentos arquivísticos e outros textos de memória em um contexto social. Para os arquivistas isso é muito importante, uma vez que leva a parcerias com comunidades e profissionais de outras instituições de memória; contribui para novas formas de Archives 2.0 e arquivamento participativo; além de torná-los atores relevantes nas comunidades de nossa sociedade. (COOK, 2013).

8. Referências

- AMES, K. L. Introduction. In: AXELROD, A. (Ed.). *The colonial revival in America*. Wilmington: Henry Francis du Pont Winterthur Museum, 1975. p. 6.
- BADGER, A. Historians, a legacy of suspicion and the “migrated archives”. *Small Wars & Insurgencies*, 23.4-5, p. 799-807, 2012.
- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- BANTON, M. Displaced Archives in The National Archives of the United Kingdom. In: LOWRY, J. (Ed.). *Displaced Archives*. London and New York: Routledge, 2017. p. 41-59.
- BASTIAN, J. A. Moving the margins to the middle: reconciling ‘the archive’ with the archives. In: FOSCARINI, F. ET AL. (Ed.). *Engaging with records and*

archives. Histories and theories. Facet Publishing: Cambridge University Press, 2016. p. 3-19.

BARTLETT, N. Past Imperfect (l'imparfait). Mediating meaning in archives of Art, In: BLOUIN, F. X.; ROSENBERG, W. G. (Ed.). *Archives, documentation, and institutions of social memory: Essays from the Sawyer Seminar*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2005. p. 121-133.

BOOTH, W. J. *Communities of memory: On witness, identity, and justice*. Ithaca e Londres: Cornell University Press, 2006.

BLOUIN, F. X.; ROSENBERG, W. *Processing the past: Contesting authority in history and the archives*. New York: Oxford University Press, 2011.

BURTON, A. *Archive stories: Facts, fictions, and the writing of history*. Durham, London: Duke University Press, 2005.

CASTELLS, M. *Communication power*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

DERRIDA, J. *Archive fever. A Freudian impression*. Chicago e Londres: University of Chicago Press, 1996 = DERRIDA, J. *Malde Arquivo: Uma Impressao Freudiana*. Rio de Janeiro: Ediouro Publishing, 2001.

DERRIDA, J. Archive fever. A seminar by Jacques Derrida, University of Witwatersrand, August 1998, transcribed by Verne Harris? In: Hamilton, C. et al. (Ed.). *Refiguring the archive*. Dordrecht/Boston/London: Kluwer Academic Publishers, 2002.

COOREN, F. Textual agency: How texts do things in organizational settings. *Organization*, v. 11, p. 374-376, 2004.

COOK, T. Evidence, memory, identity, and community: four shifting archival paradigms. *Archival Science*, v. 13, p. 116, 2013.

CRAIG, B. L. Selected themes on the literature on memory and their pertinence to archives. *American Archivist*, v. 65, p. 276-289, 2002.

CREWS, S. R.; SMIS, J. E. Locating authenticity: fragments of a dialogue. In: KARP, I.; LAVINE, D. (Ed.). *The poetics and politics of museum display*. Washington e London: Smithsonian Institution Press, 1991. p. 160.

DERRIDA, J. *Copy, archive, signature. A conversation on photography*. Stanford: Stanford University Press, 2010.

DEEGAN, M.; SUTHERLAND, K. *Transferred illusions: digital technology and the forms of print*. Routledge: Abingdon, 2016

DOUGLAS, J. Toward more honest description. *American Archivist*, v. 79, p. 26-55, 2016.

DUFF, W. M.; HARRIS, V. (2002) Stories and names: archival description as narrating records and constructing meanings. *Archival Science*, v. 2, p. 263-285, 2002.

- DURANTI, L. Archival Bond. In: DURANTI, L.; FRANKS, P. C. (Ed.), *Encyclopedia of Archival Science*. London: Rowman & Littlefield, 2015. p. 28-29.
- EVANS, J.; MCKEMMISH, S.; DANIELS, E.; MCCARTHY, G. Self-determination and archival autonomy: advocating activism. *Archival Science*, v. 15, p. 337-338, 2015.
- FARGE, A. *O sabor do arquivo*. São Paulo: EdUSP, 2009.
- FLINN, A. The impact of independent and community archives on professional archival thinking and practice. In: HILL, J. (Ed.). *The future of archives and recordkeeping: A reader*. London: Facet, 2011. p. 145-169.
- FOSTER, H. An archival impulse. *October*, v. 110, p. 3-22, 2004.
- FUGUERAS, R. A. *Los archivos, entre la memoria histórica y la sociedad del conocimiento*. Barcelona: Editorial UOC, 2003. p. 17.
- GALLARDO, J. B. *Ceci n'est pas une archive*. 2013. Disponível em: < <https://revistafakta.wordpress.com/2013/12/17/ceci-nest-pas-une-archive-por-jorge-blasco-gallardo>>. Acesso em: 17 fev. 2018.
- GIDDENS, A. *The constitution of society: Outline of the theory of structuration*. Cambridge: Polity Press, 1984.
- HEDSTROM, M. Archives, memory, and interfaces with the past. *Archival Science*, v. 2, 2002, p. 21-43.
- HOFFMANN, E. *After such knowledge: A meditation on the aftermath of the Holocaust*. London: Vintage, 2005. p. 197.
- HORSMAN P.; KETELAAR, E. Archival History. In: Duranti, L.; FRANKS, P. C. (Ed.). *Encyclopedia of Archival Science*. London etc.: Rowman & Littlefield, 2015. p. 53-58.
- HUMPHRIES, C.; SMITH, A. C. T. Talking objects: Towards a postsocial research framework for exploring object narratives. *Organization*, v. 21, p. 486, 2014.
- JIMERSON, R.C. Archives 101 in a 2.0 World: The continuing need for parallel systems. In: THEIMER, K. (Ed.). *A different kind of web: new connections between archives and our users*. Chicago: Society of American Archivists, 2011. p. 326.
- LAMB, W. K. The fine art of destruction. In: HOLLAENDER, A. E. J. (Ed.). *Essays in Memory of Sir Hilary Jenkinson*. Chichester: Society of Archivists, 1962. p. 50-56.
- LANE, V.; HILL, J. Where do we come from? What are we? Where are we going? Situating the archive and archivists: In: HILL, J. (Ed.). *The future of archives and recordkeeping. A reader*. London: Facet, 2011. p. 10-11.
- LATOURET, B. *Reassembling the social: an introduction to actor-network theory*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- LATOURET, B. *The Making of Law: An ethnography of the Conseil d'Etat*.

Cambridge: Polity, 2002. p. 70.

MARGALIT, A. *The ethics of memory*. Cambridge, Massachusetts, e Londres: Harvard, 2002. p. 69.

MEEHAN, J. Arrangement and description: between theory and practice. In: BROWN, C. (Ed.). *Archives and recordkeeping: Theory into practice*. London: Facet, 2014.

MILLAR, Laura. Touchstones: considering the relationship between memory and archives. *Archivaria*, v. 61, p. 105-126, 2006.

O'TOOLE, J. M. On the idea of uniqueness. *American Archivist*, v. 57, 632-658, 1994.

O'TOOLE, J. M. The symbolic significance of archives. *American Archivist*, v. 56, p. 234-255, 1993.

ORLIKOWSKI, W. J.; SCOTT, S. V. Sociomateriality: Challenging the separation of technology, work and organization. *The Academy of Management Annals*, 2:1, p. 433-474, 2008. here 456.

ORLIKOWSKI, W. The duality of technology: Rethinking the concept of technology in organizations. *Organization Science*, v. 3, n. 3, p.398-427, 1992.

PRESCOTT, A. The textuality of the archive. In: CRAVEN, L. (Ed.). *What are archives? Cultural and theoretical perspectives: A reader*. Aldershot: Ashgate, 2008.

REKRUT, A. Material literacy: reading records as material culture. *Archivaria*, v. 60, p. 11-37, 2003.

ROTHENBERG, J. Preserving authentic digital information. In: *Authenticity in a digital environment*. Washington D.C., Council on Library and Information Resources, 2000. Disponível em: <<http://www.clir.org/pubs/reports/pub92/rothenberg.html>>. Acesso em: 19 fev. 2019.

SEED, P. *Ceremonies of possession in Europe's conquest of the New World, 1492-1640*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. p. 188-189.

SCHWARTZ, J. M. Archives, power, truth. Palestra em La Virreina, Barcelona, em 9 de março de 2017.

SCOTT, J. C. *Seeing like a State: How certain schemes to improve the human condition have failed*. New Haven and London: Yale University Press, 1998. p. 82-83.

STEEDMAN, C. *Dust*. Manchester: Manchester University Press, 2002.

STOLER, A. L. Colonial archives and the arts of governance. *Archival Science*, v. 2, p. 87-109, 2002.

STOLER, A. L. Colonial archives and the arts of governance. In: BLOUIN, F. X.; ROSENBERG, W. G. (Ed.). *Archives, documentation, and institutions of social memory: Essays from the Sawyer Seminar*. Ann Arbor: University of Michigan

Press, 2005. p. 275.

TAGG, J. The archiving machine; or, The camera and the filing cabinet. *Grey Room* v. 47, 2002.

THEIMER, K. (ed). *A different kind of web: new connections between archives and our users*. Chicago: Society of American Archivists, 2011.

TROUILLOT, M-R. *Silencing the past: Power and the production of history*. Boston: Beacon Press, 1995.

KETELAAR, E. Sharing: Collected memories in communities of records, *Archives and Manuscripts*, v. 33, 2005, p. 44-61.

UPWARD, F. La valoración para la gestión y para la investigación histórica en la era digital. La perspectiva del continuo de los documentos. *Tabula*, v. 16, p. 65-102, 2013.

YAKEL, E. Archival representation. *Archival Science*, v. 3, n. 1, p. 1-25, 2003.

YAKEL, E. Balancing archival authority with encouraging authentic voices to engage with records. THEIMER, K. (Ed). *A different kind of web: new connections between archives and our users*. Chicago: Society of American Archivists, 2011. p. 75-101.

YAKEL, E. Thinking inside and outside the xoxes: Archival reference services at the turn of the century. *Archivaria*, v. 49, 2000.

YEE, S. The archive. In: TURKLE, S. (Ed.). *Evocative objects: Things we think with*. Cambridge Mass. e London: MIT Press, 2011. p. 31-36.

YEO, G. Concepts of record (2): Prototypes and boundary objects. *American Archivist*, v. 71, n. 1, p. 118-143, 2008.

A Lei de Acesso à Informação e a Comissão Nacional da Verdade do Brasil como constituintes de um regime global de acesso à informação pública

Dayo de Araújo Silva Corbo¹ e Thayron Rodrigues Rangel²

1. Introdução

MARCADA POR SIGNIFICATIVAS LUTAS PELO MUNDO EM PROL DA MELHORIA DA educação, dos sistemas de trabalho e de produção, a informação ganha cada vez mais importância. Desde o século XX, com o desenrolar e o arrefecimento das duas grandes guerras mundiais, ela se torna o mais importante atributo tecnológico e de controle, não somente pela esfera militar como também pela científica, imprimindo seus impactos em toda a sociedade civil.

A história recente das políticas em ciência e tecnologia pode, dessa forma, ser melhor compreendida em face da escalada dos recursos informacionais voltados à divulgação, circulação e comunicação científicas. Assim, a informação tornou-se símbolo de poder, não só no tocante aos campos do conhecimento científico, como no discurso/verdade que nela se alicerça.

Norteados diversos regimes políticos, os também diversos suportes informacionais trabalham frequentemente em prol da manutenção do status quo discursivo, que nem sempre inclui a memória de todos os sujeitos sociais e suas coletividades. Pelo contrário: o corpo de determinados discursos oficiais, institucionais, ou mesmo históricos acaba por relegar muitas dessas verdades ao subterrâneo ou mesmo ao recalque compulsório por um regime democrático que, como tantos outros, ainda convive com seus “fantasmas”.

O presente artigo tem por objetivo evidenciar a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) pelo Brasil no ano de 2011 e sua contribuição para um cenário

1 Doutor em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia PPGCI/IBICT-UFRJ.

2 Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense / PPGCI-UFF.

afinado com a constituição de um regime global de acesso à informação pública. Nesse sentido, procurar-se-á demonstrar aproximações entre a elaboração da Lei de Acesso à Informação e a criação da CNV no Brasil.

Compreende-se este caso específico como uma dinâmica de interesse não somente para o conhecimento histórico, tendo em vista a ideia de “presentismo” (HARTOG, 2006) marcadamente visível nos debates e reflexões que envolveram tal atividade no Brasil, mas igualmente para o debate do “acesso à informação” enquanto pedra fundamental para a viabilização da CNV e suas diferentes práticas, ao longo de pouco mais de 3 anos.

A CNV faz refletir sobre a extensão da ideia de “verdade” no espaço público. Sancionada em 18 de novembro de 2011 e constituída a partir da lei nº. 12.528, a CNV levou à sociedade civil uma perspectiva assim como uma “esperança” de verdade objetivada. A partir dela, tornar-se-ia possível potencializar o acesso à informação juntamente com o intuito de promover algum tipo de congregação ou consenso no espaço público brasileiro. As possibilidades eram diversas: a reparação; o desvelamento de uma memória subterrânea, calada ou recalçada; a identificação de pessoas desaparecidas, vítimas de violências e seus algozes. Todas estas possibilidades advindas das atividades a serem realizadas contribuiriam para um tal conagraçamento que serviria de “bálsamo” ao corpo democrático do estado brasileiro.

Contudo, o próprio processo de trabalho da Comissão e as disputas enquadradas no âmbito de sua criação ocasionaram a descrença e a revolta por parte dos movimentos de familiares de desaparecidos políticos. Questões polêmicas como a exclusão de termos como repressão ditatorial, resistência popular à repressão e crimes de lesa-humanidade; a responsabilização criminal sobre casos que envolvessem atos relativos ao regime de 1964-1985; além do alargamento no período de investigação da Comissão para 1946-1988, provocaram dúvidas sobre a efetivação das finalidades da Comissão Nacional da Verdade.

Na primeira parte do trabalho demonstram-se as ligações entre o conceito de Regime Global de Acesso à Informação desenvolvido por Braman (2004) e a criação de comissões da verdade, destacando-se o direito à verdade como um dos principais objetivos dessas comissões. O direito à verdade é entendido como um dever do Estado em revelar e esclarecer as informações de interesse coletivo sobre os fatos históricos e as circunstâncias relativas às graves violações de direitos humanos praticadas nos regimes de exceção. Confirma-se que a busca por transparência pública também se caracteriza, dentre outros objetivos, com a busca por direitos humanos, no tocante ao direito à verdade. Nesse sentido, tenta-se demonstrar convergências entre a elaboração da Lei de Acesso à Informação e a criação da CNV no mesmo período pelo governo brasileiro.

Na segunda parte do trabalho, a partir da análise de artigos de jornais, documentos produzidos pelo governo e o Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, descreve-se o processo de criação da Comissão Nacional da Verdade, as divergências políticas desse processo e a importância do engajamento de movimentos de familiares de desaparecidos políticos e de ex-presos políticos. Destaca-se, entre tais movimentos, a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, o grupo Tortura Nunca Mais, o Centro pela Justiça e o Direito Internacional e, na esfera jurídica, a jurisprudência produzida pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Finaliza-se com a conclusão de que a criação da Comissão Nacional da Verdade no Brasil faz parte de um mesmo movimento de reivindicação de um maior acesso às informações públicas e maior transparência do Estado, impulsionado principalmente por um amadurecimento democrático do país e pelo desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação que geram a possibilidade de engajamento e solidariedade transnacional. Contudo, pondera-se que os trabalhos da CNV não se encerram com a elaboração de um relatório, mas com leis que fortaleçam a busca pelo direito à verdade, o que reforça a importância da elaboração e efetivação da Lei de Acesso à Informação.

2 Comissão nacional da verdade e regime global de acesso à informação

O conceito de regime de informação é amplamente utilizado na Ciência da Informação, principalmente na ampliação do conceito de políticas de informação, por abarcar não apenas as informações atribuídas ao estado, mas também a agentes não estatais e ao mercado.

Entende-se regime de informação como:

[...] o modo informacional dominante em uma formação social, o qual define quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais e quais os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os modelos de sua organização, interação e distribuição, enquanto vigentes em certo tempo, lugar e circunstância. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012, p.43).

Para Frohmann (1995) o conceito de regime de informação surge como uma alternativa aos estudos de política da informação na Ciência da Informação e como crítica ao reducionismo das abordagens em políticas da informação. Para Braman (2004) um regime de informação está relacionado às políticas de informação e se desenvolve nas esferas do governo, da governança e da governabilidade.

[...] o regime envolve três dimensões: o governo (instituições formais, regras e práticas históricas das entidades), a governança (instituições, regras e acordos formais e informais e práticas de atores estatais e não estatais) e a governabilidade (o ambiente cultural e social onde os modos de governança acontecem e se sustentam). (BRAMAN, 2004, p.13).

O conceito de Regime Global de Acesso à Informação Pública, desenvolvido por Braman (2004), pode ser útil para a explicação sobre contextos de elaboração da Lei de Acesso à Informação n.º. 12.527/2011 (LAI), no Brasil. Motivada dentre outros fatores pelo desenvolvimento da democracia e das tecnologias de informação e comunicação, a LAI é fruto de uma série de iniciativas e políticas no âmbito nacional ao longo dos últimos 20 anos e de uma movimentação global de reivindicação de transparência das informações públicas,

[...] para além de pressões da sociedade civil e políticas de Estado, amplamente noticiadas por fontes oficiais e imprensa na web brasileira, considera-se que a construção do regime de acesso à informação no Brasil responda às pressões externas, entre elas exigências feitas a partir de 1990 por convenções, tratados, bancos multilaterais e instituições financeiras internacionais, representando, portanto, uma adesão do país ao novo regime global de informações. (MALIN, 2012, p.5).

Com isso, segundo a autora, uma das vertentes do regime de acesso à informação pública se configura no entendimento desse direito como um direito humano. Tal aspecto se exemplifica no direito à verdade, objeto das comissões de verdade.

O 'direito à verdade' foi reconhecido pelos tribunais internacionais no contexto dos direitos humanos. Implícito à liberdade de expressão estaria o direito das pessoas terem acesso à informação, e a saber o que os governos estão fazendo em seu nome, 'sem o qual a verdade definharia e a participação do povo no governo permaneceria fragmentada.' (PRIVACY INTERNACIONAL, apud MALIN, 2012, p.7, grifo do autor).

[...] não basta fornecer acesso à informação já de posse de órgãos públicos; pode ser necessário coletar e compilar novas informações para aquilatar a verdade sobre os abusos do passado. A importância atribuída a isso é evidenciada, entre outras coisas, nas comissões da verdade nomeadas em uma série de países (MALIN, 2012, p.7)

A criação da Comissão Nacional da Verdade se desenvolveu a partir de pressões da sociedade civil e, principalmente, pela influência de tratados e acordos do governo federal com órgãos internacionais envolvidos na temática dos direitos humanos, como a ratificação da Convenção Americana sobre Direitos Humanos em 1992. Entre os órgãos internacionais destacam-se a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH).

[...] a Corte Interamericana considerou o estabelecimento de uma comissão da verdade, como um mecanismo importante para o cumprimento da obrigação do Estado de garantir o direito de conhecer a verdade sobre o ocorrido e, portanto, para a construção e preservação da memória histórica, o esclarecimento de fatos e a determinação de responsabilidades institucionais, sociais e políticas em certos períodos históricos de uma sociedade, desde que dotada de recursos e atribuições que lhe possibilitem cumprir eficazmente seu mandato. (BRASIL, 2014, p.29).

Dessa forma, a elaboração da Lei de Acesso à informação no mesmo período da criação da Comissão Nacional da Verdade não é uma coincidência, mas sim, uma das faces de um mesmo movimento de busca de acesso à informação pública. Em diversos trechos do relatório fica nítida a importância da elaboração da lei de acesso à informação, principalmente no tocante à fundamentação jurídica da CNV, na prática dos trabalhos da Comissão no âmbito do acesso aos arquivos e da reivindicação das informações para servidores do Estado, e na perspectiva do legado da Comissão. “Foi determinante, para os trabalhos da CNV, que o processo legislativo que produziu a Lei nº. 12.528/2011 tenha se dado simultaneamente àquele que conduziu à aprovação da Lei nº. 12.527/2011, de Acesso à Informação (LAI)” (BRASIL, 2014, p.22).

A edição da LAI conferiu, ainda, base normativa para o tratamento do vasto repertório documental sobre a ditadura militar disponível no Arquivo Nacional, do Ministério da Justiça. A partir de 2005, por determinação presidencial, foram recolhidas ao Arquivo Nacional mais de 20 milhões de páginas sobre a ditadura, inclusive os arquivos do extinto Serviço Nacional de Informações (SNI). No mesmo sentido, arquivos estaduais têm recolhido e tratado os acervos dos órgãos de polícia política, bem como de outros setores que estiveram a eles vinculados, como

os institutos médicos legais e os órgãos de criminalística. Mesmo não se podendo concluir que a integralidade da documentação produzida pelo regime militar esteja recolhida aos arquivos públicos, a disponibilidade de documentos sobre o aparato repressivo não encontra paralelo em nenhum outro país. (BRASIL, 2014, p.22).

Outro benefício trazido pela elaboração da LAI está no domínio do legado da CNV, que se refere à perpetuação da busca pelo direito à verdade, após a conclusão dos trabalhos da Comissão. Os trabalhos da Comissão visam alcançar principalmente a população que nasceu após o golpe militar.

A vigência da LAI permitirá a continuidade, em momento posterior ao encerramento dos trabalhos da CNV, da busca da efetivação do direito à memória e à verdade histórica, possibilitando seu exercício por pessoas ou entidades, públicas e privadas, desejosas do acesso irrestrito a informações ou documentos que versem sobre violações de direitos humanos. (BRASIL, 2014, p.22).

Com isso, trabalha-se com a perspectiva de que o regime de acesso à informação pública se expande em vários segmentos com relações entre si. A próxima seção traz um maior esclarecimento sobre o processo de criação da Comissão Nacional da Verdade, suas influências internacionais e suas controvérsias no âmbito da sociedade brasileira.

3. Comissão Nacional da Verdade e controvérsias

No dia 10 de dezembro de 2014 entrega-se à presidente do Brasil, Dilma Rousseff, o relatório final da Comissão Nacional da Verdade, em cerimônia oficial no Palácio do Planalto. O documento, dividido em três volumes, é o resultado do trabalho da Comissão Nacional da Verdade, criada pela lei nº. 12.528/2011. O relatório oficializa a contribuição da Comissão para o esclarecimento da verdade histórica do período de ditaduras no Brasil entre os anos 1946 e 1988 e busca efetivar o direito à memória e a promoção da reconciliação nacional.

A entrega do documento Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade é emblemática para vários setores, como as organizações de parentes de vítimas dos regimes ditatoriais, entidades de defesa dos direitos humanos, os militares e toda a população brasileira.

A criação da CNV foi rodeada de debate pró e contra sua instauração. Dentre os que defenderam a criação e o trabalho da Comissão estão as entidades de defesa dos direitos humanos, destacando-se também as organizações de parentes e vítimas da ditadura militar que exigem o reconhecimento do Estado, o resgate da verdade e a punição dos que violaram os direitos humanos de milhares de presos

políticos. Entre os contrários estão parte dos militares, que afirmam que os trabalhos da Comissão não mantêm a imparcialidade e apuram a verdade de apenas um lado, deixando à parte as violências perpetradas pelos movimentos de resistência armada.

Essa polarização é descrita no próprio relatório da CNV que atesta as dificuldades impostas ao trabalho da Comissão até mesmo por esferas jurídicas.

A instituição da CNV deu-se no momento em que o Brasil se via – e ainda se vê – obrigado a lidar com o legado de graves violações de direitos humanos, verificando-se a resistência por parte de alguns setores do Estado, até mesmo de instâncias judiciais. Cabe destacar a decisão do Supremo Tribunal Federal, ao examinar a arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) nº153. (BRASIL, 2014, p.30).

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil entrou com processo junto ao Supremo Tribunal Federal alegando inconstitucionalidade para parte da Lei nº 6.683/1979, Lei de Anistia, no tocante à anistia dos agentes públicos responsáveis, entre outros crimes, pela prática de homicídio, desaparecimento forçado, abuso de autoridade, lesões corporais, estupro e atentado violento ao pudor, contra opositores políticos ao regime militar. Por sete votos a dois, o STF posicionou-se contrário à revisão da Lei de Anistia, considerando não caber ao Poder Judiciário rever o acordo promovido pelo Poder Legislativo.

Nesse sentido, uma das principais controvérsias relacionadas à criação e à efetivação dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade está relacionada com a revisão da lei de anistia, fruto de reivindicação antiga da sociedade civil, iniciada durante a própria ditadura militar. Uma das mais emblemáticas é a reivindicação dos familiares dos militantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B) desaparecidos entre 1974 e 1976, na Guerrilha do Araguaia, que efetivou uma condenação do governo brasileiro perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos em 2010.

Ao julgar o caso Gomes Lund e outros (“Guerrilha do Araguaia”) Vs. Brasil, em 24 de novembro de 2010, a Corte IDH examinou pela primeira vez um caso de graves violações de direitos humanos praticadas no Brasil durante o regime militar. Decidiu que a interpretação conferida à Lei de Anistia de 1979, que impede a investigação, julgamento e sanção dos responsáveis por tais violações, é incompatível com as obrigações assumidas pelo Brasil ao vincular-se à Convenção Americana sobre Direitos Humanos. (BRASIL, 2014, p.29).

Considera-se importante evidenciar, no tocante à validação da Lei de Anistia, a interpretação de duas pessoas com notória participação na questão dos Direitos Humanos atualmente no Brasil. O secretário nacional dos Direitos Humanos e ministro da Justiça no governo de Fernando Henrique Cardoso, José Gregori, e a jurista e ex-secretária nacional dos Direitos Humanos, Flávia Piovesan.

Para Gregori (2012), a lei que criou a Comissão da Verdade é um marco político e institucional, porque o Brasil chegou a um consenso: houve desrespeito aos Direitos Humanos e é preciso que uma Comissão oficial representativa cuide de esclarecê-lo. Porém, a respeito de punição, para o autor, a própria lei sancionada da Comissão da Verdade, afirma que “As atividades da Comissão Nacional da Verdade não terão caráter jurisdicional ou persecutório”. (BRASIL, 2011b). Ele justifica sua posição:

O peso da reverência a preceitos exclusivamente jurídicos, quer na letra expressa da lei quer na força que emana do seu conjunto sistemático, afasta-me de considerar a punição física dos responsáveis, o que desnaturaria, a meu ver, a natureza pétrea da lei de anistia (GREGORI, 2012, p.7).

Piovesan (2012) não segue a mesma linha de interpretação. Para a autora, o julgamento e punição a quem violou os direitos humanos no período abrangido pela lei da Comissão da Verdade são imprescindíveis.

A absoluta proibição da tortura, o direito à verdade e o direito à justiça estão consagrados nos tratados internacionais, impondo ao Estado brasileiro o dever de investigar, processar, punir e reparar graves violações a direitos humanos, especialmente em se tratando de crime internacional. (PIOVESAN, 2012, p.7-8).

O debate sobre a instauração da CNV gerou grandes divergências não apenas no tocante à Lei de Anistia, mas também quanto aos termos utilizados para evidenciar o trabalho da Comissão e à data de abrangência da investigação. Essas divergências não fogem ao tema da informação, sobretudo, da questão do regime de acesso à informação que remete ao período investigado pela Comissão.

4. Criação da Comissão Nacional da Verdade e o acesso à informação

A primeira proposta de criação da Comissão Nacional da Verdade foi estabelecida no 3º Programa Nacional de Direitos Humanos. Neste evento, apresentou-se um conjunto de leis sugeridas pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em dezembro de 2009. Entretanto, essa proposta foi precedida por outras iniciativas

desse governo nas questões de memória e verdade, como a organização do projeto Arquivo da Intolerância e a criação da Comissão de Verdade e Justiça.

O projeto Arquivo da Intolerância foi criado com o objetivo de organizar os documentos sobre as prisões, os desaparecimentos, as torturas e as mortes durante o regime ditatorial, sendo responsável também pela disponibilização irrestrita dessas fontes de informação à consulta pública. Nesse projeto chegou-se a criar uma comissão de averiguação e análise de informações sigilosas que requereu documentos às Forças Armadas e à Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).

Contudo, esse projeto não obteve sucesso devido a uma decisão do Tribunal Regional Federal (TRF) que visava proteger tais informações. O governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) havia tentado revogar tal decisão, entretanto, essa atitude provocou reações tanto nos setores favoráveis do Exército, que ofereceram ajuda principalmente com a questão da guerrilha do Araguaia, quanto nos opositores à abertura dos arquivos, que reagiram midiaticamente com a queima de arquivos na base de Salvador. Além disso, houve “recusa do governo brasileiro em abrir seus documentos à consulta paraguaia, temendo ressuscitar ranços históricos relacionados à ação brasileira durante a Guerra do Paraguai, entre outros.” (WINAND; BIGATÃO, 2012, p.6).

A criação da Comissão Nacional da Verdade só se efetiva definitivamente na agenda política do governo Lula a partir de dezembro de 2008, quando foi encaminhada ao governo a orientação para que fosse constituída a Comissão de Verdade e Justiça, fruto dos debates da 11^a. Conferência Nacional de Direitos Humanos, que consolidou as discussões a respeito da revisão do Programa Nacional de Direitos Humanos.

Em 2009, destaca-se a palestra de abertura da Conferência Internacional sobre o Direito à Verdade, do então ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi que ressaltava a importância de complementar o trabalho da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e da Comissão de Anistia.

Constata-se ainda, no ano de 2009, um embate político entre os ministros da Defesa, Nelson Jobim e dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, que desencadeia a alteração do nome da Comissão.

Enquanto que para o ministro da Defesa é inviável a revisão do acordo político que originou a Lei de Anistia de 1979, sendo o ministro contrário também à constituição de uma comissão com poderes para investigar e punir os que praticaram violações de direitos humanos, para o ministro dos Direitos Humanos os crimes de violação de direitos humanos e de lesa-humanidade não prescrevem. “Sendo assim, enquanto para Nelson Jobim, o nome da Comissão deveria ser “Comissão de Reconciliação” para Vannuchi, poderia apenas retirar a palavra “justiça” do nome

original, “Comissão da Verdade e Justiça”. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2009 apud WINAND; BIGATÃO, 2012, p.7).

Estas controvérsias, entre os ministérios, ficaram explícitas em alguns trechos do documento que lançava o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos como, por exemplo, uma diretriz que se referia às violações de direitos humanos como “praticadas no contexto da repressão política” no período de 1964-1985. Na interpretação do Ministério da Defesa e das Forças Armadas, a forma como foi escrito o documento, especificamente o termo “repressão política”, previa apenas a apuração de violações praticadas pelos militares, excluindo-se os militantes da esquerda armada. Outra controvérsia é a proposta neste documento da criação de uma comissão especial para revogar a Lei de Anistia de 1979. Esta proposta é vista por Jobim e os militares como revanchista e provocativa.

Após quatro meses de negociações e ameaça de ambos os ministros de deixarem o cargo, em 13 de maio de 2010, o presidente Lula apresenta o Projeto com as seguintes alterações: desapareceram as expressões “repressão ditatorial” e “perseguidos políticos”; a apuração das violações de direitos humanos perde o foco do período do regime militar, entre os anos 1964-1988, para os anos 1946 a 1988.

Sendo assim, o projeto é enviado pelo presidente Lula ao Congresso Nacional contendo a instituição de uma Comissão Nacional da Verdade com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período de 1946 a 1988 e citava que era dever dos servidores públicos civis e militares colaborar com a Comissão. No governo da presidente Dilma Rousseff destaca-se a aprovação e instauração da Comissão Nacional da Verdade.

As divergências explicitadas na criação da Comissão da Verdade demonstram a importância da construção ou do resgate de uma verdade histórica. Em esfera internacional, o jurista francês Louis Joinet destaca que o direito à verdade, ou o direito de saber, é fundamental para a luta contra a impunidade das violações dos direitos humanos. Confirma a importância das comissões não judiciais de investigação, ou Comissões de Verdade e Reconciliação, além da preservação dos arquivos relativos às violações dos direitos humanos.

Especialmente, quando de um processo de transição, o direito de saber implica que sejam preservados os arquivos. As medidas que devem ser tomadas para isso têm relação com os seguintes pontos: a) medidas de proteção e de repressão contra a subtração, a destruição ou a ocultação; b) realização de um inventário de arquivos disponíveis, que inclua os existentes em outros países com a finalidade de que, com sua cooperação, possam ser consultados ou, se for o caso, restituídos; c) adapta-

ção à nova situação da regulamentação do acesso aos arquivos e de sua consulta, principalmente outorgando o direito a toda pessoa que seja imputada a garantia de seu direito à resposta e que esse seja incluído em seu dossiê. (JOINET apud CUYA, 2011, p.41).

Nesse sentido, conforme relatado anteriormente, a elaboração da Lei de Acesso à Informação, se mostra imprescindível para os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade. Sobre o cenário de aprovação da Lei de Acesso à Informação, Jardim (2013) também destaca o problema da transparência informacional pelo Estado e a necessidade de preservação dos arquivos.

O cenário que emerge desse marco legal envolve um conjunto complexo de elementos relacionados às formas de produção, uso e preservação das informações pelos aparatos do Estado. Outros elementos são aqueles relacionados às reais condições de uso da informação governamental pela sociedade brasileira, considerando-se o déficit histórico do Estado brasileiro em termos de transparência informacional. (JARDIM, 2013, p.197).

Na conclusão dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, dentre outras informações, 377 pessoas são consideradas responsáveis diretas ou indiretas pela prática de tortura durante o regime militar. O Relatório Final, com um total de 4.328 páginas, consolida o trabalho da Comissão, após dois anos e sete meses de audiências públicas, depoimentos de militares e civis e coleta de documentos referentes ao regime militar. O documento apresenta 29 recomendações e determina punição para agentes do Estado que praticaram, durante a ditadura, graves violações aos direitos humanos, como detenções ilegais, tortura, execuções, desaparecimentos forçados e ocultação de cadáveres.

Contudo, a conclusão dos trabalhos da CNV e a elaboração de seu Relatório Final não se encerram definitivamente. Eles estão vinculados a um movimento amplo de reivindicação de maior transparência e acesso às informações produzidas pelo Estado. O direito à verdade amplifica a necessidade de produção de informações intencionalmente ocultadas ou destruídas pelo Estado em um determinado período.

5. Considerações finais

O presente trabalho deteve-se no conceito de regime de informação como instrumento analítico que permitiu a leitura do contexto de criação tanto da Lei de

Acesso à Informação quanto da Comissão Nacional da Verdade. A partir dessa perspectiva, entendeu-se que o direito de acesso à informação abre diversas possibilidades, inclusive para o direito à verdade, base dos movimentos internacionais de reconciliação em sociedades que sofreram regimes ditatoriais.

Os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade envolveram debates acalorados sobre a validade de leis como a da Anistia, sobre a reconciliação e a punição de graves violações de direitos humanos no país. Seu Relatório Final disponibiliza informações antes ocultadas além de demonstrar a necessidade de se julgar e punir responsáveis e de se oferecer reparação às famílias das vítimas.

A ex-presidenta do Brasil Dilma Rousseff, em discurso após a sanção da Lei de Acesso à Informação, destacou uma forte relação entre a Comissão da Verdade e a LAI, pois essa última determina que nenhum ato ou documento que atente contra os direitos humanos poderá ser mantido em sigilo. Evidencia-se assim, uma conexão decisiva entre o trabalho da Comissão da Verdade e a aprovação da Lei de Acesso a Informações públicas para além da coincidência de datas de promulgação.

Será que a forte ligação entre as leis destacada pela presidente estaria relacionada apenas a um ato funcional voltado para um fim específico, ou em outro sentido, essa ligação poderia estar no próprio processo de criação dessas leis? Aqui defendemos que nos processos estudados de construção da Lei de Acesso à Informação e da Lei de Criação da Comissão da Verdade estão iniciativas maiores, interconectadas inclusive com uma esfera internacional, constituintes de um regime de informação global emergente. Tal regime de informação denota, entre outros aspectos, uma busca pelo fortalecimento democrático a partir do incentivo a uma maior transparência das informações públicas.

6. Referências

- ARGENTINA. Comisión Nacional Sobre la Desaparición de Personas. **Nunca más**. Buenos Aires: EUDEBA, 1995.
- ARGENTINA. Decreto nº 187, de 15 de diciembre de 1983. Crea la Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas. **Boletín Oficial**. 19 diciembre 1983.
- BRAMAN, Sandra. The emergent global information policy regime. *In*: BRAMAN, Sandra. **The emergent global information policy regime**. Hampshire, Palgrave, 2004.
- BRAMAN, Sandra. Change of State Information, Policy, and Power. *In*: BRAMAN, Sandra. **The Emergent Global Information Policy Regime**. Massachusetts; London; England: Palgrave Macmillan, 2004.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/>. Acesso em: 10 fev. 2013.

- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório**. Brasília: CNV, 2014.
- BRASIL. Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. **República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 28 ago. 1979.
- BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 18 nov. 2011a.
- BRASIL. Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 18 nov. 2011b.
- CHILE. Corporación Nacional de Reparación y Reconciliación. **Informe de la Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación**, 1996, t. 1-2. Informe Rettig.
- CHILE. Decreto Supremo nº 355, de 24 de abril de 1990. *In*. **Informe de la Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación**, 1996, t. 1-2. Informe Rettig.
- CHILE. Ley nº19.123, del 8 de febrero de 1992. *In*. **Informe de la Corporación Nacional de Reparación y Reconciliación**, 1996.
- CUYA, Esteban. Justiça de Transição. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 37-78, jan./jun. 2011.
- FROHMANN, B. Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory. In: OLSON, H. A.; WARD, D. B. (ed.). **Proceedings of the 23rd Annual conference of the Canadian Association for Information Science**, p. 7-10, jun. 1995, (Edmonton, Alberta).
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Habermas, informação e argumentação. In: COLÓQUIO HABERMAS, 5., 2008, Florianópolis. **Anais [...]** Florianópolis: UFSC, 2008. p. 1-19.
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação e sociedade**, v. 22, n. 3, p. 43-60, set./dez. 2012.
- GREGORI, José. Comissão da Verdade: mais um elo de uma corrente. **Interesse Nacional**, v. 5, n. 17, p. 9-13, abr./jun. 2012.
- HARTOG, François. Tempo e patrimônio. **Varia História**, v. 22, n. 36, p. 261-273, jul./dez. 2006.
- JARDIM, José Maria. A implantação da lei de acesso à informação pública e a gestão da informação arquivística governamental. *In*: OLIVEIRA, L. M. V. de; SILVA, M. C. S. de M. (org.). **Diferentes olhares sobre os arquivos online**:

digitalização, memória e acesso. Rio de Janeiro: AAB, 2013.

MALIN, Ana Maria B. Reflexões sobre a adesão Brasileira ao Regime Global de Acesso à Informação Pública. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13., 2012. Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro, 2012.

MEZAROBBA, G. Afinal, o que é uma comissão da verdade? **Revista Direitos Humanos**, Brasília, DF, n. 5, p. 32-34, abr. 2010. Especial PNDH 3.

NAÇÕES UNIDAS. **Instrumentos del Estado de Derecho para sociedades que han salido de um conflicto**: Comisiones de la verdad. Nova Iorque; Genebra: ONU, 2006.

PIOVESAN, Flávia. Direito à verdade e à justiça: o caso brasileiro.

Interesse Nacional, v. 5, n. 17, p. 14-24, abr./jun. 2012.

SOUSA JUNIOR, J. G. de; BENEVIDES, M. V. O eixo educador do PNDH-3.

Revista Direitos Humanos, Brasília, DF, n. 5, p. 22-25, abr. 2010. Especial PNDH 3.

TORELLY, M. D. Justiça transicional, memória social e senso comum democrático: notas conceituais e contextualização do caso brasileiro. *In*: SANTOS, Boaventura. de Sousa. et al. **Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro**: estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal. Brasília: Ministério da Justiça; Comissão de Anistia, 2010. p. 104-123.

VAN ZYL, P. Promovendo a justiça transicional em sociedades pós-conflito.

Revista Anistia Política e Justiça de Transição, n. 1, jan./jun. 2009.

WINAND, E. C. A.; BIGATÃO, J. de P. A política brasileira para os direitos humanos e sua inserção nos jornais: a Comissão Nacional da Verdade. *In*:

CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS, San Francisco, Califórnia. **Anais [...]** San Francisco, Califórnia, 2012. p. 1-24.

Memória, saberes sujeitos e práticas oblivionistas dos povos indígenas

Rodrigo Piquet Saboia de Mello

1. Introdução

UMA DAS IMPORTANTES QUESTÕES NO QUE TANGE AO FENÔMENO INFORMACIONAL é a reflexão sobre o que lembrar e o que esquecer dentre a profusão de informações geradas no mundo contemporâneo. Essas informações, muitas vezes impossíveis de serem devidamente armazenadas, apresentam a possibilidade, ou a necessidade, de serem acessadas e utilizadas. Tal fenômeno, de natureza complexa, envolve uma série de nuances e especificidades, não sendo possível esquecer o que diz respeito àqueles grupos muitas vezes alienados do processo informacional.

A ação documentária tem contribuído com frequência para que haja um recolhimento permanente do que é produzido em sociedade. Quando nos deparamos com este tipo de ação, vislumbramos a possibilidade de existirem iniciativas que não atendam às necessidades de grupos que tenham singularidades quanto ao processo de documentação, armazenamento e disponibilização de estoques informacionais.

Dentre os grupos que estão a uma certa distância do fenômeno documental pode-se citar os povos indígenas. Tais povos, em grande parte de tradição oral, não possuíam a prática de documentar a sua cultura, dependendo muitas vezes da oralidade para que seus costumes culturais estivessem permanentemente vivos na memória dos mais jovens.

Notemos sem insistir, mas sem esquecer a importância do fenômeno, que a atividade mnésica fora da escrita é uma atividade constante, não só nas sociedades sem escrita, como nas que a possuem. Goody lembrou-o recentemente, com pertinência: “Na maior parte das culturas sem escrita, e em numerosos setores da nossa, a acumulação de elementos na memória faz parte da vida cotidiana.” (GOODY *apud* DODEBEI, 2016, p. 230).

Os grupos indígenas desenvolveram o processo de interação perene com a sociedade exterior no desejo de guardar informações com o fito de disponibilizar, para as gerações futuras, os conhecimentos adquiridos. Assim sendo, no anseio de também guardar traços de cultura por meio da ação documentária, um novo problema se coloca: o que guardar e como realizar um eficaz procedimento de memória que permita estabelecer uma nova relação do conhecimento produzido com os suportes documentais existentes?

Para tal intento, nos utilizamos do conceito de oblivionismo de Harald Weinrich (2001) para problematizar a superabundância de informação que bibliotecas e centros de informação detêm e a necessidade de colecionar, ou melhor, de perenizar o conhecimento produzido. Este artigo discutirá, ainda, a constituição da memória na sociedade, a formação de algumas práticas informacionais no ciberespaço e a necessidade de uma iniciativa de decolonialidade que pode representar uma ação documentária orientada a preservar o conhecimento produzido por povos ameríndios. Frente ao processo de opressão característico da pós-modernidade, tal ação pode ser considerada emancipatória.

2. Uma constituição do que sejam memória e saberes sujeitos

Para início da nossa explanação, caberia uma primeira discussão sobre o que seria memória e o seu significado: “A memória é, em suma, o que permite a um ser vivo remontar no tempo, relacionar-se, sempre mantendo-se no presente, com o passado: conforme os casos, exclusivamente com o seu passado, com o da espécie, com o dos outros indivíduos.” (POMIAN, 2000, p. 508)

Portanto, podemos dilatar o entendimento de que a memória seria uma espécie de porto seguro no qual seres humanos estabelecem uma ponte estável com o passado, sem perder a estrutura do tempo presente. Deste modo, ocorre também uma rede de significados para com o grupo social do qual o ser concreto participa, completando assim uma rede de significado para si mesmo como para os seus semelhantes. Ou seja: “A função primordial da memória coletiva é, na verdade, dar coesão a um grupo social e manter sua identidade.” (JEDLOWSKI, 2005, p. 88).

Nesta seção também utilizaremos os importantes elementos aventados por Yates (2007) no que diz respeito às fontes latinas da arte clássica da memória. Podemos observar que a intitulada arte da memória nos remete à Antiguidade Clássica, sendo uma preocupação permanente de pensadores que desejavam recorrer a uma boa memória, por meio de uma disposição ordenada, para que fosse possível contar os fatos narrados da vida em sociedade.

Esta história exemplar de como Simônides inventou a arte da memória é contada por Cícero em seu *De oratore*, quando discute a memória como uma das cinco partes da retórica: a história introduz uma breve descrição do sistema mnemônico de lugares e imagens (*loci e imagines*) utilizado pelos retores romanos. Ao lado da de Cícero, duas outras descrições da mnemônica clássica chegaram até nós, ambas em tratados de retórica em que a memória é discutida como uma parte desta. A primeira encontra-se no anônimo *Ad C. Herennium libri IV*, a outra está na obra *Institutio oratoria*, de Quintiliano. (YATES, 2007, p. 18)

Conforme explicitado, os seres humanos já há muitos séculos tinham o desejo de obter uma técnica de memória que facilitasse uma melhor recuperação da informação frente às ações de esquecimento que ocorrem em sociedade. Na falta de uma técnica mecânica ou eletrônica de conservação da memória, pensadores em tempos pretéritos fomentaram técnicas que possibilitassem a reconstituição da memória. Uma técnica explanada é a que relaciona os lugares com as imagens, possibilitando uma nova formação da faculdade que os seres humanos possuem em conservar e lembrar estados de consciência passados e tudo que se ache associado aos mesmos. Ainda podemos expor que: “Esse é, portanto, um exemplo de uma imagem clássica de memória – composta de figuras humanas, ativas, dramáticas, impressionantes, com acessórios para nos lembrar da “coisa” toda que está sendo guardada na memória.” (YATES, 2007, p. 29).

A técnica mnemônica estabelecida por meio de imagens acaba por se desdobrar numa espécie de memória artificial, podendo remeter a qualquer tempo passado, com o objetivo de rememorar aquilo que foi realizado. Assim:

Nosso manual nos ensinou que, se fixarmos adequada e firmemente nossos lugares de memória, poderemos percorrê-los em qualquer direção, para frente e para trás. A memória artificial pode explicar essa admirável habilidade de recitar de trás para frente que tinham o velho Sêneca e o amigo de Agostinho. Por mais inúteis que tais feitos nos pareçam, eles podem ilustrar o respeito da Antiguidade pelo homem de memória treinada. (YATES, 2007, p. 34)

É importante também realçar que a memória como uma forma de saber e conhecer representa um meio de ser imortal. Isto porque o conhecimento nos imortaliza conforme os desígnios do desejo da deusa da memória, Mnemosine. Veja-

mos a relação, a partir de uma abordagem psicanalítica, da relação entre saber, memória e conhecimento.

Erótico, porque se conserva pelo processo permanente da fertilização da matéria e da natureza, em seus diversos aspectos, inclusive espirituais, o saber, como diria Freud (1975), não seria o único a escapar da esfera poderosa e irresistível a Tântatos, na luta que trava contra a vida. **Conhecimento é a figura mais próxima que nos chega daquilo que se assemelha à noção de imortalidade.** (LINS, 2009, p. 32, grifo nosso)

Como bem exposto por Lins, o desenvolvimento do conhecimento, no qual a memória possui uma relação íntima, pode ser estabelecido como um meio que seres humanos têm para que sejam imortais, ou seja, possam permanecer na memória documentária enquanto existirem bibliotecas, arquivos ou centros de documentação que reúnam o conhecimento realizado por nós, seres humanos.

Ainda no discutir da memória, ou mais especificamente, na política de memória, podemos afirmar que a política aqui aventada possui uma ação orientada com o fito de atender determinados anseios de indivíduos, possibilitando assim um reinventar para a construção identitária de sociedade.

O termo política de memória implica em dois âmbitos articulados de ações no agora: um em vista de manter memória de acontecimentos presentes e os meios para uma dada interpretação destes acontecimentos no futuro; o outro de ações que lembram e evidenciam, ou excluem e encobrem, acontecimentos e interpretações do passado. Objetos, inscrições, lembranças e esquecimentos entram na tecitura do passado, numa trama urdida no presente. (FERNANDES, 2011, p. 221)

Para finalizar a relação entre conhecimento, memória e perenidade, cabe problematizar que esta relação não é de fácil composição, sendo necessária uma luta de indivíduos para a produção e manutenção do saber, que se transforma em capacidade de empoderamento para os indivíduos, ainda mais para aqueles que possuem os chamados saberes sujeitos.

Por “saberes sujeitos”, eu entendo igualmente toda uma série de saberes que estavam desqualificados como saberes não conceituais, como saberes insuficientemente elaborados: saberes ingênuos, saberes hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível do conhecimento ou da

cientificidade requeridos. E foi pelo reaparecimento desses saberes de baixo, desses saberes não qualificados, desses saberes desqualificados mesmo, foi pelo reaparecimento desses saberes: o do psiquiatrizado, o do doente, o do enfermeiro, o do médico, o saber do delinquente, etc. - esse saber que denominarei, se quiserem, o “saber das pessoas” (e que não é de modo algum um saber particular, um saber local, regional, um saber diferencial, incapaz de unanimidade e que deve sua força apenas à contundência que opõe a todos aqueles que o rodeiam) -, foi pelo reaparecimento desses saberes locais das pessoas, desses saberes desqualificados, que foi feita a crítica. (FOUCAULT, 1996, p. 12)

Podemos incluir dentre os saberes sujeitados, ou seja, aqueles que estavam desqualificados, os saberes indígenas. Além de incluirmos tais saberes no rol daqueles que necessitam emergir frente ao poder hegemônico da cultura ocidental uniformizante, os saberes agora em destaque possibilitam uma forma de empoderamento para que demandas, antes sujeitadas, venham pautar políticas documentárias e reafirmar vozes outrora esquecidas.

3. Decolonialidade: Especificidades de uma prática documentária

Nesta seção estabeleceremos um diálogo entre a formação de uma chamada atitude decolonial e o fomento de práticas documentárias que venham representar os interesses de natureza étnica, como a enfocada aqui, para os povos indígenas. Primeiramente, vamos à definição de atitude decolonial.

O que chamo aqui de atitude decolonial encontra suas raízes nos projetos insurgentes que resistem, questionam e buscam mudar padrões coloniais do ser, do saber e do poder (Maldonado-Torres, 2007a, 2007b). Durante a chamada época da ilustração europeia, esta atitude era parte de uma guinada mais ampla, quando a ideia e a tarefa da decolonialidade do ser, do poder e do saber adquiriu um estatuto de projeto político internacional. (MALDONADO-TORRES, 2016, p. 88)

A partir da exposição realizada, podemos afirmar que a atitude decolonial é de grande importância para a construção de novos paradigmas de conhecimento. Em conjugação com os chamados saberes sujeitados, tal atitude pode provocar profundas transformações na forma como povos não hegemônicos são colocados frente ao poderio de instâncias políticas e econômicas modernas, como conglomerados econômicos e o próprio Estado Moderno.

Dilatando o conceito de atitude decolonial levado a efeito por Maldonado-Torres, podemos inferir que povos não hegemônicos que ainda vivem muitas vezes alijados do processo de tomada de decisão, ou, ao menos, de participação da ação decisória, podem (e devem) estabelecer uma atitude decolonial de natureza documentária. Um exemplo disso se dá quando os próprios povos indígenas começaram a definir de que modo tais práticas documentárias devem ser estabelecidas, de que forma, para quem, ou seja, com característica autônoma e independente.

É relevante, ainda, mencionar como se dão as práticas documentárias no mundo científico moderno para registro, no processo de documentação étnica. Por exemplo, o caminho que o documento faz até chegar a uma unidade de informação, atravessando outros espaços até ser acolhido pelo espaço privilegiado do guardião da memória.

Podemos pensar no circuito que um documento percorre antes que chegue a uma UI [unidade de informação]? O rastreamento do percurso deste móvel, nos termos de Latour, permitiria ver ao menos parte das diversas intervenções “[...] provenientes de algum outro **momento**, algum outro **lugar** e gerados por alguma outra **agência**” (LATOUR, 2008, p. 238, grifo do autor). O exame que se detivesse nessas intervenções possivelmente levaria a um conjunto de negociações com diversos interesses constituídos no passado que estabilizam normas, regras, e padrões, cujas justificativas aparecem no lugar destes interesses negociados. Tomemos um caso hipotético de percurso de um artigo científico, publicado em um periódico, para identificar as intervenções oriundas de “**outros momentos**”, de “**outros lugares**” e de “**outras agências**”. (FERNANDES, 2011, p. 212, grifos da autora)

Fazendo um paralelo com o ciclo que o artigo científico realiza, podemos exemplificar o caminho de um dado canto xamânico de um povo ameríndio, desde a prática espiritual propriamente dita, passando pela ação documentária, até se chegar ao centro de documentação indígena: primeiro o grupo realiza uma discussão sobre a necessidade de se perenizar um determinado canto da prática para as gerações futuras. A partir desta discussão inicial, um grupo de pessoas definirá quem será o responsável por entoar o canto e quando ele se realizará. Depois disso, aqueles encarregados de efetuar o registro estabelecem o procedimento a ser adotado para que a ação de registro se realize de forma eficaz. Por fim, o material coletado será depositado em um centro de documentação indígena, perfazendo deste modo o ciclo documentário necessário para que haja a perenidade do canto/prática para as gerações vindouras.

Portanto, quando um dado povo ameríndio definiu que certo canto xamânico será preservado, o grupo já havia definido anteriormente o que deveria ser reconhecido como documento de interesse social, cultural e político para o seu povo.

As produções documentárias de natureza étnica ainda enfrentam outros desafios que dizem respeito à própria lógica que opera em centros de documentação ocidentais. Enquanto as práticas documentárias existentes hodiernamente representam uma organização de cunho lógico aristotélico, para com povos não hegemônicos, há a possibilidade de se definir novos conhecimentos e novas lógicas, como uma lógica paraconsistente.

Isso pode indicar a mudança do contexto epistemológico atual, onde caminha-se de um sistema fechado e binário, como é o caso da ciência aristotélica, para um novo paradigma científico, que trata da contradição como um elemento de ligação, promovendo um novo enlace que antes não era aceito (SOARES; MARTIN; FRANCELIN, 2013, p. 61)

Quando citamos o fomento de uma lógica paraconsistente, também estamos estabelecendo não apenas uma nova forma de pensar, mas uma limitação do poderio e da opressão que opera a lógica estabelecida de natureza aristotélica, também conhecida como racional.

A lo largo de la historia de la lógica y de la epistemología se han impuesto dogmas y represiones múltiples y redundantes em relación a los modos humanos de autocomprensión y de percibir el mundo del que forma parte. Una de estas violaciones sistemáticas – reiterada en cada tratado, en cada teoría, en cada afirmación incuestionable y cotidiana - atañe a la esfera del conocimiento: siendo seres de una naturaleza contradictoria - salvada por la sagaz estrategia que proporciona el pragmatismo de cada situación - , siendo seres pre-programadamente desespeados ante un mundo extraño que debemos re-elaborar cada día, o de apariencia contradictoria, nos vemos forzados a aceptar el gobierno de una lógica única y universal, que niega esa condición constitucional de la diversidad es su contradicción constituyente. **La unidad lógica es, por excelencia, enemiga de lo diverso.** (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2007, p. 10, grifo nosso)

Seguindo o raciocínio de desconstrução do paradigma lógico ocidental e da formação de uma discursividade única frente à diversidade étnica, cultural e social

que o mundo *par excellence* experimenta (ou sempre experimentou, porém não tão ativamente vivenciada em virtude das restrições da circulação de informação e pessoas no mundo), examinaremos o conceito de epistemografia.

A epistemografia propõe operações de organização horizontal do saber e da memória registrada, formando-se como a corporificação algológica (de “algos”: dolor) de um conhecimento e memória gerados com toda dignidade pelos despercebidos do planeta. Em suma, constituiria a dimensão material desse espírito intransigente que caracteriza a Epistemologia, pois, como disse Santos (1989), ela dita, para as ciências, leis incapazes de serem aplicadas a elas próprias. (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2006, p. 106)

Ou seja, a formação de um novo pensar pode representar, para os povos indígenas, um empoderamento não apenas na gestão dos centros de documentação étnicos, como também na introdução de novas ferramentas documentárias, como vocabulários controlados e classificações que venham a atender aos desejos e anseios da comunidade em tela.

Ainda podemos afirmar que o fomento deste novo pensar será uma tentativa de revolução, uma revolução simbólica, que atenta contra a sanidade de indivíduos e a moral vigente. Como afirma Bourdieu, “**as verdadeiras revoluções simbólicas são, sem dúvida, aquelas que, mais do que o conformismo moral, ofendem ao conformismo lógico**, desencadeando a repressão impiedosa que suscita tal atentado contra a integridade mental.” (BOURDIEU, 2008, p. 93, grifo nosso).

Apesar de não ser o objeto de nosso estudo neste trabalho, é inegável a importância que as ferramentas digitais possuem como potência para fazer emergir o fenômeno informacional dos povos ameríndios. Por meio de novas práticas documentárias, será possível disseminar por todo o mundo culturas antes obliteradas.

Las herramientas digitales y la conexión a la web han demostrado – en aquellas áreas em las cuáles son accesibles y asequibles – que es posible responder al desafío que representan los usuarios indígenas y recuperar sus memorias, tradiciones y conocimientos, para difundirlos por el planeta, com el debido respeto a sus patrones culturales. Si bien el progreso em este campo es lento, se presenta a la vez como promisorio. Los medio digitales pueden ayudar a las poblaciones indígenas sudamericanas a recuperar parte de su cultura, a hacer conocer sus situaciones sociopolíticas y a informar ampliamente sobre sus luchas y esperanzas.

Tales instrumentos pueden, asimismo, apoyar los primeros pasos de los pueblos tradicionales hacia su inclusión em la <aldea [digital] global>, creando espacios de encuentro e intercambio transcultural. (CIVALLERO, 2008, p. 2)

Podemos deduzir uma série de desafios que os povos indígenas têm pela frente com o propósito de alcançar uma autonomia informacional, tendo por meta uma melhoria na qualidade de vida desses grupos, assim como também a possibilidade de empoderamento para a disseminação de aspectos culturais específicos. Pontuamos alguns desafios cruciais:

1) A luta pelo fomento da lógica paraconsistente: os povos indígenas deverão enfrentar o processo de hegemonia imposta pela lógica aristotélica, caracterizando um novo pensar, por meio de uma lógica paraconsistente, posto que a contradição:

[...] seria o mecanismo classificatório propulsor de ideias plurais, que resultaria em conhecimentos convergentes e que seriam explorados em diversas esferas, de forma lícita e democrática – alterando não só os sistemas classificatórios, mas também a percepção e a liberdade de novas ideias. (SOARES; MARTIN; FRANCELIN, 2013, p. 62)

2) Da atitude decolonial: esta atitude permitiria que os povos indígenas não sejam vistos como vítimas de uma ação hegemônica cultural, como é aventado frente à construção do mundo moderno. Portanto, as desigualdades e/ou hierarquizações impostas pelo Estado seriam desconstruídas por meio de ações políticas orientadas, como, por exemplo, a adoção de uma perspectiva epistemográfica.

3) A formação das práticas documentárias étnicas: após a mudança da lógica e da afirmação de uma atitude decolonial, se faz mais do que necessário o estabelecimento de novas ações de informação que possibilitem efetivamente um modo de documentar que represente as peculiaridades e especificidades dos povos indígenas.

4) O domínio das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs): como se não bastasse o desafio de grande magnitude que configura a ação orientada à produção de uma prática documental étnica, também se faz necessário o domínio do intitulado ciberespaço. Com a utilização de tais ferramentas será possível uma disseminação mais eficaz das informações de interesse para os povos indígenas, assim como a adoção de práticas documentárias consoantes com a contemporaneidade.

Uma autora que problematizou a utilização das TICs entre os povos indígenas foi Pinto (2012). Ao abordar a ação informacional de duas etnias do nordeste brasileiro, os Pankararu e os Kariri-Xocó, a autora pôde inferir que:

[...] a informação no contexto das redes é uma ação de comunicação e compartilhamento de sentido, que pode mudar as estruturas (mental e social), pois cria novos *estados de conhecimento* ou de *identidade cultural*, isto é, contribui para sua atualização, mudança e recriação nos indivíduos ou coletividade (comunidade indígena). (PINTO, 2012, p. 126, grifos da autora)

Por fim, nesta seção, podemos destacar que apesar dos grandes desafios apresentados aos povos indígenas com o fito de gerar uma autonomia informacional e documentária, sabemos que a consecução de tais objetivos depende de uma ação política bem orientada. Tal ação precisa partir dos próprios povos interessados e de demais agentes parceiros da luta a ser empreendida, como Organizações Não Governamentais (ONGs) e o próprio Estado por meio da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), sempre contraditório pela hegemonia do agenciamento das políticas a serem adotadas.

4. Da luta pelo processo autônomo de informação à necessidade também de esquecimento: pelo oblivionismo étnico

Nesta última seção abordaremos um importante conceito que poderá ser de serventia aos desafios que os povos indígenas vão enfrentar quando do desenvolvimento da sua própria prática documentária: o oblivionismo.

Como encontramos, nessa superabundância de informações que nossas bibliotecas e centros de documentação lançam à vontade sobre quase todos os temas, as poucas, talvez muito poucas que realmente fazem o pensamento avançar? É exatamente essa arte do esquecimento que todo cientista precisa dominar se não quiser que essa crônica superinformação o paralise na sua atividade de pesquisador. **Passaremos a chamar essa competência para rejeição sensata de informações de oblivionismo da ciência.** (WEINRICH, 2001, p. 292-293, grifo nosso)

Este conceito, agora identificado como oblivionismo, procura abarcar um importante fenômeno contemporâneo de natureza informacional que é o excesso de informações produzidas na sociedade. Devido à expansão das TICs e do produzir incessante de textos, fotografias, vídeos e demais tipos documentais, as sociedades vivem o reflexo e os dissabores do que fazer com tanto registro documentário realizado.

Desde agora, cabe ressaltar que Weinrich (2001) aborda a necessidade de um oblivionismo para a ciência. No entanto, realizaremos uma pequena alteração no

eixo de pensamento desta definição da necessidade de esquecimento, trazendo o conceito de oblivionismo como contribuição para os povos indígenas. Deste modo, propomos a alteração do oblivionismo da ciência para oblivionismo étnico documentário. Portanto, estabeleceremos um marco temporal que possibilite uma ação documentária de magnitude que é a ação de seleção, para que não se crie uma galáxia de informações que pouco, ou nada, terá de representativa para gerações atuais e futuras dos povos indígenas.

Outro importante conceito que podemos abordar no que tange ao acúmulo sem restrições da informação diz respeito ao fenômeno chamado *big data*. Mesmo não existindo uma rigorosa definição para o fenômeno, podemos vislumbrá-lo a partir da impressionante quantidade de documentos gerados na internet já há alguns anos.

Internet companies have been particularly swamped. Google processes more than 24 petabytes of data per day, a volume that is thousands of times the quantity of all printed material in the U.S. Library of Congress. Facebook, a company that didn't exist a decade ago, gets more than 10 million new photos uploaded every hour. Facebook members click a "like" button or leave a comment nearly three billion times per day, creating a digital train that the company can mine to learn about users' preferences. Meanwhile, the 800 million monthly users of Google's Youtube service upload over an hour of video every second. The number of messages on Twitter grows at around 200 percent a year and by 2012 had exceeded 400 millions tweets a day. (MAYER-SCHÖNBERGER; CUKIER, 2013, p. 8)

Quando nos deparamos com os números produzidos na internet por usuários de todo o planeta, vemos o quanto é impressionante o momento em que estamos vivendo. A cada instante, milhões de pessoas produzem uma enorme quantidade de informações e toda esta informação produzida possui um custo, principalmente de processamento documentário, para que haja posteriormente uma recuperação eficaz da informação.

O custo aqui mencionado diz respeito não apenas à aquisição de equipamentos que venham a dar suporte à ação de registro, como câmeras filmadoras e computadores, mas também uma gama de outros equipamentos como *storages* que venham a permitir o armazenamento da informação produzida, além, evidentemente, dos recursos humanos especializados disponíveis para um devido tratamento informacional.

Neste ponto, acreditamos que seja necessário definir o que seria esta tão falada, mas não tão bem entendida, documentação. Recorrendo a um autor clássico da nossa área do conhecimento, a Ciência da Informação, podemos elucidar melhor o que significa este processo e os desafios que estão por vir:

Segundo Otlet, a documentação é um processo que permite reunir, classificar e difundir todos os documentos de toda espécie, relativos a todos os setores da atividade humana, definição que tem o mérito de fazer “finca-pé” no processo e no método. S.C. Bradford expôs uma opinião muito parecida, mas destacou que a Documentação não é uma ciência mas “a arte de reunir, classificar e tornar facilmente acessíveis os documentos relativos a todas as formas de atividade intelectual, o processo devido ao qual um especialista pode informar-se das diferentes publicações relativas à matéria que estuda, a fim de estar plenamente inteirado dos resultados já conseguidos e não tem, assim, que esbanjar suas faculdades criadoras num trabalho já realizado.” (SHERA, 1980, p. 95)

Para além dos desafios do processo de documentação a partir de uma lógica racional, que preconiza formas padronizadas e procedimentos uniformes para obter a eficácia no trabalho a ser efetuado, imaginem o que diz respeito à abordagem documentária étnica, ainda mais no caso de indígenas. Cada povo indígena possui uma particularidade, uma especificidade, dentre as mais de 200 etnias existentes, atualmente, apenas no território brasileiro.

Além da tentativa de compreensão do fenômeno informacional e das ações documentárias que serão empreendidas por estes povos, será também de grande importância para a construção de repositórios digitais de natureza étnica, a formação de uma coleção que represente a coletividade, quando observamos, por exemplo, a galáxia produzida pelo fenômeno denominado *big data*.

Retomando a discussão da necessidade de uma atitude oblivionista e já avançando frente ao fenômeno da produção de informações na contemporaneidade, temos que compreender que há um processo paradoxal e complexo a ser vivido pelos povos indígenas: de povos ágrafos, focados na memória oral, eles passam para uma produção de memória documentária que, por definição, tem dificuldade de esquecer, em um momento de início da guarda de documentos. Especialmente visto que:

[...] tornou-se evidente que vivemos numa sociedade super-informada, na qual a verdadeira sabedoria não consiste em adquirir informações – qualquer criança pode fazer isso hoje na internet -, mas em rejeitá-la – e

para isso ainda não há programa na Internet. Pois naturalmente também aqui se exigiria uma arte do esquecimento. (WEINRICH, 2001, p. 285)

Deste modo, temos uma relação delicada entre lembrar e esquecer, agora não apenas de natureza oral, mas de natureza documentária, estabelecendo também, conforme já aventado neste artigo, em uma atitude decolonial de enfrentamento à modernidade homogeneizante. Também no estabelecimento de práticas de intrepidez do que deverá ser esquecido, quando não reelaborado, modificado ou recriado para o desenvolvimento de centros de documentação de natureza étnica e no próprio reinventar de sociedades que perfazem a diversidade cultural da humanidade.

Essa relação entre memória e esquecimento pode ser ilustrada da seguinte forma: “Para um leitor apaixonado como Borges, a memória é ‘onipresente’ (*ubícua*), mas um ‘esquecimento generalizado’ (*el común olvido*) também faz parte da natureza humana.” (WEINRICH, 2001, p. 288, grifos do autor).

É interessante, ainda, notar que esta proliferação de informações em meio digital, muitas vezes de forma incontrolável e que provoca o que poderíamos chamar de caos documentário, faz com que seres humanos fiquem reféns da ação maquínica produzida por dispositivos tecnológicos como computadores e celulares. Por mais que não queiramos que tal proliferação ocorra, a emergência de tais dispositivos cria uma quase personalidade própria, fazendo com que a ação documentária controlada saia do controle imaginado ou, ao menos, desejado.

Através desta ação documentária incontrolável, por vezes irracional, podemos trazer à luz a discussão do que seria uma servidão maquínica.

Na servidão maquínica, o indivíduo não é mais instituído como sujeito (capital humano ou empresário de si). Ao contrário, ele é considerado como uma peça, como uma engrenagem, como um componente do agenciamento “empresa”, do agenciamento “sistema financeiro”, do agenciamento mídia, do agenciamento “Estado Providência” e seus “equipamentos coletivos de subjetivação” (escola, hospital, museu, teatro, televisão, internet, etc.). O indivíduo “funciona” e é submetido ao agenciamento do mesmo modo que as peças de máquinas técnicas, que os procedimentos organizacionais, que os sistemas de signos, etc. (LAZZARATO, 2010, p. 168)

Assim como temos o agenciamento da empresa ou do sistema financeiro, como exemplificado por Lazzarato, poderíamos também ter um agenciamento de centros de documentação em que o sujeito também seria considerado uma peça

dentro de uma estrutura maior. Vejamos, apenas a título de reflexão, o problema que seria tal sujeição na formação das práticas documentárias de natureza étnica. Povos ameríndios que viveram em relação harmônica com a natureza teriam necessariamente que viver de forma assujeitada com o objetivo de perenizar o conhecimento produzido e registrado em suportes documentais estáveis? E será que uma atitude decolonial permitiria o fomento de novas práticas documentárias que não levassem indivíduos à sujeição maquínica? Ficam mais perguntas do que respostas que as investigações futuras buscarão elucidar.

5. Epílogo

Diante da explanação acerca da amplitude do fenômeno informacional que perpassa a temática indígena, utilizando conceitos fundamentais como memória, decolonialidade, epistemografia e desfechado pelo oblivionismo étnico; diante das construções intelectuais aqui arroladas, procuramos adentrar um pouco o processo de documentação que os povos indígenas começam a fomentar, sentindo a necessidade de ter domínio sobre a sua informação, estabelecendo uma relação de saberes/poderes sujeitos.

Primeiramente, realizamos uma discussão sobre memória e saberes sujeitos. Vimos que o fenômeno da memória sempre foi de interesse da humanidade e que tal processo de memória e conhecimento acaba por produzir uma imortalidade daqueles que conseguem realizá-lo. Seria a mudança paradigmática no fomento da memória documentária (ou seja, quando transplantamos a memória para suportes estáveis) por exemplo, uma busca por perenizar etnosaberes para as gerações futuras, com o fito de preservar o *ethos* de grupos que muitas vezes foram privados de seus direitos e interesses frente à sociedade exterior, ou, até mesmo, a sobrevivência de um determinado grupo indígena.

Podemos também acrescentar que o movimento de grupos não hegemônicos, no fomento de práticas documentárias atendendo às suas próprias particularidades, pode representar a possibilidade de sobrevivência de parcelas da sociedade frequentemente vilipendiadas quanto aos seus direitos. Portanto,

Nesta inovadora relação entre Arquivologia e o Indigenismo, podemos clarear a importância dos arquivos para a construção identitária de povos indígenas, como também para outras demandas outrora já citadas, como as contendas judiciais. Esta relação estabelece um patamar eloquente nas disputas cotidianas por espaço e demais elementos que provam a etnicidade de povos indígenas. (MELLO, 2014, p. 64)

A assunção de uma atitude decolonial seria a expressividade étnica de grupos na realização de repositórios informacionais que representassem os anseios desses povos. Também podemos dizer que há uma preponderância de tal atitude frente a bases sólidas calcadas no pensamento racional: “[...] a transdisciplinaridade decolonial tem primazia epistemológica, ética e política sobre a disciplina e o método.” (MALDONADO-TORRES, 2016, p. 80)

Sabemos também que o procedimento documentário apresenta uma complexidade de magnitude quando confrontado com a emergência, na contemporaneidade, de uma gama tamanha de informações, principalmente em meio eletrônico, no que denominamos internet. Tal fenômeno, ainda não bem delineado, é conhecido por *big data* e representa uma galáxia de informações ainda não processadas.

Diante de tal configuração histórico-cultural de desafio do que deve ser lembrado e esquecido, diante da quantidade de informações geradas diariamente, os povos indígenas devem também atentar para aquilo que deverá ser conservado para as gerações futuras. Portanto, há uma dilatação do desafio posto: a formação das práticas documentárias étnicas acaba se estendendo aos problemas que nós, frutos da modernidade, ainda não dominamos plenamente: como tratar este caos documentário que impera entre nós.

Outro ponto que mereceu destaque foi a elaboração de um novo paradigma lógico, intitulado de paraconsistente. Na tentativa de minorar o poderio da lógica racional aristotélica, que produz uma hegemonia de saberes e de produções documentárias, vislumbramos uma nova lógica que venha a abarcar o contraditório e outros conhecimentos, como os de natureza étnica. Há que se desconstruir a supremacia ocidental que por séculos silenciou vozes em repositórios, principalmente frente ao poderio estatal. Tal fenômeno ocorre, ainda, com maior expressividade, ao nos debruçarmos, no caso brasileiro, sobre algumas agências indigenistas, como o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Por décadas, elas tiveram a primazia de recursos informacionais sobre os povos indígenas, sendo que, muitas vezes, tinham como principal objetivo atender aos interesses estratégicos do Estado Nacional.

Uma das possibilidades que contemple uma eficaz construção de repositórios informacionais de natureza indígena, sem fraquejar frente às especificidades culturais dos povos indígenas, seria a efetuação de um esquecimento dirigido realizado pelos próprios ameríndios, que nesta empreitada intitulamos como obli-vionismo étnico documentário. A partir deste novo conceito, e por meio de uma atitude consciente decolonial, será possível estabelecer diretrizes que venham a atender aos interesses de grupos não hegemônicos muitas vezes aliçados do processo decisório.

6. Referências

- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 2008.
- CIVALLERO, Edgardo. Culturas ancestrales em universos modernos. **Digitium**, Barcelona, n. 10, p. 1-6, mayo 2008.
- DODEBEI, Vera. Ensaio sobre memória e informação. **Morpheus**: revista de estudos interdisciplinares em memória social, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, p. 227-244, 2016.
- FERNANDES, Geni Chaves. Ações de informação e práticas documentárias como políticas difusas de memória. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, p. 208-226, jan./jun. 2011.
- FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Editora PUC, 1996.
- GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio. Cientificamente favelados: uma visão crítica do conhecimento a partir da epistemografia. **Transinformação**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 103-112, maio/ago. 2006.
- GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio. **Desclassificados**: pluralismo lógico y violencia de la clasificación. Barcelona: Anthropos Editorial, 2007.
- JEDLOWSKI, Paolo. Memória e mídia: uma perspectiva sociológica. *In*: SÁ, Celso Pereira de (org.). **Memória, imaginário e representações sociais**. Rio de Janeiro: Editora Museu da República, 2005. p. 87-98.
- LAZZARATO, Maurizio. Sujeição e servidão no capitalismo contemporâneo. **Cadernos de Subjetividade**, São Paulo, p. 168-179, 2010.
- LINS, Ronaldo Lima. **A construção e a destruição do conhecimento**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. Transdisciplinaridade e decolonialidade. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 31, n. 1, p. 75-97, jan./abr. 2016.
- MAYER-SCHÖNBERGER, Viktor; CUKIER, Kenneth. **A revolution that big data will transform how we live, work and think**. Boston: An Eamon Dolan Book; New York: Houghton Mifflin Harcourt, 2013.
- MELLO, Rodrigo Piquet Saboia de. A importância dos arquivos para a garantia dos direitos indígenas. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1-2, p. 56-69, jan./dez. 2014.
- PINTO, Alejandra Aguilar. Identidade/diversidade cultural no ciberespaço: práticas informacionais e de inclusão digital nas comunidades indígenas no Brasil. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 22, n. 1, p. 121-128, jan./abr. 2012.
- POMIAN, Krystof. Memória. *In*: ENCICLOPEDIA Einaudi. Lisboa: Imprensa

Nacional, Casa da Moeda, 2000. v. 42 (sistemática). p. 507-516.

SHERA, Jesse Hauk. Sobre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. *In*: GOMES, Hagar Espanha (org.). **Ciência da Informação ou informática?** Rio de Janeiro: Calunga, 1980. p. 91-105.

SOARES, Maria Sueny Barbosa; MARTIN, Mariana Thamires; FRANCELIN, Marivalde Moacir. Pluralismo lógico e epistemografia interativa como ferramentas desclassificadoras do conhecimento. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 55-71, jan./abr. 2013.

WEINRICH, Harald. **Lete: arte e crítica do esquecimento**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2001.

YATES, Frances Amelia. **A arte da memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

Unidade IV

MEMÓRIA ORGANIZACIONAL E ESPAÇOS DE INFORMAÇÃO

Centros de documentação como espaços de informação e memória

Márcia T. Cavalcanti

1. Introdução

ESTE ARTIGO SE ORIGINOU DA TESE RESULTANTE DA PESQUISA EMPREENDIDA DURANTE a realização do doutorado no PPGCI/IBICT-UFRJ, que teve como foco identificar e analisar os fatores que contribuíram para o surgimento dos centros de documentação nas décadas de 1970/80. Eles surgem dentro de espaços acadêmicos, mais especificamente as universidades, frente ao contexto político e social que se instalou no Brasil de 1964 até 1985.

A década de 1970, no Brasil, pode ser considerada como o período em que, de maneira geral, se adotaram de forma sistemática os centros de documentação. Eles se constituíram como uma alternativa ao suprimento das necessidades por informações e criação de espaços de preservação de documentos e memórias na nossa sociedade.

O objetivo deste trabalho é traçar uma cronologia do surgimento dos centros de documentação desde sua origem, na medida do possível, até sua implantação nos espaços acadêmicos no Brasil, em paralelo também se pretende discutir como estes locais se estabeleceram como novos espaços de informação e memória.

2. O que são centros de documentação

Os centros de documentação podem ser considerados como uma mistura de arquivos, bibliotecas e museus, sem, contudo, identificar-se com nenhum deles. Reúnem, “por compra, doação ou permuta, documentos únicos ou múltiplos de origens diversas [...] e/ou referências sobre uma área específica da atividade humana” (TESSITORE, 2003, p.14). Têm como finalidade oferecer informação cultural, científica ou social especializada e, como uma de suas competências gerais, reunir, custodiar e preservar documentos de valor permanente e referências documentais úteis ao ensino e à pesquisa em sua área de especialização (TESSITORE, 2003).

Para Heloísa Bellotto (1991), a responsabilidade no processo de recuperação da informação, em benefício da divulgação científica, tecnológica, cultural e social,

bem como no testemunho jurídico e histórico, cabe tanto aos arquivos, bibliotecas e museus quanto aos centros de documentação.

Os centros de documentação que começam a surgir em diferentes lugares no Brasil têm como missão reunir, organizar e dar acesso à informação especializada. Dedicam-se à preservação do patrimônio documental, essencialmente o bibliográfico, e o arquivístico. Diferenciam-se dos museus, arquivos e bibliotecas pelos documentos que guardam e pelo tratamento técnico dispensado a eles. Pela característica de seu acervo, que inclui documentos arquivísticos, bibliográficos e/ou museológicos, os centros de documentação podem ser considerados como uma entidade híbrida. Caracterizam-se por:

[...] possuir documentos arquivísticos, bibliográficos e/ou museológicos, constituindo conjuntos orgânicos (fundos de arquivo) ou reunidos artificialmente, sob a forma de coleções, em torno de seu conteúdo; ser um órgão colecionador e/ou referenciador; ter acervo constituído por documentos únicos ou múltiplos, produzidos por diversas fontes geradoras; possuir como finalidade o oferecimento da informação cultural, científica ou social especializada; realizar o processamento técnico de seu acervo, segundo a natureza do material que custodia (TESSITORE, 2003, p.14).

Quais as diferenças, então, entre eles e as demais instituições que podemos caracterizar como lugares de memória: museus, arquivos, bibliotecas? Uma primeira tendência seria separar estes lugares pelos tipos de documentos que guardam: livros nas bibliotecas, documentos nos arquivos e objetos nos museus. Uma outra forma de abordagem seria a identificação da função atribuída aos documentos dentro destas diferentes instituições, pois um mesmo tipo de documento muitas vezes pode ser encontrado nesses diferentes lugares.

Uma terceira forma de diferenciação estaria relacionada à formação do profissional que vai trabalhar nestes centros. Se os museus, os arquivos e as bibliotecas possuem, no Brasil, cursos específicos que formam profissionais responsáveis por estes espaços, nos centros de documentação isso não acontece. Ou seja, não temos cursos exclusivamente para a formação de documentalistas, mas temos cursos de formação de bibliotecárias e bibliotecários documentalistas, por exemplo. Mas isso não significa que profissionais responsáveis e o corpo funcional que lá trabalham não possuam uma formação, mas sim que esta formação pode ser bem diversificada: é possível vermos profissionais com formação em História, Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais, entre outras especialidades.

As atividades de documentação dentro destes centros passam a ser exercidas por profissionais que, independente da formação, “atuam na preservação e organização de documentos de natureza arquivística, bibliográfica ou museológica”. Os valores atribuídos ao ato de registrar a atividade humana “constituem o elemento aglutinador de profissionais de várias especializações em torno de uma atividade que se fez interdisciplinar pela própria natureza que os trabalhos assumiram” (CAMARGO, 2003, p.25-26).

Para Viviane Tessitore (2003), mesmo possuindo acervo bibliográfico, os centros de documentação extrapolam o universo documental das bibliotecas e estão mais próximos dos arquivos, na medida em que recolhem originais ou reproduções de conjuntos arquivísticos. E ainda assim eles não são arquivos pois, além da diversidade de seu acervo, eles se caracterizam pela especialização temática, ou seja, se definem pelo local que ocupam em sua criação, que pode ser tanto o espaço acadêmico via a universidade, se transformando em lugar de pesquisa e definindo seu tema já na sua origem, quanto espaço de preservação e institucionalização da memória dos diferentes grupos que participam da sociedade. Mas estando ou não no espaço acadêmico, funcionam como lugares de apoio à pesquisa no mais amplo sentido,

[...] não só colocando à disposição do pesquisador referências para a localização das fontes de seu interesse, mas também tornando-se um pólo de atração da produção documental de pessoas e entidades que atuam ou atuaram no seu campo de especialização (TESSITORE, 2003, p.15).

Ainda, segundo a autora, porque os arquivos são a expressão material da atuação cotidiana de pessoas e entidades, a tendência atual, é que haja a predominância dos procedimentos arquivísticos nos centros de documentação, fazendo com que estes espaços se tornem depositários de documentos únicos que, antes, não estavam acessíveis por não encontrarem um local que os tratasse adequadamente. Sua especialização temática também contribui para que possíveis doadores imaginem ter uma maior visibilidade de sua memória nestes espaços, algo que possivelmente não ocorreria com frequência em um arquivo de caráter mais abrangente, como um arquivo público local ou nacional.

São, portanto, competências gerais de um Centro de Documentação: reunir, custodiar e preservar documentos de valor permanente e referências documentais úteis ao ensino e à pesquisa em sua área de especialização; estabelecer uma política de preservação de seu acervo; disponibilizar seu acervo e as referências coletadas aos usuários definidos como seu público;

divulgar seu acervo, suas referências e seus serviços ao público especializado; promover intercâmbio com entidades afins (TESSITORE, 2003, p.15-16).

Além do descrito acima como as competências de um centro de documentação, é preciso incluir também sua preocupação com a divulgação de informação. Como os centros de documentação possuem uma área de especialização, eles são a materialização da soma de uma temática com um local, ou seja, se antes de sua existência era necessário fazer uma longa pesquisa física em diferentes lugares para encontrar informações sobre um tema específico que se estava estudando, a partir da existência dos centros de documentação esse caminho ficou mais curto, pois uma pesquisa inicial em um destes espaços não apenas dará acesso aos documentos procurados como lugares onde seja possível encontrá-los, caso não estejam disponíveis neste centro específico.

Assim, o que caracteriza um centro de documentação e o diferencia de outras instituições de memória é justamente seu caráter democrático, tanto em relação ao corpo de profissionais que nele atuam quanto ao acervo que possui.

3. Origem dos centros de documentação

Ainda que os centros de documentação sejam objeto de estudo em diferentes trabalhos acadêmicos, poucos destes trabalhos abordam seu surgimento no Brasil, e menos ainda sua proliferação nos espaços das universidades de forma mais aprofundada. Como sempre ocorre antes de uma pesquisa sobre qualquer assunto que nos chame atenção, supôs-se que os centros de documentação, por sua relação tão intrínseca com o fazer arquivístico, tivessem nestes espaço suas origens. Mas a pesquisa empreendida mostrou sua origem no campo da biblioteconomia e documentação. Assim, a partir da pesquisa bibliográfica empreendida, será abordada a relação entre Biblioteconomia, Bibliografia e Documentação e as contribuições destes campos de conhecimento para o surgimento dos centros de documentação.

O surgimento da Biblioteconomia está relacionado às bibliotecas primitivas da Antiguidade e aos processos de organização de documentos de acordo com seus conteúdos. Biblioteconomia e Bibliografia, ainda que sejam dois campos distintos de organização do conhecimento, trilharam um caminho conjunto até finais do século XIX quando a Bibliografia, entendida como atividade de geração de produtos que indicam os conteúdos dos documentos independente dos espaços institucionais em que eles se encontram, se torna autônoma em decorrência da sedimentação da Documentação¹ (Europa). Já a Biblioteconomia, como a área que realiza

1 Optamos pela grafia Documentação para a ciência proposta por Otlet, e documentação para

a organização, gestão e disponibilização de acervos de bibliotecas, se volta para o desenvolvimento e disseminação do projeto de biblioteca pública moderna e universal (EUA) (ORTEGA, 2004).

A Bibliografia, como atividade de organização de conteúdos de documentos, tem como referência inicial duas obras: uma compilação realizada por Konrad Gesner no século xv e a tentativa de uma bibliografia universal feita por Johann Trithem no século xvi. Após estas, cresce a produção de catálogos de bibliotecas particulares e de bibliografias especializadas na Europa, e esta atividade de produção de bibliografias é considerada a origem da Documentação (ORTEGA, 2004).

Robert Darnton (2010) aponta que o processo de profissionalização dentro dos diferentes campos do conhecimento vai começar a se consolidar a partir do esmaecimento do Iluminismo no início do século xix, pois neste século “esses campos se transformam em profissões, certificadas por doutorados e protegidas por associações profissionais, e se metamorfosearam em departamentos de universidades” (DARNTON, 2010, p.27). Uma das consequências deste processo foi a proliferação de periódicos especializados em todos estes campos, que eram produzidos pelas sociedades científicas e comprados pelas bibliotecas.

Antes do surgimento dos periódicos científicos, desde a invenção da imprensa até o século xvii, as notícias sobre a ciência, as técnicas variadas e as invenções eram veiculadas em folhetins, em volantes e em jornais cotidianos. Até essa época, o conhecimento mais especializado era comunicado por correspondências realizadas entre os cientistas ou enviadas às agremiações científicas. Essas correspondências vão originar, no século xvii, as publicações científicas, as quais, ao contrário das anteriores correspondências entre os estudiosos, são voltadas a um público mais amplo, embora específico. Os periódicos foram, desde seus primórdios, importantes canais de publicação de notícias científicas. No século xix, expandiram-se e especializaram-se, vindo a realizar importantes funções no mundo da ciência. Ao publicarem textos, os estudiosos registram o conhecimento (oficial e público), legitimam disciplinas e campos de estudos, veiculam a comunicação entre os cientistas e propiciam ao cientista o reconhecimento público pela prioridade da teoria ou da descoberta (FREITAS, 2006, P.54).

Esta expansão e especialização dos periódicos científicos, e sua crescente importância no mundo da ciência como veículo de publicação, levou à necessidade de tratamento de suas unidades de informação para permitir a sua recuperação. Passa a ser responsabilidade das bibliotecas a análise de assuntos dos artigos destes periódicos e a criação de índices coletivos, mas, por diferentes motivos, isso acabou em fracasso, pois como as bibliotecas foram idealizadas para “reunir em uma proximidade física os documentos de conteúdos semelhantes” (ORTEGA, 2004), não houve uma preocupação com a diversidade intelectual dos conteúdos destes periódicos. O crescente grupo dos documentalistas então assume para si a função, deixando para a biblioteca sua antiga função de custodiar os documentos. A Documentação surge, assim, para suprir as lacunas deixadas pelos bibliotecários, especialmente no que diz respeito ao tratamento destes documentos não convencionais.

Em fins do século XIX, a Biblioteconomia e a Documentação apresentavam um desenvolvimento em grande parte inseparável: surgiram em conseqüência das mesmas necessidades, empregavam processos e instrumentos comuns (como as fichas de 7,5 por 12,5 cm e a Classificação Decimal de Dewey-CDD), tinham objetivos quase idênticos e em muitos casos deviam seu progresso aos mesmos homens. Havia, no entanto, uma tentativa dos documentalistas em evitar os instrumentos e até mesmo os termos adotados pela Biblioteconomia, o que levou, muitas vezes, a que aqueles seguissem os caminhos já trilhados e até descartados por esta. A diferença da Documentação era que pretendia fazer uma análise de conteúdo mais profunda. Da mesma forma, os arquivos apresentavam problemas semelhantes de organização. A Biblioteconomia, a Documentação e a custódia dos arquivos, como já citado, eram tratadas de forma única: no entanto, interesses particulares começaram a dividir estas atividades em grupos separados, os quais passaram a adotar atitudes de intolerância entre si (ORTEGA, 2004, [s.p.]).

O desenvolvimento e disseminação do projeto de biblioteca pública é uma das circunstâncias que teriam levado os bibliotecários a se distanciarem dos processos de análise e representação das unidades de informação. No mesmo período de expansão dos periódicos científicos as bibliotecas públicas se transformam em espaços de educação das massas e democratização da cultura, especialmente nos Estados Unidos, passando seus profissionais a exercerem uma função mais educativa. Com o espaço deixado pelas bibliotecárias e bibliotecários, os documentalistas adotam e aperfeiçoam as técnicas da Biblioteconomia.

Por mais de quatro séculos, a Biblioteconomia foi quase sinônimo de Bibliografia. Considerando a Bibliografia como o princípio da Documentação, pode-se dizer que esta esteve unida à Biblioteconomia desde o século xv até fins do século xix, quando Otlet e La Fontaine sistematizaram e desenvolveram a Documentação enquanto disciplina distinta da Biblioteconomia. Os europeus deram continuidade a estes estudos e aplicações até que, os movimentos causados pela Segunda Guerra Mundial acentuaram estes avanços devido às necessidades específicas dos países envolvidos na recuperação de conteúdos a partir de tipos diversos de documentos, inclusive com tentativas rudimentares de recuperação mecânica da informação. As atividades dos documentalistas foram se desenvolvendo simultaneamente ao surgimento das bibliotecas públicas. Na virada do século, Otlet e La Fontaine sistematizaram a Documentação, cunhando este termo para significar, de forma mais ampla, aquilo antes denominado Bibliografia. Mais que isso, Otlet vem sendo considerado precursor e fundador da Documentação e da própria Ciência da Informação (ORTEGA, 2004, [s.p.]).

Lena Vânia Pinheiro (1997), ao buscar a gênese da Ciência da Informação, aborda as transformações que estavam ocorrendo no mundo no período anterior à primeira definição formal do campo em 1962. Algumas destas transformações se inscrevem e se relacionam à bibliografia e à documentação. Nesse período a palavra informação, especificamente, ainda não era mencionada, e sim bibliografia e documentação. Para ela, o período apresenta cinco grandes marcos:

- em 1895, a criação do Instituto Internacional de Bibliografia–IIB, por Paul Otlet e Henri la Fontaine, resultante da 1ª Conferência Internacional de Bibliografia, realizada em Bruxelas;
- em 1931, a transformação do IIB em Instituto Internacional de Documentação;
- em 1935 a publicação de obra pioneira de Paul Otlet: “*Traité de Documentation*”;
- em 1937, a fundação do American Documentation Institute–ADI, hoje ASIS; e
- em 1938, a nova denominação do IIB para Federação Internacional de Documentação, mantida até hoje (PINHEIRO, 1997, p.76).

Paul Otlet lançou as bases da Documentação moderna com a sistematização deste campo como disciplina científica. Outra iniciativa sua foi a elaboração de um projeto para armazenar a representação das unidades de todo o conhecimento hu-

mano em um só local, pois acreditava poder organizar a sociedade a partir da organização do conhecimento. Segundo ele, dada a quantidade de informações e artigos impressos diariamente nas revistas, para a conservação de folhetos, informes, prospectos, documentos oficiais, para se criar um todo homogêneo desta massa incoerente, novos procedimentos são necessários, distintos dos procedimentos da antiga biblioteconomia (OTLET, 1996, p.6). Nesta publicação Otlet organizou e ordenou o que ele considerava como sendo as operações documentárias.

Em conjunto com Henri La Fontaine, Otlet cria, em sua casa, o Escritório Internacional de Bibliografia a partir de preocupações em comum sobre a organização bibliográfica da produção científica. Com o objetivo de obter cooperação internacional para a criação do índice universal, promoveram a I Conferência Internacional de Bibliografia, quando foi aprovada a criação do Instituto Internacional de Bibliografia (IIB), que teve seu nome alterado mais de uma vez, mas desde 1986 recebe a denominação de Federação Internacional de Informação e Documentação, embora mantenha a mesma sigla.

A Documentação é constituída por uma série de operações distribuídas, hoje, entre pessoas e organismos diferentes. O autor, o copista, o impressor, o editor, o livreiro, o bibliotecário, o documentador, o bibliógrafo, o crítico, o analista, o compilador, o leitor, o pesquisador, o trabalhador intelectual. A Documentação acompanha o documento desde o instante em que ele surge da pena do autor até o momento em que impressiona o cérebro do leitor. Ela é ativa ou passiva, receptiva ou dativa; está em toda parte onde se fale (Universidade), onde se leia (Biblioteca), onde se discuta (Sociedade), onde se colecionem (Museu), onde se pesquise (Laboratório), onde se administre (Administração), onde se trabalhe (Oficina) (OTLET, 1937, [s.p.]).

Mas o reconhecimento da Documentação como um campo autônomo de conhecimento e sua desvinculação da Biblioteconomia não ocorreu de forma pacífica. Esse movimento de divergência pode ser percebido na divisão das associações, tornando essa separação cada vez mais profunda. Em 1908, nos Estados Unidos, um grupo de bibliotecárias e bibliotecários atuantes em bibliotecas especializadas decidiu desligar-se da *American Library Association* para formar sua própria associação, a *Special Libraries Association*, e a esta primeira dissidência várias outras se sucederam.

Segundo Lígia Sambaquy,

Sem dúvida, as bibliotecas norte-americanas foram pioneiras no desenvolvimento de uma nova atitude de trabalho. Há bem mais de um

século, passaram a servir como centros comunitários de difusão de conhecimentos, de grande importância, na forma de bibliotecas públicas, e como verdadeiros e eficientes serviços de documentação, como bibliotecas especializadas (SAMBAQUY, 1978, p.52).

Mas em boa parte da Europa os serviços oferecidos pelas bibliotecas mantiveram sua origem mais sofisticada e conservadora.

Na Europa, contudo, com exceção da Inglaterra, que desde logo procurou adotar, em suas bibliotecas, programas de trabalho e métodos muito semelhantes aos das bibliotecas norte-americanas, os serviços bibliotecários mantiveram, por muito mais tempo, uma atitude sofisticada e conservadora. *Certamente foi por isso que, durante a segunda Guerra Mundial, a necessidade da obtenção de informações científicas e técnicas, urgentes, obrigou a engenheiros, químicos, físicos, biólogos a deixar seus laboratórios de pesquisas e trabalho, para organizarem serviços especiais de informações, a que resolveram denominar de centros de documentação.* Estabeleceu-se, em seguida, o ensino da Documentação como disciplina especial, distinta da Biblioteconomia, (ver, por exemplo, a criação da UFOD — União Francesa dos Organismos de Documentação) (SAMBAQUY, 1978, p.52. Destaque nosso).

Aqui se encontra uma explicação para o surgimento dos centros de documentação na Europa, e permite fazer uma distinção que relaciona as bibliotecas públicas americanas à Biblioteconomia e os centros de documentação europeus à Documentação. Mas exatamente em que eles se diferenciavam? Nos centros de documentação a preocupação principal seria a recuperação dos conteúdos dos documentos enquanto que nas bibliotecas públicas o foco estava nos serviços prestados ao público. Além disso, os centros de documentação teriam como objetivo maior o controle e análise do conteúdo das publicações e dos documentos não convencionais (SAMBAQUY, 1978, p.53). Os documentos não convencionais seriam aqueles que, pelo seu suporte, não se inseriam nos espaços das bibliotecas.

Retomando a narrativa de Cristina Ortega, foi mantida durante muito tempo uma distinção entre as escolas europeias e estadunidenses de biblioteconomia, que se modificou quando os EUA, após a primeira guerra mundial, ao ajudar os países europeus atingidos,

(...) disseminou o modelo estadunidense de biblioteca pública na Fran-

ça, por meio do projeto de reconstituição das bibliotecas públicas francesas e do funcionamento de uma escola estadunidense de bibliotecários em Paris entre 1923 e 1929. Neste período, configurou-se um rico trabalho cooperativo que envolveu o modelo das bibliotecas públicas, especialmente trazido pela Biblioteconomia pública estadunidense, e os serviços de informação especializados, em sintonia e continuidade à filosofia do IIB e de Otlet (Fayet-Scribe, 1998) (ORTEGA, 2004, [s.p.]).

O ponto crucial no texto da autora é quando ela aborda a divisão entre bibliotecários e documentalistas, na França, e como esta divisão vai ocorrer de forma marcante não só pelos cursos de formação específicos mas também pela proliferação dos centros de documentação.

Os primeiros centros de documentação surgiram neste país entre as duas Grandes Guerras e se multiplicaram depois de 1945. A atuação dos centros de documentação ilustra o papel que desempenha a informação na ajuda à pesquisa e à tomada de decisão nas organizações (Pomart, 1997, p. 124). Já na área escolar, os assim chamados centros de documentação e informação (CDI) são estruturas documentárias dos estabelecimentos escolares do segundo grau do sistema de ensino francês, que englobam biblioteca, sala de leitura, audioteca e videoteca, entre outros, e efetivam o tratamento documentário dos materiais, a pesquisa, a promoção de leitura e a ação cultural. Neles trabalham os professores-documentalistas (Vernotte, 1997, p. 125). Por outro lado, nos Estados Unidos, os CDIs são representados pelas midiatecas (media centers) ou bibliotecas escolares, assim como, os centros de documentação especializada são geralmente denominados bibliotecas especializadas (special libraries) ou centros de informação (information centers). Contudo, a linha existente entre centros de documentação e bibliotecas especializadas não é evidente (Pallier, 1997, p. 99) (ORTEGA, 2004, [s.p.]).

Chega-se, assim, às semelhanças ligadas à origem dos centros de documentação para Sambaquy e Ortega: eles surgem na Europa, no período do pós-guerra, com a função de oferecer aos seus usuários informações especializadas.

Retomando sua fala no *Congresso Mundial da Documentação Universal*, Otlet (1937) diz que foram criados organismos para concretizar as operações de documentação, para se conservar o documento. Bibliotecas, Arquivos, Centros de Do-

cumentação e Museus, correspondem ao que ele chama de grandes depósitos de tesouros intelectuais da Humanidade.

O desenvolvimento histórico deu lugar ao aparecimento de organismos distintos e de numerosas separações arbitrárias. Seria racional, em princípio, separar, de um lado, as funções e especializações documentárias e, por outro lado, examinar a possibilidade de vê-las exercidas por um organismo-tipo, único em cada país, em cada localidade, ainda que diversamente dividido (OTLET, 1937, [s.p.]).

Para ele, entre os organismos de menor desenvolvimento, a distinção entre Bibliotecas e Centros de Documentação tende a desaparecer, pois sua compreensão dos centros de documentação é bem diversa da compreensão de hoje. Como exposto acima, na Europa os Centros de Documentação surgem a partir das Bibliotecas e formam, segundo Otlet, “em seu seio, coleções de livros que, por seu turno, constituem Bibliotecas” (OTLET, 1937).

No caso específico do Brasil, estes centros de documentação que surgem na década de 1970 englobam funções que vão além das de uma biblioteca ou de um arquivo. E é possível dizer que em alguns casos cumprem até mesmo a função de museus, pois muitos deles organizavam exposições semelhantes às que aconteciam nestes espaços. Mas uma função primordial que se percebe com relação a esses espaços, é que eles se transformaram em lugares de confiança para a guarda de arquivos pessoais, ou privados, por parte dos doadores dos materiais que compõem seu acervo. Podemos supor que isso ocorra porque eles são lugares que muitas vezes surgiram relacionados a universidades, sindicatos, Igreja, o que geraria mais segurança nesses doadores do que entregá-los aos arquivos que eram, em sua maioria, instituições do governo, algo impensado no período da ditadura militar brasileira.

Ao longo de suas trajetórias, pessoas e instituições acumulam materiais de suportes e gêneros variados que lhes servem de instrumento à consecução de suas atividades e funções. Todos nós – independentemente do papel que desempenhamos na sociedade ou do nível de projeção que alcançamos – constituímos arquivos, compostos de documentos dos quais lançamos mão como elementos de prova ou testemunho ao cumprimento de nossas obrigações fiscais, sociais, profissionais ou financeiras, por serem eles os dispositivos que regulam nossa existência formal no mundo do Direito. Quando se adentra o universo da intimidade, é preciso considerar ainda as razões subjetivas que levam os indivíduos a

manter seus arquivos: neles também se encontram os documentos e objetos atrelados às afetividades, às obsessões, aos hobbies, às preferências políticas e às crenças e práticas religiosas (CAMPOS, 2013, p.151-152).

Com relação às atividades até então exercidas por bibliotecários e documentalistas e à ampliação do universo documental e das pesquisas no Brasil, Célia Camargo aponta que:

A demanda crescente por informação fez com que, à simples produção de bibliografias especializadas, sucedesse a necessidade de elaborar trabalhos que aprofundassem a análise de conteúdo dos documentos e das informações disponíveis, criando novas mediações entre o pesquisador e suas fontes. A ampliação do universo documental a ser pesquisado, ao incluir arquivos, exigia serviços sofisticados de coleta de dados e de geração de “pacotes informativos” capazes de atender aos prazos cada vez mais curtos do usuário, acadêmico ou não. O fato é que esses serviços tornaram-se essenciais para instituições, pesquisadores, empresas e órgãos públicos. Por isso, adquiriram autonomia e se separaram das bibliotecas onde se costumava oferecê-los, deixando de ser executados apenas por bibliotecários e documentalistas (CAMARGO, 2003, p.25).

Assim, ao se separarem das bibliotecas, o espaço que estes serviços vão ocupar é o dos centros de documentação e não apenas dos arquivos. Sendo assim, junto a esta categoria profissional, outras vão exercendo as funções que passam a ser demandadas nestes centros, como profissionais da História, de Arquivologia, de Ciências Sociais, além de pessoas oriundas das áreas em torno das quais os centros se constituíam, pela necessidade de se realizar análises mais aprofundadas dos documentos e informações disponíveis.

4. Novos espaços de informação e memória

Lígia Mercado e Célia Camargo atribuem o surgimento dos centros de documentação no Brasil à necessidade de ampliação de acervos para pesquisa historiográfica.

O desenvolvimento da historiografia brasileira, muito influenciada pela historiografia francesa, a partir da década de 1960 tem exigido a ampliação de acervos e o uso de novos tipos de fontes que vêm se tornando cada vez mais presentes nos arquivos e nas pesquisas empreendidas pelos historiadores brasileiros (MERCADO; CAMARGO, 2010).

O surgimento destes centros vem na trilha de um movimento para a preservação da memória documental do país, ocorrido a partir da década de 1970 no Brasil, e que se originou da pressão exercida pela comunidade acadêmica e a sociedade em geral sobre o Estado e de um amplo debate sobre a memória nacional (MERCADO; CAMARGO, 2010).

A década de 1970 foi favorável para o surgimento dos centros de documentação no Brasil em decorrência do estímulo dado no período às atividades de pesquisa e documentação, como também do movimento de expansão da pós-graduação no campo das Ciências Humanas, mais especificamente em História e Ciências Sociais. A década anterior viu chegar ao país pesquisadores estrangeiros financiados por universidades e agências de fomento estadunidenses, que ficaram academicamente conhecidos como *brasilianistas*: aqueles pesquisadores que se voltaram para o levantamento da História do Brasil.

Motivadas inicialmente pela surpresa da revolução cubana (1959) que desperta as agências de financiamento e as universidades norte-americanas para a necessidade de conhecer a América Latina e, assim, melhor avaliar a política externa dos EUA—grandes levas de sociólogos, antropólogos, cientistas políticos, e, principalmente, historiadores, passam a vir para cá com o objetivo de explicar a história política e econômica do país, estabelecendo, assim, seu perfil como nação (MOREIRA, 1990, p.66).

A temática dos *brasilianistas* é importante porque, a partir de suas pesquisas, se tornam públicas as dificuldades existentes no país relacionadas ao acesso destes pesquisadores e pesquisadoras estrangeiros, como brasileiros também, aos documentos necessários às suas pesquisas. Segundo Regina Moreira (1990), a dificuldade de acesso aos documentos vai ocorrer principalmente pela inexistência de uma lei geral que regulamentasse o funcionamento dos arquivos. E essa falta de acesso se dá principalmente pela existência de poucos espaços em que estes documentos tivessem sido tratados, organizados e estivessem disponíveis para a pesquisa.

O Arquivo Nacional, criado em 1838, e os arquivos públicos estaduais e municipais, organizados somente após o advento da República, apresentavam problemas de natureza diversa, que dificultavam o desenvolvimento de suas atribuições de recolher, preservar e dar acesso aos documentos oriundos dos órgãos da administração pública. A inexistência de um modelo sistêmico de arquivos, bem como a carência de recursos humanos e materiais contribuiu, entre outros fatores, para que

os documentos gerados pelo poder público fossem descartados de forma arbitrária e recolhidos assistematicamente. Tal realidade dificultou e por vezes impediu o tratamento e acesso a um volume considerável de documentos, sobretudo os de períodos mais recentes (COSTA et al, 1986 apud MOREIRA, 1990, p. 69).

As novas demandas da pesquisa histórica corroboraram a necessidade que passou a surgir de se preservar estes documentos, incluindo aí até mesmo os documentos privados (documentos particulares de indivíduos, famílias, grupos de interesse ou empresa), e também expôs a falta de legislação e de uma política voltada para arquivos e para a preservação da memória nacional.

Moreira (1990) identifica o surgimento dos centros de documentação ao longo da década de 1970 como uma resposta a essa necessidade, pois eles tinham como objetivo principal, segundo a autora, a preservação dos documentos contemporâneos, principalmente os privados.

Os centros de documentação universitários se constituem em uma espécie ímpar dentro do universo de espaços de informação e memória, com sua unicidade decorrendo do fato de que surgem como núcleos de apoio à pesquisa, como já falado anteriormente, mas também pelo seu perfil diversificado, pois, além de custodiarem diferentes tipos de acervos (museológicos, arquivísticos e bibliográficos), vão além e produzem instrumentos de pesquisa (bases de dados, guias etc.) (KNAUSS, 2009).

Os centros de documentação criados nos ambientes universitários a partir da década de 1970, frequentemente, ocupam um lugar deixado em aberto pelas instituições públicas. Além de preservarem os documentos privados, eles também acabam por resgatar documentos de valor histórico que estejam com sua integridade ameaçada, como documentos jurídicos, cartorários etc., e também demonstram o crescimento e fortalecimento do campo da pesquisa no Brasil. Muitos dos centros de documentação criados neste período acabaram se consolidando como centros de pesquisa e memória importantes no cenário acadêmico e que existem até os dias atuais, pois criaram condições para a prática da pesquisa, ao aproximar o pesquisador de suas fontes e, conseqüentemente, para o desenvolvimento intelectual da pesquisa brasileira.

5. Referências

- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.
- CAMARGO, Célia Reis *et al.* **CPDOC 30 anos**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 2003.

- CAMPOS, José Francisco Guelfi. ARQUIVOS PESSOAIS, ACESSO E MEMÓRIA: QUESTÕES EM PAUTA. *Inf. Inf.*, Londrina, v. 18, n. 2, p. 150 – 167, maio/ago. 2013.
- CAVALCANTI, Márcia Teixeira. **Os centros de documentação universitários como espaços de institucionalização de “novas” memórias.** 2014. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Rio de Janeiro: CNPq/IBICT – UFRJ/ECO, 2014.
- DARNTON, Robert. **A questão dos livros: passado, presente e futuro.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- FREITAS, Maria Helena. **Considerações acerca dos primeiros periódicos científicos brasileiros.** *Ciência da Informação*, Brasília, v. 35, n. 3, p. 54-66, set./dez. 2006.
- KNAUSS, Paulo. Usos do passado: arquivos e universidades. **Cadernos de Pesquisa** do CDHIS, ano 22, n. 40, p. 09-16, 1º sem. 2009.
- MERCADO, Lígia Miglioranza; CAMARGO, Célia Reis. Centros de documentação e memória no Brasil: a participação das universidades. Um olhar sobre o Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa da UNESP – Campus de Assis. *In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA CIC*, 22., 2010, São Paulo. Resumos [...]. São Paulo: UNESP, 2010.
- MOREIRA, Regina da L. *Brasilianistas, historiografia e centros de documentação.* *Estudos Históricos.* Rio de Janeiro, v.3, n.5, 1990.
- ORTEGA, Cristina D. Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. **DataGramZero**, v.5, n.5, out. 2004. Disponível em: http://dgz.org.br/out04/Art_03.htm. Acesso em: 9 jan. 2014.
- OTLET, Paul. **Documentos e documentação.** In: CONGRESSO DE DOCUMENTAÇÃO UNIVERSAL, Paris, 1937. Disponível em: <http://www.conexaorio.com/bit/otlet>. Acesso em: 09 jan. 2014.
- OTLET, Paul. **El tratado de documentación: el libro sobre el libro: teoría y práctica.** Tradução Maria Dolores Ayuso García. Murcia: Universidad de Murcia, 1996.
- PINHEIRO, Lena Vânia R. **A Ciência da Informação entre sombra e luz: domínio epistemológico e campo interdisciplinar.** 1997. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.
- SAMBAQUY, Lydia de Queiroz. Da biblioteconomia à informática. **Ciência da Informação**, v. 7, n. 1, 1978.
- TESSITORE, Viviane. **Como implantar centros de documentação.** São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa oficial, 2003.

Catedral de Notre-Dame de Paris: da construção de uma memória social à sua reconstrução

Ilaydiany Cristina Oliveira da Silva, Laís de Medeiros
Pires e Murylo Benicio Morais de Lucena

1. Apresentação

ESTE CAPÍTULO ABORDA A IMPORTÂNCIA DA MEMÓRIA PARA A HUMANIDADE, ENFOCANDO A PARTICIPAÇÃO DOS PATRIMÔNIOS HISTÓRICOS COMO ELEMENTO PRIMORDIAL PARA A GUARDA, ARMAZENAMENTO E PERPETUAÇÃO DE INFORMAÇÕES QUE INTEGRAM A IDENTIDADE DOS POVOS. NESSE CONTEXTO, APRESENTA A CATEDRAL DE NOTRE-DAME DE PARIS, CONSTRUÍDA EM 1163, COMO UMA INSTITUIÇÃO-MEMÓRIA QUE APRESENTA POR MEIO DE SUA ARQUITETURA UM ARCABOUÇO HISTÓRICO, AO REPRERSENTAR AS MUDANÇAS SOCIAIS E RELIGIOSAS VIVENCIADAS NA ÉPOCA.

A Catedral de Notre-Dame de Paris, por meio de sua construção centenária, despertou a imaginação de muitos autores e pesquisadores que fizeram dessa instituição-memória local de grandes histórias literárias que se eternizaram na reminiscência dos indivíduos, como, a exemplo, “O Corcunda de Notre-Dame”, escrito por Victor Hugo, e “Os Pilares da Terra”, de Ken Follet. Essas obras trouxeram considerável visibilidade à catedral europeia, incentivando a visita de turistas e peregrinos de diversas partes do mundo à capital francesa.

A importância histórica e cultural da Catedral ganhou notável repercussão recentemente. No dia 15 de abril de 2019, houve um grande incêndio que marcou a memória de toda a civilização, visto que mais de 850 anos de história e construções se perderam em meio às chamas que perduraram por mais de 09 horas, levando consigo parte da memória cultural da humanidade.

Este texto foi desenvolvido com o propósito de discutir a relevância da memória social e cultural embutida no âmbito da Catedral de Notre-Dame de Paris. O estudo foi desenvolvido pelo grupo de pesquisa “Informação na Sociedade Contemporânea”, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), e objetiva, de modo geral, discutir a importância da memória existente no entrelace histórico da construção e perpetuação da Catedral de Notre-Dame de Paris. Como

objetivos específicos: refletir sobre a relevância da memória para a humanidade; e compreender como uma instituição-memória, como a Catedral de Notre-Dame de Paris, pode contribuir com a história da civilização.

As respostas que circundam os objetivos descritos subsidiam o entendimento da problematização, que busca compreender: Como a Catedral de Notre-Dame de Paris se tornou culturalmente popular em meio às diversas obras arquitetônicas que surgiram no decurso da história?

Para alcançar os propósitos que abarcam a presente pesquisa define-se uma metodologia de natureza básica, visto ela buscar a completude de uma lacuna na temática discutida (GIL, 2010). Para tanto, realiza-se um estudo bibliográfico baseado em investigações acerca das temáticas envolvidas por meio de materiais, como livros, artigos científicos, teses, dissertações e periódicos em bases de dados na área da Ciência da Informação, Filosofia e Sociologia, tendo como aporte autores renomados que discutem a temática, quais sejam: Yates (2007), Halbwachs (2004), Lévi-Strauss (1962), Assmann (2008), Le Goff (1990), dentre outros.

Configurado sob a abordagem qualitativa, este estudo visa analisar os dados coletados de forma indutiva, compreendendo a dinâmica das relações constituídas entre “mundo real e o sujeito” (MATIAS-PEREIRA, 2018) e ao reforçar a importância da memória como ferramenta de construção da identidade de um povo; constitui natureza exploratória, ao buscar um novo enfoque e informações durante a delimitação do tema discutido (PRODANOV; FREITAS, 2013), apontando a necessidade de se conceber a importância das instituições-memória para a história.

Nessa conjuntura científica, justifica-se que há a necessidade de refletir os aspectos que têm permeado todo o processo de memória natural, artificial e social que integram a formação da história. Isto posto, a reflexão sobre a importância da Catedral de Notre-Dame de Paris pode ser apreendida como instrumento para análise e entendimento dessa esfera sociológica, bem como despertar novas visões e discussões a respeito da preservação da memória existente nos patrimônios culturais envolta ao mundo, assuntos estes que serão explanados no decorrer deste capítulo.

2. A importância da memória para a humanidade

A memória de uma sociedade é considerada como um verdadeiro tesouro coletivo. Nela são armazenadas informações que carregam a identidade de uma nação, permitindo que os indivíduos que a integram entendam o seu presente através da significação do passado.

O registro de informações que constituem a memória da sociedade é composto pela junção de livros, fatos, imagens, sons, dentre outros elementos que carregam

uma simbologia e significado, permitindo aos sujeitos reviverem suas memórias. Compreende-se que a memória é uma forma de resgatar a história, e que através de diversos séculos vários povos e civilizações foram precursores das identidades que hoje nos representam. Eles buscaram formar, reproduzir e registrar suas histórias, possibilitando a disseminação das informações e, conseqüentemente, perpetuando a memória de grupos e nações que passaram pelo mundo.

Assim como formar a memória da sociedade, percebe-se que o despertar sobre a necessidade de memorizar informações como forma de eternizar a história humana só passou a ser estudada a partir do surgimento da mnemotécnica, entendida como uma maneira de estimulação da memória criada pelos gregos (YATES, 2007). Esse nome foi atribuído em homenagem à deusa grega Mnemosine e baseia-se em regras de memorização de ideias ou palavras, sendo relacionada ao pensamento, lugares, imagens e estruturas e permite a reprodução de longos discursos sem a perda de informações ou ordenações (YATES, 2007).

Para Francis Bacon (1605), a mnemotécnica pode ser fundamentada em “pré-noções” e “emblemas”, que contribuem com a memorização de coisas que realmente importam, conforme apresentado abaixo:

[...] A pré-noção nos desobriga da busca interminável daquilo que deveríamos lembrar e direciona a busca a um círculo restrito, isto é, a algo que corresponda a nosso lugar de memória. O emblema reduz os conceitos intelectuais a imagens sensíveis, que impressionam mais a memória. A partir dessas definições pode-se conseguir uma prática melhor do que àquela em uso (FRANCIS BACON, 1605).

Além de Francis Bacon, filósofos como Platão e Aristóteles foram conhecedores da arte da memória. Ambos constituíram a metáfora da memória como uma tábua de cera. O pensamento aristotélico influenciou, principalmente, a Idade Média, associando a memória à teoria do conhecimento, considerando que uma e outra começavam pelos sentidos, em especial a visão. Essa extensão dos sentidos conceberam a memória individual de cada ser.

Em contrapartida, para o pensamento platônico haviam conhecimentos inatos, exigindo mais da memória e caracterizada em duas tipologias: a natural e a artificial. Segundo Yates (2007), na primeira a memória se dá por meio da absorção natural de informações, a qual acrescentamos histórias ao nosso cabedal informacional, de modo involuntário; e a segunda é criada através do mundo das ideias – sejam elas eternas, imutáveis e perfeitas – e são incorporadas ao cérebro devido à prática de uma técnica de memorização.

Assim, encontram-se inseridas na memória cultural as memórias individual e social. A primeira consiste no armazenamento de informações particulares, vivências que contém detalhes únicos e significativos, tornando possível sua transmissão através da oratória, e a segunda é partilhada por um grupo de indivíduos e pode ser transmitida de geração para geração. Geralmente, é formada pela sucessão de fatores que são lembrados por ordem de ocorrência, possibilitando avanço e retrocesso.

A partir da memória social é possível obter informações e recordar o passado coletivo de uma sociedade, por meio de memoriais, monumentos importantes, hinos oficiais, quadros, obras literárias ou artísticas. É oportuno destacar, segundo Le Goff (1990), que a memória social difere da memória coletiva. Esta se designa para os povos sem escrita, aplicando o termo memória social às sociedades onde a escrita já tenha se instalado.

Dentre as formas de memória social há a memória cultural, compartilhada por um número de pessoas que denota um coletivo, uma identidade cultural. É exteriorizada, objetificada e armazenada em formas simbólicas que ao contrário dos sons das palavras ou visão dos gestos são estáveis e transcendentem à situação – eles podem ser transferidos de uma situação para outra e transmitidos entre os indivíduos (ASSMANN, 2008, tradução nossa).

Ainda sobre a memória em realce, Halbwachs (2004) ressalta que a memória está apoiada às relações com os outros, através da linguagem, espaço, tempo, família, religião, classes sociais e tradições, de modo a construir e selecionar o passado, sejam por processos individuais (integração e continuidade dos grupos), sejam por processos coletivos (identidade dos grupos sociais). Todavia, vale ressaltar que a memória individual pode ser inserida na memória social, porque relata um acontecimento experienciado por um grupo, estando vinculada à uma intuição sensível.

Esse autor também destaca as lembranças, que podem ser reconstruídas ou simuladas, a partir da vivência em grupo. Assim sendo, é uma imagem que está junta às outras, uma reestruturação do passado feita com a ajuda de dados do presente.

Observa-se que para suprir a necessidade de conservação da memória e do pensamento faz-se necessária a memorização de um mundo ordenado, a fim de dispor das coisas as quais quer se lembrar. Segundo Lévi-Strauss (1949, p. 25), “a classificação, mesmo heterogênea e arbitrária, salvaguarda a riqueza e a diversidade do inventário; decidindo que é preciso dar conta de tudo, ele facilita a constituição de uma “memória”. Logo, arquivos, bibliotecas e museus que armazenam e classificam objetos carregam simbologias e histórias, são considerados “lugares de memória” ou “instituições-memória”, pois são guardiões de documentos, de coleções, de materiais da memória coletiva/**social** e da história, mas também superfícies de inscrição de informações (THIESEN, 2009, p.73, grifo nosso). Assim, acomodam

registros do conhecimento humano que conservam a história de povos, bem como a memória cultural de uma nação.

Nesse entendimento, Assmann (2008) reforça o pensamento ao asseverar que a memória cultural concerne a lembranças objetivadas e institucionalizadas que podem ser armazenadas, repassadas e reincorporadas ao longo das gerações, formada por:

[...] heranças simbólicas materializadas em textos, ritos, monumentos, celebrações, objetos, escrituras sagradas e outros suportes mnemônicos que funcionam como gatilhos para acionar significados associados ao que passou. Além disso, remonta ao tempo mítico das origens, cristaliza experiências coletivas do passado e pode perdurar por milênios (ASSMANN, 2008, p. 58).

Apesar de ter-se ao longo dos tempos diversos registros das formas de comunicação que existiam como, por exemplo, pinturas rupestres, tabletes de argila, papíros, pergaminhos, dentre outros, que objetivavam registrar informações sobre a vida humana na terra e, conseqüentemente, a memória individual e a memória coletiva concebe-se que a preocupação com o armazenamento e registro dessas referências sempre esteve presente no despertar da percepção humana. Isto se confirma ao aludir-se que a primeira biblioteca registrada na história data do século 7 a.C. na cidade de Nínive, em Assíria – hoje atual Iraque.

Percebe-se que todas essas unidades informacionais que surgiram ao longo dos tempos têm por função guardar objetos individuais e coletivos, que reunidos constroem a identidade de um povo, visto que por meio da história registrada se estabelece a conexão com o passado, permitindo a humanidade conhecer suas origens através da memória. É nessa perspectiva que Assmann (2008) define a memória como uma faculdade que permite formar uma consciência da individualidade (identidade), tanto no nível pessoal quanto no nível coletivo.

A identidade, por sua vez, está relacionada ao tempo, e essa síntese de tempo e identidade se efetua pela memória, podendo ser distinguida em três níveis – interno (neuro-mental), social (tempo social, pessoa portadora de papéis sociais) e cultural (histórica, mítica e tempo cultural) – no qual são definidos como memória individual, memória comunicativa e memória cultural, respectivamente (ASSMANN, 2008, p. 1, tradução nossa).

Em vista disso, ratifica-se a relevância da existência de instituições-memória, com a prerrogativa da guarda de objetos, documentos e informações, possibilitando a recuperação da história contada por meio dessas formas de registro informacional. Os pesquisadores Jorente, Silva e Pimenta (2015) ressaltam que os tipos de

memórias na sociedade dão-se devido a materialização por meio de suportes que constituem hoje patrimônio documental, cujo armazenamento e acesso compõem uma prática cultural, tecnológica e política importante e fundamental para a memória do futuro.

Desse modo, para que a memória seja preservada é importante a conservação, assegurando o acesso à informação, à própria memória e à cidadania. É nessa perspectiva que se desperta a necessidade de discutir neste estudo a relevância e valorização de instituições-memória, como forma de aguçar na sociedade um olhar crítico sobre a preservação histórica dos patrimônios mundiais, tema esse a ser discutido no tópico seguinte.

3. A catedral de notre-dame de paris: da memória social ao patrimônio cultural

A Catedral de Notre-Dame de Paris, localizada em Île de la Cité, às margens do Rio Sena, em Paris, foi construída entre 1163 e 1245 sob a ordem do Bispo Maurice de Sully, que buscou erguer uma catedral maior para a cidade. O nome escolhido, *Cathédrale Notre-Dame de Paris*, é um termo francês que significa Catedral de Nossa Senhora de Paris, uma homenagem à Virgem Maria (SILVA, 2019).

A Catedral é um dos grandes símbolos da memória social da humanidade, a qual apresenta forte ligação com a história vivenciada em seu âmbito, perpassada pela coroação de Napoleão Bonaparte, a beatificação de Joana D'Arc e o coroamento de Henrique VI, da Inglaterra. Além disso, evidencia uma grande obra de arte que encanta com sua arquitetura (Figura 1). Criada ao estilo gótico, possui colunas altas, arcos, janelas com vitrais, monumentos e objetos que juntos criam uma esfera mística e religiosa.

Figura 1 – Arquitetura da Catedral de Notre-Dame de Paris.



Fonte: <https://www.shutterstock.com/pt/search/catedral+de+notre+dame>

Vale ressaltar, ainda, que significativa parte do espetacular efeito visual de Notre-Dame vem dos seres fabulosos existentes em suas torres, como as gárgulas e quimeras (Figura 2). A autora Camille (2009, p. 12) resalta que as gárgulas com “[...] suas bocas abertas, mandíbulas escancaradas que produzem a impressão inquietante, se olharmos em direção às torres de certos ângulos, de que a catedral inteira está gritando”, e as quimeras “são demônios, dragões, grandes felinos, aves rapineiras, em sua maioria. Há, também, entre eles, seres de identidade mais precisa, como um urso, um gato, uma cabra, um javali, um pelicano, um homem-leão, um elefante” (MARTINS. 2012).

Figura 2 – Gárgulas e quimeras existentes nas torres da Catedral de Notre-Dame de Paris.



Fonte: <https://www.shutterstock.com/pt/search/catedral+de+notre+dame>

Depreende-se que a Catedral de Notre-Dame é uma fabulosa obra de arte, composta por uma rica arquitetura que mede área total de 6.000 m² e 69 metros de altura (NOTREDAMEDEPARIS, documento on-line). Ao se refletir na magnitude de uma obra construída nessa estrutura em um período de Idade Média no qual não havia tantos aparatos tecnológicos e estruturais como os dias atuais, torna-se desafiador imaginar como ela foi erguida, mediante tanta primazia. Todavia, vale salientar que essa instituição-memória não permaneceu intacta ao longo dos anos, ela passou por modificações e ornamentações no transcurso dos séculos XIII e XIV, com mudanças em parte do prédio em um estilo gótico do século XVI. Logo após, no período do Renascimento, novas alterações ocorreram nos adornos, fazendo com que a Catedral perdesse aos poucos suas características originais (NOTREDAMEDEPARIS, documento on-line).

Toda essa estrutura encantadora reforça o entendimento da importância histórica dessa edificação para a memória social da civilização, porque retrata – por meio de tantos detalhes artísticos – o pensamento, a cultura e a religiosidade dos povos, assim como o poder da Igreja Católica durante a Idade Média.

Nesse contexto histórico, a Catedral mexe com a imaginação do ser humano, serve de inspiração para histórias que marcaram a literatura e segue até os dias atuais, idealizadas em livros *best-sellers* espalhados nas mais diversas livrarias do mundo. Dentre as obras que ganharam mais destaque cita-se “O Corcunda de Notre-Dame”, obra de 1831 que narra a trágica história da Cigana Esmeralda e do sineiro Quasímodo em uma Paris Medieval, ganhando diversas versões ao longo do tempo, sendo a mais famosa popularmente o filme produzido pela Disney, em 1996. Ademais, aborda diversos temas sociais, como preconceito, fanatismo religioso e machismo.

Victor Hugo, autor da obra, criou uma narrativa complexa, repleta de metáforas, e talvez a maior delas seja a preservação da memória de uma Paris já não existente em sua época por meio de uma Igreja. Segundo Bastos (2013), quando esse escritor recebeu, em 1830, aos 28 anos, a missão de escrever uma obra que abordasse a Catedral de Paris estava envolvido em diversos outros movimentos da época, como a Revolução de 1830, deixando de lado a escrita do romance. Apenas nos últimos meses do prazo estabelecido, sendo esse de 1 ano, e pressionado pelo editor o projeto foi desenvolvido e publicado em 1831. O romance “[...] garantiu a Victor Hugo uma glória literária – apesar de as críticas publicadas à época serem predominantemente negativas – que não pararia de crescer” (BASTOS, 2013, p.10).

A obra, hoje vista como um clássico, não foi bem aceita na época entre os críticos, tornando-se mais popular entre indivíduos de diversas camadas sociais que se apaixonaram pelos personagens e universo daquele livro. A publicação fez com que várias pessoas visitassem a Igreja na época, possibilitando a propagação da memória social de um dos mais belos projetos arquitetônicos do mundo.

O período temporal escolhido por Victor Hugo para o seu romance foi o Medieval, mais precisamente 1482, como é dito no próprio livro: “Aquele 6 de janeiro de 1482 não foi, [...] um dia do qual os historiadores tenham guardado qualquer recordação” (HUGO, 2013, p. 23). A data não foi escolhida por acaso. A arquitetura gótica presente na catedral atingiu o auge de reconhecimento histórico, de acordo com Buday (2017), nos anos de 1400. Victor Hugo, tendo conhecimento disso, usou o período em seu livro:

A ambientação da história na catedral da Idade Média é o protesto do romancista contra as restaurações, segundo ele, relacionadas a modismos que substituíam a imaginação por cópia e modelos os quais estariam atacando o monumento, tanto na sua forma, como no símbolo, lógica e beleza (MORI, 2009, p. 04).

No período de escrita do Livro a Catedral havia sofrido diversas modificações, tanto nos séculos XIII e XIV como por meio do movimento artístico conhecido como Renascimento, que estava em vigor. A beleza que no templo existiu já não era mais a mesma. Os parisienses consideravam a arquitetura gótica feia, horrenda e não havia interesse nela (BUDAY, 2017). A Igreja, então, que já tinha sido palco de diversos movimentos e reformas caminhou para a sua demolição. Quando o público foi visitar a Catedral, buscando encontrar os belíssimos locais descritos no livro, deparou-se com uma Igreja degradada pelo tempo, apagada da memória. A partir disso, o protesto de Victor Hugo começou a fazer efeito.

Em seu livro, Victor Hugo defendeu a preservação da memória cultural de uma época por meio de uma Igreja. Segundo Assmann (2008, p. 35), “a memória cultural pode ser expressa por meio de objetos, coisas simbólicas passadas de geração em geração”, e foi isso o que a Catedral de Notre-Dame representou, e representa: um símbolo do glorioso tempo da arquitetura gótica; uma lembrança de uma Paris medieval aos poucos apagadas. Nas palavras do próprio Victor Hugo:

Notre-Dame de Paris, em particular, é uma curiosa amostra dessa variedade. Cada face, cada pedra do venerável monumento é uma página não somente da história do país, mas também da história da ciência e da arte. [...] Essa igreja central e geradora é, entre as velhas igrejas de Paris, uma espécie de quimera: tem a cabeça de uma, os membros de outra, o traseiro de uma terceira — e algo de todas (HUGO, 2013, p. 128).

É verossímil que a Catedral de Notre-Dame de Paris merece ser preservada por ser a principal representação da arquitetura gótica de Paris, um templo não só para religiosos católicos, mas para todos. Foi preciso, porém, haver um motivo, uma história, algo para as pessoas sentirem empatia e defender aquilo. Nas palavras de Buday (2017), um prédio, uma construção, para se manter firme e de pé é necessário haver história. Assim, a produção de Victor Hugo conseguiu isso, deu um enredo para a Catedral, constituiu personagens memoráveis, vida, ressaltando sua beleza, e sobretudo, salvou-a de um trágico fim.

Após toda a repercussão causada pela obra de Victor Hugo, o arquiteto Viollet-le-Duc iniciou um processo de restauração da Catedral que perdurou vinte anos. Ele criou mudanças estruturais, tentando se aproximar de sua forma original. No projeto, recriou a galeria de reis que desapareceu, incorporou novos elementos decorativos, como quimeras, e construiu uma nova torre. Essas adições fantasiosas às vezes foram criticadas, mas ainda sim estabelecidas. Como resultado dessa vasta

obra, a Catedral já não sofre modificações arquitetônicas, apenas manutenção, no século XX (NOTREDAMEDEPARIS, documento on-line).

Em meio a uma dessas manutenções, iniciada em 2018, ocorreu uma das maiores perdas da memória cultural das civilizações. Em 15 de abril de 2019 essa instituição-memória sofreu um grande incêndio que perdurou por mais de 9h, destruindo parte da memória social da humanidade que já possui 856 anos de história. As causas do incêndio não foram identificadas. Algumas especulações associam a reforma que esteve sendo realizada no local, outras afirmam que [...] ‘há a possibilidade de que o fogo tenha começado por uma “falha no sistema elétrico” ou por “um cigarro mal apagado”’, conforme ressalta Ayuso (2019, documento on-line) correspondente do *Jornal El País*. Entretanto, em entrevista ao Jornal em destaque, o procurador de Paris, Rémy Heitz, afirmou que “não é possível privilegiar nenhuma” dessas pistas. Pouco é divulgado acerca das reais causas do incêndio, porém descarta-se a possibilidade de ter sido intencional.

Conforme entrevistas realizadas com Laurent Nuñez, ministro do Interior da França, e André Finot, porta-voz da Catedral de Notre-Dame de Paris, e publicadas no Portal G1 de notícias¹, o fogo que se alastrou rapidamente pela Catedral causando danos em boa parte da estrutura do prédio, que, mesmo assim, resistiu. Todo o telhado e a armação de sustentação, que datavam do século XIII, foram destruídos. Já a abóboda e a flecha central da Igreja caíram. Elas são obra do arquiteto Eugène Viollet-le-Duc e tinham cerca de 500 toneladas de madeira, 250 toneladas de chumbo e chegava a 96 metros de altura.

Ainda em reportagem apresentada no Portal G1, constata-se que certos objetos não sofreram danos, como a Santa Coroa, que se acredita ter sido usada por Jesus Cristo antes de sua crucificação, um pedaço da cruz e um prego que foram utilizados durante a Paixão de Cristo, além das 16 esculturas que representam os 12 apóstolos e quatro evangelistas, e a túnica de São Luís, um dos reis mais famosos da França.

Dentre as partes que não foram destruídas, mas danificadas, destacam-se: as esculturas em mármore que ficavam dentro da catedral; o monumento Virgem, esculpida em 1712 por Nicolas Coustou, encomendada por Louis XIV; os três imensos vitrais que tiveram suas cores alteradas; e o imenso instrumento de órgão composto por seus cinco teclados e cerca de 8 mil tubos, construído no século XV, que pode ter sido amassado.

1 Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/04/16/veja-o-que-foi-salvo-e-o-que-foi-destruido-no-incendio-da-catedral-de-notre-dame-em-paris.ghtml>. Acesso em: 25 set. 2020.

A reconstrução da Catedral tem sido a maior preocupação da nação francesa desde o ocorrido. A busca pela reestruturação do prédio, de modo a preservar o que sobrou e reconstruir o que foi destruído de forma mais similar ao original, são alguns dos dilemas de arquitetos de todo o mundo, que buscam reavivar toda uma história por meio da reconstrução da arquitetura da Catedral, bem como de seus objetos e documentos, considerados obras-raras, patrimônios materiais e imateriais que possuem tamanha representatividade para a história da humanidade.

Em razão de toda essa tragédia cultural reflete-se acerca da importância da preservação e conservação das instituições-memória, da necessidade de constantes reformas e revitalizações dessas instituições que guardam a história e memória da civilização.

Apreende-se que a memória cultural possui um valor inestimável, e que a Catedral de Notre-Dame de Paris é um grande símbolo dessa memória, ao retratar um contexto histórico imortalizado dentro dessa construção centenária. Apesar de ser entendida como um caminho em direção ao passado, ela é a conexão entre o passado, o presente e o futuro, permitindo às pessoas conhecerem suas identidades e suas origens, fundamentais para a formação de gerações futuras.

A Catedral de Notre-Dame de Paris, que durante a Idade Média foi vista como um ambiente para o alto clero e nobres, hoje é frequentada por todos os povos e civilizações; espaço não só religioso, mas também de caráter educativo que permite recuperar, preservar e disseminar a memória social por meio de visitas e exposições. Em vista disso, apoiar a cultura e valorizar dessa instituição-memória é, também, reconhecer a importância da memória cultural, a qual é o nosso maior e mais rico patrimônio.

4. Considerações finais

A Catedral de Notre-Dame de Paris é uma obra construída durante a Idade Média e representa o símbolo da religiosidade de toda a França. Por meio de sua arquitetura e obras-raras integra a lista das mais belas obras arquitetônicas do mundo. Diante de tamanha relevância, este estudo foi idealizado objetivando discutir a importância da memória existente no entrelace histórico da construção e perpetuação da Catedral de Notre-Dame.

Neste capítulo foi possível fazer um resgate dos principais acontecimentos que circundam a história da Catedral, relacionando seu contexto com a importância da memória individual, social e cultural da humanidade. Compreendeu-se que essa instituição-memória contribui com a história da civilização, ao explicar sua trajetória prestigiada não apenas por ser um famoso ponto turístico da cidade francesa, palco de diversos acontecimentos, mas também por acomodar registros do conhecimento humano, conservando cultura e história.

Em relação à problematização apresentada entende-se que a Catedral de Notre-Dame de Paris se tornou culturalmente popular em meio à diversidade de obras arquitetônicas que surgiram ao longo da história, como, a exemplo, a obra “O Corcunda de Notre-Dame”, do escritor Victor Hugo, que imortalizou na memória da sociedade uma história romântica entre a cigana Esmeralda e o sineiro Quasímodo, sendo Notre-Dame de Paris cenário de diversos enlaços da trama, ajudando a construir uma imagem de personagem para a Catedral e despertando interesse do público.

A obra aqui citada é considerada o símbolo da Catedral, visto que em meio ao incêndio ocorrido na Igreja, no dia 15 de abril de 2019, as vendas do livro atingiram o topo da Amazon França (FRANCE PRESSE, 2019). Artes do personagem Quasímodo abraçado com a igreja chorando viralizou na internet, sendo esses apenas pequenos exemplos de como a obra continua a repercutir. Como disse Assaman (2008), a memória permite formar uma consciência no individual e no coletivo, e a obra literária “O Corcunda De Notre-Dame”, ou “Notre-Dame de Paris”, 1482, como queira ser chamada, já provou isso. Quasímodo, Esmeralda e, especialmente, a própria Catedral de Notre-Dame de Paris estarão para sempre na memória da humanidade.

5. Referências

- ASSMANN, Jan. **Communicative and cultural memory**. p. 1-10, 2008.
- AYUSO, Silvia. Procuradoria de Paris não sabe a causa do incêndio de Notre-Dame, 72 dias após tragédia. *Jornal El Pais*. 26 jun. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/26/cultura/1561560114_951764.html. Acesso em: 25 set. 2020.
- BASTOS, Jorge. Apresentação. In: HUGO, Victor. *O Corcunda De Notre Dame*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. p. 9-16.
- BUDAY, Richard. **Como um romance salvou a Notre-Dame e mudou a percepção da arquitetura gótica**. [How a Novel Saved Notre-Dame and Changed Perceptions of Gothic Architecture]. ArchDaily Brasil. (Trad. Libardoni, Vinicius). Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/879093/como-um-romance-salvou-a-notre-dame-e-mudou-a-percepcao-da-arquitetura-gotica>. Acesso: 23 set. 2020.
- CAMILLE, Michael. **The Gargoyles of Notre-Dame: Medievalism and the monsters of modernity**. Chicago, London: The University of Chicago Press, 2009.
- FRANCE PRESSE. **Vendas do livro ‘O corcunda de Notre-Dame’ disparam na França após incêndio em catedral: romance de victor hugo lidera vendas em plataforma da amazon nesta terça**. 2019. Disponível em: <https://g1.globo>.

- com/pop-arte/noticia/2019/04/16/vendas-do-livro-o-corcunda-de-notre-dame-dispararam-na-franca-apos-incendio-em-catedral.ghtml. Acesso em: 23 set. 2020.
- FRANCIS BACON. **Advancement of Learning**. [S.l]: Spedding, 1605
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.
- HUGO, Victor. **O Corcunda De Notre-Dame**. Rio De Janeiro: Zahar, 2013.
- JORENTE, M. J. V.; SILVA, A. R.; PIMENTA, R. M. Cultura, memória e curadoria digital na plataforma SNIIC | Culture, memory and digital curation in SNIIC platform. **Liinc em Revista**, v. 11, n. 1, 29 maio 2015.
- LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Les Structures Élémentaires de la Parenté*. Paris: Press Universitaire de France, 1949.
- MARTINS, Ana Claudia Aymoré. Olhos de pedra: história e monstruosidade em Notre-Dame de Paris. *Leitura Maceió*, n.49, p. 15-34, jan./jun. 2012.
- MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: Atlas, 2018.
- MORI, N. N. R. O Corcunda de Notre-Dame: grotesco, sublime e deficiência na idade média. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 9, n. 34, p. 199-210, 11.
- NOTREDAMEDEPARIS. Disponível em: <https://www.notredamedeparis.fr/decouvrir/architecture>. Acesso em: 25 set. 2020.
- PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. D. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013.
- THIESEN, Icléa. Museus, arquivos e bibliotecas entre *lugares da memória* e espaços de produção de conhecimento. **Mast Coloquia**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2009. V. 11 (Museus e Museologia: interfaces e perspectivas). p. 61-83.
- YATES, Frances A. As três fontes latinas da arte clássica da memória In: YATES, Frances A. **A arte da memória**. Campinas, SP: Unicamp, 2007. p. 17-45.

Bibliotecas Públicas como lugares de memória e como redes de transformação

Priscila de Assunção Barreto Côrbo

1. Introdução

INICIALMENTE, A PREOCUPAÇÃO DAS BIBLIOTECAS ERA COM A PRESERVAÇÃO e conservação Perspectivas em Ciência da Informação ação dos livros, qual a melhor maneira para manuseá-los e salvaguardá-los para o futuro. Buscavam-se formas adequadas para evitar a degradação e desgaste físico do suporte informacional ao longo do tempo. Os livros existem para serem preservados.

Para Andréa Duque (2001), o costume de preservar decorre de épocas longínquas onde poucas pessoas tinham acesso aos livros, devido a sua raridade e sua reprodução lenta e custosa. Essa situação se prolongou até mesmo após a invenção da imprensa e, conseqüentemente, a sua produção em série.

Os seres humanos são a causa principal da existência das bibliotecas. No intuito de desvendar o mundo, reconstruir a memória e os fatos históricos que o antecederam, a humanidade passa a descobrir novos caminhos que possibilitam trocar experiências e transmitir novos conhecimentos. Ao fazê-lo, passa a produzir registros e inscrições e, em vista disto, há a necessidade de organizá-los, armazená-los e preservá-los para gerações futuras.

Os registros e as inscrições se justificam pela essência do ato de documentar. A necessidade de registrar e de eternizar o saber de uma sociedade são prerrogativas utilizadas a fim de se evitar o apagamento ou esquecimento de toda memória deixada por gerações passadas. Limites entre o passado e o futuro (com um processo seletivo em jogo), os fatores que determinam o ato de lembrar ou de esquecer são condições básicas para manter as decisões e as ações das bibliotecas.

As bibliotecas se apresentam, ainda, como espaço de *encontro* e troca de saberes, lugar de interação entre a leitura e o leitor. Na perspectiva de Latour (2008, p. 42), as bibliotecas caracterizam-se como “lugares silenciosos, abrigados, confortáveis, dispendiosos, onde leitores escrevem e pensam, e as redes ampliadas e violen-

tas, através das quais circulam os fenômenos, se ligam por mil fios ao vasto mundo, cujas dimensões e propriedades transformam”.

Além de salvaguardar a memória de uma sociedade e de seus grupos, o papel das bibliotecas é garantir o acesso à informação a todas as pessoas que dela precisarem, independente de raça, religião, gênero, nacionalidade, língua ou condição social. Os livros são para serem lidos, de modo igualitário, a quem interessar, sem restrição ou seleção de quem pode ou não ter acesso, sem qualquer tipo de distinção.

Por esta razão, o pensador indiano Shiyali Ramamrita Ranganathan, matemático e bibliotecário, considerado o pai da biblioteconomia no país, estabeleceu o conceito de universalização do acesso à informação. Das cinco leis criadas por Ranganathan, que regem até os dias atuais os princípios fundamentais da Biblioteconomia, a primeira determina que nas bibliotecas os livros devem ser reunidos, preparados, mantidos e disponibilizados, atendendo a simples propósito, a promoção de seu uso.

Para justificar tal regra, Ranganathan (2009) reporta aos séculos xv e xvii e nos revela como os livros eram mantidos pelas bibliotecas. Naqueles dias, não era incomum encontrar livros realmente acorrentados às estantes. Eles eram equipados com molduras e argolas de bronze, presas a correntes de ferro, com uma das extremidades fixada nas estantes. Os livros assim acorrentados não podiam se afastar das estantes além do comprimento da corrente. Sua liberdade estava confinada ao espaço determinado pelas correntes. (RANGANATHAN, 2009, p.6).

A descrição acima explicitada pelo pensador indiano, de como os livros eram tratados, durante os dois séculos, nos faz perceber que as bibliotecas estavam mais preocupadas com a preservação do que com a utilização dos livros. A proposta de Ranganathan (2009) era mudar o desfecho da história das bibliotecas e, por conseguinte, estabelecer novas diretrizes para a promoção do uso dos livros. Desta forma, sugeriu a mudança no discurso que indicava “os livros existem para serem preservados” para “os livros são para usar”.

Neste sentido, podemos considerar que as bibliotecas públicas surgiram com o intuito de corroborar os propósitos dispostos por Ranganathan. Dentre suas principais funções, destacam-se dar acesso à informação a quem dela precisar e estimular a leitura e a produção literária, a partir da liberdade de escolha.

O termo “biblioteca pública” é mais uma tipologia da área da Biblioteconomia que se caracteriza por ser uma instituição aberta a todos e que atende às necessidades de informação, leitura e cultura de sua comunidade, assim como define o

Manifesto da IFLA/UNESCO de 1994. É mantida e financiada pela comunidade, seja por meio do governo local, regional ou nacional, seja por meio de outra forma de organização da comunidade e normalmente está vinculada a algum órgão pertencente à área da Cultura.

O presente capítulo tem por objetivo trazer uma reflexão sobre as formas de atuação das bibliotecas públicas no cenário atual. As linhas que se tecem neste texto conduzem, inicialmente, ao entendimento sobre o papel das bibliotecas públicas como terreno fértil para o saber institucionalizado. Verifica-se a missão e a finalidade de acordo com as diretrizes dispostas no Manifesto da IFLA/UNESCO (Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas/Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) sobre Bibliotecas Públicas de 1994.

Em seguida, propõe-se destacar a biblioteca pública como um “lugar de memória”, espaço propício para a construção de laços de pertencimento e fortalecimento de memórias individuais e coletivas. Trabalha-se com concepções de importantes teóricos do campo da Memória Social como Michael Pollak (1989), Pierre Nora (1993), Krzysztof Pomian (2000) e Maurice Halbwachs (2006).

Por fim, evidenciam-se as formas de atuação desses espaços como laboratórios para a produção e troca de saberes, como local profícuo de formação de laços que se tecem entre si e com o mundo. Utiliza-se, como arcabouço teórico, as obras de Bruno Latour (2008), Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995). Na perspectiva de Bruno Latour, propõe-se abordar as bibliotecas como espaço para a construção de múltiplos. Já na concepção de Gilles Deleuze e Félix Guattari, sobre rizoma, observam-se as relações que se tecem nesta rede de multiplicidades constituídas com bibliotecas e livros.

2. O papel das bibliotecas públicas

O entendimento sobre o papel das bibliotecas, ao longo dos tempos, vem se expandindo e hoje verificamos o surgimento de um novo formato, adaptado a práticas de caráter social. Além de salvaguardar a memória para as gerações futuras, natureza imanente a todas as bibliotecas, elas passam a disponibilizar seus espaços como laboratórios para a produção e troca de saberes e de experiências, individuais e coletivas, transformando-se em canais abertos para a socialização do conhecimento.

As bibliotecas públicas caracterizam-se como uma instituição democrática e um dos principais pilares da educação e cultura cidadã. Sua missão e objetivos estão dispostos no Manifesto da IFLA/UNESCO de 1994 que propõe, entre outras indicações: promover a leitura por meio de práticas sociais e culturais; garantir o acesso à informação em variados formatos e suportes; e, divulgar manifestações culturais e artísticas.

Para Christie Koontz e Barbara Gubbin (2012, p.10) o papel da biblioteca pública é servir de “[...] ponto de acesso, principal e dinâmico, da comunidade, estruturado para responder de modo proativo a uma multiplicidade de necessidades de informação que estão sempre em mudança.”

A biblioteca pública caracteriza-se como centro local de acesso à informação, tornando prontamente acessíveis aos seus utilizadores o conhecimento e a informação de todos os gêneros. Os serviços da biblioteca pública devem ser oferecidos com base na igualdade de acesso para todos, sem distinção de idade, raça, gênero, religião, nacionalidade, língua ou condição social.

Koontz e Gubbin (2012) destacam pontos importantes do Manifesto da IFLA/UNESCO que também identificamos como relevantes para este estudo.

A finalidade precípua da biblioteca pública é proporcionar recursos e serviços, numa diversidade de mídias, a fim de atender às necessidades de indivíduos e grupos em matéria de educação, informação e desenvolvimento pessoal, inclusive sua recreação e lazer. Ela desempenha importante papel no desenvolvimento e preservação de uma sociedade democrática ao oferecer ao cidadão o acesso a uma ampla diversificada variedade de conhecimentos, ideias e opiniões (KOONTZ; GUBBIN, 2012, p.2).

De acordo com o Manifesto, as bibliotecas públicas devem oferecer oportunidades e ofertar serviços voltados para o desenvolvimento da criatividade individual. Elas devem servir de “ponto central para o desenvolvimento cultural e artístico da comunidade, bem como ajudar a formar e manter sua identidade cultural.” (KOONTZ; GUBBIN, 2012, p.10).

Logo, as bibliotecas públicas devem dispor seus espaços como pontos de encontro. “[...] Isso é particularmente importante em comunidades onde há poucos lugares de encontro. Ela é às vezes chamada de ‘sala de visitas da comunidade’” (KOONTZ; GUBBIN, 2012, p.11). As autoras sublinham que o uso da biblioteca para pesquisa, ensino e lazer aproxima as pessoas graças a contatos informais, proporcionando uma experiência social positiva.

José Fernando Silva (2015, p.113) também busca expandir os princípios dispostos no Manifesto e estabelece que as bibliotecas públicas caracterizam-se como espaço cultural e informacional de acesso à leitura, à informação e à pesquisa e, basicamente, de interação, de produção e difusão do conhecimento. “Um espaço atraente, dinâmico e interativo. O lugar do encontro em uma determinada comunidade, democrático e de sociabilidade. [...] são lugares perfeitos para o encontro de diferentes tipos de informação e conhecimento e de diferentes tipos de pessoas”.

Nesta configuração, profissionais da informação devem refletir sobre suas atribuições, habilidades e responsabilidades no âmbito educacional, pois o seu agir não deve se restringir ao enfoque técnico, mas promover a mediação da informação, incentivar a interação efetiva entre os indivíduos, viabilizar a criação e a manutenção de canais de comunicação abertos e espaços de socialização do conhecimento.

[...] é preciso deixar de ter funções colocadas sabiamente em retórica poética, mas assumir sua função transformadora da sociedade e caminhar junto com sua clientela, de forma a construir o conhecimento. É preciso pensar no usuário. É preciso, sobretudo, pensar na responsabilidade social da biblioteca pública e em sua função intermediadora entre o leitor e a informação, e conseqüentemente, o conhecimento. (BERNARDINO; SUAIDEN, 2011, p. 33).

Desta forma, as bibliotecas públicas devem ser vivenciadas como lugar de interação entre a leitura e o leitor, propício à formação de laços de pertencimento com a comunidade de usuários. Além de manterem suas funções seculares de preservar o conhecimento, essas bibliotecas precisam conjugar ambos os papéis por meio da organização e tratamento da informação, assim como da disseminação do conhecimento. Elas devem, sobretudo, estimular cada vez mais o ensino-aprendizagem tornando-se laboratório para a produção e troca de saberes. Para tanto, as bibliotecas públicas devem buscar atuar como um centro fomentador e gerador do conhecimento, assim como prega o Manifesto: “porta aberta para o conhecimento”.

3. Lugar de memória e formação de laços de pertencimento

Na obra “O poder das bibliotecas”, Christian Jacob e Marc Baratin (2008) apresentam uma reflexão da história do livro e o trabalho das bibliotecas como depósito e instrumento de conhecimento, como etapa na geração de novos livros e saberes. Os autores tratam dos efeitos cognitivos inerentes à acumulação dos livros, à sua materialidade e aos laços que tecem entre si e com o mundo.

Nesta perspectiva, os autores afirmam que as bibliotecas são lugares de memória nacional. Guardiãs do patrimônio intelectual, literário e artístico de diferentes nações, as bibliotecas também são comparadas a “um teatro de uma alquimia complexa em que, sob o efeito da leitura, da escrita e de sua interação, se liberam as forças, os movimentos do pensamento”. Ainda sim, são identificadas como lugar onde se resgata o passado por meio do diálogo, “um lugar de criação e inovação, e a conservação só tem sentido como fermento dos saberes e motor dos conhecimentos, a serviço da coletividade inteira”. (JACOB; BARATIN 2008, p.9).

A biblioteca é um lugar, uma instituição. É o cruzamento paradoxal de um projeto utópico (fazer coexistir num mesmo espaço todos os vestígios do pensamento humano confiados à escrita) com as restrições técnicas, ergonômicas, políticas de conversação, de seleção, de classificação e de comunicação dos textos, das imagens e, hoje, dos sons. É também, e simultaneamente, um desígnio intelectual, um projeto, um conceito imaterial que dá sentido e profundidade às práticas de leitura, de escrita e de interpretação. Enfim, é uma coleção de livros, o efeito resultante de sua justaposição e interação: uma biblioteca não é necessariamente um edifício, como nos mostram as estantes de Alexandria ou os provedores informáticos que transmitem hoje, à distancia, livros ou artigos digitalizados. (JACOB; BARATIN, 2008, p.10).

Ainda de acordo com os autores, as bibliotecas também são um espaço dialético no qual “a cada etapa da história, se negociam os limites e as funções da tradição, as fronteiras do dizível, do legível e do pensável, a continuidade das genealogias e das escolas, a natureza cumulativa dos campos de saber ou suas fraturas internas e suas reconstruções” (JACOB; BARATIN, 2008, p.10).

Não obstante a definição proposta acima, Foucault, na obra intitulada “Outros espaços” publicada na Conferência de 1984, embarca na discussão em torno de diferentes lugares, fundamentalmente a relação entre “tempo” e “espaço”, e destaca que,

Museus e bibliotecas se tornaram heterotopias onde o tempo não cessa de acumular e que não alcança o seu auge. No século XVII, mesmo no final do século, museus e bibliotecas eram a expressão de escolhas individuais. Mas a idéia de acumular tudo, de estabelecer um tipo de ‘arquivo geral’, o desejo de ter, num único lugar, todos os tempos, todas as épocas, todas as formas, todos os gostos, a idéia de construir um lugar que congregue todos os tempos que são, por si só, fora do tempo e inacessíveis à destruição do tempo, o projeto de organizar, deste modo, um tipo de acumulação perpétua e indefinida do tempo em um lugar imóvel, esta idéia de todo pertence à nossa modernidade. O museu e a biblioteca são heterotopias próprias da cultura ocidental do século XIX. (FOUCAULT, 2003, p. 419).

Diante disso, podemos considerar que as bibliotecas são portadoras de muitas memórias e os livros conservam a duração dos saberes e dos acontecimentos de uma época. A memória pode ser capturada através do conjunto de inscrições que

a explicam: mitos, costumes, produção literária e artística, música, monumentos, língua e tradições. Os lastros, rastros ou vestígios que perduraram no tempo são símbolos da ação humana e testemunhos da trajetória das sociedades. São valiosos portadores de mensagens e refletem, na sua configuração, na sua forma, no seu material, no seu acabamento, as características do grupo social que os criou, bem como as relações sociais implícitas em cada atividade.

De acordo com Pomian (2000, p.511), o conhecimento sobre os fatos e acontecimentos passados, que fazem parte da história, só pode ser obtido por meio dos “fósseis” e “documentos/monumentos” de todos os gêneros, ambos, recordações coletivas materializadas. O autor entende, ainda, que durante um bom tempo se optava por obter suportes mais resistentes para os escritos. Por esse motivo, “[os] documentos acumulam-se no significado mais literal do termo; enchem as coleções especializadas na conservação, ou seja, bibliotecas e arquivos”.

O ato de lembrar não é autônomo, mas enraizado no movimento interpessoal das instituições sociais – a família, a classe social, a escola, a profissão, a religião, o partido político etc. – a que o indivíduo pertence. Para Halbwachs (2006), a memória é coletiva, é resultado da interação dos indivíduos com seus grupos de convívio. Por isso não existe memória puramente individual, já que todos os indivíduos interagem e sofrem a ação da sociedade, através de suas diversas agências e instituições sociais.

Segundo Pollak (1992, p.201), a memória está relacionada a acontecimentos, personagens e lugares. Está particularmente associada a um fenômeno individual, “algo relativamente íntimo próprio da pessoa”, mas também pode ser compreendida como um fenômeno coletivo e social, isto é, “como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes.”

Pierre Nora (1993, p.13) destaca que os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea. O autor entende que “é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais.”

Os “lugares de memória” precisam ser ao mesmo tempo materiais, simbólicos e funcionais, porém, em graus diferentes. São lugares materiais aqueles em que a memória se apoia e pode ser apreendida através dos sentidos; os lugares funcionais têm a função de sustentar a memória coletiva; e, é nos lugares simbólicos, que a memória coletiva se expressa e se revela. Segundo Nora (1993, p.27), “o lugar de memória é um lugar duplo: um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, sobre sua identidade e recolhido sobre seu nome, mas, constantemente aberto sobre a extensão de suas significações.”

Para o autor, os lugares de memória estão esvaziados, porque esses lugares são, antes de qualquer coisa, restos, espaços de rememoração. A memória se cristaliza

no traço, pelo vestígio, na materialidade do registro, na visibilidade da imagem. “O que nós chamamos de memória é, de fato, a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar, repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de nos lembrar”. (NORA, 1993, p.15).

O entendimento sobre a função e missão das bibliotecas transitou no tempo, sem perder seus traços materiais, simbólicos e funcionais. De simples guardiã da memória, ela avançou na direção do papel de mediadora entre conhecimento produzido e acumulado e, hoje, verificamos o surgimento de um novo modelo de bibliotecas adaptado a práticas de caráter social que, além de promover e difundir o conhecimento, passa a utilizar seus espaços e criar serviços cada vez mais direcionados às necessidades informacionais de sua comunidade de usuários.

Observamos, especialmente, que as bibliotecas contribuem para a construção de laços de pertencimento com a comunidade de usuários. A apropriação de seus espaços permite a troca de experiências e a produção do conhecimento, seja este um processo individual ou coletivo. De acordo com Halbwachs (2006), os indivíduos ou grupos estão ligados naturalmente a um lugar porque é o fato de estarem juntos, em um dado espaço, que permite aos seus membros criar laços sociais. O espaço é o local onde a dimensão subjetiva revela-se de forma mais intensa. Os conceitos de apropriação, símbolo, memória, identidade, lugar e representações sociais estão intimamente relacionados, pois se ligam à experiência do espaço.

Com a apropriação, o indivíduo ou grupo social tanto assume determinado lugar como propriedade sua, como também entende que ele pertence ao lugar. Esse sentimento de pertença não se relaciona apenas à dimensão espacial: pertencer ao lugar significa também pertencer ao grupo. À medida que o sujeito interage com o lugar, o meio deixa marcas no indivíduo, contribuindo para a construção de sua identidade. Como coloca Halbwachs (2006, p. 69), “há em cada época uma estreita relação entre os hábitos, o espírito de um grupo e os aspectos dos lugares onde ele vive”. Assim, a apropriação e a sensação de pertencimento estão intimamente relacionados à formação da identidade, seja individual ou coletiva. A construção da identidade procura relacionar os imaginários locais, trazendo embutidos os significados dos lugares, as relações sociais e as memórias associadas.

Para Eduardo Murguía (2010, p. 31), a memória não é uma entidade em estado de repouso. A memória se define como um ser em constante mutação, que se mostra em múltiplos arranjos e rearranjos com outras associações. “O fato que a memória sendo uma construção histórica, no sentido de que sua ação é atualizada em situações concretas, faz com que ela adquira múltiplas fisionomias. Seu estado é de constante formação, mesmo porque o fim último dela seja a formação de identidades e identidades são também variadas.”

Assim como a identidade, a memória é uma construção social, é um trabalho de organização que articula a lembrança e o esquecimento, sofrendo transformações constantes. A memória é seletiva, depende dos valores do indivíduo, do momento histórico e dos interesses do grupo social, que sempre remetem aos conflitos de definição das identidades (POLLAK, 1989). A memória coletiva é formada para dar sentido e estabelecer a maneira do indivíduo se relacionar com o mundo.

Segundo Leila Ribeiro (2010, p.39), a forma de acesso à memória nas bibliotecas se dá a partir do catálogo e se torna um saber administrativo. A *práxis* coordena a memória virtual e a sua atualização através da escolha e da leitura que o público fará do acervo. A biblioteca é um espaço onde a leitura questiona e a memória social responde. “Os bibliotecários são mediadores e guardiões do meio utilizado para se passar da questão à resposta: os fichários. Na biblioteca, há nos livros uma vontade de memória que se atualiza através da leitura. Quando ele se fecha, a memória torna-se novamente virtual.”

Neste sentido, torna-se possível reconhecer que as bibliotecas por meio de seus lastros, rastros e vestígios deixados pelas gerações passadas, configuram-se como “lugares de memória”. Nesta conjectura, elas podem contribuir para a formação de laços de pertencimento que tecem entre si e com o mundo possibilitando a produção e troca de saberes.

4. Laboratório de produção e troca de saberes

Bruno Latour (2008), no primeiro capítulo do livro de Jacob e Baratin, “Redes que a razão desconhece”, revela que as inscrições e fenômenos que circulam nos lugares de memória - entendidos como bibliotecas, laboratórios e coleções - fabricam não só o corpo, mas também a alma do conhecimento. Para o autor,

[...] em vez de considerar a biblioteca como uma fortaleza isolada ou como um tigre de papel, pretendo pintá-la como o nó de uma vasta rede onde circulam não signos, não matérias, e sim matérias tornando-se signos. A biblioteca não se ergue como o palácio dos ventos, isolado numa paisagem real, excessivamente real, que lhe serviria de moldura. Ela curva o espaço e o tempo ao redor de si, e serve de receptáculo provisório, de dispatcher, de transformador e de agulha a fluxos bem concretos que ela movimenta continuamente. (LATOUR, 2008, p.21, grifo do autor).

Latour (2008) constrói a relação de “lugares de memória”, bem como suas inscrições, no contexto de redes. Para se chegar ao que ele identifica como inscrições - objetos, livros, textos, mapas etc. -, traz a concepção de informação, descartando

logo de início a possibilidade de ser confundida como signo, mas estando associada a uma relação entre dois lugares, “o primeiro, que se torna uma periferia, e o segundo, que se torna um centro, sob a condição de que entre os dois circule um veículo que dominamos muitas vezes forma, mas que, para insistir em seu aspecto material, eu chamo de inscrição”. Em outro momento, o autor explica o fato de que a informação,

[...] não é uma “forma” no sentido platônico do termo, e sim uma relação muito prática e muito material entre dois lugares, o primeiro dos quais negocia o que deve retirar do segundo, a fim de mantê-lo sob sua vista e agir à distância sobre ele. Em função do progresso das ciências, da frequência das viagens, da fidelidade dos desenhistas, da amplitude das taxionomias, do tamanho das coleções, da riqueza dos colecionadores, da potência dos instrumentos, poder-se-á retirar mais ou menos matéria e carregar com mais ou menos informações veículos de maior ou menor confiabilidade. A informação não é inicialmente um signo, e sim o “carregamento”, em inscrições cada vez mais móveis e cada vez mais fiéis, de um maior número de matérias. (LATOURE, 2008, p.23).

O autor estabelece que todos esses lugares mantêm relações múltiplas entre o trabalho de redução e o trabalho de ampliação, repletos de ligações com o mundo que os circunda. Ao falarmos de livros e de signos não podemos esquecer suas conexões. Eles se apresentam em um universo de intertextualidade determinante para a reconstrução da realidade na qual foram produzidos,

[...] Todos esses lugares estão repletos de ligações com o mundo, e cada página puxa atrás de si tantas tomadas e fichas quanto a parte posterior de um computador. [...] Após quarenta anos de trabalhos sobre a intertextualidade e o esplêndido isolamento do mundo dos signos, convém lembrar que os textos agem sobre o mundo, e circulam em redes práticas e instituições que nos ligam a situações. (LATOURE, 2008, p.26).

No entanto, o autor deixa claro que não podemos confundir o conceito de intertextualidade com as conexões que se tornam presentes em um texto quando ele se relaciona a outro através de citações ou referências bibliográficas, que servem apenas como prova e legitimação de uma pesquisa. Assim, o termo estaria relacionado a um mundo de conexões que o texto faz com outro e nos transportaria ao ambiente de produção, remontando cenas, especificidades, objetos, atores etc.,

de forma permanente. O autor nos remete ao processo cartográfico como modelo para todo esse trabalho de transformação e reconstrução que inverte as relações entre um lugar e todos os outros.

Prestemos atenção por um instante à inversão das relações de força entre aquele que viaja numa paisagem e aquele que percorre com o olhar o mapa recém-desenhado. Da mesma forma que as aves do Museu ganhavam, pelo empalhamento, uma coerência que as tornavam todas comparáveis, assim também todos os lugares do mundo, por mais diferentes que sejam, ganham, através do mapa, uma coerência ótica que os torna todos comensuráveis. Por serem todos planos, os mapas podem ser sobrepostos, e permitem, portanto, comparações laterais com outros mapas e outras fontes de informação, que explicam esta formidável amplificação própria dos centros de cálculo. Cada informação nova, cada sistema de projeção favorece todos os outros. (LATOUR, 2008, p.26).

No processo cartográfico torna-se possível, além da reconstrução do ambiente de produção e comensuração dos fatos científicos, a utilização das inscrições para atender diferentes propósitos. “O mesmo mapa pode encobrir-se de cálculos; é possível sobrepor a ele mapas geológicos, meteorológicos, pode-se comentá-lo num texto, integrá-lo num relato.” (LATOUR, 2008, p.29).

De forma diferente, mas abarcando o mesmo contexto de interconexão que uma inscrição possa estabelecer, Pomian (2000, p.512) traz uma reflexão sobre os diferentes tipos de documentos escritos e seu caráter peculiar com a memória coletiva. De acordo com o autor, os atlas e os mapas, frutos de numerosas viagens e expedições, reconstróem o passado e apresentam o lado invisível do tempo e do espaço. “[...] a memória coletiva e transgeracional, exatamente como a memória individual, coloque sempre as suas recordações num espaço determinado e que essa localização seria tão importante como a localização temporal, sobretudo quando se trata de proceder a uma reconstrução do passado”.

Há uma rede onde circulam informações que estão associadas a alguma inscrição. Elas carregam consigo metainformações que se interconectam a outras inscrições. As bibliotecas então poderiam ser consideradas como redes de transformação que transportam e conectam as inscrições no mundo. Entendidas especialmente como laboratórios, não poderiam permanecer, portanto, isoladas do mundo que as cerca.

[A biblioteca] serve antes de estação de triagem, de banco, representando para o universo das redes e dos centros o papel de Wall Street

ou da City para o capitalismo. [...] Os fenômenos circulam através do conjunto, e é unicamente sua circulação que permite verificá-los, assegurá-los, validá-los. Não esqueçamos que as belas palavras de conhecimento, exatidão e precisão perdem seu sentido fora destas redes, dessas transformações, dessas acumulações, dessas mais-valias de informação, dessas inversões de relações de força. [...] Com efeito, trata-se sempre, pela inversão de instrumentos cada vez mais sutis, de conservar o máximo de formas e forças através do máximo de transformações, deformações, provas. Ah, deter-se num ponto e, por uma série de simples transformações, de simples deduções, recriar todos os outros, à vontade! (LATOURE, 2008, p. 37).

É possível observar que as relações que se tecem nesta rede de multiplicidades em que as bibliotecas se encontram nos reporta ao que Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995) chamariam de “rizoma”. Os autores iniciam a discussão sobre rizoma descrevendo como construíram o texto o “Anti-Edipo”. Eles enfatizam que esta construção não foi somente escrita a quatro mãos, mas que foram influenciados, ajudados, aspirados, multiplicados, assim como todos nós somos, por forças exteriores.

Na sequência, os autores discorrem sobre o papel do livro e seus agenciamentos. Deste modo, um livro é objeto não de um sujeito, mas de diferentes matérias que são formadas, de datas e velocidades diversas. Quando se atribui um sujeito a um livro trata-se, ao mesmo, de definir o seu pertencimento e de negligenciá-lo às outras matérias e à exterioridade de suas correlações. Nele existem linhas de articulação ou segmentaridade, estratos, territorialidades, mas, especialmente, linhas de fuga, movimentos de desterritorialização e desestratificação. “As velocidades comparadas de escoamento, conforme estas linhas, acarretam fenômenos de retardamento relativo, de viscosidade ou, ao contrário, de precipitação e de ruptura”. Todas as linhas e as velocidades mensuráveis constituem um agenciamento. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.10).

Nesta perspectiva, os autores estabelecem que um livro caracteriza-se como um agenciamento e que possui multiplicidades. Um agenciamento maquínico que é direcionado para os estratos que fazem dele uma espécie de organismo, ou “bem uma totalidade significativa, ou bem uma determinação atribuível a um sujeito, mas ele não é menos direcionado para um corpo sem órgãos, que não para de desfazer o organismo, de fazer passar e circular partículas a-significantes, intensidades puras, e não para de atribuir-se os sujeitos aos quais não deixa senão um nome como rastro de uma intensidade”. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.11).

Não há diferença entre aquilo de que um livro fala e a maneira como é feito. Um livro tampouco tem objeto. Considerado como agenciamento, ele está somente em conexão com outros agenciamentos, em relação com outros corpos sem órgãos. Não se perguntará nunca o que um livro quer dizer, significado ou significante, não se buscará nada compreender num livro, perguntar-se-á com o que ele funciona, em conexão com o que ele faz ou não passar intensidades, em que multiplicidades ele se introduz e metamorfoseia a sua, com que corpos sem órgãos ele faz convergir o seu. Um livro existe apenas pelo fora e no fora. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.12).

É possível associar essas relações que se constroem a uma pequena máquina. Como máquina literária, ela entretém relações com uma máquina de guerra, uma máquina de amor, uma máquina revolucionária etc. — e com uma máquina abstrata que as arrasta. Mas a única questão, quando se escreve, é saber com que outra máquina a máquina literária pode estar ligada, e deve ser ligada, para funcionar. “Kleist e uma louca máquina de guerra, Kafka e uma máquina burocrática inaudita. [...] Escrever nada tem a ver com significar, mas com agrimensar, cartografar, mesmo que sejam regiões ainda por vir”. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.12).

De acordo com Roger Chartier (1998, p.77), a leitura é sempre apropriação, invenção, produção de significados. “[...] o leitor é um caçador que percorre terras alheias. Apreendido pela leitura, o texto não tem de modo algum – ou ao menos totalmente – o sentido que lhe atribui seu autor, seu editor ou seus comentadores”. Toda história da leitura supõe, em seu princípio, esta liberdade do leitor que desloca e subverte aquilo que o livro lhe pretende impor.

O autor nos revela que os livros atuaram no passado como forma de poder na nossa sociedade. Ele enfatiza que os livros, seja em forma impressa ou manuscrita, eram objetos duradouros dotados de grandes poderes, tanto desejados quanto temidos, mantinham um mister de sagrado, magia e sentimento. Como exemplo menciona a Bíblia que era objeto de usos propiciatórios que pouco tinham a ver com a leitura de seu texto e muito com sua presença em proximidade com o corpo. Já no século XVIII, o discurso voltava-se para o poder do livro e os perigos ou benefícios da leitura para a saúde dos corpos, podendo contribuir para o melhor mas também, às vezes, para o pior.

O discurso assumiu um tom médico, construindo uma patologia da leitura excessiva, considerada como doença que acometia o indivíduo ou como epidemia coletiva. A leitura incontrolada era tida como pe-

rigosa porque combinava imobilidade corporal e excitação da imaginação. E introduzia a pior das enfermidades: estômago ou intestinos ingurgitados, nervos perturbados, exaustão corporal. Profissionais da leitura – isto é, homens de letras – eram mais expostos a tais distúrbios, considerados as fontes de hipocondria, sua doença característica. (CHARTIER, 2014, p.118-119)

Para Deleuze e Guattari (1995, p.12), o livro imita o mundo, assim como a arte imita a natureza, por procedimentos que lhes são próprios e que realizam o que a natureza não pode ou não pode mais fazer. A lei que rege o livro é a reflexão: o uno que se torna dois. Reflete-se então sobre como é que a lei do livro estaria na natureza, posto que ela preside a própria divisão entre mundo e livro, natureza e arte? “Um torna-se dois: cada vez que encontramos esta fórmula, mesmo que enunciada estrategicamente por Mao Tsé-Tung, mesmo compreendida o mais “dialecticamente” possível, encontramos-nos diante do pensamento mais clássico e o mais refletido, o mais velho, o mais cansado”.

Os autores descrevem o que seria o princípio da multiplicidade, destacando que ele ocorre quando o múltiplo é efetivamente tratado como substantivo, multiplicidade. Ele acontece quando não tem mais nenhuma relação com o uno como sujeito ou como objeto, como realidade natural ou espiritual, como imagem e mundo.

As multiplicidades são rizomáticas e denunciam as pseudomultiplicidades arborescentes. Inexistência, pois, de unidade que sirva de pivô no objeto ou que se divida no sujeito. Inexistência de unidade ainda que fosse para abortar no objeto e para “voltar” no sujeito. Uma multiplicidade não tem nem sujeito nem objeto, mas somente determinações, grandezas, dimensões que não podem crescer sem que mude de natureza (as leis de combinação crescem então com a multiplicidade). (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.15).

O agenciamento é o crescimento das dimensões numa multiplicidade que muda necessariamente de natureza à medida que ela aumenta suas conexões. Não existem pontos ou posições num rizoma como se encontra numa estrutura, numa árvore, numa raiz. Existem somente linhas. Os autores destacam, ainda, os princípios que estabelecem o rizoma, com um caráter de conexão.

um ponto qualquer com outro ponto qualquer, e cada um de seus traços não remete necessariamente a traços de mesma natureza, ele põe

em jogo regimes de signos muito diferentes, inclusive estados de não-signos. O rizoma não se deixa reduzir nem ao Uno nem ao múltiplo. [...] Ele não é feito de unidades, mas de dimensões, ou antes, de direções movediças. Não tem começo nem fim, mas sempre um meio, pelo qual ele cresce e transborda. Ele constitui multiplicidades. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.31).

Diante de tais colocações sobre rede apresentadas por Latour (2008) e acerca da concepção de rizoma de Deleuze e Guattari (1995), podemos concluir ressaltando que as bibliotecas têm um potencial de atuação capaz de assegurar a interconexão da sua comunidade de usuários com diferentes lugares e conhecimentos registrados no mundo. Os livros sempre estarão abertos para experimentações e serão sempre atravessados por outras linhas de intensidade, linhas de forças etc. As linhas que atravessam suas páginas estarão sempre se movendo em diferentes direções, se abrem e se fecham, se constroem e se desconstroem, se conectam e se desconectam, pulsam. Ele crescerá onde houver espaço, multiplicará onde encontrar possibilidades e criará seu ambiente. Será sempre “[um] riacho sem início nem fim, que rói suas duas margens e adquire velocidade no meio”. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.36).

5. Considerações finais

Nesse capítulo foi possível identificar as peculiaridades das bibliotecas, e, precisamente, o potencial de atuação das bibliotecas públicas, indispensáveis à vida em sociedade, como lugar de memória e como laboratório do saber vivo. Sua importância, comprovada ao longo dos tempos, ultrapassa as funções de preservação e vai ao encontro de memórias individuais e coletivas, contribuindo para a formação de identidades e laços de pertencimento que se constroem junto à comunidade de usuários.

As bibliotecas públicas foram apresentadas, segundo o Manifesto IFLA/UNESCO, como espaço de promoção do uso e acesso ao conhecimento, de apoio à educação formal e de desenvolvimento da educação permanente. São lugares favoráveis às trocas recíprocas de saberes e propício ao ensino-aprendizagem. Suas funções e modos de operação no passado se ampliam no presente, com a expansão demográfica e as possibilidades de compartilhamento de conhecimentos e experiências que podem ser mais facilmente partilhadas.

As propostas de Latour (2008) sobre as conexões que se estabelecem por meio das bibliotecas e dos livros nos permitiram compreender que estas instituições sempre foram e sempre serão indispensáveis na nossa sociedade. Templos do co-

nhcimento humano, espaços onde circulam pensamentos, onde uma mente se conecta a outra mente, uma rede infinita de encontros e trocas de saberes, enfim, locais sagrados. Eles devem ser preservados para o futuro por manter em sua guarda registros, lastros, rastros e vestígios da produção humana das gerações passadas.

As bibliotecas estão ligadas a um mundo que, sem elas, permanece incompreensível e, portanto, torna-se imprescindível mantê-las. Para Jacob e Baratin, a Biblioteca de Alexandria teria servido de centro de cálculo para uma vasta rede da qual era a fonte abastecedora. “Não é à toa que os Ptolomeus eram gregos. O império de Alexandre sabia muito bem as forças que podem ser derrubadas com o império dos signos.” (LATOURE, 2008, p. 43-44).

Diante da concepção de rede e das relações de multiplicidades das bibliotecas, apresentadas por Deleuze e Guattari (1995), indaga-se a respeito da constituição da subjetividade dos indivíduos, suas motivações e vontade de saber. Tais elementos são determinantes para que seus espaços tornem-se cada vez mais laboratórios de novos experimentos coletivos, transformando-se em canais abertos para a produção e troca de saberes.

As bibliotecas públicas, assim como seus livros, sempre estarão abertos a experimentações e serão sempre atravessados por outras linhas de intensidade, linhas de forças, linhas de poder etc. Nelas a socialização do conhecimento, um processo sempre contínuo e inacabado, terá cada vez mais, um espaço privilegiado.

6. Referências

- BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues; SUAIKEN, Emir Jose. O papel social da biblioteca pública na interação entre informação e conhecimento no contexto da ciência da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.16, n.4, p. 29-41, out./dez. 2011. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1257/970>. Acesso em: 05 jun. 2016.
- CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun**. São Paulo: UNESP, [1998].
- CHARTIER, Roger. **A mão do autor e a mente do editor**. São Paulo: UNESP, 2014.
- DELEUZE, Gilles. **A ilha deserta e outros textos: textos e entrevistas (1953-1974)**. São Paulo: Iluminuras, 2006.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Ed. 43, 1995. v. 1.
- DUQUE, Andréa Paula Osório. **Modelagem de cursos à distância via Internet, à luz da Ciência da Informação**. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - UFRJ/ECO-MCT/IBICT, Rio de Janeiro, 2001.

- FOUCAULT, Michel. Outros espaços. *In*: FOUCAULT, Michel. Estética: literatura e pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, Ditos e escritos, v. 3. p. 411-422.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- IFLA/UNESCO. **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas**. 1994. Disponível em: <http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm> . Acesso em: 06 jun. 2016.
- JACOB, C.; BARATIN, M. (org.). **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente**. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.
- KOONTZ, C.; GUBBIN, B. (org.). **Diretrizes da IFLA para bibliotecas públicas**. Brasília: Briquet de Lemos, 2012.
- LATOURE, Bruno. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2011.
- LATOURE, Bruno. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. *In*: JACOB, C.; BARATIN, M. (org.). **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente**. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.
- LATOURE, Bruno. Which protocol for the new collective experiments? *In*: SCHMIDGEN, H.; GEIMER, P; DIERIG, S. (ed.). **Kultur im experiment**. Berlin: Kadmos Verlad, 2004. p. 17-36.
- LATOURE, Bruno; WOOLGAR, S. **A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos**. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1997.
- MANIFESTO DA IFLA/UNESCO SOBRE BIBLIOTECAS PÚBLICAS. Paris: Unesco, 29 nov. 1994. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2017.
- MURGUIA, Eduardo Ismael. A memória e sua relação com arquivos, bibliotecas e museus. *In*: MURGUIA, Eduardo Ismael. **Memória: um lugar de diálogo para arquivos, bibliotecas e museus**. São Carlos, SP: Compacta, 2010. p. 11-32.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. São Paulo, **Projeto História**. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História. v. 10, 1993.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.
- POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.
- POMIAN, Krzystof. Memória. *In*: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, v. 42, p. 507-516, 2000. (Sistemática).
- RANGANATHAN, S. R. **As cinco leis da biblioteconomia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2009.

RIBEIRO, Leila Beatriz. Memória: um lugar de diálogo para arquivos, bibliotecas e museus. *In*: MURGUIA, Eduardo Ismael (org.). **Memória**: um lugar de diálogo para arquivos, bibliotecas e museus. São Carlos, SP: Compacta, 2010. p. 32-44.

SILVA, José Fernando Modesto da (org.). **A biblioteca pública em contexto**: cultural, econômico, social e tecnológico. Brasília: Thesaurus, 2015.

Memória organizacional, documentos e arquivos: associação para a aprendizagem e disseminação de informação e conhecimento

Érica de Castro Loureiro

1. Introdução

UMA ATIVIDADE INTENCIONAL, INCORPORADA AO COTIDIANO INSTITUCIONAL, para registro e compartilhamento de informações, experiências e aprendizados acumulados ao longo da trajetória de uma instituição. Assim entendemos a memória organizacional (MO), considerada segundo uma perspectiva voltada para a gestão da informação e do conhecimento. Ao pensar o desenvolvimento deste tipo de atividade em instituições de memória, nos propomos a refletir sobre os processos e formas de registro e circulação deste tipo de memória, com especial atenção aos documentos e arquivos, considerados recursos nobres para a preservação da memória nesse tipo de instituição.

Existem algumas possíveis formas de pensar atividades de MO, e a visão ora apresentada se alinha a uma articulação de teorias e intelectuais que refletem sobre o tema. Uma primeira definição bastante ilustrativa é a da canadense Kimiz Dalkir (2011) que traz indícios de práticas de gestão do conhecimento para apoiar uma iniciativa de memória organizacional. A MO é entendida pela autora enquanto uma maneira da organização melhorar ao longo do tempo por meio do aprendizado com seus sucessos (melhores práticas e inovações) e seus fracassos (lições aprendidas). Para ser capaz de aprender com essas experiências, a organização deve documentar eventos marcantes - com destaque para o cuidado com os suportes informacionais escolhidos, as plataformas e meios de registro - e lembrar deles, por meio do acesso a uma memória organizacional (DALKIR, 2011).

Visão semelhante é proposta por Walsh e Ungson, que definem a MO como o registro e armazenamento de informações acumuladas a partir da experiência de uma organização, referentes a interpretações sobre decisões implementadas e problemas resolvidos ao longo do tempo. Para os autores, as informações da MO

devem ser passíveis de recuperação para apoiar a tomada de decisão no momento presente, destacando que a MO é tanto um constructo individual quanto coletivo. Eles afirmam, ainda, que somente por meio de interpretações compartilhadas seria possível transcender o nível individual de análise (WALSH; UNGSON, 1991).

Ao refletir sobre a articulação dos conceitos de conhecimento organizacional, aprendizagem e memória, Spender (1996) afirma que não é totalmente correto dizer que a memória organizacional seria composta pela soma de conhecimentos individuais, que produziriam um corpo de conhecimentos e significados compartilhados. O autor discorda do entendimento de Walsh e Ungson (1991) de que tais conhecimentos e significados poderiam ser abstraídos, externalizados, memorizados e tornados disponíveis para os novos membros, com o intuito de garantir a sobrevivência da organização, mesmo frente à saída de seus membros originais.

A ressalva de Spender diz respeito ao cuidado que se deve ter para não considerar o conhecimento de maneira puramente “objetificada”, pois parte do que é requerido para reutilizar o conhecimento armazenado na memória está sempre fora de um sistema de memória, que não pode ser entendida de forma independente da inteligência à qual serve. Para o autor, essa inteligência deve incluir tanto a capacidade de considerar a experiência passada quanto a de abstrair dela, por não se aplicar à realidade presente. Assim, o importante seria saber intervir de maneira intencional e qualificada na atualidade, contando com o conhecimento necessário incorporado nos processos contínuos das organizações (SPENDER, 1996).

Além disso, ao discutir a questão da dimensão individual e coletiva da memória, Spender (1996) recorre aos pensamentos de Durkheim, Fleck e Halbwachs para afirmar que, se considerarmos a cognição e a lembrança atividades coletivas, é incorreto comparar as propriedades organizacionais, que emergem de maneira imprevista no nível social, com o nível individual da memória. Antes de nos dedicarmos mais profundamente a essa questão, traremos um último autor que reflete sobre o tema da MO sob o ponto de vista da gestão.

Stein (1995) afirma que o desenvolvimento de atividades de memória em organizações poderia ajudá-las a manter uma direção estratégica ao longo do tempo; a fortalecer a identidade da organização; a evitar o uso de velhas soluções para novos problemas só porque ninguém se recorda de como dada situação foi resolvida em outros tempos; a fornecer aos novatos acesso à expertise daqueles que os antecederam; e a facilitar a aprendizagem organizacional (STEIN, 1995).

Segundo o autor, a MO envolve a codificação de informações por meio de representações que posteriormente têm um efeito não previsto na organização, pois seus membros passam a interpretar as informações armazenadas à luz das atuais condições da organização. Entretanto, um profissional só se interessará em recupe-

rar essas informações caso valorize o que foi feito em contextos anteriores; tenha a habilidade para localizar e decodificar essas informações; e se o custo para localizá-las for menor que o de reconstruir uma solução do zero (STEIN, 1995, p. 17).

Entendidos os limites do que consideramos aqui memória organizacional, nos propomos a refletir a respeito de alguns pontos subjacentes às definições e discussões colocadas acima. Considerando que o presente texto se direciona ao desenvolvimento de iniciativas de MO em um tipo específico de organizações, aquelas ditas de memória, nos aprofundaremos em alguns temas, tais como as dimensões e os limites da memória.

2. Memória individual, coletiva e seus limites

Para nos ajudar a compreender como um grupo pode possuir memória ou influenciar a forma com que o indivíduo percebe sua realidade, traremos as ideias reunidas por Mary Douglas em seu livro “Como as instituições pensam”, no qual aborda as origens sociais do pensamento individual. Referenciando pensamentos de Durkheim e Fleck, a autora destaca que as classificações, operações lógicas e metáforas que nos guiam são dadas ao indivíduo pela sociedade, mas esse indivíduo raramente tem consciência que o pensamento predominante exerce uma imensa força sobre seu próprio pensamento (DOUGLAS, 2007, p. 26).

Da mesma maneira, o sociólogo francês Maurice Halbwachs, criador do conceito de memória coletiva, afirma que os grupos sociais se empenham para manter alguma persuasão junto aos seus membros, e destaca o papel do “afeto” que deve ser partilhado por aqueles que se identificam com determinado grupo. Dessa forma, as representações das experiências passadas, uma vez reconhecidas pelo grupo, tenderiam a ser reproduzidas pelo discurso do indivíduo (HALBWACHS, 2004).

Meneses (2007) questiona como seria possível assumir memórias alheias, de terceiros, consideradas memória coletiva. O autor afirma que “todos os projetos de construção e reforço de identidade são programas de transferência de memória”, destacando que as comemorações, por exemplo, são eventos de memória que se fundamentam em uma memória coletiva, construída, à qual se adere (MENESES, 2007, p. 28).

Segundo Pollak, depois dos acontecimentos vividos pessoalmente, o que mais marca a memória dos indivíduos são aqueles acontecimentos “vividos por tabela”, ou seja, experimentados pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. O autor admite a possibilidade de que “ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada” (POLLAK, 1992, p. 204).

Assim, a memória pode ser entendida enquanto um elemento constituinte da identidade, na medida em que ela é também um fator relevante no sentimento de

continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992). Não se trata, portanto, de algo estanque na mente do indivíduo, podendo ser compreendida como um fenômeno passível de ser construído, social e coletivamente.

Reconhecemos o caráter social da memória e a possibilidade de construções de interpretações compartilhadas a respeito de feitos institucionais, que podem ajudar na criação e manutenção de uma desejada identidade organizacional. Apesar disso, consideramos interessante analisar como os indivíduos se inserem neste contexto em iniciativas de memória organizacional.

Mesmo sendo influenciados pelo coletivo, acreditamos também que, com suas percepções e experiências, os indivíduos são os responsáveis por realizar ou questionar essa construção da memória no âmbito institucional. Como afirma Ecléa Bosi, “por muito que se deva à memória coletiva, é o indivíduo que recorda. Ele é o memorizador e das camadas do passado a que tem acesso pode reter objetos que são, para ele, e só para ele, significativos dentro de um tesouro comum” (BOSI, 1994, p. 411).

Uma das formas de pensar a inserção do indivíduo em iniciativas de memória organizacional seria o recolhimento de depoimentos a respeito de suas experiências e aprendizado acumulado a partir de marcos institucionais. Vamos recorrer brevemente ao conceito de narrativas, segundo a percepção de Walter Benjamin, para refletir sobre essa possibilidade. Para o autor, a arte de narrar, que parte da figura de um narrador e se refere à experiência que passa de pessoa a pessoa, está cada vez mais próxima de ser extinta, pois são poucas as pessoas que sabem fazê-lo adequadamente. Ainda segundo Benjamin, “é como se estivéssemos privados de uma faculdade que nos parecia segura e inalienável: a faculdade de intercambiar experiências” (BENJAMIN, 1994, p. 198).

O autor diferencia a ação do narrador, que não tem uma obrigação com a explicação verificável, nem com o encadeamento exato dos fatos, daquela do historiador, que tem a obrigação de explicar os episódios com os quais lida (BENJAMIN, 1994, p. 209). Citando Pascal, afirma que “ninguém morre tão pobre que não deixe alguma coisa atrás de si. Em todo caso, ele deixa reminiscência, embora nem sempre elas encontrem um herdeiro” (BENJAMIN, 1994, p. 212).

É interessante pensar nessa questão da maior liberdade que o indivíduo tem ao narrar sua experiência, uma vez que muitas vezes esse tipo de técnica sofre críticas devido à grande subjetividade a que está sujeita. Apontamos, entretanto, que sua riqueza reside justamente nessa característica, sendo possível, inclusive, o registro de depoimentos que trazem visões antagônicas sobre um mesmo fato institucional. Mais uma vez, caberia a quem acessa esses depoimentos considerá-los criticamente para os usos desejados.

Nesse sentido, Ricoeur afirma que a realidade do testemunho é inseparável de seu “acoplamento com a auto designação do sujeito que testemunha” (RICOEUR, 2007, p. 172). Outra característica do testemunho é a já comentada possibilidade de que outros testemunhos a respeito de um mesmo fato surjam, criando um espaço de controvérsia onde essas visões podem ser confrontadas (RICOEUR, 2007, p. 173). O autor destaca ainda o papel do ator que coleta o testemunho.

[...] a autenticação do testemunho só será completa após a resposta em eco daquele que recebe o testemunho e o aceita; o testemunho, a partir desse instante, está não apenas autenticado, ele está acreditado. É o credenciamento... que abre a alternativa da qual partimos entre a confiança e a suspeita. Pode ser mobilizada toda uma lista de argumentos de dúvida... a má percepção, a má retenção, a má reconstituição... o credenciamento equivale à autenticação da testemunha a título pessoal. Daí resulta o que se chama sua confiabilidade. (RICOEUR, 2007, p. 173).

Pensando na possibilidade da adoção desta prática de registrar narrativas ou testemunhos de fatos institucionais, acreditamos que o credenciamento mencionado por Ricoeur se dá a partir do momento em que esta prática é institucionalizada em uma organização e seus registros passam, conseqüentemente, a ser custodiados em um arquivo. Ricoeur (2007) destaca que o arquivamento promove uma ruptura com o “ouvir dizer” do testemunho oral, consistindo na “primeira mutação historiadora da memória viva” (RICOEUR, 2007, p. 179).

Um possível mecanismo para recolhimento desses testemunhos ou depoimentos é a utilização da técnica da história oral. Segundo Alberti (2013), foi na segunda metade do século xx que a história oral passou a ganhar mais destaque, devido a certa insatisfação dos pesquisadores com métodos quantitativos, associado ao recurso do gravador, que possibilitou a fixação do depoimento, assim como sua consulta como fonte para pesquisas.

As entrevistas alcançaram, dessa forma, o estatuto de documento, o que não significa que a história oral tenha se ajustado a uma perspectiva positivista da história, pois não se tinha a pretensão de refletir o passado tal como ocorreu. A intenção passa a ser evidenciar as maneiras pelas quais o passado é apreendido e interpretado; a entrevista de história oral, por meio de sua gravação e transcrição, busca documentar uma determinada visão do passado (ALBERTI, 2013, p.26).

Essa ideia de que o registro documenta uma determinada visão do passado, sem a pretensão de trazer uma verdade comprovável e absoluta, assim como a já mencionada narrativa, nos parece bastante pertinente em termos de práticas de

memória organizacional. Isso porque, nosso entendimento, ela pode ser viabilizada por meio de duas frentes principais: uma que estabelece modelos e estimula práticas intencionais de registro e compartilhamento de informações e aprendizados no presente, no momento mesmo em que se dão. Outra forma, a partir da trajetória acumulada da instituição, busca fazer uma recuperação de pontos essenciais com objetivos diversos, sejam de aprendizado, conhecimento, registro ou de disseminação de uma determinada forma de ver e pensar a instituição que a levou a se tornar o que é no presente.

Em ambas as frentes, mas especialmente para essa segunda, nem sempre é possível a criação de percepções compartilhadas a respeito das ações institucionais, realizando algum tipo de avaliação consensual, como um encontro de lições aprendidas, para identificar as boas práticas e disseminá-las. Muitas vezes o testemunho individual, cruzado com outros testemunhos e registros documentais, acaba sendo a melhor forma de registrar ou recuperar o que se deseja.

Deve-se levar em consideração alertas a respeito deste tipo de mecanismo para transferência de conhecimentos, tais como riscos de distorções por adição excessiva de drama, exagero nas reivindicações, “floreamentos” para encobrir lacunas de conhecimento e simplificação de motivações (STOYKO, 2009, p. 7). Retomamos aqui o destaque feito por Spender (1996), de que deve existir uma inteligência capaz de considerar ou mesmo abstrair essas percepções ou interpretações individuais ou coletivas frente a uma situação presente.

Assim, nos parece possível compreender que a memória pode ser recuperada e reutilizada de diversas maneiras nas instituições, de modo a atender a dado apelo do presente pela recuperação deste aprendizado passado. Entretanto, não é possível, e talvez nem mesmo interessante, lembrar-se de toda e qualquer atividade institucional, conforme veremos na reflexão que se segue, a respeito das implicações do esquecimento nas organizações.

Acreditamos ser especialmente relevante para instituições de memória desenvolver uma competência para definir de maneira mais consciente a identificação de informações, conhecimentos e aprendizados que devem ser preservados e disseminados. Como afirma Ronaldo Lima Lins “é preciso saber para proteger; de outro modo, por insciência, tornamos descartável ou dispensável aquilo que, ao contrário, mais nos é importante” (LINS, 2009 p. 24).

Com o surgimento e consolidação de novas tecnologias da informação e comunicação, torna-se especialmente interessante desenvolver uma capacidade ou competência para esquecer aquilo que não é relevante, uma vez que somos mais afligidos com o excesso do que com escassez de informações. Em seu texto “Lete – arte e crítica do esquecimento”, Weinrich (2001) ilustra o que seria essa competên-

cia ao apresentar a fictícia figura de pessoas “rejeitadoras”, oriunda de um conto de Heinrich Boll, que, dentro de uma empresa, seriam profissionais responsáveis pela tarefa de identificar as informações e documentos dispensáveis para dada organização; mais especificamente, no conto em questão, as correspondências desnecessárias. No texto, o autor diz que essa seria uma espécie de tarefa clandestina, feita escondida dos membros da empresa, mas não por isso menos relevante para ela.

Essa pequena história nos ajuda a compreender a ideia de que não é possível nem interessante guardar toda a informação e conhecimento que circula dentro de uma instituição. É preciso, portanto, superar o senso comum que opõe memória e esquecimento, como se este último fosse uma espécie de deficiência da memória, uma negligência. Meneses (2007) acredita existir na atualidade uma preocupação excessiva com a coleta e registro de informações e documentação, o que dá origem a uma “fúria arquivística, que pretende obter um duplo do real... uma verdadeira pulsão documental alucinatória nos nossos tempos” (MENESES, 2007, p. 21).

Nora (1993) afirma que, em contraposição a um momento em que os historiadores se desprendem do culto documental, a sociedade vive em uma “religião conservadora e no produtivismo arquivístico”, onde o que se chama de memória é, na verdade, uma composição de um imenso estoque material daquilo que não se pode lembrar. Isso é algo que assola museus, bibliotecas e centros de documentação, pela “superstição e pelo respeito ao vestígio” (NORA, 1993, p. 15).

Faz-se necessário, então, aprofundar o entendimento a respeito desses possíveis registros intencionais que passam a ser desenvolvidos em iniciativas de memória organizacional. Estaria esta prática imbuída da mesma fúria documental mencionada por Meneses (2007) e Nora (1993)? E, pensando em sua adoção em instituições de memória, como seria possível articular esta iniciativa com as práticas historiadoras e com os materiais já tradicionalmente gerenciados por instituições, tais como documentos e arquivos?

3. Documentos, arquivos e lugares de memória

A respeito da materialidade da informação e dos documentos que podem vir a compor alguns dos insumos e produtos de uma iniciativa de memória organizacional, trazemos as ideias de Frohmann (2008). Ele propõe a utilização do conceito de enunciados, de Foucault, para refletir sobre a dimensão material e social da informação e dos documentos.

Segundo o autor, a materialidade e a estabilidade de um enunciado não se baseiam unicamente em sua fisicalidade, podendo ser medidas por seu grau de imersão institucional. As rotinas institucionalizadas seriam, portanto, as responsáveis por estabelecer e manter as relações entre os enunciados, permitindo que eles

possam entrar em redes, ser transferidos e modificados, tendo suas identidades mantidas ou apagadas nesse processo (FROHMANN, 2008).

Acreditamos que seja possível traçar um paralelo entre essa materialidade garantida pela imersão institucional e a institucionalização de uma prática de memória organizacional. Registros fazem parte do cotidiano organizacional e algumas áreas ou profissionais podem inclusive ter o costume de realizar reflexões e registrá-las com o objetivo de aprendizado. Entretanto, muitas vezes esses registros não fazem parte de uma rotina que permita sua entrada em uma rede institucional e acabam não circulando organizacionalmente e nem se tornando validados e acessíveis para outros usos e públicos.

Ao desejo de documentar não necessariamente corresponde uma possibilidade real de reutilização e acesso a esses registros. Por meio de iniciativas orientadas e institucionalizadas de memória organizacional, acreditamos ser possível garantir padrões mínimos e algumas práticas que possibilitem o registro e a inserção de relevantes experiências nas citadas redes, podendo conseqüentemente ser apropriadas e transformadas de acordo com as necessidades organizacionais.

Camargo e Goulart (2015), em publicação na qual discorrem sobre Centros de Memória, afirmam que o diferencial deste tipo de instituição estaria na capacidade de antecipação das necessidades da organização, permitindo o acesso a elementos que possam auxiliar a obtenção de respostas e soluções. As autoras pontuam, entretanto, que aos setores que entram em contato com esses elementos caberia:

[...] interpretá-los e, eventualmente, produzir conhecimentos que, apesar de seu caráter assertivo, se incorporariam em seguida ao centro de memória na condição de documentos, reafirmando a instrumentalidade de que distingue todo e qualquer componente de seu acervo. (CAMARGO; GOULART, 2015, p. 58).

Elas abordam ainda as diferenças entre arquivos, bibliotecas e museus, áreas típicas de centros de memória. Destacaremos aqui as características dos arquivos, tradicionalmente compreendidos como espaços privilegiados de memória, para posteriormente pensar sua articulação com iniciativas de memória organizacional.

Camargo e Goulart (2015) afirmam que os arquivos surgem em decorrência das ações praticadas por pessoas jurídicas e físicas ao longo de suas respectivas trajetórias. Para as autoras, os documentos que os integram não possuem finalidade em si, devendo servir como ferramentas de gestão, instrumentos e comprovantes das atividades realizadas por essas mesmas pessoas.

Os arquivos seriam, portanto, fruto de uma formação progressiva e natural conhecida como acumulação, sendo resultado do “conjunto, rotineira e necessariamente alimentado ao sabor das demandas e dos ritmos de funcionamento da entidade produtora” (CAMARGO; GOULART, 2015, p. 25), e tenderiam a representar essa entidade produtora nas suas sucessivas configurações assumidas ao longo do tempo. Para elas, o caráter probatório dos documentos no arquivo decorre de sua capacidade de repercutir as atividades de que se originaram.

Jardim (1996) destaca que os conceitos que norteiam o trabalho dos arquivistas dizem respeito ao valor primário ou secundário dos documentos. O valor primário está associado aos aspectos gerenciais do documento, a demanda de uso por quem os produziu em processos decisórios. Já o secundário possui um valor informativo que se relaciona às possibilidades de utilização por pessoas que procuram os documentos por motivos diferentes de quem os produz. Ainda segundo o autor, as instituições arquivísticas brasileiras estão, em geral, voltadas para a guarda e acesso a documentos que possuem valor histórico, “ignorando a gestão de documentos correntes e intermediários na administração que os produziu”. (JARDIM, 1996, p. 6).

Consideramos que as diferentes fases do arquivo possuem interesse para iniciativas de memória organizacional, uma vez que, além do potencial informacional dos documentos nas fases corrente e intermediária, alguns registros, tais como os depoimentos, nascem permanentes, assim como os que migram para essa categoria. Ketelaar, comentando as fases do arquivo, diz que, no senso comum, arquivar diz respeito à atividade que se segue à criação do documento. Segundo o autor, a teoria arquivística leva a questão do arquivamento uma fase adiante, contemplando uma fase criativa antes da captura: “a escolha consciente ou inconsciente (determinada por fatores sociais e culturais) de considerar algo digno de arquivamento”, o que leva à criação de narrativas tácitas nos arquivos (KETELAAR, 2001, p. 133).

Em artigo que abre um número temático do periódico *Archival Science* e explora o tema “arquivos, registros e poder”, Schwartz e Cook questionam a visão dos arquivos enquanto “repositórios neutros de fatos”, uma vez que arquivistas teriam um papel ativo por serem profissionais que avaliam e seleciona, entre os registros possíveis, aqueles que passarão a compor o arquivo, o que torna quem decidiu corresponsável pela história que determinado arquivo conta. Esse fato reflete um grande poder sobre a memória e a identidade de indivíduos, grupos e da sociedade em geral (SCHWARTZ; COOK, 2002, p.1).

Esse impacto se daria também no nível de produção individual de documentos, pois a cultura organizacional e necessidades pessoais podem influenciar a criação e a manutenção de registros, que seriam reflexo dos desejos e necessidades de quem os cria, e não apenas algo portador de um potencial conteúdo histórico.

Além disso, nem todas as pessoas são capazes de criar e manter registros; assim, certas vozes, visões e ideias vão ser mais privilegiadas enquanto outras são marginalizadas (SCHWARTZ; COOK, 2002, p. 14).

Ao pensar a produção de registros intencionais para a memória organizacional, nos parece que além de novos formatos de registros e documentos, tais como depoimentos, manuais de boas práticas e disseminação de lições aprendidas, é preciso promover a revalorização de uma adequada gestão dos documentos, já que nos documentos organicamente acumulados reside parte das informações que podem levar a um aprendizado organizacional. Além disso, essa gestão prevê o já mencionado valor do saudável esquecimento, normatizado por meio de instrumentos tais como a utilização de tabelas de temporalidade para a preservação ou descarte dos registros.

Outro ponto abordado por Schwartz e Cook (2002) diz respeito à importância do contexto para considerar a relação dos arquivos com as sociedades que os criam e deles fazem uso. Ketelaar reforça essa ideia ao afirmar que contextos sociais, culturais, políticos, econômicos e religiosos determinam as narrativas tácitas nos arquivos, e que seria importante deixar esses contextos transparentes para que se pudesse recriar o contexto no qual o artefato foi gerado (KETELAAR, 2001, p. 137).

Acreditamos que o incentivo à criação de novos registros intencionais e seu cruzamento com os registros mais tradicionais em uma iniciativa de Memória Organizacional possa ser pensado como uma maneira de tornar o ambiente de arquivo mais atrativo a um público mais amplo, não apenas para arquivistas e pesquisadores, mas também para profissionais da própria organização. Tais públicos nem sempre identificam o arquivo como um espaço para acesso a informações e conhecimento, apesar de reconhecerem nele o potencial de serem portadores da memória das organizações. É preciso pensar em novas formas de apropriação deste ativo de conhecimento, de maneira que profissionais reconheçam esse espaço e as práticas necessárias a seu funcionamento como uma otimização de suas atividades e um investimento em seu próprio aprendizado.

Além disso, cruzar a documentação organicamente acumulada pelos arquivos com os registros intencionais propostos pelas iniciativas de memória organizacional poderia enriquecer a compreensão da trajetória institucional e funcionar como um possível elemento de contexto, conforme as ideias defendidas por Ketelaar. Para isso, as intenções com a produção desses registros devem ser claramente explicitadas, sem ter a pretensão de apresentar verdades absolutas. Com essa prática, acreditamos que seja possível tornar os arquivos institucionais efetivos lugares de memória para a própria organização, apropriados como tal por diferentes profissionais.

A respeito do conceito de lugares de memória, Nora (1993) afirma que estes podem ser materiais, simbólicos ou funcionais, sendo conformados por ambientes, recursos, práticas, representações e suportes materiais. Neles, se produz e se difunde a memória coletiva, concebida como “o que fica do passado no vivido dos grupos ou o que os grupos fazem do passado” (LE GOFF apud BARROS, 2009, p. 50-51).

Nesse contexto, os “lugares de memória” existiriam por causa da não existência de uma memória espontânea, sendo necessárias a criação de arquivos, celebrações e aniversários. Essas operações não são naturais e sem essa “vigilância comemorativa, a história depressa os varreria...” (NORA, 1993, p. 13). É preciso, entretanto, existir uma vontade de memória para que os lugares de memória funcionem como tal.

A esse respeito, Nora (1993) ressalva que mesmo os lugares físicos, como os arquivos, só podem ser considerados como um lugar de memória se “a imaginação o investe de uma aura simbólica” (NORA, 1993, p. 21). Da mesma maneira, materiais funcionais, como manuais, só entram nessa categoria se forem objeto de um ritual.

Acreditamos que uma iniciativa de memória organizacional possa auxiliar a valorização e o reconhecimento dos ativos de conhecimento existentes nos arquivos, tornando-os identificados e vivenciados como lugares de memória. E isso nos parece possível em todas as suas fases e não apenas nos arquivos permanentes, comumente já apropriados e explorados por pesquisas históricas, atividade típica de instituições de memória. Continuando o mergulho nas questões pertinentes a esse tipo de instituição, consideramos pertinente apontar possíveis interações e distinções entre a memória e a história.

Recuperando historicamente a articulação memória-história, Barros (2009) afirma que houve um tempo em que ambas chegaram a se confundir. O autor exemplifica essa percepção ao afirmar que Heródoto, considerado o pai da historiografia, acreditava que o principal objetivo da história era “evitar que fossem esquecidas ‘as grandes façanhas dos gregos e dos bárbaros’” (BARROS, 2009, p. 38).

Mais adiante, a percepção a respeito das possíveis distorções da memória, entendida como a concepção ultrapassada de depósito de lembranças imprecisas, tornou mais evidente a diferenciação entre memória e história, já que esta última se trata de um campo de conhecimento científico e problematizador, tornando a memória, portanto, “sempre suspeita para a história” (NORA, 1993, p. 9).

Com o surgimento das noções de memória coletiva e de memória social, outras diferenciações entre memória e história se evidenciaram. Maurice Halbwachs aponta algumas destas distinções, tais como a de que a memória teria uma continuidade, ou seja, estaria ligada a uma corrente de pensamento contínuo, enquanto a história estaria ligada à ideia de descontinuidade. Outra diferenciação seria que

existiriam muitas memórias possíveis, enquanto a história possuiria um certo universalismo, sendo única (BARROS, 2009, p. 48).

Assim, apesar de o trabalho de memória organizacional não possuir essa intenção unificadora, acreditamos que possa apresentar certa semelhança com a chamada história do tempo presente. Esta se refere à exploração, por historiadores, de rupturas e transições recentes da história, termo que se populariza depois da II Guerra Mundial, especialmente pelas intensificações no ritmo da história ocorridas no século XX. (FERREIRA, 2012, p. 103).

Esse tipo de trabalho sofreu questionamentos a sua legitimidade científica, pois argumenta-se que não haveria o recuo necessário para que se pudesse ter um conhecimento objetivo sobre os fatos. Essa crítica aponta a impossibilidade de se ter acesso a todos os arquivos relativos ao fato, se aproximando esse tipo de atividade mais do jornalismo, por não dispor dos recursos necessários para analisar os fenômenos estudados (FERREIRA, 2012, p. 105).

Outra dificuldade seria estabelecer eventos-chave que deveriam ser adotados como marco inicial da história do tempo presente. Há desafios também para historiadores que, como testemunhas e agentes do período estudado, têm que perceber seus preconceitos e evitar supervalorizar os eventos ocorridos no tempo presente, além de sofrer mais com a abundância de material do que com sua escassez. A importância de realizar este tipo de trabalho, entretanto, persiste “ainda que seja para salvar do esquecimento, e talvez até da destruição, as fontes que serão indispensáveis aos historiadores do terceiro milênio” (FERREIRA, 2012, p. 109).

Outro termo para se referir a esse crescimento da relevância do tempo presente é o “presentismo”, proposto por François Hartog, que se caracterizaria por ser um novo período de historicidade, inaugurado nos anos 1960 e que perdura nos anos 1970 e 1980, “onde se vive entre a amnésia e a vontade de nada esquecer” (HARTOG, 2006, p. 261). O autor menciona uma interessante perspectiva a respeito do tema, adotada no Japão, que define seus “tesouros nacionais” segundo características imateriais. No país, o dilema entre conservar ou restaurar, típico do ocidente, não é uma questão, uma vez que sua lógica de funcionamento é a da atualização. Hartog cita a existência de “tesouros nacionais vivos”, caracterizados, por exemplo, por

[...] um artista ou artesão... enquanto um ‘detentor de um importante patrimônio cultural intangível’. O título, que pode recompensar um indivíduo ou grupo, obriga o eleito a transmitir o seu saber. Ele recebe, para isso, indenizações... fica claro que o objeto ou sua conservação conta menos que a atualização de um *savoir-faire*, que se transmite ao

se atualizar... a arte tradicional existe na medida em que ela está no ou dentro do presente (HARTOG, 2006, p. 267).

Essa noção japonesa de tesouros nacionais vivos tem bastante semelhança com a noção de gestão do conhecimento e com ações de memória organizacional focadas no compartilhamento de importantes conhecimentos e aprendizados, de maneira a torná-los organizacionais e mantê-los vivos na organização. Para isso, nos propomos a refletir brevemente sobre a contribuição de profissionais de instituições de memória nessas iniciativas de memória organizacional.

Profissionais de gestão da informação e do conhecimento podem analisar e cruzar informações e dados produzidos na organização de maneira a fornecer subsídios para a reflexão sobre a trajetória organizacional. Tais profissionais podem igualmente fornecer orientações a respeito das atividades intencionais para lidar com a informação e o conhecimento que possam ser revertidas em produtos e ações com vistas a disseminar o aprendizado e a identidade institucional para toda a organização.

Da mesma maneira, arquivistas podem auxiliar a reflexão a respeito da criação de padrões para esses registros do tempo presente, além de serem guardiões e, em certa medida, criarem o importante ativo de memória e conhecimento que está sob sua guarda. Sua inserção pode se dar tanto para possibilitar o mergulho nesse ativo de conhecimento da organização, com o intuito de criar mecanismos para seu melhor acesso e disseminação, quanto para pensar estratégias de mobilização e convencimento de profissionais a respeito dos ganhos da adequada gestão de documentos, que, como vimos, contempla tanto memória quanto esquecimento.

Já profissionais da história poderiam pensar em maneiras de acompanhar essa ‘história do tempo presente’, promovendo a identificação de grandes marcos da instituição, de maneira a relacioná-los a contextos mais amplos da trajetória institucional e mesmo do país. Profissionais de museu também poderiam se mobilizar para pensar formas lúdicas e instigantes de reunir e transmitir essas experiências.

Os produtos que podem ser desenvolvidos a partir dessas ações são muitos: desde aqueles já citados ao longo do presente trabalho, como o recolhimento de depoimentos, a realização de discussões de lições aprendidas a respeito de projetos e ações institucionais e a disseminação das boas práticas; passando pelos mais tradicionais, como manuais, publicações e eventos, exposições, comemorações, vídeos, sites, linhas do tempo; até alguns mais complexos, com o apoio das tecnologias da informação, como o desenvolvimento de bases de conhecimento.

Destacamos, por fim, a importância de sensibilizar todo o corpo profissional para que se corresponsabilizem pela construção dessa memória por meio dos re-

gistros que produzem. Para isso, é preciso que a atividade de gestão de seus documentos, associadas aos novos e intencionais registros e sua disseminação não sejam vistos como um trabalho a mais e sim como algo que propicia um relevante aprendizado. Tornando mais deliberadas as ações de lembrar e esquecer, tal orientação ajuda inclusive a superação da ansiedade que busca tudo documentar, por temor do esquecimento.

4. Conclusão

Frente às discussões apresentadas, concluímos que o desenvolvimento de uma iniciativa de memória organizacional deve imbuir no cotidiano das organizações a importância de registrar adequadamente informações e conhecimentos a respeito de seus processos e atividades. Circulando e sendo apropriados, os registros podem gerar maior aprendizagem para seus profissionais e interessados nas atividades desenvolvidas pela organização. Além disso, esses registros e sua disseminação podem favorecer o reconhecimento de uma trajetória comum, fortalecendo, consequentemente, a identidade institucional.

Acreditamos que uma atividade intencional de memória organizacional promoveria a ação de levar parte da memória presente nos arquivos, nos profissionais e em outros suportes a ser conhecida e de alguma maneira assimilada pelos profissionais das organizações. Desta forma, as vivências e aprendizados pessoais ou setoriais podem se tornar organizacionais, o que por sua vez ampliaria o potencial de ação baseada no conhecimento.

Ao destacar a possibilidade de combinação destes novos e intencionais registros com os mais tradicionalmente custodiados por arquivos, nossa intenção é contribuir para reforçar o arquivo, nestas instituições ditas de memória, como um efetivo lugar de memória organizacional, reconhecido e vivenciado como tal, sensibilizando, aproximando e coresponsabilizando as pessoas da instituição por esses recursos. Acreditamos que uma iniciativa de memória organizacional possa colaborar inclusive para a superação da ansiedade relacionada ao receio de que se esqueçam relevantes feitos da trajetória organizacional, fornecendo orientações e liberando os profissionais do pesado encargo de tudo registrar e guardar.

Por fim, consideramos que desenvolver uma iniciativa de memória organizacional em uma instituição de memória teria uma dupla função, servindo não apenas para reforçar questões de identidade e aprendizagem, como seria para qualquer instituição, mas também se trataria de uma reafirmação de sua própria missão, no sentido de incutir nas pessoas e na cultura institucional a questão da valorização da memória e dos processos a ela relacionados.

5. Referências

- ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. 236 p.
- BARROS, José D'Assunção. História e memória – uma relação na confluência entre tempo e espaço. **Mouseion**, Canoas, v. 3, n. 5, p. 35-67, jan./jul. 2009.
- BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. *In*: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças dos velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 488 p.
- CAMARGO, Ana Maria; GOULART, Silvana. **Centros de memória: uma proposta de definição**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2015. 112 p.
- DALKIR, Kimiz. **Knowledge management in theory and practice**. Massachusetts: Massachusetts Institute of Technology, 2011. 504 p.
- DOUGLAS, Mary. **Como as instituições pensam**. São Paulo: Edusp, 2007. 144 p.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. Demandas sociais e história do tempo presente. *In*: VARELA, Flavia et al. (org.). **Tempo presente & usos do passado**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p. 121-124.
- FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da informação. *In*: FUJITA, M. S. L; MARTELETO, R. M; GINEZ, M.L.G. **A dimensão epistemológica da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundep, 2008. p. 19-34.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006. 224 p.
- HARTOG, François. Tempo e patrimônio. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 261-273. 2006.
- JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 2. 1996.
- KETELAAR, Eric. Tacit narratives: the meaning of archives. **Archival Science**, Kluwer Academic Publishers, v. 1, p. 131-141. 2001.
- LINS, Ronaldo Lima. **A construção e a destruição do conhecimento**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009. 205 p.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Os paradoxos da memória. *In*: MIRANDA, Danilo Santos de. **Memória e cultura: a importância na formação cultural humana**. São Paulo: Sesc SP, 2007. p. 13-33.
- NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28. 1993.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Rio de Janeiro: **Revista Estudos**

Históricos, v. 5, n. 10, p. 200-215. 1992.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. 536 p.

SCHWARTZ, Joan M.; COOK, Terry. Archives, records and power: The making of modern memory. **Archival Science**, v. 2, p. 1-19. 2002.

SPENDER, J. C. Organizational knowledge, learning and memory: three concepts in search of a theory. **Journal of Organizational Change Management**, v. 9, n. 1, p. 63-78. 1996.

STEIN, E.W. Organizational memory: review of concepts and recommendations for management. **International Journal of Information Management**, v. 15, n. 1, p.17-32. 1995.

STOYKO, P. Organizational culture and the management of organizational memory. *In*: GIRARD, John P. **Building Organizational Memories: Will You Know What You Knew?** Minot: State University, 2009. p. 1-17.

WALSH, J. P.; UNGSON, G. R. Organizational memory. **The Academy of Management Review**, v. 16, n. 1, p. 57-91. 1991.

WEINRICH, Harald. **Lete: arte e crítica do esquecimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 350 p.

Brenda Rocco

DOUTORA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO PELO INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO em Ciência e Tecnologia (PPGCI-IBICT/UFRJ), por onde também é Mestre. Especialização em Gestão Estratégica pela Universidade Candido Mendes. Possui graduação em Arquivologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Atualmente é Professora Assistente do Departamento de Arquivologia (DEPA) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Diretora Substituta da Escola de Arquivologia da UNIRIO. Coordenadora do Laboratório Multidimensional de Preservação de documentos arquivísticos da UNIRIO.

Bruno Bachimont

DOUTOR EM CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO PELA UNIVERSIDADE DE PARIS 6 (1990) E em Epistemologia pela École polytechnique (1996). Filósofo e cientista da computação, professor-pesquisador da Universidade de Tecnologia de Compiègne, especializado nas áreas de lógica, computação documental e filosofia do digital. Ele foi Diretor de Pesquisa na Faculdade de Ciências e Engenharia da Universidade de Sorbonne entre 2017 e 2021, assim como Diretor de Pesquisa na UTC de 2006 a 2017. Ele trabalhou no Institut National de l'audiovisuel como diretor de pesquisa e depois como assessor científico de 1997 a 2012.

Dayo Côrbo

DOUTOR EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO PELO INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO em Ciência e Tecnologia (PPGCI-IBICT/UFRJ), por onde também é Mestre. Possui especialização em Gestão da Informação e Inteligência Competitiva pela Universidade Estácio de Sá e graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Atualmente é bibliotecário no Arquivo Nacional e professor no Curso de Graduação em Biblioteconomia da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO).

Eric Ketelaar

DE 1997 A 2009 ERIC FOI PROFESSOR DE ARQUIVOLOGIA NO DEPARTAMENTO DE Estudos Midiáticos (Arquivo e Estudos de Informação) da Universidade de Ams-

terdã. Possui Mestrado (1967) e Doutorado (cum laude) pela Universidade de Leiden. Foi Professor de Arquivística em tempo parcial 1992-2002 no Departamento de História da Universidade de Leiden. De setembro de 2000 a abril de 2001 permaneceu em Ann Arbor (EUA) como Professor Visitante da Universidade de Michigan (School of Information) na Holanda. Eric foi também Professor Visitante na Universidade de Gakushuin (Tóquio) e na Universidade de Toronto. De 2003 a 2008 ele foi Professor Honorário e de 2009 a 2018 Adjunto Pesquisador Sênior na Universidade de Monash, Melbourne (Faculdade de Tecnologia da Informação). Como membro honorário do departamento de Estudos Midiáticos da Universidade de Amsterdã, ele continua sua pesquisa que se preocupa principalmente com os contextos sociais e culturais de criação e uso de registros.

Erica de Castro Loureiro

DOUTORANDA EM MEMÓRIA SOCIAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO Rio de Janeiro (PPGMS-UNIRIO). Mestre em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (PPGCI-IBICT/UFRJ). Especialista em Gestão de Organizações de Ciência e Tecnologia em Saúde pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP/FIOCRUZ) e em Comunicação e Saúde pelo Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict/FIOCRUZ). Formada em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, pela ECO/UFRJ. Analista de Gestão em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz.

Gustavo Silva Saldanha

DOUTOR EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO PELO INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO em Ciência e Tecnologia (PPGCI-IBICT/UFRJ). Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCI-UFMG). Especialista em Filosofia Medieval pela Faculdade São Bento-RJ. Possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pesquisador Titular do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Professor Adjunto da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), bolsista de produtividade 2 do CNPq (2016-2018; 2019-2021), bolsista Jovem Cientista do Estado da FAPERJ (2019-2021). Atua como docente nos programas de pós-graduação em Ciência da Informação do IBICT e em Biblioteconomia da UNIRIO. É líder, desde 2011, do grupo de pesquisa "Ecce Liber: filosofia, linguagem e organização dos saberes" (IBICT-UNIRIO). É editor executivo do periódico LIINC EM REVISTA.

Ilaydiany Cristina Oliveira da Silva

DOUTORA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO PELO INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO em Ciência e Tecnologia (PPGCI-IBICT/UFRJ). Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Bacharelada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professora Adjunta na Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás em colaboração técnica com o Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Ivan Capeller

DOUTOR EM COMUNICAÇÃO SOCIAL PELA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, por onde também é mestre. Professor da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ).

Laís de Medeiros Pires

GRADUANDA EM BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (BACHARELADO) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Larriza Thurler

PÓS-DOUTORANDA E DOUTORA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO PELO PROGRAMA de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (PPGCI-IBICT/UFRJ). Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Possui MBA em Inovação e Gestão Estratégica (HSM In-company) e Especialização em Gestão de Projetos (IBMEC In-Company). Graduada em Comunicação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Leyde Klebia Rodrigues da Silva

DOUTORA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO PELO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (PPGCI-IBICT/UFRJ). Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (PPGCI-UFPB). Possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professora Assistente do Departamento de Documentação e Informação do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (DDI/ICI/UFBA)

Márcia T. Cavalcanti

DOUTORA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO PELO INSTITUTO BRASILEIRO DE INFOR-

mação em Ciência e Tecnologia (PPGCI-IBICT/UFRJ), por onde também é Mestre. Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e em Letras Português-Literatura pela Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá (UNESA). Professora da graduação e professora colaboradora do Mestrado Profissional em Gestão do Trabalho (MPGTQAC) da Universidade Santa Úrsula (USU). Editora da REASU - Revista Eletrônica de Administração da Universidade Santa Úrsula. Professora das Faculdades Integradas Maria Thereza (FAMATH).

Murylo Benício Morais de Lucena

GRADUANDO EM BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (BACHARELADO) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Pedro Vidal Diaz

DOUTORANDO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO PELO PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO em Ciência da Informação na Universidade de São Paulo (PPGCI-USP). Mestre em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (PPGCI-IBICT/UFRJ). Especialista em Planejamento Urbano e Políticas Públicas. graduação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Trabalha como assistente de comunicação e redes sociais, escritor e tradutor.

Priscila de Assunção B. Côrbo

DOUTORA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO PELO INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO em Ciência e Tecnologia (PPGCI-IBICT/UFRJ), por onde também é Mestre. Possui especialização em Gestão Empresarial pela Universidade Cândido Mendes (UCM) e graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Bibliotecária do Colégio Pedro II. Membro da Comissão de Memória Histórica do Colégio Pedro II. Membro do Conselho Regional de Biblioteconomia do Rio de Janeiro.

Renan Marinho de Castro

DOUTOR EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO PELO INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO em Ciência e Tecnologia (PPGCI-IBICT/UFRJ). Mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais pelo Programa de História, Política e Bens Culturais da Fundação Getúlio Vargas – FGV. Graduado em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal Fluminense (2006). É Bibliotecário e Analista de Documentação e Informação do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, responde pela organização do acervo bibliográfico dos arquivos pessoais do CPDOC e atendimento à pesquisa.

Rodrigo Piquet Saboia de Mello

DOUTOR EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO PELO INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO em Ciência e Tecnologia (PPGCI-IBICT/UFRJ), por onde também é Mestre. Especialista em Gestão em Administração Pública pelo Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Fluminense (UFF). Especialista pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) no Curso de Especialização Saberes e Práticas na Educação Básica com Ênfase em Ensino de Sociologia. Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF) com os títulos de licenciatura e bacharelado e em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Indigenista Especializado da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) no cargo de lotado no Núcleo de Informação Científica (NUIC) do Museu do Índio e com atuação na Corregedoria da FUNAI. Professor Docente I - 16 horas da disciplina de Sociologia também em regime estatutário da Secretaria de Estado de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEEDUC RJ).

Thayron Rodrigues Rangel

DOUTORANDO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO PELO PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO em Ciência da Informação na Universidade Federal Fluminense (PPGIC-UFF). Mestre Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (PPGCI-IBICT/UFRJ). Especialista em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), Bacharel em Arquivologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, Graduado em Biblioteconomia com ênfase em Memória Social pela mesma universidade. Atua como Técnico Especialista da Coordenação-Geral de Gestão de Documentos do Arquivo nacional (COGED/AN) e como Professor colaborador do curso de Pós-Graduação, stricto sensu, de Gestão da Informação com ênfase em GED/ECM, na UNISUAM.

Vera Lucia Doyle Louzada de Mattos Dodebei (Prefaciadora)

DOUTORA EM COMUNICAÇÃO E CULTURA (ECO-UFRJ). MESTRA PROGRAMA DE Pós Graduação em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (PPGCI-IBICT/UFRJ). Bibliotecária e documentalista especializou-se em memória documental pela Universidade Santa Úrsula (USU). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2. Professora Titular da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Docente e pesquisadora no Programa de Pós Graduação em Memória Social na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGMS-UNIRIO).

Sobre os organizadores

Leyde Klebia Rodrigues da Silva

DOUTORA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO PELO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (PPGCI-IBICT/UFRJ). Mestra em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (PPGCI-UFPB). Possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professora Assistente do Departamento de Documentação e Informação do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (DDI/ICI/UFBA)

Ricardo Medeiros Pimenta

DOUTOR EM MEMÓRIA SOCIAL PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO de Janeiro (UNIRIO), por onde também é Mestre. Especialista em pela Universidade Cândido Mendes – UCAM. Graduado em História pela Universidade Gama Filho (UGF). É pesquisador 2 do CNPq (bolsa de produtividade) e Jovem Cientista do Nosso Estado FAPERJ (2018 - 2020). Pesquisador Titular do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC). Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI/IBICT-UFRJ). coordenador do Laboratório em Rede de Humanidades Digitais do IBICT (Larhud/COEPE/IBICT). Atualmente é Editor Associado (América Latina e África) da International Journal of Humanities and Arts Computing (IJHAC, antiga History and Computing). É também coordenador da rede GoFAIR Humanidades.

Thayron Rodrigues Rangel

DOUTORANDO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO PELO PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO em Ciência da Informação na Universidade Federal Fluminense (PPGIC-UFF). Mestre Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (PPGCI-IBICT/UFRJ). Especialista em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), Bacharel em Arquivologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, Graduado em Biblioteconomia com ênfase em Memória Social pela mesma uni-

versidade. Atua como Técnico Especialista da Coordenação-Geral de Gestão de Documentos do Arquivo nacional (COGED/AN) e como Professor colaborador do curso de Pós-Graduação, stricto sensu, de Gestão da Informação com ênfase em GED/ECM, na UNISUAM.

50

Realização



Cooperação



Cooperação
Representação
no Brasil



ESTA OBRA É PARTE DA COLEÇÃO PPGCI 50 ANOS E FOI
COMPOSTA EM MINION PELO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO
TUTORIAL DA ESCOLA DE COMUNICAÇÃO DA UFRJ EM
JULHO DE 2021.

Este livro é resultado de um percurso de 8 anos do grupo de pesquisa Memória e Sociedade da Informação (MESO), até há dois anos atrás conhecido como Informação, Memória e Sociedade (IMES). A ideia inicial era a de colocar no formato de livro alguns textos de integrantes e convidados que haviam participado de alguma atividade do grupo de pesquisa. Mais adiante, acabamos contando com participações especiais de pesquisadores que eram, e ainda são, referência para o grupo.

EM COOPERAÇÃO

